

ELI MARIA BELLANI

MADEIRA, BALSAS E BALSEIROS NO RIO URUGUAI
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO VELHO MUNICIPIO
DE CHAPECO
(1917/1950)

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE POS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM HISTÓRIA.

FLORIANÓPOLIS
SANTA CATARINA -BRASIL
1991

MADEIRA, BALSAS E BALSEIROS NO RIO URUGUAI
O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO VELHO MUNICÍPIO DE
CHAPECO
(1917/1950)

ELI MARIA BELLANI

ORIENTADOR:

PROFESSOR DR. RUFINO PORFIRIO ALMEIDA

ESTA DISSERTAÇÃO FOI APROVADA NA FORMA
PELA BANCA EXAMINADORA:

PROFESSOR DR. WALTER PIAZZA

PROFESSOR DR. PAULO LAGO

PROFESSOR DR. RUFINO ALMEIDA

FLORIANOPOLIS
1991

RESUMO

O trabalho "Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai" liga-se diretamente ao processo de povoamento e da efetiva colonização, no Município de Chapecó.

O tema representa o importante momento do desenvolvimento cestino com a fixação da atividade econômica: a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais (madeira).

A carência de referenciais teóricos e a dispersão de fontes documentais oportunizaram a utilização de séries de documentos incompletos, de notícias de jornais e de depoimentos de pessoas vivas. Intercalando esses dados com a comparação dedutiva, resgatar a memória da importância dessa fase do Velho Município de Chapecó dentro da realidade brasileira.

Efetuarão-se uma análise dos seguintes aspectos: a ação de colonização, especialmente a Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso; a produção e comercialização madeireira regional, vista sob os dados das Serrarias Santa Izabel, Santo Angelo, São João, da firma Angelo Emilio Grandó e da Cooperativa Madeireira do Vale do Rio Uruguai; a forma utilizada para o escoamento da produção regional; o transporte fluvial com balsas pelo Rio Uruguai, envolvendo uma considerável parcela da população e fatores, mesmo que secundários, foram convergentes para estimular o desenvolvimento regional, provocando, com o passar dos anos, uma expansão comercial e industrial.

Objetivou-se, no presente trabalho, fornecer mais uma fonte de pesquisa e contribuição à História de Santa Catarina.

R E S U M E

La dissertation "Madeira, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai" se rattache directement au processus du peuplement et de l'effective colonisation de la Municipalité de Chapecó.

Le sujet se rapporte à l'époque du développement de l'Ouest de Santa Catarina, par l'établissement de l'activité économique: l'exploitation et le profit des ressources naturelles (le bois).

L'absence de références théoriques et la dispersion des sources documentaires ont exigé l'utilisation d'un nombre considérable de documents incomplets, de nouvelles des journaux et de témoignages oculaires. En échangeant ces données par la comparaison deductive, ce qu'on cherche c'est de racheter la mémoire de l'importance cette ancienne Municipalité de Chapecó, dans l'ensemble de la réalité brésilienne.

Voici les aspects auxquels l'analyse s'attache plus attentivement: l'action de la colonisation, tout spécialement celle de l'entreprise "Colonizadora Ernesto Bertaso"; la production et la commercialisation régionale du bois, d'après des données fournis par scieries "Santa Izabel", "Santo Antônio", "São João", par l'entreprise "Angelo Emilio Grando" et par la "Cooperativa Madeireira do Vale do Rio Uruguai Ltda."; le moyen utilisé pour l'écoulement de la production régionale; la transportation fluviale par des radeaux (Balsas), sur le fleuve Uruguai, avec participation d'une considérable population et d'autres facteurs, lesquels quoique secondaire, dans leurs convergence, ont

stimulé le développement régional et rendu possible l'expansion du commerce et de l'industrie.

L'objectif du présent travail consiste en fournir encore une autre source des recherches et la contribution à l'histoire de Santa Catarina.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade.

A UNOESC (Chapecó), por possibilitar a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos.

Ao Professor Orientador, Dr. Rufino Porfírio Almeida, agradeço o apoio sempre presente com críticas, sugestões, comentários e acompanhamento na elaboração deste trabalho.

Ao Coordenador do Curso de Pós-Graduação em História, Professor Dr. Carlos Humberto Corrêa, pela atenção e solicitude demonstradas.

Aos senhores Alcindo Silva, Alfredo Jandir Grando, Angelo Sartori, Arthur Argeu Lajus (in-Memó-riam), Dante Travi (in-memóriam), Ernesto Pasquali, Euclides Silva (in-memóriam), Generoso Ribeiro do Amaral (In-memóriam), Gentil Bellani, Hermínio Tissiani, Hugo de Almeida Campos, Ines Rotava, Nestor Limongi, Moacir Sartori, Sebastião Hemernegildo dos Santos, Ury Grando e Abigail Marques Zeca, pelas informações e esclarecimentos valiosos que enriqueceram a pesquisa

Aos Diretores (Estanislau, Mauro e Paulo), Avani de Souza (Gerente) e demais funcionários do Ivoram Palace Hotel, pela amizade.

Aos amigos que acompanharam a jornada de trabalho que direta ou indiretamente, estiveram presentes, especialmente Dete Piazza, Nívia Regina Silva e Bali Bossle.

VIII

Ao Kaziú, presença constante, carinho e dedicação.

Ao Professor Alfredo Bays, pela ajuda.

A todos que tornaram exequível o desenvolvimento deste trabalho.

DEDICATORIAS

IX

Ao, meu avô, ex-balseiro José Bellani (in-memóriam), pelo trabalho e luta de vida travada as margens do Rio Uruguai, juntamente com os filhos Ambrósio, Alcides, Atilio, Adelino, Alexandre e Gentil.

A André Marafon (avô materno), comerciante e um dos responsáveis pelas primeiras manifestações de industrialização do setor de carnes em Chapecó. (in-memóriam)

A Gentil e Pierina Marafon Bellani, meus pais.

S U M A R I O

	PAG.

INTRODUCAO.....	1
CAPITULO I -	
1. MUNICIPIO DE CHAPECO.....	6
1.1. Origens Históricas.....	6
1.2. Ações Oficiais da Evolução Político Administrativa no Município de Chapecó.....	18
1.3. Aspectos Gerais da Política Administrativa Municipal.....	23
CAPITULO II -	
2. O POVOAMENTO E A COLONIZACAO.....	35
2.1. A Ação Colonizadora.....	35
2.1.1. Companhias Colonizadoras.....	49
2.1.1.1. Empresa Bertaso.....	49
2.1.1.2. Atuação da Colonizadora Empresa Bertaso.....	56
2.2. A nova frente de atividade econômica regional.....	73
CAPITULO III -	
3. A EXPLORACAO DOS RECURSOS NATURAIS.....	91
3.1. A Madeira - produto principal.....	91
3.1.1. A Mata.....	91

3.1.2. Obstáculos na Atividade.....102

3.1.3. A Indústria Madeireira Regional...118

CAPITULO IV -

4. A PRODUÇÃO MADEIREIRA REGIONAL134

4.1. Panorama Brasileiro.....135

4.2. Aspectos gerais da Política Comercial Brasileira.....143

4.3. Panorama Regional.....158

4.3.1. Serraria Santa Izabel.....160

4.3.2. Serraria Santo Angelo.....166

4.3.3. Serraria São João.....174

4.3.4. Angelo Emilio Grando.....178

4.3.5. Cooperativa Madeireira do Vale do Rio Uruguai.....190

CAPITULO V -

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....201

5.1. O Transporte Fluvial.....201

5.2. A Balsa.....208

5.3. A Largada da Balsa.....222

5.4. A Travessia.....231

5.5. A Remuneração.....243

CONCLUSÃO.....248

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....251

ANEXOS DOCUMENTAIS.....261

ANEXOS:**MAPAS:**

1. Microrregiões de SC (CEPA).
2. Microrregião da AMEOSC ou São Miguel do Oeste.
3. Microrregião da AMOSC ou Chapecó.
4. Microrregião da Amai ou Xanxerê.
5. Planalto do Oeste.
6. Questão de Palmas.
- 7,8 e 9. Divisão Politico-Administrativa de SC
(1872 - 1907 - 1920)
10. Caminhos de Tropas séc. XVIII e XIX.

FIGURAS:

1. Mata e Pinheiros.
2. Pinheiros e o Desmatamento.
3. Transporte de Toras.
4. Transporte de Toras.
5. Extração de madeira nas matas.
6. Carroça para transporte de madeira.
7. Carroça e depósito de madeira.
8. Instantâneo de uma viagem de balsa.
9. Balsas em movimento no rio.
10. Paisagem vista de uma balsa.
11. Transporte de madeira na Polônia.
12. Transporte de madeira na Polônia.
13. Esquema de peça intermediária de uma balsa.
14. Construção de uma balsa.
15. Balsa, Remos e Remadores.

DOCUMENTAL:

DOCUMENTAL:

XIII

1. Esquema do desmembramento do espaço territorial de Chapecó a partir de 1953.
2. Justificativa e Projeto de lei para a fixação da sede do Município de Chapecó, na Vila de Passo Bormann.
3. Ata da Instalação da Empresa Bertaso Maia e Cia. no povoado de Passo dos Índios.
4. Transcrição - cartas do Colonizador Bertaso Berlim e Zurich.
5. Projeto de Lei Nº 41 - Fixando impostos para exportação de madeira (1926).
6. Relação dos proprietários de serrarias localizadas no Município de Chapecó.
7. Prestação de Contas de uma viagem de balsa pelo Rio Uruguai para a República Argentina.
8. Relação dos compradores da Serraria Santo Angelo, por tipo, dúzias e valor em cruzeiros.
9. Relação nominal dos compradores da Serraria Santo Angelo.
10. Relação dos Compradores da Serraria São João, por tipo, dúzias e valor em cruzeiros.
11. Relação nominal dos compradores da Serraria São João.
12. Relação Geral dos compradores da Serraria São João.
13. Patrimônio da empresa madeireira de Angelo Emilio Grando.
14. Registro da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda.
15. Ata da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda
16. Artigo jornalístico.
17. Homenagem ao balseiro.

INTRODUÇÃO

O propósito fundamental do presente trabalho é um estudo sobre o desenvolvimento do processo extrativo dos recursos naturais, da região Oeste do Estado de Santa Catarina. Essa, denominamos de: região do Velho Município de Chapecó, salientando que sua extensão territorial até o início dos anos 50, era de aproximadamente 14 mil km².

Objetiva-se, também, estudar o reatamento dos vínculos do homem cestinio com o seu passado, pois este testemunho é imprescindível como forma de superar suas dependências e definir o rumo de seu crescimento.

Sabe-se que a fase extrativista estendeu-se por mais de meio século de pleno movimento, ocasionando uma ligação comercial da região com os países do Prata. Esse modelo, basicamente, é estruturado, a partir dos seguintes elementos: a existência de reservas florestais, o emprego da força física do homem na exploração das matas, a via aquática do Rio Uruguai e as "Balsas", como meio de transporte de escoamento da produção.

Esta temática, especificamente, ainda não foi abordada de forma abrangente, dentro da Historiografia Catarinense, como de resto, a própria região ressentir-se da inexistência de trabalhos científico-metodológicos na área das Ciências Humanas e Sociais.

A fase do extrativismo constituiu-se na principal atividade econômica após a criação do Município de Chapecó, em 1917, e foi aplicada em larga escala. Ela representa a consequência dos resultados obtidos, a partir da chegada das empresas colonizadoras.

A natureza do estudo, como se observa, concentra-se na exploração dos recursos naturais existentes na floresta que se encontrava na região do Velho Município de Chapecó. A região, onde se localiza o município, no princípio do século em curso, era escassamente povoada e desprovida de qualquer infra-estrutura de comunicação e de bases econômicas. A distância de Chapecó dos centros estaduais e mesmo nacionais fazia dessa região uma zona afastada dos mercados consumidores do País.

A importância do tema está em seu caráter marcante na vida e organização político-econômica dessa região catarinense. Levantam-se algumas hipóteses básicas, considerando que:

- A atividade extrativa determinou uma mudança na vida e na economia regional, no município de Chapecó, introduzindo uma nova força de trabalho, contribuindo para o início do processo de industrialização, a partir da década de 50. A madeira (extração, beneficiamento, comércio interno e exportação), foi o fator principal da economia, na região do município de Chapecó.
- O comércio madeireiro com os países do Prata, utilizando o rio Uruguai, era importante, mas difícil e ingrato, além disso sofria as consequências da política estabelecida pelos países envolvidos.
- O transporte, não só da mata para as serrarias, como destas para o rio, onde se armavam as balsas, na maioria das vezes ocorria sob ameaças de fatores incontroláveis que frequentemente dispersavam e destruíam todo um patrimônio, jornadas de trabalho e até a vida.

- A atividade madeireira originou um fluxo de mão-de-obra, atraindo para a região inúmeros trabalhadores, cuja origem, em sua maioria, provinha do Rio Grande do Sul. Nasceu a necessidade de achar a solução adequada da organização de trabalho: nas matas, nas serrarias, na barranca do rio, na confecção, na largada e na chegada das balsas.
- A nova tarefa econômica impõe aos madeireiros não só a sistematização da organização interna, mas mecanismos para a comercialização.
- Devido às precárias condições de trabalho, surgia a determinação dos que se dedicavam a essa tarefa de obter as leis de proteção individual e coletiva.

Diante deste quadro, procurou-se individualizar, também, as diferentes classes de trabalhadores/ empregados nessa atividade: o dono da madeira, o cortador e arrastador da madeira do mato até as serrarias, à barranca ou canchadas do rio, o prático, responsável pela confecção da balsa; largada, travessia e navegação no rio, até a entrega do produto nas portos platinos e o ajudante - o peão. Fizeram-se, também, referências gerais sobre o valor, perdas e lucros da atividade madeireira.

Delimitamos a faixa de estudo de 1917 a 1950, por se caracterizar, em nosso entendimento, o período em que a Região do Velho Município de Chapecó atraiu considerável fluxo migratório. Assim, o Chapecó, a partir da criação dessa unidade político-administrativa do contexto catarinense, tornou-se, sem dúvida alguma, ponto importante da expansão da fronteira agrícola do século XX.

Em menos de meio século, a região estudada viu crescer sua população de mais ou menos dez mil para a casa de mais de meio milhão de habitantes.

Como já registramos, a ausência de estudos específicos sobre o tema proposto e mesmo de produção historiográfica regional, direcionamos todo o embasamento teórico e metodológico para nossa pesquisa, principalmente, em fontes primárias. Como complemento, utilizamos, ainda, a técnica da História Oral.

Uma copiosa literatura foi obtida através de registro de "memórias" de mais de uma dezena de envolvidos diretamente nesse processo extrativo e comercial madeireiro. Esses, mesmo que expondo o ponto de vista pessoal de madeireiros e/ou balseiros, constituíram-se fonte de informação de valor inigualável.

Referências bibliográficas de autores brasileiros ajudaram, também, a fundamentação e comprovação de nossa pesquisa.

Em Santa Catarina, os arquivos pesquisados foram: da Prefeitura Municipal de Chapecó, da Empresa Colonizadora Ernesto Bertaso, cuja sede foi instalada na cidade de Chapecó e registrada no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó. O arquivo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional também foram objeto de estudo, na parte referente a Santa Catarina.

As documentações jornalísticas existentes na Biblioteca Pública de Florianópolis e da cidade de Chapecó ofereceram-nos valiosos subsídios.

Os capítulos que formam o trabalho, além da introdução e conclusão, podem ser sintetizados:

1. Além do aspecto histórico e geográfico da Região do Velho Município de Chapecó, evidenciou-se, também, a organização político-administrativa dessa unidade catarinense.
2. Análise do povoamento e do processo da política de colonização implantada.
3. Resultados dessa política de colonização: a instalação das companhias de colonização, destacando-se a Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso; o aparecimento de uma nova fase econômica de abrangência regional - a indústria extrativa da madeira.
4. A forma e os meios utilizados pela população: mão-de-obra, escoamento da produção, resultados obtidos.

Em suma, o desenvolvimento dos assuntos iniciou-se a partir da consideração da necessidade do conhecimento das historiografias regionais. Em consequência, com plena consciência e para dar uma visão mais abrangente da historiografia catarinense, escolhemos nosso tema.

Na concretização do tema escolhido, levamos em conta o caráter histórico, uma vez que a extração da madeira deixou marcas nos personagens envolvidos neste quadro de organização, no Velho Município de Chapecó.

O período analisado marcou gerações de colonizadores, representados não só pelo madeireiro (dono), como também um considerável contingente de trabalhadores que estiveram envolvidos. Foram eles que propiciaram a ligação inicial do atual processo econômico que perpassa pela região cestina: a agroindústria.

I - MUNICIPIO DE CHAPECÓ: AS ORIGENS HISTÓRICAS

Nas origens do processo de desenvolvimento sócio-econômico do espaço territorial estudado, é válido traçar-se uma breve definição do que denominamos como a Região do Velho Município de Chapecó e do Município de Chapecó dos dias atuais.

A expressão "Velho Município de Chapecó" é muito usada pelos antigos moradores e descendentes dos colonizadores, referindo-se à extensão territorial que possuía o Município de Chapecó, desde sua criação, em 1917 até o primeiro desmembramento ocorrido na década de 50.

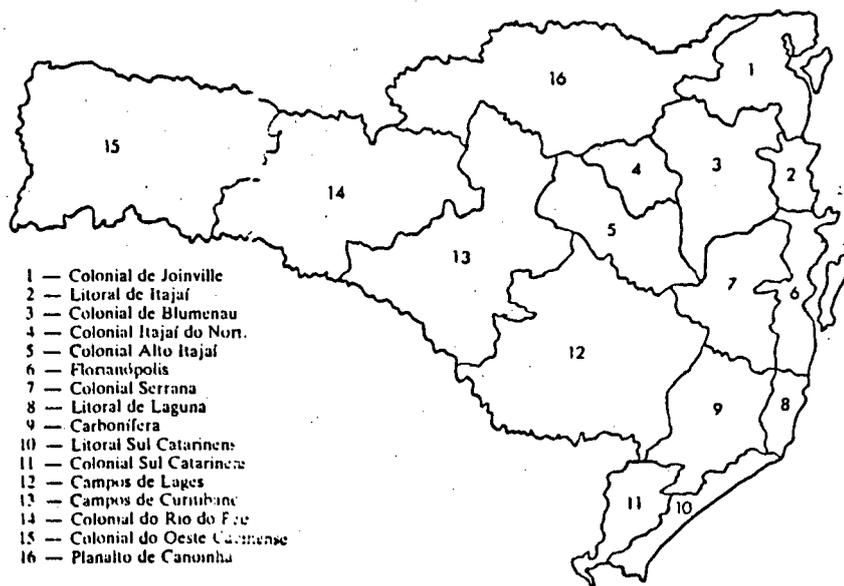
O Município de Chapecó atual, conhecido como o "Município Mãe", deu origem às divisões político-administrativas que compõem as microrregiões catarinenses da AMOSC, AMEOSC e AMAI⁽¹⁾, excluindo, apenas, o Município de Ponte Serrada (SC). Dos aproximados 14.000 mil km² de seu território, hoje em função dos desmembramentos municipais, possui uma área de 990 km², cuja sede urbana apresenta uma área de 67 km². (Anexo 01)

Para efeito de planejamento, o Instituto CEPA⁽²⁾ (SC), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, define essa região homogênea de "Colonial do Oeste Catarinense" (Mapa 01), a qual denominamos de "Região do Velho Município de Chapecó". Atualmente os limites do Município de Chapecó, conforme dados IBGE, são:

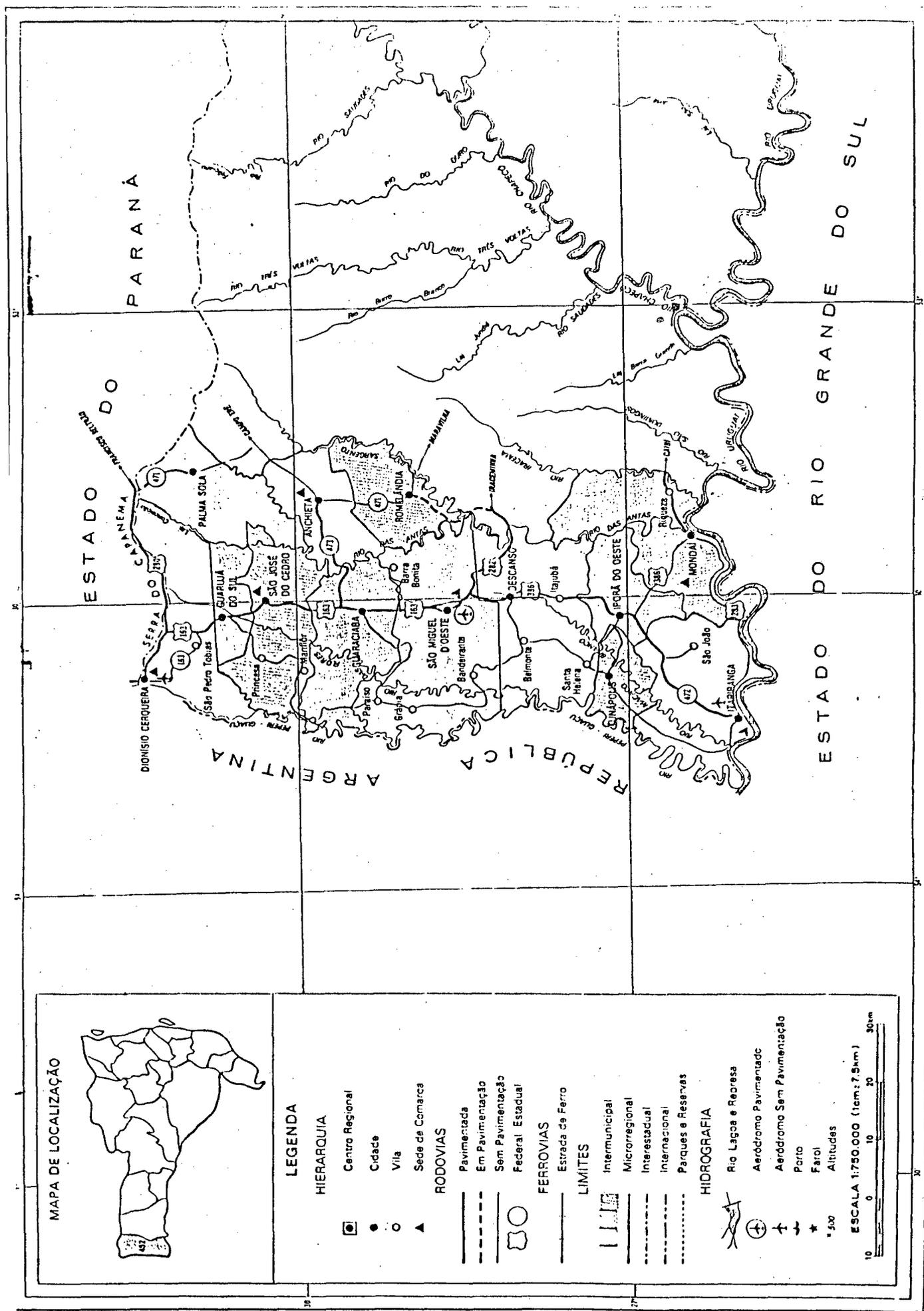
-
1. AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense. (Mapa 02)
AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense. (Mapa 03)
AMAI - Associação dos Municípios do Alto Irani. (Mapa 04)
 2. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de SC.

MAPA 1

MICROREGIÕES DE SANTA CATARINA



Fonte : Instituto CEPA / SC - 1.988.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO



LEGENDA

- HIERARQUIA**
- Centro Regional
 - Cidade
 - Vila
 - Sede de Comarca
- RODOVIAS**
- Pavimentada
 - Em Pavimentação
 - Sem Pavimentação
 - Federal
 - Estadual
- FERROVIAS**
- Estrada de Ferro
- LIMITES**
- Intermunicipal
 - Microrregional
 - Interestadual
 - Internacional
 - Parques e Reservas
- HIDROGRAFIA**
- Rio Lagoa e Represa
 - Aeródromo Pavimentado
 - Aeródromo Sem Pavimentação
 - Porto
 - Fazal
 - Altitude
 - 500
- ESCALA 1:750.000 (1cm:7,5km)
- 0 10 20 30km

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



LEGENDA

HIERARQUIA

- Centro Regional
- Cidade
- Vila
- ▲ Sede de Comarca

RODOVIAS

- Pavimentada
- - - - - Em Pavimentação
- Sem Pavimentação
- Federal Estadual

FERROVIAS

- Estação de Fim

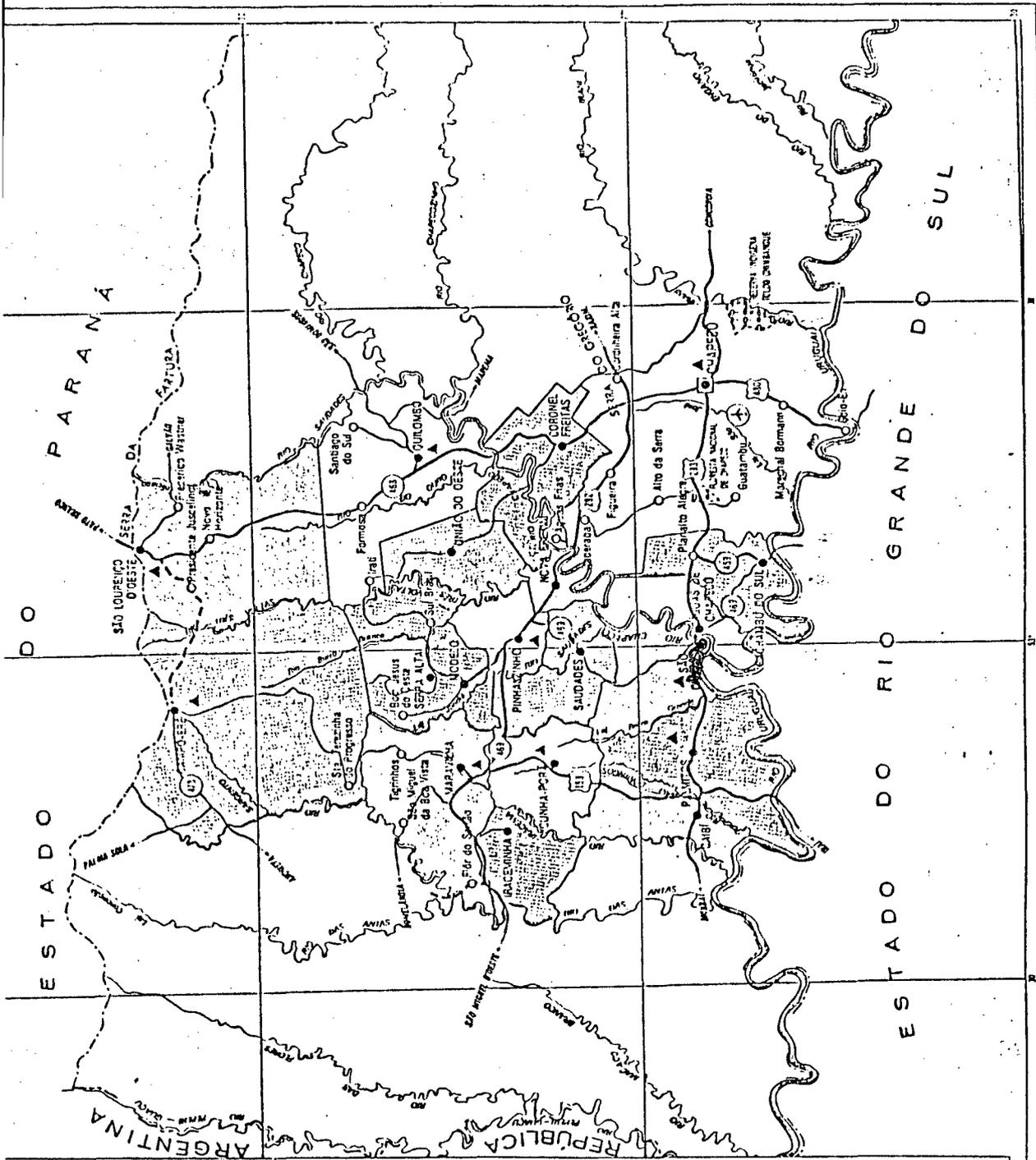
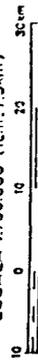
LIMITES

- ▬ Inter municipal
- ▬ Micro regional
- - - - - Interessadas
- - - - - Internacionais
- - - - - Parques e Reservas

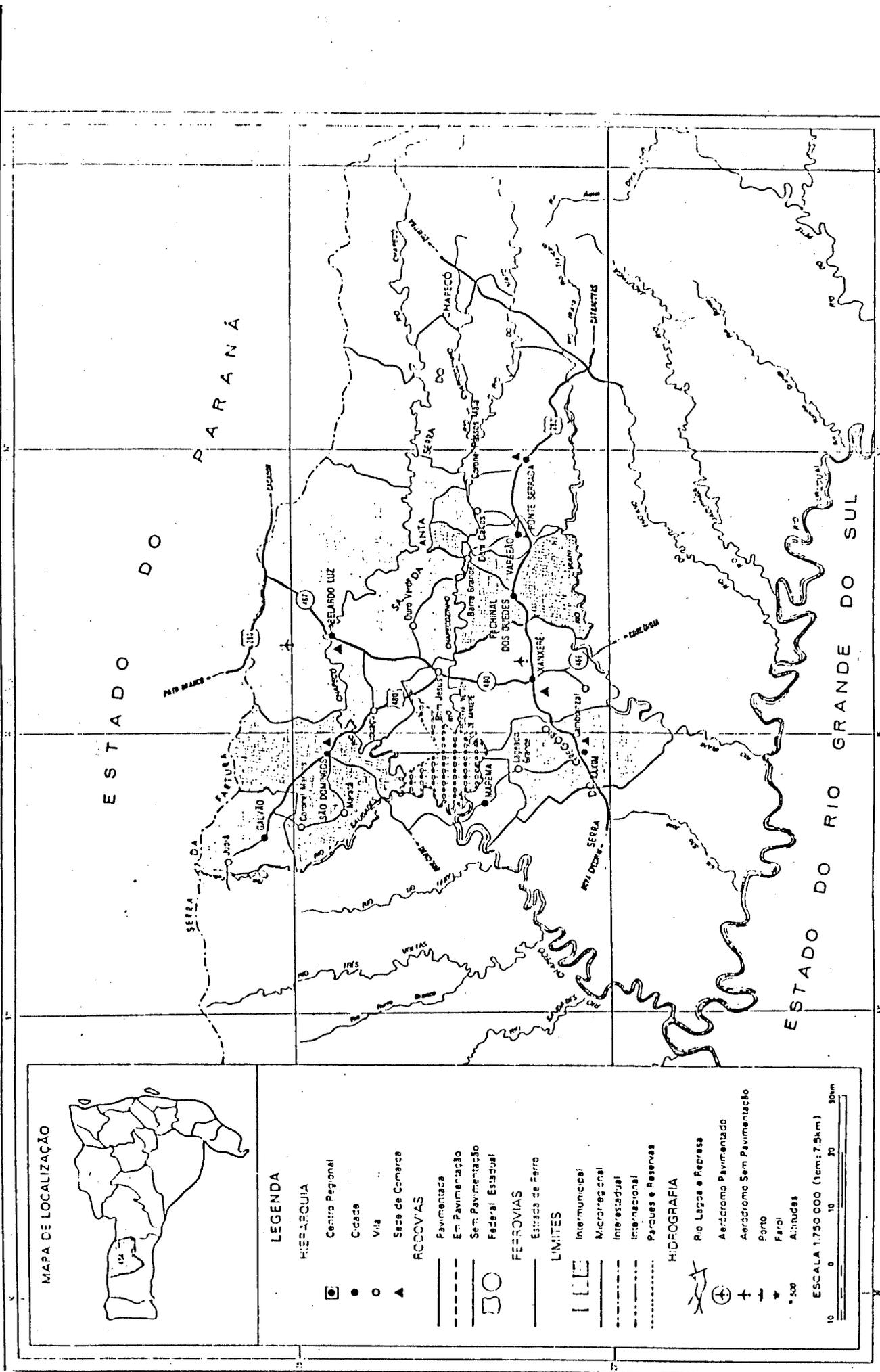
HIDROGRAFIA

- Rio Lagos e Represa
- ⊕ Aeroporto Pavimentado
- ⊕ Aeroporto Sem Pavimentação
- ⊕ Porto
- ⊕ Farol
- * Altitude

ESCALA 1:750.000 (1cm:75km)



MAPA 3



MAPA 4

Norte - Município de Coronel Freitas;
Sul - Estado do Rio Grande do Sul. O rio Uruguai é o divisor;
Leste - Municípios de Itá, Seara e Xaxim;
Oeste - Município de Nova Erechim e Caxambu do Sul.

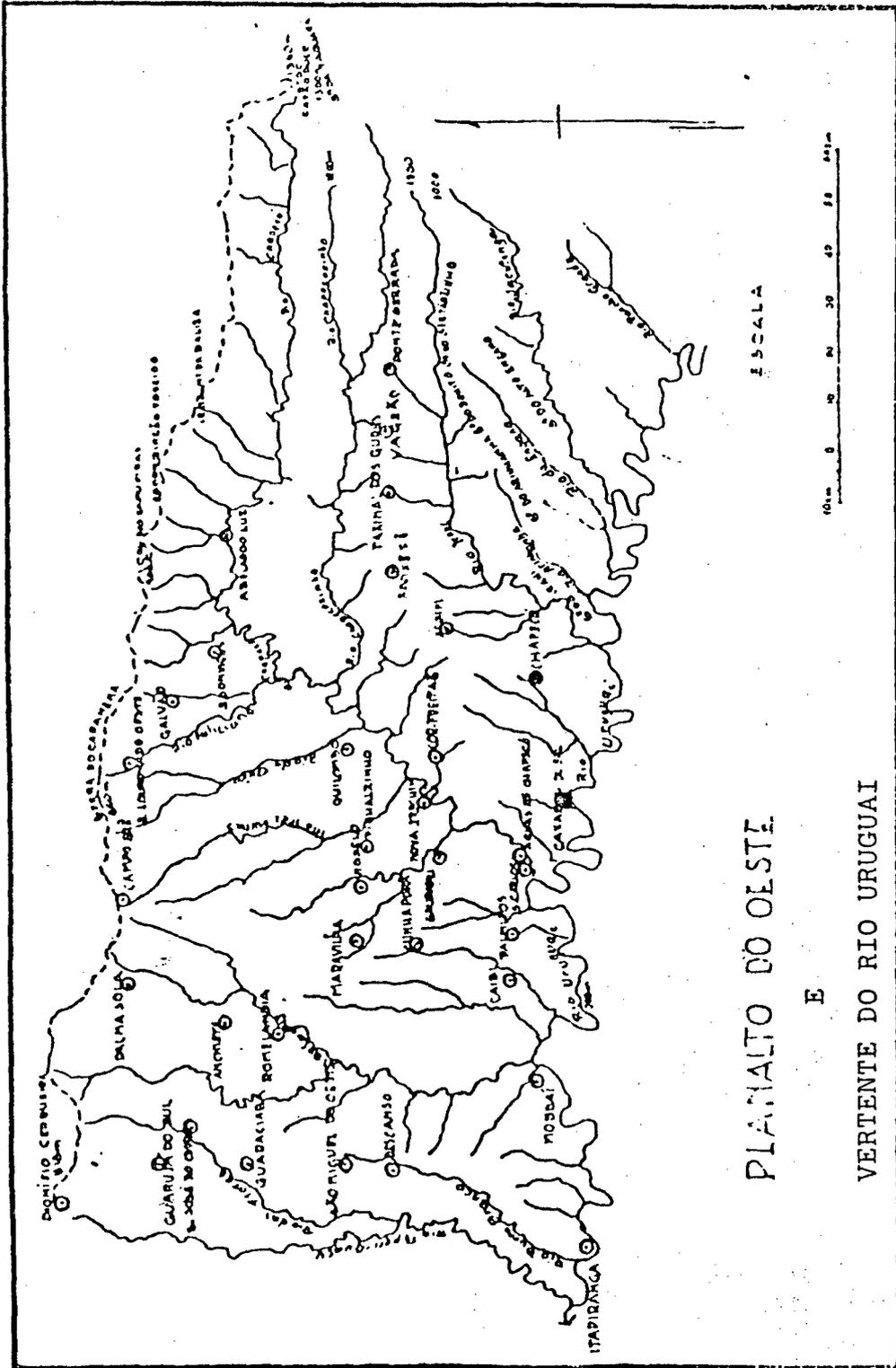
Na antiga extensão territorial do "Velho Município de Chapecó", os limites iam desde o atual Município de Joaçaba (SC), até a fronteira com a República Argentina. Essa região, como vimos, está localizada na parte mais ocidental do Planalto Catarinense. (Mapa 05)

Nesse contexto territorial da Região Oeste do Estado de Santa Catarina, constata-se que o mesmo representou o último reduto de povoamento e colonização das terras catarinenses.

Dentro de uma retrospectiva histórica, desde os tempos do Brasil-Colônia, a região mencionada foi objeto de questões de domínio de sua área.

Espanhóis e portugueses a disputaram; por extensão argentinos e brasileiros também a queriam. Apesar da definição dos embates, a nível internacional (Mapa 6), quase que imediatamente passou a ser alvo de disputa territorial, a nível "doméstico"; agora, envolvendo os Estados de Santa Catarina e Paraná, conhecida como "Questão do Contestado". Durante um século, paranaenses e catarinenses utilizaram-se de uma gama de ações político-jurídicas, lutaram pela definição de seus respectivos territórios.

Esta temática já foi abordada dentro da Historiografia Brasileira. Ela foi apreciada, especialmente, por Manoel da Silva Mafra, através de sua "Exposição Histórico-Jurídica" (1899), por parte do Estado de San-



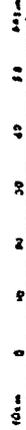
MAPA 5

PLANALTO DO OESTE

E

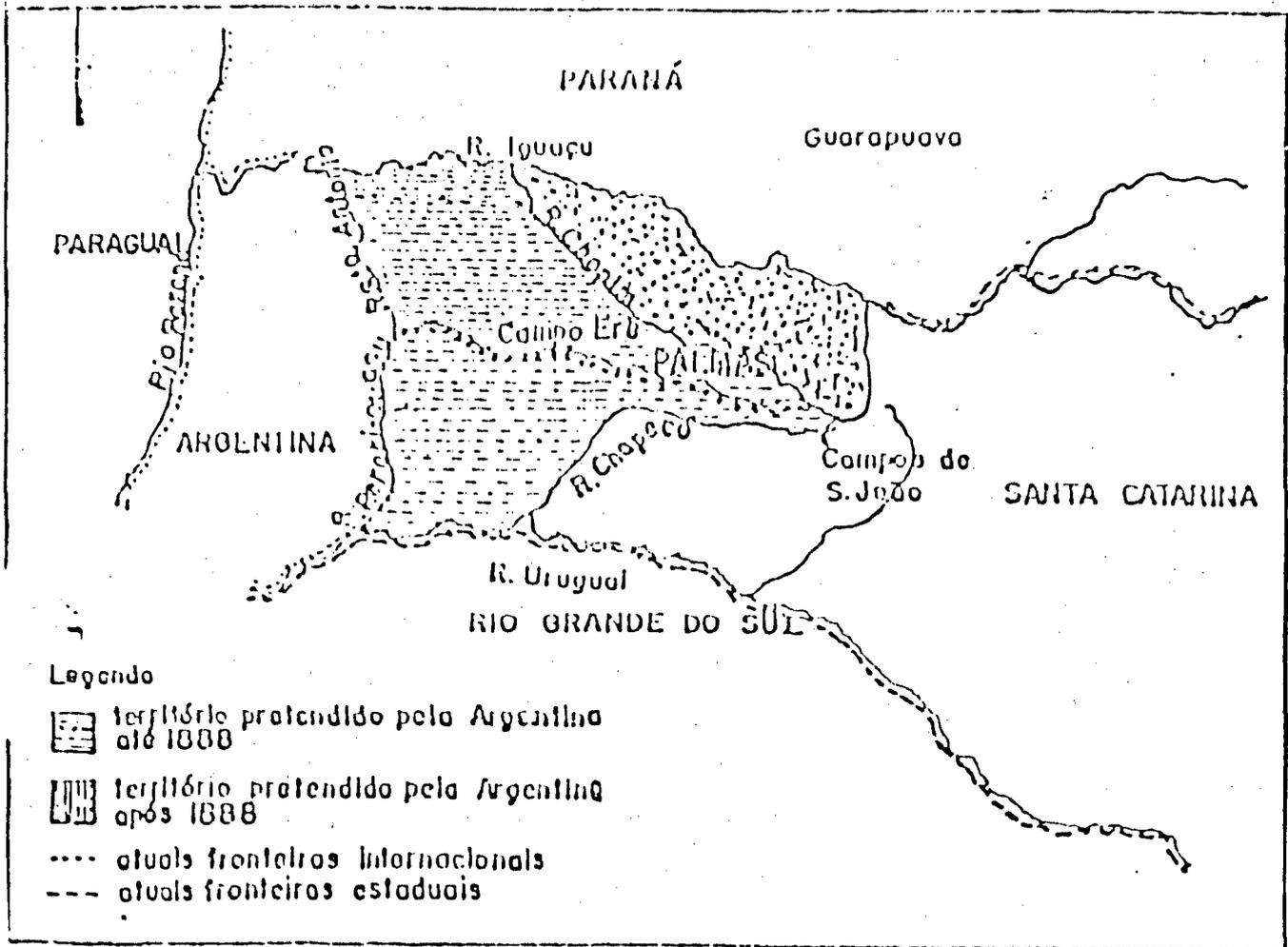
VERTENTE DO RIO URUGUAI

ESCALA



Fonte: Peluso, Victor Antonio (1936, p. 26)

QUESTÃO DE PALMAS



MAPA 6

Fonte: Reproduzido de:
WACHOWICZ, Rui C. in Paraná, Sudoeste, Ocupação e Colonização.

ta Catarina, sobre a Questão de limites com o Estado do Paraná⁽³⁾. Pelo historiador Walter Fernando Piazza, em diversos trabalhos e, outras monografias de autores catarinenses também reportam-se a esse período de disputa das terras entre os dois Estados da Federação.

Nesta área, portanto, procurar-se-á, no decorrer da presente dissertação, acompanhar historicamente o desenvolvimento da Região do Velho Município de Chapecó, após sua criação, em decorrência do "Acordo de Limites", assinado entre as partes (PR e SC).

Tradicionalmente, a cidade de Chapecó tem comemorado e festejado, anualmente, a data de "25 de Agosto" como dia de seu aniversário. Faz exatamente 74 anos que, nesse dia do ano de 1917, o Governador de SC, Felipe Schmidt, sancionou a lei que criava o Município de Chapecó.

Passo dos Índios (atual cidade de Chapecó) representava o caminho obrigatório entre as vilas de Passo Bormann e Xanxerê. Foi nesse local que, em 11 de fevereiro de 1922, a Empresa Colonizadora Bertaso Maia assentou o primeiro marco do "Povoado Chapecó" e da sede da referida empresa. Portanto, foi dado um novo nome ao lugar até então conhecido como Passo dos Índios ou Lajeado dos Índios.

(3) "Iam, dia a dia, tornando-se mais radicais as posições e as animosidades entre as autoridades dos dois Estados, através da ação das autoridades, que se escudavam no direito da força, com apoio de contingentes militares e isto até 1896, quando no Governo do Estado de Santa Catarina Dr. Hercílio Pedro da Luz, entregou a defesa dos direitos catarinenses, junto aos Tribunais, ao sr. Dr. Manuel da Silva Mafra, jurista catarinense, da mais alta qualificação, que, para tanto baseado em documentação histórica e jurisprudência pertinente, produziu a monumental obra." "Desencadeia-se, daí para diante, a questão de limites em termos de disputa judiciária, pois até então os trâmites administrativos e legislativos não tinham finalizado com a pendência." (Piazza, 1983, pg 584/585. A "Exposição Histórico-Jurídica" do Conselheiro Mafra, tornou-se peça fundamental para o "Acordo", celebrado no Rio de Janeiro, entre os dois Estados de Santa Catarina e Paraná, o qual pôs termo a questão de limites entre os mesmos e, 20 de outubro de 1916, ratificado por Lei da Republica N^o 3.304 de 3 de agosto de 1917

Quando da criação do Município de Chapecó, existiam diversos povoados, originários do século XIX, e Passo dos Índios (atual cidade de Chapecó) era um deles. A disputa entre Passo Bormann e Xanxerê, no período de 1917/1931, para ser a sede municipal, ocasionou a fixação da mesma na povoação de Passo dos Índios, em 2 de maio de 1931. A partir de 1977, a comunidade chapecoense passou a comemorar esta data, como sendo o dia do aniversário e fundação da cidade de Chapecó.

Não se sabe se a troca de nomes pela empresa de colonização teria sido assimilada pela população do município e do próprio Passo dos Índios, já que se tratava de uma iniciativa particular. Outro documento legal sobre os nomes de Chapecó, que chama atenção, é o Decreto nº100, de 9 de abril de 1931, que determinou a definitiva fixação da sede municipal na Povoação Passo dos Índios, substituindo a antiga sede do Município (Passo Bormann), que passaria a denominar-se "Passo dos Índios". Novamente houve a troca de nome, nessa oportunidade de forma legal, que acabou também não sendo acatada, na análise dos documentos consultados.

Essa situação comprova-se nos expedientes do Poder Executivo Municipal, como por exemplo, no Edital e Atas de Julgamento das propostas apresentadas no Paço Municipal, para o arrendamento das Águas Termais do Rio Chapecó (Palmitos e Caxambu), datados de abril e maio de 1937.

Também a nível do Poder Legislativo de Chapecó, observa-se que, na data 4 de junho 1937, quando votou a vacância do cargo de Prefeito e de três Vereadores que não haviam comparecido para a posse na

data estabelecida pela Justiça Eleitoral, referia-se à Vila Passo dos Índios e não a Chapecó.

No final do referido instrumento legal assim está registrado: Sala das Sessões da Câmara Municipal, Vila de Passos dos Índios, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. Celestino José do Nascimento, Vicente Cunha e Pedro Maciel (Vereadores).

Somente a partir de 1939 essa situação veio a ser alterada, quando o nome Chapecó é definitivamente empregado para designar a Vila (Passo dos Índios) que abrigava a sede municipal. Nessa data o Conselho Nacional de Geografia, em sua preparação para a organização do Censo de 1940, sentiu a necessidade de estabelecer-se um novo Quadro Territorial da República. Assim, conforme dispositivo legal, criaram-se, nas Unidades da Federação os Conselhos Estaduais de Geografia, bem como Diretórios Municipais. Em Santa Catarina, o referido trabalho ficou ao encargo do Geógrafo Victor Peluso Junior e José Nicolau Born. Nesse mesmo ano o governo catarinense regulamentou o referido decreto para aplicação em território estadual.

O Decreto-Lei (Federal) Nº 311/38 também havia baixado instruções para a elaboração desse novo quadro territorial e do futuro recenseamento nacional. Por este censo, pela primeira vez, seria feito um levantamento nas zonas urbana e rural. Conforme o referido decreto-lei, os distritos sedes dos municípios passariam a ter o mesmo nome. Assim, Passo dos Índios, sendo o distrito sede do Município de Chapecó, automaticamente passou a receber o nome Chapecó.

Em Passo dos Índios, numa sessão solene, presidida pelo Juiz Federal Dr. Selistre de Campos, autoridades, e contando com a presença de representan-

tes do Conselho Nacional de Geografia, Dr. Boaventura de Haro Varella, procederam as modificações legais. Ainda de conformidade com a legislação federal e regulamentação estadual, a Vila de Passo dos Indios recebeu o foro de cidade; nessa oportunidade alguns distritos do Município foram investidos na categoria de vilas.

Pode-se, assim, detectar que, no período do estudo proposto, temos imensuráveis aspectos da vida sócio-político-administrativa que se desenvolveram na área identificada.

1.1. Ações Oficiais da Evolução Político-Administrativa, no Município de Chapecó

A falta de trabalhos específicos, analisando o Amago da questão referente aos primeiros contatos de civilização nessa parcela territorial do Estado de Santa Catarina, evidencia-se em alguns aspectos referentes ao povoamento regional.

Sem dúvida alguma, esses primeiros momentos, estão ligados aos paulistas em sua marcha rumo ao sul do Brasil.

Com a chegada desses pioneiros, houve o encontro com a população indígena. Por outro lado, constatase que, por mais de um século, esteve a região envolvida em litígios para determinar a quem ela efetivamente pertencia. Temos a presença de Comissões Oficiais para efeito de demarcação dos limites das terras em contenda, desde a época da delimitação do Tratado de Madrid (1750), envolvendo espanhóis e portugueses. (Mapa 06)

Tropeiros, aventureiros, funcionários e outros, cada um deixou seu rastro na penetração desse território. Assim, pequenos povoados ou lugares de descanso são firmados. Contudo, há que se ressaltar que, por mais de um século, a região servia muito mais de passagem para o sul do País do que propriamente um lugar de povoamento e colonização.

Quanto às ações administrativas oficiais enumeram-se as seguintes:

a) Criação da Colônia Militar de Xanxerê, em 16 de novembro de 1859. Essa decisão está imbuída mais sob o ponto de vista estratégico e de segurança nacional, podendo ser considerada como o primeiro

projeto de administração para a região. Apesar de quantitativamente não apresentar grandes percentuais no aumento populacional em sua jurisdição, viabilizou o início da ocupação, implantou as bases definitivas do povoado onde ficou sediada (Xanxerê).

O atual município catarinense de Xanxerê foi escolhido como sede dessa unidade político-militar. Mesmo a sua tardia implantação deixou marcas de povoamento, a nível regional: construção de quartel, casas para os moradores, doação de terras e material para o trabalho, cuidados da saúde pública, criação de escolas, além de editar o primeiro jornal regional "O Xanxerê".

b) A criação do Município de Chapecó, no antigo território que foi objeto de disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná. (Mapa 07,08,09). Através da lei nº 1.147, de 25 de agosto de 1917, Santa Catarina dividiu a área em quatro municípios. Assim, ficaram política, administrativa e juridicamente catarinenses os Municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro (Joaçaba) e Chapecó.

Desse momento em diante, começa a integração definitiva aos quadros da política catarinense, uma região carente de recursos pelo poder público, e de acesso extremamente difícil. Novas formas e forças de trabalho surgem.

Nesta época, inicia-se o povoamento da região, rica em erva-mate e madeira. Fluxos migratórios tornam-se intensos.

c) Novas ações de apoio e incentivos do governo estadual se fazem sentir, todas voltadas para a colonização imediata da região. São as Companhias Colôni-

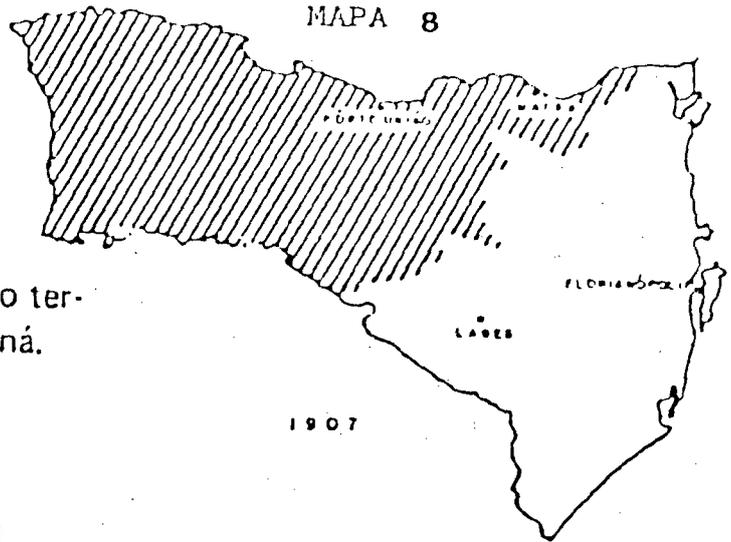
MAPA 7



Mapa de SC antes da Assinatura de acordo de limites com o Estado do Paraná

Fonte: Santos (1977, p. 104)

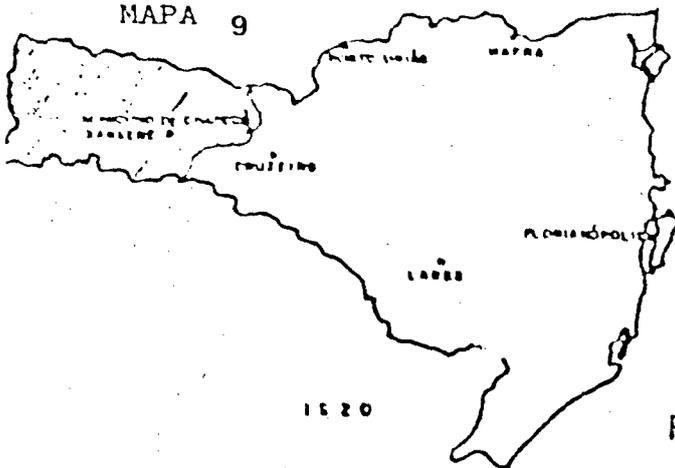
MAPA 8



Santa Catarina, acrescida do território pertencente ao Paraná.

Fonte: Santos (1977, p. 104)

MAPA 9



O município de Chapecó, integrado definitivamente ao território catarinense.

Fonte: Adaptação de SANTOS (1977, p. 104)

OS LIMITES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
EM TRES MOMENTOS DISTINTOS

Fonte: Adaptação de Santos (1977, p.104)

zadoras que se instalam, em diversos pontos da área. Foram elas as responsáveis pela intensificação dos fluxos migratórios, atraindo centenas de famílias.

d) Instituição do Território Federal do Iguaçu, formado por uma parcela territorial do Estado do Paraná e de Santa Catarina. Criado em 1943, extinto após a promulgação da Constituição de 1946.

A criação dessa unidade da federação estava em estudos desde o ano de 1933, quando se realizou uma conferência entre Ministros de Estado e outras autoridades, que redefiniram as fronteiras dos Estados com a criação de cinco territórios: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu. Novamente o aspecto da soberania nacional foi um dos fatores determinantes. Consumada sua instalação, em setembro do ano de 1943, teve como jurisdição o Velho Município de Chapecó e parte do Estado do Paraná.

e) A primeira divisão político-administrativa, novos municípios na área do Velho Chapecó, a partir dos anos 50, efetivou-se em 1953, em decorrência de uma fase de ebulição regional, provocada pelos fluxos migratórios oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. As antigas sedes distritais fortalecendo-se, desmembram-se do "município mãe". (Anexo 01)

f) A criação de uma secretaria da Administração Estadual, com sede na cidade de Chapecó, no início dos anos 60, nascendo, assim, a Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste, tendo como objetivo a integração e o desenvolvimento regional em todos os sentidos.

g) Nos anos 50/60, temos a fixação das primeiras indústrias de alimentos na região. A partir de 1970, através do reforço de novas ações oficiais e de

incentivos recebidos, decorre a transformação da incipiente ação industrial regional na dinâmica dos dias atuais: a agroindústria. Assim foi determinada uma nova mudança na vida regional.

Nestas circunstâncias, para efeito do trabalho, há de se considerar, especialmente, que foram os recursos naturais o fator principal da ocupação e colonização, para que a mesma se efetivasse.

A ocupação do espaço vazio da área do Velho Município de Chapecó, quando de sua criação (1917), precisava ser intensificada. Ela está histórica e economicamente ligada ao desbravamento da mata. Assim, Chapecó correspondia a uma nova frente de terras virgens, que foram trabalhadas com a derrubada indiscriminada da floresta nativa. Este é o momento em que, também, a Administração Municipal toma seus rumos.

1.3. Aspectos Gerais da Política

Administrativa Municipal

Devido a sua localização geográfica, e por ser uma área de conflitos sobre seu território, a Região do Velho Município de Chapecó só passou a existir como parte integrante do Estado de Santa Catarina entre os anos de 1916 e 1917.

Nessa ocasião, os governadores de Santa Catarina Dr. Felipe Schmidt e o Governador do Paraná, Afonso Alves de Camargo, após anos de discussão e de ações impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal, para assegurarem a posse da área de litígio, assinam no Rio de Janeiro, o fim dessa contenda. O "Acordo de Limites", datado de 20 de Outubro de 1916, homologado pela Lei nº 3304 de 3 de Agosto de 1917, são os instrumentos legais que colocaram a termo a disputa da área do Ex- Contestado.

Solucionada a questão dos limites, cabia, agora, ao Estado de Santa Catarina, programar ações e planos para a investidura de posse definitiva da área incorporada. A criação do Município de Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União, constituiu-se na principal ação governamental na região.

Necessário é sublinhar algumas características que a região do Velho Município de Chapecó apresentava na época de sua criação.

Registre-se, porém que, todos os eventos relacionados, anteriormente, foram importantes para a organização política, não só administrativamente, como a nível da formação da sociedade catarinense, e, o consequente aparecimento de lideranças locais.

Santa Catarina, de posse da área do ex-Contestado, teve incorporadas diversas localidades e vilas, muitas das quais antigas sedes distritais da organização administrativa paranaense. Na jurisdição que formou o Município de Chapecó, temos: antiga Colônia Militar do Xanxerê, Passo Bormann, Passo dos Índios (cidade de Chapecó), Campo Erê, Serrinha, Antas (São Domingos), Barração (Dionísio Cerqueira).

Dessas, há de se destacar, as duas vilas que formavam o centro das atenções da vida regional, não só pela sua posição geográfica, mas devido as estruturas e lideranças existentes, Passo Bormann, sede distrital do Município de Palmas (PR) e a Vila de Xanxerê, antiga sede da ex-Colônia Militar. (Anexo Nº02)

Basicamente, o centro administrativo regional, girava em torno dessas duas vilas. Assim, quando do encaminhamento do projeto de lei ao Poder Legislativo de Santa Catarina, que originou a Lei nº 1147, de 25 de Agosto de 1917, determinando a divisão da região incorporada em quatro municípios, se constata que não houve consenso quanto à fixação de qual das duas localidades seria a sede do Município de Chapecó.

No referido decreto a sede indicada foi a Vila de Passo Bormann, mas também, constatou-se que não houve, a nível regional, aceitação nesse sentido.

Diversas manifestações das lideranças locais, contrárias ou favoráveis, foram encaminhadas à Casa Legislativa do Estado Catarinense. Essas identificavam a existência de divergências entre lideranças e moradores das duas vilas: Xanxerê e Passo Bormann. Houve diversas propostas, oriundas da região, defendendo a fixação da sede municipal, inclusive, até foi sugerida

a realização de plebiscito para definir-se qual seria a vila/sede, o que não aconteceu.

O Poder Legislativo acatou uma emenda de um de seus pares, aprovando que a sede seria provisoriamente na vila proposta, Passo Bormann. Por extensão, também, posteriormente, caberia indicar a sede definitiva do município e da comarca.

Entretanto, a definição dessa situação, prolongou-se por 14 anos, e, somente em 9 de abril de 1931, através do Decreto Nº 100 do Interventor Federal Interino de Santa Catarina, Coronel Luiz Carlos Moraes, o Município de Chapecó teve fixada, definitivamente sua sede. A sede municipal ficou na antiga Vila de Passo dos Índios.

Portanto, ficaram anuladas as pretensões e solicitações das lideranças de Passo Bormann e Xanxerê, na primazia de sediarem o município, durante o período de 1917/1931.

Oficialmente, desde a instalação do Município e da Comarca de Chapecó, em 1917, a sede municipal, em 14 anos, por quatro vezes vai ser transferida. As vilas mencionadas revesaram-se na disputa para abrigarem em seus limites a administração municipal.

A sede provisória, em 1919, foi transferida para Xanxerê, retornando a Passo Bormann, em 1923; e, novamente, será transferida para Xanxerê, em 1929 e Passo dos Índios, em 1931.

A vida político - administrativa do município, desenvolveu-se assim, em meio às disputas e afirmações das lideranças das vilas. Evidentemente que as soluções legais, nos primeiros 14 anos de vida do município destino, não agradaram a nenhuma das partes. Essas,

contribuíram, sim, para acentuar as possíveis rivalidades existentes.

Assim, inicia-se um período que ocasionou uma situação de instabilidade administrativo-econômica, na vida regional:

a) Entre Superintendentes Titulares e Substitutos; por 14 ocasiões a chefia da administração municipal foi alterada;

b) Precárias foram as ações da organização administrativa municipal, provocadas, em parte, pelo abandono do Governo Estadual, que não oferecia ajuda à região;

c) Inexistência de uma estrutura econômica que oferecesse retorno imediato de apoio e ajuda;

d) Em meio a isso tudo, o empreendimento comercial e colonizador de diversas empresas colonizadoras se instalam;

e) Retração no comércio de terras na região. Essas, de pouco valor, inicialmente, apenas, ofereciam possibilidades para a exploração dos recursos naturais existentes.

Em meio a esse quadro, ressalta-se que, a situação que o País atravessava, deixou também suas marcas na comunidade cestina regional.

Com o advento do movimento político que resultou na Revolução de 30, observa-se no município de Chapecó o aparecimento de novas lideranças políticas, engajadas no movimento da Aliança Liberal, fazendo oposição ao Partido Republicano Catarinense e a seus líderes. Essas, representadas pelos opositores, a nível

estadual, do "hercicismo"⁴ e seus seguidores e, a nível nacional, contra o governo federal.

A partir desse momento, a vida municipal de Chapecó acompanha todas as movimentações que ocorrem na vida brasileira. Particularmente, seu território continuava a receber levas de migrantes. Os reflexos da colonização iniciada, a partir de 1920, são sentidos. Os primeiros resultados aparecem com as novas estruturas sócio-econômicas que apresentam, agora, mais consistência. Essas foram decorrentes da atividade extrativa madeireira que se implantou regionalmente.

A deflagração do segundo conflito mundial, originando mudanças em todos os setores da vida brasileira, determinou a adoção de medidas administrativas, sociais, econômicas, políticas e de segurança nacional. Dessas, registramos uma, a criação dos Territórios Federais. Assim, em 1943, nasce o Território Federal de Iguaçu.

O mencionado território, formado pela área do Município de Chapecó, em Santa Catarina, e dos municípios de Clevelândia, Mangueirinha, Iguaçu e a Foz do Iguaçu, pertencentes ao Estado do Paraná. Essa nova redistribuição do território catarinense veio alterar a continuidade da administração municipal de Chapecó, iniciada em 1917.

No Relatório do Major João Garcez do Nascimento, Governador nomeado em Janeiro de 1943, para o Território do Iguaçu, encaminhado ao Dr. Alexandre Marcondes Filho, Ministro do Estado da Justiça e Negócios Interiores, datado de 17 de abril, de 1944,

4. Hercicismo, linha de ação político-administrativa, estabelecida pelo ex-Governador Hercílio Pedro da Luz e seus seguidores.

tem-se uma visão da situação geral dessa unidade e da região cestina:

- há imensas florestas, onde sobressai o pinheiro em meio a grande quantidade de madeiras de lei;

- cerca de 100 mil habitantes vivem insulados, pouco podendo produzir para exportar;

- há em toda parte falta absoluta de meios de transportes e as comunicações precárias;

- a exportação de madeira na região do Chapecó é a principal para a República Argentina, via Rio Uruguai;

- o comércio no Porto Goio-En (Chapecó) é intenso, onde estavam aguardando as cheias do rio cerca de 14 milhões de cruzeiros em madeira, prontas para a exportação.

A existência do Território Federal do Iguaçu estendeu-se, apenas, pelo período aproximado de quatro anos. Na elaboração da Constituição Federal, promulgada em setembro de 1946, o mesmo acabou sendo extinto.

As razões da criação do Território Federal do Iguaçu, englobando o Velho Município de Chapecó, bem como sua administração e resultados oferecidos à região, constituem, ainda, objeto de pesquisa e análise. Em âmbito regional, nada se publicou sobre esse tema. Existe, em nosso entender, uma lacuna de informações de dados e mesmo de documentação, necessitando ser analisada.

A imprensa local, durante a existência do mesmo limitou-se a registrar pouca coisa. Chama-nos a atenção um artigo publicado pelo Jornal "A Voz de Chapecó",

em julho de 1946, antes mesmo da extinção legal dessa unidade administrativa da federação.

No registro jornalístico, acha-se expressa a posição daqueles que eram contrários à medida constitucional. No artigo intitulado "Não Queremos Voltar", de autoria de Avio Bitencourt Ribas, Funcionário Federal, que atuou na região, o mesmo historiou as vantagens da existência dessa unidade nacional, vindo a colocar-se veementemente contra os "lobbies" que, segundo ele trabalhavam para a extinção.

"...anteriormente antes da criação do Território, os catarinenses e paranaenses, tinham a desdita de residir nestas bandas, viviam completamente esquecidos dos poderes públicos. Suas zonas, para efeitos administrativo, eram consideradas simplesmente como extremos territoriais dos Estados respectivos, cujos habitantes, quais párias infelizes, não mereciam fóros de cidadania, por parte dos poderes constituídos. Só eram lembrados para a arrecadação de impostos e em campanhas eleitoriais." (5)

Já num artigo de autoria do Diretor- Gerente Olinto Zimmermann, do mesmo órgão de imprensa, tem-se uma posição contrária:

"Passada a noite tenebrosa que foi para Chapecó o nefasto Território do Iguaçu, começou nossa cidade (Chapecó) o seu desenvolvimento e, como era de se esperar, as construções tem tomado vulto, após o início da gestão do governo catarinense" (6)

Contudo, é verdade que os oestinos oferecem poucas informações desse período. Nos depoimentos constantes das entrevistas realizadas, a atuação na região do Território do Iguaçu quando eventualmente mencionado, de expressivo nada apontam.

Nesse tempo, diversos Prefeitos foram nomeados, distinguindo-se um deles, Serafin Enoss Bertaso,

5. Jornal A Voz de Chapecó. (Chapecó) 10/7/1947. pg 2.
6. Jornal A Voz de Chapecó. (Chapecó) 8/2/1948. pg.2

filho de Ernesto Francisco Bertaso, cuja atuação de colonizador será analisada, posteriormente, e que assumiu a Prefeitura de Chapecó em 1945. Serafin Enoss Bertaso havia sido designado Prefeito Municipal de Chapecó pelo primeiro Governador do Território, Coronel João Garcez do Nascimento, posteriormente convidado a permanecer no cargo, no período de Governo do Major Frederico Trota.

Quando do retorno administrativo e político do Velho Município de Chapecó, ao Estado de Santa Catarina, do qual havia sido desmembrado para compor o referido território, o Interventor Federal de Santa Catarina Udo Deeke, estende convite a Serafin Bertaso para permanecer à frente da municipalidade.

O convite feito a Bertaso acha-se estampado no jornal local, com a transcrição do telegrama:

Engenheiro Serafin Bertaso- Chapecó -SC
Florianópolis - Nº 722 26/9/46
Com viva satisfação convido ilustre colega continuar a testa esse município como Prefeito meu Governo pt.
Udo Deeke - Interventor Federal de Santa Catarina. (7)

Em resposta, o convidado também transmitiu àquela autoridade catarinense o seguinte telegrama, publicado pelo mesmo órgão de imprensa:

Exmo. Sr. Engenheiro Udo Deeke.DD. Interventor Federal
Florianópolis - SC
Acuso recebimento telegrama nº²² datado de ontem pt. Agradeço gentileza ilustre colega convidando-me continuar testa este município como colaborador Governo pt Aquieço convite podendo afirmar tudo farei pelo bem estar e pelo progresso sempre crescente do Estado, Município e o máximo nossa Pátria pt Cordiais Saudações Serafin Bertaso - Prefeito. (8)

A par desse convite, coube a Serafin Enoss Bertaso receber das autoridades Territoriais a circuns-

7. Jornal A Voz de Chapecó. 29/9/1946.

8. Ibid.

criação político-administrativa e dar cumprimento à nova organização municipal que voltava a integrar o Estado de Santa Catarina.

Tendo Bertaso cumprido a missão que lhe foi confiada pelo Governo Catarinense, o jornal local expressa-se:

"Dado o grande prestígio que goza o atual dirigente de Chapecó, julgamos que está de parabéns o município, nesta nova fase de vida na comunidade catarinense, pois não tem faltado da parte do governo estadual cortesia e interesse na solução dos casos que foram criados com a mudança operada. Nosso desejo é que continuemos sempre assim neste novo período da vida municipal e que Chapecó, venha a desempenhar no seio dos municípios catarinenses o papel de destaque que sempre lhe deveria ter cabido, pela sua extensão territorial, pela sua riqueza, população, fartas rendas públicas e homens capazes de dirigi-lo com dignidade, probidade, inteligência e despreendimento." (9)

Com a volta da democratização do País e com o retorno da área do Velho Município de Chapecó à Santa Catarina, em 1946, como toda a região de sua abrangência, passam a viver de conformidade com o momento político estadual e, por extensão o nacional.

O município destino, que ainda estendia-se territorialmente até a fronteira com a República Argentina, sentia os efeitos do término do segundo conflito mundial e do período em que esteve vinculado ao Território Federal do Iguazu.

Tendo a Constituição de 46 assegurado a volta do regime democrático, e, culminando com as eleições realizadas em 23/12/1947, para os poderes constituídos, o município de Chapecó realizou eleições para Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores. Os dois candidatos apresentados pelos partidos lembram muito a antiga disputa e rivalidade entre as lideranças do distrito da

sede e o de Xanxerê. Vicente Cunha foi eleito Prefeito Municipal, morador na cidade de Chapecó, funcionário público, representava o Partido Social Democrático (PSD). O candidato derrotado, foi João Winckler, comerciante, residente no distrito de Xanxerê, disputou as eleições pela União Democrática Nacional (UDN).

Ainda em decorrência dessa eleição, são eleitos para comporem a Câmara Municipal, da Legislatura de 01.01.1948 a 01.01.1951, os seguintes Vereadores:

Albino Bruxel	(PSD) - 701 votos
Lindolfo Stangler	(PSD) - 548 votos
Luiz Lunardi	(PSD) - 524 votos
Serafin Enoss Bertaso	(PSD) - 517 votos
Izidoro Chapinotti	(UDN) - 376 votos
Lenoir Vargas Ferreira	(PSD) - 372 votos
Angelo Rolim de Moura	(PSD) - 367 votos
Euclides Marinho	(PSD) - 366 votos
José de Miranda Ramos	(PTB) - 287 votos
Vicente João Schneider	(UDN) - 282 votos
Arduino Antonioli	(UDN) - 272 votos
Fredolino Zimmer	(PSD) - 244 votos
Romualdo Cerruti	(UDN) - 226 votos

Os vereadores eram homens ligados ao comércio e extração de madeira. A confiança que receberam do povo chapecoense, naquele momento de reestruturação da vida nacional, tornou-se uma difícil missão. As condições econômicas, sociais e de infra-estrutura, no município, continuavam precárias.

Sob suas responsabilidades estava a reorganização geral da sociedade cestina. Primeiramente precisavam readaptar, em definitivo, a comunidade cestina à legislação e normas do "Estado Barriga-Verde" após o período do território federal.

Analisando a legislação municipal do período, a preocupação dessas lideranças era assegurar aos moradores e às novas famílias que continuavam a aportar na região, as essenciais condições de infra-estrutura de vida e bem estar.

Novas estradas são construídas, abertura de crédito especial para construção de um Hospital Municipal, incentivos à fundação de Cooperativas e às pequenas indústrias, constituíam-se nas problemáticas discutidas, votadas e aprovadas pela Câmara de Vereadores e pelo Prefeito Vicente Cunha.

Também as licitações para compra de equipamentos, máquinas, tratores e patrôlas fazem parte das atividades das lideranças políticas. A construção de um matadouro público e o aparelhamento e ampliação dos Postos de Saúde mereceram grande preocupação. O ensino e a educação também foram revistos, oferecendo à população mais escolas e uma melhoria na estrutura e nos salários dos professores municipais.

Assim, o aumento populacional veio contribuir com profundas influências no quadro da vida política, social e econômica da região.

Pode-se afirmar que a sociedade ceestina inaugurou mais um período de evolução sócio-econômica. Esse, constituído entre o novo, que chegava, e o já tradicional. Em última análise representou a modernidade no contexto da época.

Registra-se, também, na vida política do Velho Município de Chapecó, a participação de outros cidadãos: José de Miranda Ramos, Celso Rauen, Dorival Xavier Padilha, Ary de Carvalho Porto, Fredolino Zimmer, Rivadávia Scheffer, Alcindo Silva, Pedro Bordignon, João Destri, Gentil Bellani, Arthur Deiss, Olímpio Dal Magro, Hélio Wassun, Adílio Fortes, Plínio Arlindo de Nês e outros.

Ainda em relação às novas lideranças que se projetam no Velho Município de Chapecó, cita-se: Cid

Loures Ribas, advogado, elegeu-se Deputado Estadual para o período de 47/51. O referido constituinte alcançou 2768 votos. Já para a Legislatura seguinte, ascendem a Assémbléia Legislativa: Lenoir Vargas Ferreira, pelo PSD (4935 votos) e Paulo Marques (10), do PTB, apoiado pela UDN, com 2901 votos.

Essa etapa foi vivida e presenciada por muitos dos chapecoenses de hoje. Ela é que definitivamente alinhou o Chapecó para as décadas seguintes.

No depoimento do ex-Deputado Gentil Bellani, que ocupou uma cadeira no Legislativo Catarinense, em 1958, como suplente e depois por quatro Legislaturas como titular, comenta:

"A partir de 46, tivemos uma nova etapa na vida do dia a dia no Oeste. Não só na política houveram grandes modificações, o comércio cresceu, as indústrias surgiram. Também podemos dizer que as siglas partidárias tinham seus seguidores ferrenhos. Cada partido, trabalhava, lutava para angariar companheiros. O PSD, tinha seus diretórios formados por pessoas que possuíam situação econômica bastante privilegiada, já os nossos companheiros (UDN), não possuíam a mesma situação dos adversários. <11>

-
10. Paulo Marques, nasceu em Lagoa Vermelha (RS), em 30/03/1896. Filho de João Alves de Souza Marques e Celina Leão Marques. Iniciou os estudos em Passo Fundo (RS), e posteriormente em Porto Alegre. Foi casado com Floripa de Quadros, teve uma filha Abigail Marques Zeca, casada com João Batista Zeca. Foi comerciante e empresário do ramo ervateiro primeiramente no Paraná. Por ocasião da Revolução de 1930, fixou residência em Nonoai (RS), continuando com a mesma atividade. Em 1933, veio a Passo dos Índios Chapecó, a convite de seu grande amigo Alberto Berthier de Almeida (Prefeito de Chapecó), onde passou a exercer a função de Escrivão da Coletoria Federal. Com o falecimento do Coletor Severino Dias, Paulo Marques passou a ser o titular, cargo que ocupou desde 1935 até 1956, quando então foi aposentado, por motivos de saúde. Paulo Marques, foi Deputado Estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro e um grande batalhador do nosso querido Chapecó, na área da educação e da agricultura. (Depoimento escrito pela filha Abigail (Dna. Bega), datado de 22/04/1991)
11. Entrevista concedida por Gentil Bellani à Eli Maria Bellani. 1990. Acervo Particular (2).

2. O FOVOAMENTO E A COLONIZAÇÃO

2.1. A AÇÃO COLONIZADORA

2.1.1. Companhias Colonizadoras

2.1.1.1. A Empresa Bertaso

2.1.1.2 Atuação da Colonizadora Bertaso

2.2. A Nova Frente de Atividade- Económica Regional

2. O POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO

2.1. A ação colonizadora

O processo de povoamento e colonização na região do Velho Município de Chapecó, ainda não foi amplamente contemplado pela Historiografia catarinense.

Nesta área, a chegada dos primeiros grupos ocupacionais e de concentração humana, inicia-se na primeira metade do século XVII. Pode-se analisar o desenvolvimento gradual deste processo de povoamento e colonização, nas seguintes etapas:

I - Primeiras tentativas de penetração humana na região de Chapecó, situada entre os rios Iguazu e Uruguai.

Nessa etapa, observa-se que o território devassado teve a denominação de Campos de Palmas, sendo depois descoberta a zona chamada de Campo Erê (SC), posteriormente tomou o nome de Xanxerê e depois Chapecó. Assim:

1. em 1641, constata-se que passou na região do Velho Chapecó o primeiro grupo de bandeirantes paulistas, a caminho do Rio Grande do Sul, onde se depara com a população nativa, pertencente à família Caingangue e alguns elementos guaranis.

(1);

2. 1720, ano que o bandeirante Zacarias Dias Cortes chegou até o Rio Inhanguera - atual Rio Chapecó;

3. 1775 e 1777, anos em que percorrem a região os componentes da comissão mista, formada por representantes de Portugal e Espanha, objetivando a

1. CHAPECO, Distrito Industrial: Estudo Viabilidade. FUNDESTE 1975. Mimeo.

execução do que havia sido estabelecido pelo Tratado de Madrid, assinado entre os dois países europeus, concernentes à área⁽²⁾;

4. 1859, ano em que, com o nome Xanxerê, foi criada a Colônia Militar, assim denominada por Lei do Império do Brasil nº 2502, de 16/11/1859. Essa medida político-administrativa só foi posta em ação, em 14 de março de 1882, após 23 anos de sua criação.

Em nota do Departamento de Estatística da Prefeitura Municipal de Chapecó, publicada em 1939, pelo Jornal "A Voz de Chapecó", apresenta um pequeno histórico da região e de sua abrangência, contendo dados gerais do município, manifestam-se a respeito dessa etapa:

"Dessa primeira investida na região não resultou o povoamento. Esse foi muito escasso" ⁽³⁾

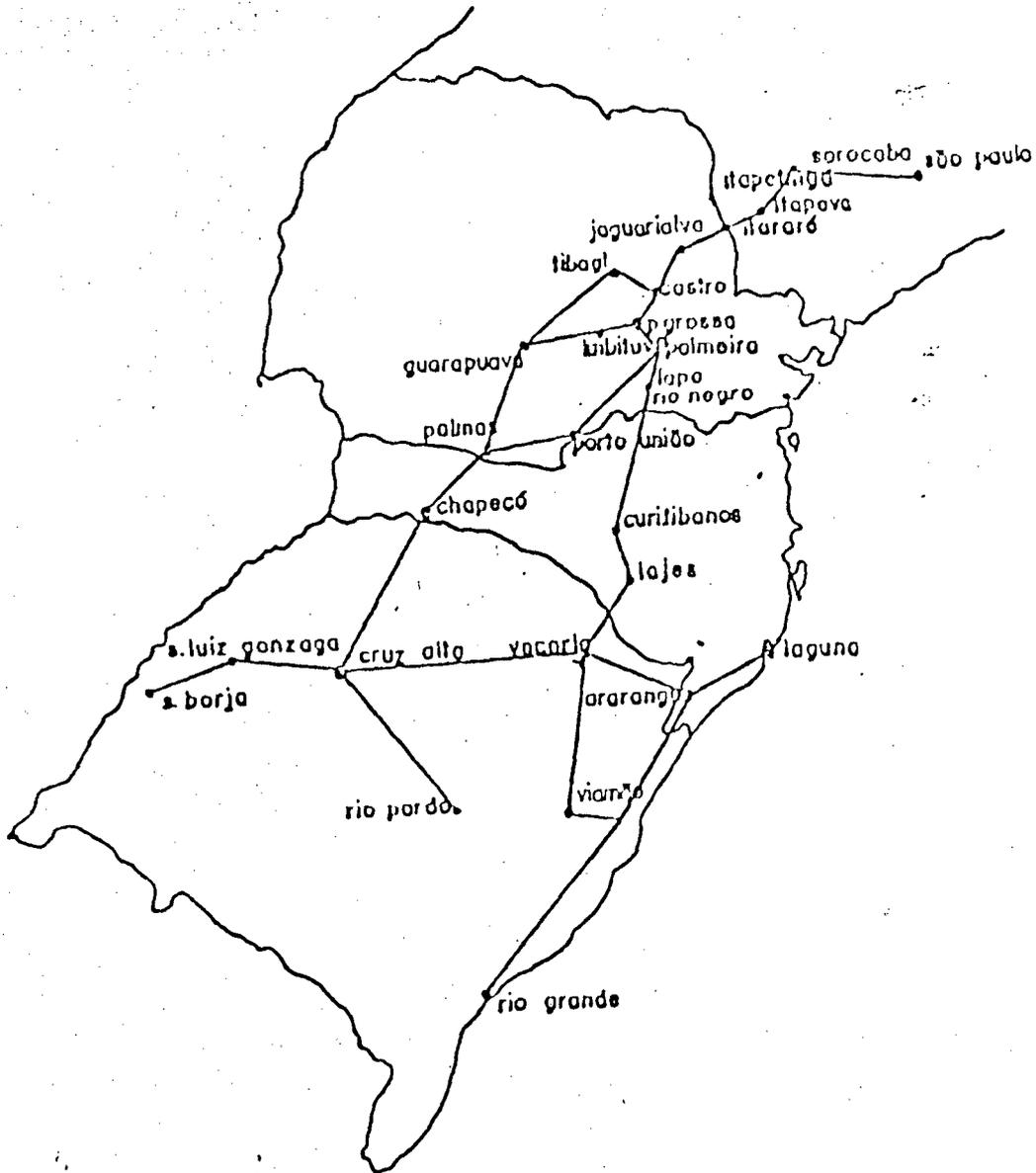
Apesar desse resultado não muito satisfatório, há de se considerar que a política do governo brasileiro na área estudada, a partir da criação e da instalação da Colônia Militar, nos fins do século XIX, vai propiciar, gradativamente, condições para sua ocupação.

Ainda em relação às primeiras manifestações de povoamento regional no Velho Chapecó, registra-se que, desde 1839, a região vinha sendo percorrida por fazendeiros vindos do norte (paulistas). Assim é que o território conhecido como Campos de Palmas (PR) serviu de trilha para o "caminho das tropas"⁽⁴⁾ (Mapa 10),

2. "A Comissão passou a vasculhar a região. Localizando como divisas entre as terras disputadas pelos dois países os Rios Peperi-Guaçu, Chapecó e Jangada. Estes rios passaram a ser considerados os marcos para os limites das terras disputadas." CHAPECÓ. Distrito Industrial. op cit.p.7.

3. Jornal "A Voz de Chapecó" (Chapecó). Set.1939. p.1.

4. Caminho do Mercado de Animais no Sul do Brasil.



Mapa 10

ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Devido à localização geográfica, o Velho Chapecó, ponto obrigatório desta trilha e passagem, apresenta o seguinte resultado:

"O processo de povoamento vindo do norte efetuava-se mediante o estabelecimento de fazendas de criação e extração de erva-mate, como principais suportes económicos regionais dos primeiros tempos." (5)

II - Tentativas de povoamento aliadas a ações de colonização.

Constata-se que o povoamento da região acentuou-se no final do século passado e início do atual. Novas ações se fazem sentir, tanto oficiais, como alguns empreendimentos particulares, esses aliados às primeiras tentativas de colonização propriamente dita. As próprias condições em que se encontrava a sociedade brasileira, na época, proporcionam o seguinte quadro:

1. A instalação efetiva da Colônia Militar de Xanxerê, em 1882 (6);
2. A solução da disputa de limites territoriais pelo "Acordo" assinado, em 1916, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina;
3. A ação colonizadora que se instala, na região, após a criação do Município de Chapecó, em 1917, através de diversas empresas, cujo capital inicial era de origem gaúcha.

No primeiro item deste quadro verifica-se que o próprio Decreto Imperial, de novembro de 1859, e no

5. Chapecó: Distrito Industrial, op. cit. pg.5

6. A referida colônia localizava-se ao ocidente dos Rios Chapecó e Chopim, cuja sede estava localizada na atual cidade de Xanxerê (SC).

seu art. 2º da Instrução que regulamentou o mesmo, encontra-se a razão dessa ação governamental: a) defesa da fronteira; b) defesa dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava (Colônia de Chopin), e, c) defesa contra a invasão dos índios, e a chamar os ditos índios com auxílio da catequese e civilização.

Para PIAZZA, a criação da colônia militar constituiu-se:

"O foco inicial de desbravamento do extremo oeste catarinense, com a implantação de uma célula comunitária - Xanxerê." (7)

Na análise do Autor catarinense, a instalação dessa unidade administrativa-militar constituiu-se ainda num primeiro projeto de administração na área e da própria ocupação da região. Por isso conclui:

"A Colônia Militar do Chapecó não foi um mero ponto avançado da soberania nacional. Teve ela uma missão povoadora e civilizadora na vasta região onde se instalou." (8)

A partir do segundo momento, representado pela intervenção do Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz, em 1916, findando assim a questão de limites entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Essa atribulada negociação efetuada após anos de discussão, trouxe, sem dúvida alguma, certo prejuízo às partes, determinando atraso no desenvolvimento regional. Exemplificando essa situação, o jornal "O DIA" da Capital do Estado de Santa Catarina, retratou esse aspecto:

7. PIAZZA, Walter. Colonização de Santa Catarina. Fpolis. Lunardelli. 1982. p.190

8. Ibid,

"...Paraná e Santa Catarina tinham o progresso entravado por essa medonha sombra." (9)

Inquestionáveis foram os efeitos que o período dessa disputa acarretou. O povoamento e a consequente colonização na região do Velho Chapecó, como vimos, não tiveram grandes impulsos acelerados com esta ação. Por outro lado, há de se destacar que, enquanto durou esta discussão político-jurídica, acredita-se que nenhuma destas unidades da federação estivesse disposta a investir, eficazmente, na área disputada.

O terceiro momento representa a tomada de posse da área disputada pelo Estado Barriga-Verde e com a consequente criação do Município de Chapecó (1917), ocupando uma área de aproximadamente 14 mil km². (Mapa 9)

A colonização da região inicia-se com as primeiras manifestações no sentido da região receber ações e empreendimentos de Companhias Colonizadoras. Em sua maioria, elas chegam à região oeste, instalando-se com capital próprio.

O governo de Santa Catarina participava, concedendo alguns incentivos para tais iniciativas. Sentia ele a necessidade premente de ocupação efetiva dessa região, no contexto sócio-cultural do território catarinense.

Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina, responsável pela assinatura do "Acordo" com o Estado do Paraná, em sua mensagem encaminhada ao Congresso Representativo Estadual Catarinense, em 1918, referindo-se também ao município de Cruzeiro, criado pelo mesmo decreto que o de Chapecó, expressa-se:

9. Jornal "O DIA" (Fpolis). out.1916,p.2.

"Para-Cruzeiro e Chapecó deve o governo do Estado olhar suas vistas. São duas regiões ricas e merecedoras dos maiores cuidados da administração, pois que ali quase tudo ainda está por fazer. Fiz o que me foi possível fazer." (10)

Aos poucos, a partir da década de 20, a região destina vê desfilar, em seus quadrantes, mais de uma dezena de Companhias Colonizadoras que, através de sua política de povoamento e ocupação das terras, são as responsáveis pela vinda de milhares de famílias. Surgiu o momento da vinda de elementos de forma mais sistematizada, na região do Velho Chapecó.

Essas dificuldades de ordem gerais são admitidas pelo próprio governo catarinense. A mensagem do Governador Hercílio Luz, encaminhada ao Poder Legislativo, em 1919, refere-se também à reintegração, por parte de Santa Catarina, das terras que estiveram em litígio com o Paraná:

"Não tenho poupado o meu interesse e o carinho. Nessa região não é demasiado depositar todas as esperanças de um magnífico futuro. Até hoje tem faltado recursos indispensáveis à eclosão de todas as suas capacidades produtivas e econômicas." (11)

No tocante às condições de comunicação, de infra-estrutura regional, o Governante catarinense reconhece a situação precária existente, bem como não deixa de se manifestar a respeito da situação agrária, ao comunicar que,

"a falta de estradas, de escolas, de garantias tem retardado e retardará por alguns anos o desenvolvimento completo natural dos futuros municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó. A questão agrária é complicadíssima devido a execução do acordo." (12)

-
10. Mensagem governamental de Felipe Schmidt, encaminhada ao Congresso Representativo de SC. 1918. p.22. (Biblioteca Nacional-RJ).
 11. Mensagem governamental de Hercílio Pedro da Luz, encaminhada em 27 julho de 1919 ao Congresso Representativo de SC. p.10. (Biblioteca Nacional- RJ).
 12. Ibid. p.10.

Outro aspecto que cabe ressaltar: os contingentes humanos que alcançaram a região, em quase sua totalidade, não traziam o fardo dos problemas políticos e sociais dos antigos imigrantes europeus, pois esses representavam a primeira ou segunda geração de italianos e alemães que, desde o século passado (XIX), haviam imigrado para o vizinho Estado do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, deve-se ressaltar que esses elementos colonizadores, que chegam à região oeste de Santa Catarina, apresentam certas características: o conhecimento das condições de vida e sobrevivência nesta parcela do continente americano (sul do Brasil).

Portanto, já tinham assimilado muitos dos padrões de vida brasileira, quer políticos, sociais ou econômicos. Não enfrentaram problemas de falarem uma língua estrangeira e, principalmente, por estarem imbuídos com certa bagagem de experiência de trabalho, na zona rural e agrícola. A grande maioria dos recém-chegados também traziam utensílios e ferramentas, e algum dinheiro no bolso para atendimento das primeiras necessidades.

Angelo Sartori, residente ainda hoje na cidade de Chapecó, com 83 anos de idade, com orgulho relata essa realidade. Em 4 de abril de 1991, fez 67 anos que chegou ao Oeste de Santa Catarina:

"Cheguei com 23 anos, casado, trazendo um pouco de dinheiro, algumas ferramentas, o falecido pai me ajudou um pouco. Vinha em duas carroças, junto veio uma família de nome Curtarelli. Trouxemos junto um pequeno locomóvel para a instalação de uma serraria." (13)

13. Sartori, Angelo. Entrevista concedida a Eli Maria Bellani, em outubro de 1990, acervo particular.

A vinda desses contingentes populacionais, atraídos pela política implementada pelas Companhias Colonizadoras, vai propiciar o aparecimento de uma nova atividade econômica regional: a extração dos recursos naturais, especificamente a madeira.

Para atender às necessidades regionais, no tocante à concessão de terras, o Governo de Santa Catarina criou, na região, uma Agência de Terras, com sede no município de Cruzeiro (Joaçaba), cuja jurisdição abrangia o de Chapecó.

No governo de Felipe Schmidt e conforme consta em sua mensagem governamental do ano de 1918, encontramos critérios de concessões de terras a serem feitas para atender a essa frente de povoamento que se iniciava na região oeste. No documento em questão, a concessão seria feita em lotes de 30 hectares para terra de cultura e de 90 hectares para as destinadas à criação. (14)

Sabe-se que o problema de demarcação das terras, que pertenciam ao antigo território Contestado, acarretaram muitos problemas tanto ao governo, como aos concessionários. Esta situação que sobressai na mensagem governamental de Hercílio Pedro da Luz, no ano de 1920, comunicando o seguinte aos legisladores catarinenses de então:

"O registro de terras do ex-contestado, mandado observar por efeito da Lei nº 1181 de 4/10/17 ainda continua irregular por falta de documentos que permitam aos respectivos proprietários registrar as terras concedidas quer pelo governo do Império, quer pela União ou ainda pelo Estado do Paraná." (15)

Apesar de todas essas dificuldades, quer

14. Mensagem Governamental de Felipe Schmidt, julho 1918, pg.24. (Biblioteca Nacional - RJ).
15. Mensagem Governamental de Hercílio Pedro da Luz, 1920, p.34. (Biblioteca Nacional - RJ).

legais, quer específicas da região totalmente inóspita e desprovida de qualquer melhoramento, as Companhias de Colonização vão aos poucos eliminar o vazio populacional existente no início da década de 20, na região do Velho Chapecó.

No Município de Chapecó, três anos após sua criação, de acordo com o censo de 1920, nota-se a composição e o número de habitantes da região apresentando um total de 11.315 habitantes. Desse total de habitantes, 6041 eram do sexo masculino e 5274 do sexo feminino.

Através do relatório oficial do Governador Antonio Pereira Oliveira, datado de 24 de junho de 1924, percebe-se, claramente o entendimento que o Governo do Estado de Santa Catarina possuía a respeito da atividade das colonizadoras, na região do ex-Contestado, registrando:

"São várias as empresas que se dedicam aos trabalhos de colonização. Todas elas contribuindo eficazmente para a incorporação à cultura daquele pedaço do nosso território. Ainda há pouco a Sociedade Colonizadora de Carazinho do R.G.S, estabeleceu uma colônia na zona do baixo Uruguai, entre o Rio Peperi e Rio das Antas, o que marca a primeira etapa da civilização do nosso mais remoto oeste nos limites com a República Argentina." (16)

Esta situação pouco havia sido alterada, conforme relatório encaminhado, em 1928, ao Presidente do Estado Dr. Adolfo Konder. O Secretário do Interior e Justiça, Dr. Cid Campos, informava que dos 903.553 habitantes do Estado de Santa Catarina, o Município em questão apresentava um total de 13.515 habitantes.

Na mensagem governamental de 1925, a questão

16. Mensagem Governamental de Antonio Pereira Oliveira. 24 de Junho de 1924. p.38-39. (Biblioteca Nacional - RJ).

de terras e concessões à população que chegava ao Oeste Catarinense, mereceram destaque novamente. O governo catarinense reconhece que o sistema de colonização implantado na região oeste constituía-se no melhor fator para o povoamento da mesma. Contudo, reconhece que muitas terras ainda se encontravam desocupadas, mas já de propriedade privada, pois foram objeto de concessões ou compras pelas empresas colonizadoras. Também não descarta a preocupação do Estado de Santa Catarina sobre o crescimento e desenvolvimento da região:

"São elementos afeitos ao nosso clima e aos nossos hábitos e conhecedores de culturas mais adequadas, assim, resta ao Estado dar-lhes uma assistência que lhe norteie o trabalho para uma melhor produção e os necessários meios de transportes para o escoamento do produto do seu trabalho". (17)

Consolidado o movimento da ação das Companhias Colonizadoras, a região presenciou a chegada paulatina de colonizadores, oriundos do Rio Grande do Sul, principalmente os de origem italiana e alemã. Esses vêm juntar-se a uma parcela reduzida de povoadores, favorecendo uma grande transformação e determinando o seu crescimento.

Neste aspecto, o GEPEP - Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política da UFSC, declara:

"Do início do século até 1940 SC teve um elevado crescimento populacional, principalmente no que concerne ao crescimento vegetativo e imigração interna. Este fluxo em muito advindo do Rio Grande do Sul, instala-se no Vale do Rio do Peixe, Planalto Serrano e Oeste do Estado." (18)

PELUSO afirma que no início dos anos 40, o

17. Mensagem Governamental de Antonio Pereira Oliveira. Junho 1925. p.76. (Biblioteca Nacional - RJ).

18. Jornal O Estado (Fpolis) 21/06/87. Caderno 2.

contingente populacional que chegava às terras destinadas permitiu um aumento em mais de 50% de sua população e, conseqüentemente, ultrapassava a casa dos 40 mil habitantes. (19).

No aumento populacional verificado, temos uma nova frente de desenvolvimento, a colonização. A ela, juntam-se as vicissitudes regionais, e assim, tem início uma nova etapa da vida político-administrativa, sócio, cultural e econômica regional. Os pequenos e incipientes povoados dão origem a vilas, cidades e novos municípios.

Ainda, conforme esses técnicos da UFSC, em relação a essa nova frente de trabalho que se instalou em diversas áreas do Estado de Santa Catarina, referindo-se à região do Velho Município de Chapecó, expressam-se:

"...à imigração externa, principalmente alemães e italianos, apesar de não expressiva no aspecto quantitativo, é no qualitativo, através da vinda de técnicos e empresários". (20)

Nos anos 40/50, a região de Chapecó viu desfilar milhares de famílias, que corresponde a uma primeira fase da colonização do território recentemente incorporado à Santa Catarina, e, principalmente, em consequência da vinda dos imigrantes. As diversas Companhias de Colonização, bem como particulares que receberam, por parte do governo catarinense, apoio e incentivo, passaram a atuar, desencadeando um efetivo processo de colonização, aliado à produção e comercialização da madeira, entre outras.

Em diversas edições dos jornais "Voz de Chápe-

19. Peluso, V.A. "De Povoados a Centro Regional". in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de SC 1985.

20. Jornal O Estado (Fpolis) 21/06/87. Caderno 2. p.2.

có" e "Folha d'Oeste", de circulação regional na época, assinalam, seguidamente o intenso fluxo de imigrantes. Registraram, em quase todas suas edições e editoriais, notícias a respeito da chegada de levas de famílias, imprimindo as seguintes manchetes: "Colonizações que surgem, "Colonização". Em todas as reportagens o "colono" é inegavelmente visto como aquele elemento que, sob sua responsabilidade dependia o crescimento e desenvolvimento da região:

"Tem chegado, seguidamente caminhões repletos de colonos do Estado do Rio Grande do Sul, nesta cidade e região à procura de compras de colonias. Chapecó, dado a fertilidade extraordinária de suas terras, está sendo procurado diariamente e, recebendo em seu seio o impulsionador de seu progresso o colono". (21)

Ou, ainda referem-se à satisfação das autoridades locais, em relação aos que chegavam:

"Tem sido bastante animador no município, o movimento de colonos. De todos os pontos do Rio Grande do Sul, aqui aportam diariamente caminhões abarrotados de famílias vindas, umas para povoar as terras já anteriormente adquiridas, outras conhecer a fertilidade das terras, adquirindo-as." (22)

Complementam destacando o esforço utilizado pelas Companhias Colonizadoras de atrair cada vez mais os futuros desbravadores:

"os colonizadores vêm empregando o máximo esforço para verem as áreas de suas terras produzindo o pão cotidiano." (23)

Todas essas afirmativas de fato correspondem às expectativas, tanto dos empresários colonizadores, como também das autoridades constituídas do Estado de Santa Catarina. Conforme as fontes trabalhadas, o número de colonos, que chegavam, era cada vez mais

21. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó), 02/12/39, p.4.
 22. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó), 25/02/40, p.2.
 23. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó), 25/02/40, p.2.

crecente, tanto das diferentes zonas do Rio Grande do Sul, como do próprio território catarinense (Rio do Sul Tubarão, Cambirela). (24)

(24) Cambirela, antigo nome do atual Município de Santo Amaro da Imperatriz (SC).

2.1.1. COMPANHIAS COLONIZADORAS

2.1.1.1. Empresa Bertaso

As Companhias Colonizadoras que se instalaram na região do Velho Município de Chapecó foram, sem dúvida, as responsáveis diretas pelo efetivo processo de povoamento e os desdobramentos acarretados na marcha da colonização daquela área. Sua importância concentra-se, principalmente, no trabalho realizado, objetivando, de fato, a integração da região dentro do contexto catarinense da época.

Partindo da criação do Município de Chapecó, em 1917, a região presenciou, paralelamente, com a chegada das famílias de colonos, uma gama de ações político-administrativas, mesmo que morosas na sua execução, e que foram as responsáveis pela posição hoje alcançada, a nível nacional.

Mais de uma dezena de Companhias Colonizadoras instalaram-se na região: Luce Rosa e Cia., Colonizadora Capelli, Territorial Mosele, Eberle, Anrons e Cia., Colonizadora Brum, Ernesto Bertaso e Cia., Companhia Territorial Sul Brasil, Barth Benetti, Irmãos Lunardi entre outras.

Dentre essas inúmeras Companhias de Colonização que atuaram na região do Velho Município de Chapecó, nos interessa a Empresa Colonizadora fundada por Ernesto Francisco Bertaso.

Ernesto Francisco Bertaso, Ernesto Bertaso ou ainda conhecido regionalmente como Coronel Bertaso, que nasceu a 24 de setembro de 1876, na cidade de Veronela (Itália), faleceu na cidade de Chapecó, no ano de 1960, com 84 anos de idade.

O depoimento do engenheiro Ernesto Pasquali, atual Diretor-Presidente da empresa criada por seu avô, é esclarecedor: (25)

"...chegou criança para o Brasil com 9 anos de idade, junto com seus pais, veio direto para Porto Alegre. Seu primeiro emprego foi na livraria Globo aos 12 anos. Com o passar dos tempos, torna-se viajante da firma Chaves Barcelos (RS). Assim, através do comércio começa a viajar na zona colonial do Rio Grande. Em Bento Gonçalves, conhece Zenaide Balista, contraindo casamento. Casado, continua viajando, morou em Bento, depois em Guaporé, Passo Fundo e finalmente Chapecó. Recebeu a patente de Coronel do Exército Brasileiro." (26)

Pelo que se constata da documentação trabalhada, pode-se perceber como Ernesto Francisco Bertaso iniciou as primeiras relações com Santa Catarina:

1. entre 1913/1914, através de sua atividade de caixeiro-viajante, na zona colonial (RS), teve os primeiros contatos com a região pertencente ao ex-Contestado;
2. por volta dos anos 1917/18, Ernesto F. Bertaso encontra-se instalado na cidade de Passo Fundo (RS), com um escritório de representação comercial;
3. nessa época, além das vendas de produtos comerciais das firmas que representava, começa também a vender terras na região enfocada.

Um ano após a criação do Município de Chapecó (1918), uniram-se em sociedade os senhores Coronel Ernesto Francisco Bertaso e irmãos; Coronel Manoel

-
25. Filho de Paulo Pasquali, casado com Elza Veneranda Bertaso, filha de Ernesto Francisco Bertaso. Com o passar do tempo tornou-se sócio da Empresa Bertaso. Antes de residir em Chapecó, era intermediário nas vendas das terras da firma do sogro no Rio Grande do Sul, com a morte deste tornou-se Diretor da Empresa, juntamente com Serafin Enoss Bertaso. Posteriormente, com o falecimento de ambos, Elza Bertaso Pasquali assume a Direção da Empresa.
 26. Entrevista realizada com Ernesto Luiz Pasquali por Eli Maria Bellani. 1990. Acervo Particular, fls.1.

dos Passos Maia⁽²⁷⁾ e Agilberto Maia⁽²⁸⁾ com o objetivo específico de colonizar diversas glebas de terras existentes no então Município de Chapecó, assim como algumas no Estado do Paraná. Surgiu inicialmente a firma Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia. A primeira sede estava instalada na cidade de Passo Fundo (RS).

Em 11 de fevereiro do ano de 1922, os sócios Bertaso/Maia, no outrora povoado Passos dos Índios (atual cidade de Chapecó), lançam o marco inicial da construção do futuro local da sede da Empresa Colonizadora Bertaso Maia e Cia. (Anexo Nº 03)

Na ocasião, usando da palavra o então Promotor Público do Município, Dr. Oscar Leitão, em saudação aos diretores da empresa, afirmava:

"esse fato é o primeiro passo para uma era de progresso e desenvolvimento regional".⁽²⁹⁾

Apesar do ato oficial de instalação da empresa na sede, no povoado de Passo dos Índios, somente em fins de 1926, a mesma foi efetivada, passando, assim, a operar, definitivamente, em território catarinense. Necessário é destacar que três anos antes (1923), a firma Bertaso Maia e Cia., foi dissolvida, passando então todo o ativo e passivo da mesma para o nome individual de Ernesto Francisco Bertaso.

O patrimônio da referida empresa estava assim constituído:

-
27. Em 1920, foi nomeado Delegado Especial do Governo na região do Velho Chapecó, tornou-se líder político regional, desempenhou as funções de Superintendente Municipal de Chapecó e Deputado Estadual entre as décadas de 20/30.
28. Irmão de Manoel Maia, cuja família era de políticos e colonizadores no município de Guaporé (RS) e com interesses comerciais em Santa Catarina.
29. Livro de Decretos e Atas da Superintendência Municipal de Chapecó. nº.1922. Acervo: Prefeitura Municipal de Chapecó (SC).

1. Fazenda Campina do Gregório, com 15.000 mil alqueires, ou seja 509.234.879 m², adquiridos dos herdeiros da Baronesa de Limeira (SP), comprados a Rs 20\$000 cada alqueire. A dívida assumida pela empresa para o pagamento total estava orçada em Rs 300:000\$000, pagáveis em 4 prestações de Rs 75:000\$000 cada uma, com vencimentos previstos em julho de 1921, 22, 23 e 24 com juros de 10% ano. O contrato de compra foi assinado através do intermediário do procurador dos herdeiros da Baronesa de Limeira (Dr. Frederico Vergueiro Steidel, residente em São Paulo) na pessoa do Dr. Marins de Camargo, residente em Curitiba (PR).

2. Por concessão do Governo do Estado de Santa Catarina, a firma Bertaso Maia e Cia., em 26 de junho de 1920, por título, entrou de posse de 100.000 mil hectares, mediante uma reserva de 20.000 hectares destinados a fins industriais. O preço por hectare era de Rs 5\$000. Pela concessão a empresa tomou posse de duas fazendas: Rodeio Bonito e Chapecó, com 288.202.080 m² e 538.186.742 m² respectivamente.

No relatório encaminhado por Ernesto Francisco Bertaso, em 17 de abril de 1934, à Diretoria de Terras e Colonização de Santa Catarina, ele nos confirma a concessão do governo estadual. Reporta-se, ainda, à medição das terras, levada a efeito imediatamente após a assinatura do contrato de concessão, observando que, a área da Fazenda Rodeio Bonito, após a medição procedida, foi apurado um total de 288.203.010 m².

Em relação à Fazenda Chapecó, outra área de terra de sua propriedade, cuja concessão também feita

pelo Governo do Estado de Santa Catarina, é de junho de 1920, informa: "levado a efeito a medição para a conclusão do perímetro respectivo e extração do título, mediante as condições de colonização com o prazo de dois anos, posteriormente prorrogado até 1940. A Empresa por ocasião de sua loteação, veio verificar uma diferença de aproximadamente 32.000 m², diferença essa que pretende reavê-la do governo estadual." (30)

De posse desse patrimônio, a Empresa, além dos incentivos dispensados pelo governo do Estado e com capital próprio de Rs 100:000\$000 cada sócio, inicia e coloca em prática o seu objetivo de colonizar as áreas sob seu domínio. Evidentemente que para a empresa esse empreendimento representava sucessivos desafios.

Inaugura-se assim, com a posse efetiva deste pedaço de terra, no então sertão inóspito do oeste catarinense (antigo município de Chapecó), a colonização sistemática. Essa região precisava, a todo o custo, ser desbravada, e, conseqüentemente, povoada.

Por outro lado, constituía-se para o governo catarinense não só um desafio, mas uma questão de premente necessidade para integrar aquele quadrante de seu atual quadro ao contexto de sua jurisdição. A incorporação da região devia acontecer, pois o oeste catarinense seria um grande produtor, graças à fertilidade de seu solo, e que, num curto espaço de tempo, só lhe proporcionou benefícios.

A Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., portanto, foi uma das que atendeu perfeitamente a im-

30. Segunda Via do Relatório encaminhado a Diretoria de Terras e Colonização de SC. Arquivo Empresa Bertaso, Chapecó, SC.

plantação dos planos oficiais do Estado de Santa Catarina na região oeste. Entretanto, para alcançar a concretização do empreendimento a que se propuseram, por certo não foi um trabalho nada fácil, exigindo muito sacrifício.

Colocando a região dentro da retrospectiva do tempo, há 82 anos atrás, questiona-se, quais as condições indispensáveis que a região apresentava naquele momento? Parece-nos que a ocasião era mais que urgente, pois tornou-se uma necessidade imperativa do Estado Catarinense em efetivar um povoamento e o seu conseqüente desbravamento da área oeste.

Inicialmente, as diretrizes de trabalho impostas pela Bertaso Maia, e por extensão pelas demais colonizadoras que atuaram na região, provocaram toda a sorte de dificuldades. A falta de infra-estrutura de toda a ordem, e, principalmente, o acesso muito difícil e moroso, obrigavam as famílias que para lá se deslocavam, a viajarem sobre animais de montaria.

A empresa colonizadora, no início, ressentiu-se da falta de interesse pelas terras férteis do oeste. A pouca procura devia-se à idéia formada a respeito da região que, além de sertão virgem, não apresentava segurança, e a revolução de 1922 e 23, acarretando problemas no Rio Grande do Sul, fizeram parar o processo de vendas de terra por um certo período. O problema resumia-se em oferecer, cada vez mais, condições aos interessados na compra de terras.

Essa situação ainda permanece na década de 40, conforme artigo publicado no jornal local:

"...os jornais do Rio Grande, em tempos passados, tiveram a oportunidade de alvitrar ao governo que evitassem o "Exodum de Colomum" daquele Estado para o de Santa Catarina mas hoje, certamente estarão decepcionados, pois

não são os impostos aqui diminutos em relação ao Rio Grande que atraem os agricultores mas as razões da fertilidade das terras de Chapecó, e além disso dadas as facilidades de aquisição feitas pelos colonizadores." (31)

2.1.1.2. A atuação colonizadora da Empresa Bertaso

A partir do ano de 1917, a Colonizadora Bertaso Maia e Cia., por interesses de serviço, inicia a transferência de seu escritório para futura cidade de Chapecó, na outrora pequena vila existente, denominada de Passo dos Índios. Era a consolidação de um empreendimento comercial, pois dessa data começa com mais afinco a colonização das terras destinadas. Tanto assim é que procuraram fazer todo o levantamento das terras que se propuseram a colonizar, bem como o traçado de futuros povoados e cidades.

A área inicial, sob a jurisdição da Colonizadora Bertaso, abrangia as fazendas: a) Campina do Gregório; b) Fazenda Chapecó ⁽³²⁾; c) Fazenda Rodeio Bonito ⁽³³⁾. Mais tarde, mediante compra, foram incorporadas as Fazendas Campina do Butiá e Saudades, também em Santa Catarina. Complementando esse patrimônio a empresa Bertaso também possuía outras duas fazendas: a Marumbi e Palmital, em território paranaense.

Num prazo de mais ou menos 30 anos, foi essa colonizadora a responsável direta pela vinda de mais de oito mil famílias. Em 1923, os sócios Coronel Manoel Passos Maia e Agilberto Maia retiraram-se da firma, continuando daí para diante, apenas, o sócio Coronel Bertaso, passando a empresa a denominar-se Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso.

32. Limite da Fazenda Chapecó, ao norte Cia. Territorial Sul Brasil, sul com Rio Chapecó, a leste com Rio Saudade e oeste com Cia. Sul Brasil.

33. Limites da Fazenda Rodeio Bonito, ao norte com Irmãos Lunardi (Município de Xaxim); ao sul Fazenda Campina do Gregório (parte atual cidade Chapecó); a leste com o rio Irani e a oeste com Campina Gregório.

Acha-se registrada no Cartório de Registro Imóveis - Município e Comarca de Chapecó, e por Escritura Pública sua Constituição em 01 de fevereiro de 1948, passando a denominar-se Empresa Colonizadora e Industrial Ernesto Francisco Bertaso. Em 1966, pela nova transformação e constituição jurídica, passou a designar-se Empresa Ernesto Francisco Bertaso Ltda. No ano de 1979, mudou sua razão social para Empresa Ernesto Bertaso S/A. A sede da referida colonizadora, desde o início de suas atividades, está localizada na atual cidade de Chapecó - SC.

Esta colonizadora, como outras que existiam na região, tornou-se proprietária de vasta área e responsável por qualquer iniciativa comercial e colonizadora dentro de seu patrimônio, grande parte dele, na região do ex-Contestado. O total do seu patrimônio territorial atingiu a casa dos 2.249.259.441 m².

Nesta área, portanto, ficou concentrada a ação empresarial de Ernesto Francisco Bertaso. Assim, discorre-se o desenvolvimento gradual e algumas das dificuldades que perpassaram pela empresa sob sua direção.

Bertaso, mesmo não tendo sido o fundador de algumas povoações no Oeste Catarinense, foi inegavelmente um dos principais elementos responsáveis pelo crescimento e expansão das mesmas. A empresa por ele dirigida deixou como marco os traçados da atual cidade de Chapecó (antiga Passos dos Índios) e dos povoados de então, Quadros, Coronel Freitas (hoje município), Fernando Machado (hoje distrito de Chapecó), Simões Lopes (distrito de Coronel Freitas), Adolfo Konder e Quilombo (Município).

Em 25 de novembro de 1940, através de Relatório encaminhado à Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras, na Faixa de Fronteira⁽³⁴⁾, nos fornece uma radiografia das dificuldades enfrentadas.

"A colonização no Município de Chapecó, no seu início, teve um desenvolvimento extraordinário devido à fertilidade do seu solo e excelente clima. Se nos anos de 1921 a 1922 a empresa vendeu mais de mil colônias de 242.000 m² cada uma, estando cerca de 600 famílias rio-grandenses prontas a virem em 1923, quando rebentou a revolução naquele Estado, parализando todos os negócios."⁽³⁵⁾

Pela constatação feita à luz da documentação estudada, a Empresa Bertaso enfrentou uma escala de dificuldades de diversas ordens a saber:

1. Localização da área de colonização numa região carente de todo e qualquer meio de comunicação;
2. A situação política e econômica que atravessava o Brasil, nas décadas de 20 a 30;
3. Concorrência de outras Companhias Colonizadoras;
4. Interesse do próprio governo do Rio Grande do Sul em impedir o deslocamento de sua população do meio rural.

A Tabela de nº 1, confirma-nos o otimismo de Ernesto Francisco Bertaso, no início dos anos 20, fornece uma diminuta parcela do que foram as vendas de terras, efetuadas por sua Empresa, nos primeiros anos de existência da mesma, no território catarinense.

34. Comissão Especial da Faixa de Fronteira, criada pela Lei. Nº 1164 de 18/3/1939, com o nome especial de Comissão de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira, órgão subordinado ao Presidente da República, sediado na cidade do Rio de Janeiro, com objetivo de revisar 150 km ao longo da fronteira as concessões feitas pelos governos estaduais e municipais.

35. Livro Correspondências Expedidas. Nº2. Acervo: Empresa Bertaso. Chapecó, SC.

TABELA Nº 1
VENDAS DE TERRAS EFETUADAS PELA EMPRESA BERTASO

ANO	COMPRADOR	AREA-N. Alq.	VALOR(réis)
1921	Giacoble Corso	460 alqueires	46:000\$000
1921	Theodoro Kowczwicz	30 alqueires	3:000\$000
1921	Antonio Fortes de Jesus	800 alqueires	28:000\$000
1922	José Cella	100 alqueires	10:000\$000
1922	Antonio Mantelli	320 alqueires	32:000\$000

Fonte: Livro Caixa. Acervo Empresa Bertaso - Chapecó - SC

Em contrapartida, em expediente dirigido agora ao Dr. Frederico Vergueiro Steidel, residente em São Paulo, um dos procuradores dos herdeiros da Baronesa de Limeira, é reponsável pelo recebimento das prestações do contrato da compra dos 15.000 alqueires, localizados na Campina do Gregório e comprados pela Empresa Bertaso, apresenta um resumo bem diferente, retratando as dificuldades financeiras que a mesma estava enfrentando. (36)

Datada de 14 de outubro de 1924, além de revelar a situação de crise que a empresa passava, solicitava a esses credores mais um prazo de tempo para poder saldar os compromissos:

"Sendo esse senhor (37) perfeito conhecedor dos negócios de colonização em Chapecó, pedira-lhe eu para fazer ver a V.S. a completa paralização em que continua esse comércio em fins de 1922; não se deu esse fato só comigo, cumprindo-me citar-lhe como exemplo a mais importante colonização dessa região, a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, a qual está em liquidação. Quer-me parecer que essa empresa foi levada a esse facto, não pela falta de capitais, pois ela é constituída de fortes capitalistas de Porto Alegre, entre quais banqueiros, mas unicamente pela falta absoluta de vendas." (38)

36. Dr. Frederico Vergueiro Steidel, foi um dos advogados e procurador dos herdeiros da Baronesa de Limeira, residente em São Paulo. Os herdeiros, antigos proprietários da Fazenda denominada de Campina do Gregório (parte da atual cidade de Chapecó), comprada pela firma Bertaso Maia em 1921.
37. Engenheiro Dr. Wenceslau Breves foi o intermediário dessa carta. Na oportunidade desempenhava a função de Chefe da Comissão de Demarcação de Terras de Chapecó e Cruzeiro. Em 1922 foi eleito membro do Conselho Municipal de Chapecó (Vereador). Junto com Manoel dos Passos Maia, constituiu-se numa liderança no Município de Chapecó. Tornou-se amigo e sócio em alguns empreendimentos no município de Chapecó com Ernesto Bertaso. Wenceslau Breves, como seu irmão Joaquim, destacaram-se em Santa Catarina em serviços de medições de terras.
38. Livro de Correspondências. Acervo Empresa Bertaso. Chapecó (SC).

Verifica-se também, no caso, na Empresa, que esse momento de dificuldade não foi apenas temporário. As cartas enviadas pelo referido colonizador, além de se reportarem sobre a crise que atravessava, solicitava prorrogação de prazos aos seus credores (Bancos ou mesmo a particulares). Nada disso, porém, impedia o trabalho de atrair compradores da zona colonial do Rio Grande do Sul.

Outro detalhe que se pode perceber nas correspondências expedidas aos intermediários, vendedores e mesmo compradores, além de falar da crise originada a partir dos anos 20, também aponta obstáculos de cobrar as prestações dos contratos de venda já efetuados.

Confirmando a situação da crise em que se achava envolvido, temos, agora, em outra carta, datada de 12 de setembro de 1924 e endereçada a Affonso Scheffer, morador da Vila de Passo Bormann (antiga sede do município de Chapecó). Essa, como a anterior endereçada a Vergueiro Steidel, foram expedidas de seu escritório ainda sediado em Passo Fundo (RS). Nela Ernesto Bertaso oferece a venda de uma gleba de terras de sua propriedade, no Estado do Paraná, deixando expressa a necessidade de se desfazer da mesma e, em última análise, desafogar-se de problemas financeiros de sua empresa:

"...como o amigo até agora nada me tenha dito sobre o assumpto, volto a lembrar-lhe desse meu despacho, volto a lembrá-lo das vantagens que teria seu cunhado em realizar essa transação, pois além de tratar-se de uma propriedade próxima a estrada de ferro, com terras de cultura e excellentes hervaes e pinhais junto as terras, a pouco deixarem de serem vendidas a RS 220\$000 o alqueire, o preço que peço é de RS 150\$000 está muito aquém de seu valor...Fique certo amigo de que é com verdadeiro pesar que ponho a venda essa fazenda. Pois, era intenção deixá-la de parte, entretanto o atual desenvolvimento de meus negócios não me permite

deixar empatado um capital como o que tenho naquela propriedade, facto esse único que me leva a vendê-la... (39)

E ainda da carta endereçada a Vergeiro Steidel (SP) que se visualiza a situação de crise da empresa nessa época, frente aos credores e compromissos assumidos:

1. a existência de um retraimento completo na venda de terras, na região de Chapecó;
2. que foi forçado a vender algumas propriedades particulares, conseguindo juntar RS 300:000\$000 mas que, repassou ao Banco Nacional do Comércio SA. a importância de RS 160:000\$000, e pagou outros credores;
3. que na dissolução da sociedade com os Irmãos Maia, contraiu empréstimo para pagar a parte correspondente de cada um, ou seja, o montante de RS:100:000\$000, aumentando, assim, sua responsabilidade com os compromissos já assumidos;
4. que ainda possui ajustes com outros credores, solicitando, também, prorrogação dos prazos de pagamento com o Banco Felotense e da Província, obtendo dos mesmos dilatação nos prazos de pagamento, até o ano de 1927.

Finaliza, solicitando o beneplácito do referido procurador em prorrogar o prazo de pagamento sobre área da Campina do Gregório e, assim, poder saldar seus compromissos, conforme o contrato de compra de 15.000 alqueires dos herdeiros da Baronesa de Limeira:

39. A carta foi dirigida da cidade de Passo Fundo e endereçada a Affonso Scheffer, nascido em Encantado (RS), morador de Passo Bormann (antiga sede municipal de Chapecó) desde 1920. Scheffer, era na época comerciante e Conselheiro Municipal. Acervo Empresa Bertaso, Chapecó. SC.

"...Faço essas explicações afim de que V.S., pela minha franqueza, possa avaliar de minha boa vontade, sendo de muito prazer teria eu si V.S., pudesse infromhar-se pessoalmente da situação geral de meus negócios, para o que ponho a seu dispor meus livros, documentação, etc. Quero crer que V.S., como procurador, que já tenho molestado com pedidos de dilatação de prazo, não irá ao extremo de uma execução judicial, o que para mim seria o desastre completo, quando é certo que esses compromissos continuam pendentes, é devido as circunstâncias alheias a minha vontade, e os Merdeiros, posso asseverar-lhe, em hipotese alguma serão prejudicados, pois sujeito-me ao pagamento de todos os juros..." (40)

Mesmo obtendo dilatação dos prazos de pagamento junto aos credores, verifica-se que a crise que passava pela Empresa Bertaso, não foi contornada em pouco tempo. Com a Revolução de 30, a crise econômica em que vivia o País também causou entraves na comercialização das terras, na região do Velho Município de Chapecó. Além disso, a existência de propaganda, contrária às condições das terras cestinias, também fazia o seu papel.

Em carta endereçada a José Zanetti (RS), Ernesto Francisco Bertaso reclamava da atuação dele em relação ao trabalho desenvolvido no território gaúcho e que se contrapunha, frontalmente, à sua atuação de colonizador em Santa Catarina:

"...Tendo chegado ao meu conhecimento que o Amigo tem feito propaganda contra as terras deste município, desviando mesmo, diversos colonos que tem querido comprar terras aqui e, ignorando eu o motivo dessa propaganda, porque, creio não haver motivos para isso, d'ora avante, como prova da confiança que ainda em vós deposito resolvi o seguinte: todo e qualquer colono que aqui chegar e me declarar que tem suas economias depositadas em vossas mãos ou na fábrica de que sois sócio, mostrando-me os documentos comprobatórios e me declarar ainda não poder por qualquer motivo fazer o pagamento das terras dentro de 60 dias para gozar dos 10% de abatimento, darei aos mesmos quitação mediante uma procuração para receber de vossas mãos ou da fábrica a importância devida pela compra feita. Assim, creio não haverão mais motivos para tão grande propaganda contra as terras deste riquíssimo município..." (41)

40. Carta a Steidel. op.cit.

41. Carta endereçada a José Zanetti, um dos vendedores de Bertaso, residia em Monte Veneto (RS) datada de fins do ano 1927. Acervo: Livro de Correspondências expedidas. Empresa Bertaso. Chapecó. SC.

O exposto nos dá uma idéia das dificuldades encaradas pela companhia colonizadora. De qualquer forma, a empresa continuava a atrair fluxos de indivíduos, gerando, paulatinamente, uma mudança na vida regional, quer política, social e econômica.

Conseguiu-se, ainda, em sua correspondência, detectar outros aspectos, que envolveram a atividade colonizadora de Ernesto Bertaso, objetivando trazer colonos do Rio Grande do Sul para o Oeste de Santa Catarina e ampliar seus negócios.

Em relação aos vendedores, compradores e outros envolvidos na venda de terras, fora do território catarinense, por ora, não existe possibilidade de se traçar uma sequência completa. Contudo, temos alguns aspectos:

I - Intermediários/Vendedores

a) Eugênio Puricelli (Passo Fundo, RS), recebeu autorização em setembro de 1924, para vender terras nos municípios de Encantado, Estrela, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz, Montenegro, São Sebastião e São Leopoldo, todos localizados na área agrícola do Rio Grande do Sul;

b) Antonio Fonini, de Guaporé (RS), vendia terras desde 1920 para a empresa no oeste de SC;

c) José Zanuzzo, João Bellei, Giocobre Corso, de Guaporé (RS);

d) Oreste Assoni, Hilário Picollotto, Theodoro Kowczwicz, Albino Trevisan, de Bento Gonçalves;

e) José Vanzo, Felipe Fagherazzi (Linha Jansen - Nova Veneza), José Pavan, Manoel Pereira em Casca (RS).

Esses e muitos outros formavam o grupo de vendedores ou intermediários nas vendas das colônias da região oeste, divulgando-as na área colonial gaúcha. De seu trabalho dependia, também, o sucesso ou fracasso da Empresa Bertaso.

II - Compradores através de:

a) Antonio Fonini: Agilberto Spagnollo, Agostinho Lorenzetti, André Montagna, Angelo Girardi, Angelo Reginato, Antonio Fin, Antonio Oreo, Ernesto Barron, Francisco Dal Mas, Henrique Anselmi, Jose Oreo, José Crespan, José Foresté Filho, José Silvestre, João Argenta, João Bellei, João Girardi, João Lessa Dal Prá, Luiz Nardi, Luiz Rossi, Pedro Girardi, Ricardo Boldrini.

b) Giocobre Corso: Antonio Baggio, Antonio Cella, Antonio Onghero, João Santin, João Sachet, Francisco Arcolloto, Quintílio Socari, José Cella e Giocobre Corso.

c) Orestes Assoni: Angelo Falavretti, Marcelo Callegano e Filhos.

d) Theodoro Kowczewicz: Pedro, João e Antonio De Barba, Angelo Frisson, Cypriano e José Pozzer, João Piccinini, Antonio Gambetta.

e) Hilário Picollotto: Santo Martin, Florêncio Mongol, Albino Casarotto, José Vanzo, Albino Dagnaluzzo, José Balbinot, Vitório Eberle, Angelo, Francisco, Antonio e Theodoro Carraro, Aifro Bernieri e Atilio Costella.

f) Felipe Fagherazzi: Victório De David, Carlos Arioli, Fioravante Roncada, Luiz Maccari, Henrique Roman, Felipe Fagherazzi e Cia e Felipe Fahegarazzi.

III - Preço das terras

1921 - 1 lote colonial, a razão de Rs 1:000\$000 cada, que correspondem a 10 alqueires de 242.000 m² cada um.

1924 - terras na margem esquerda do Rio Chapecó, a Rs 1:500\$000 o lote de 10 alqueires; margem direita do rio Chapecó, Rs 1:200\$000 o lote.

1925 - margem esquerda Rio Chapecó, Rs.2:000\$000, margem direita Rs 1:500\$000, o lote de 10 alqueires.

As correspondências analisadas eram, em sua maioria, redigidas pessoalmente pelo colonizador. Ainda de conformidade com a documentação, no que se refere às condições de pagamento, prestações, juros e outras, variavam de caso para caso.

Em 29 de novembro de 1921, através de de uma carta endereçada a Antonio Mantelli, residente em Garibaldi (RS), vendedor em território rio-grandense, Ernesto Bertaso solicitava o envio mensal de uma relação sobre as vendas efetuadas. Nela deveriam constar:

nº da colônia, nome da linha, área e as respectivas quantias que receberia por conta, em saldo de cada uma.

Quanto às condições de pagamento que a Empresa Colonizadora oferecia naquela ocasião, anota-se: no ato da compra o adquirente seria obrigado a entrar com a quantia de Rs 200\$000, quanto ao restante pagaria juros de 1% ao ano, se decorridos 90 dias da data da primeira prestação. Na hipótese de haver antecipação do pagamento por saldo dentro os noventa dias fixados, haveria um desconto de 5% sobre do valor real de cada colônia.

No ano de 1921, a Empresa Colonizadora, em correspondência, comunicava-se com suas coirmãs na região: que havia necessidade de anualmente reverem os preços de venda de terras.

Ainda conforme Ernesto Bertaso, as maiores vendas efetuadas no ano de 1922, ocorreram nos meses de janeiro a maio.

No final do ano de 1923, o empresário comunica a Marins de Camargo, Curitiba (PR), que a venda das terras começavam a apresentar retração, devido em parte à concorrência de outras empresas colonizadoras com atuação no Velho Município de Chapecó que ofereciam maiores vantagens. As Empresas Issac Pan e Vargas, Deste Catarinense, Irmãos Lunardi, Luce Rosa e Cia., foram as registradas.

Como foi observado, Manoel Pereira (Casca RS), além de comprar particularmente terras da Empresa, transformou-se num de seus vendedores. Na carta datada de 5 de setembro, de 1924, pode-se constatar o preço das terras e algumas das condições propostas pelo empresário-colonizador.

"Levo ao seu conhecimento que, além da venda de que lhe dava ciência em minha última carta, vendi aos Srs. Pedro Perin e Leonardo Cebes, os lotes nºs 147 e 149 da Linha São Luiz, sendo o primeiro ao Sr. Perin e o segundo ao Sr. Cebes, por Rs 4:000\$000 e Rs 3:200\$000 respectivamente. A venda que fiz ao Sr. Perin foi de 60 dias de data e ao Sr. Cebes, Rs 1:000\$000 a vista e o restante em 90 dias." (42)

Não se pode deixar de mencionar outras cartas, pois, nelas têm-se outros dados elucidativos da comercialização de terras efetuadas pela Empresa Bertaso. Como por exemplo a endereçada a Giocobre Corso de Guaporé (RS), datada de 8 de setembro de 1924. Além da relação de compradores (43), registra o colonizador:

"...Anexo diversas contas correntes conforme relação em separado a fim de que o amigo as encaminhe aos respectivos destinatários. Com tendo diversos compromissos com urgência, conto com os bons ofícios do compadre e amigo para recebimento dos saldos das contas que remeto. Peço-lhe que me faça remessa por intermédio de qualquer dos Bancos Locais, com comissão a pagar. Sem mais aguardo suas valiosas ordens, agradecendo pelo obséquio que me prestará..." (43)

Para José Zanuzzo, de Guaporé, Ernesto Bertaso, também solicita seus préstimos, na entrega dos saldos de muitos compradores dos quais ele havia sido o intermediário, pois desconhecia o endereço dos mesmos. A Orestes Assoni, outro intermediário, residente em Bento Gonçalves, solicitando que o mesmo empregasse todos os esforços no sentido de apurar o mais breve possível a cobrança, complementando:

"Será favor avisar-me de qualquer irregularidade que por ventura houver em alguma das contas que lhe remeto" (44)

Na correspondência para Felipe Fagherazzi, de semelhante teor, esclarece: as terras adquiridas por Victório Fagherazzi importaram em Rs 3:996\$000 e não como o total que lhe foi enviado: Rs 3:954\$670.

42. Livro Correspondência Expedidas. Acervo: Empresa Bertaso, Chapecó, SC

43. Ibid. Relação encaminhada para Giocobre Corso: Antonio Baggio Rs 1:180\$000, Irmãos Peretta Rs 11:463\$000, Antonio de Bortolli Rs 10:192\$000, João Furlanetto Rs 5:545\$450, João Santin Rs 5:000\$000, João Sachtet Rs 6:000\$000, Daniel Cervini Rs 10:000\$000, Giocobre Corso Rs 26.357\$750.

44. Ibid.

E ainda dessa série de cartas, uma datada de 13/09/1924 e endereçada a Manoel Luiz Pereira, de São Luiz do Guaporé (RS). O colonizador confirmou que vendeu ao Sr. Primo Pandolfo, da mesma localidade, sua propriedade "Invernada", localizada no referido município gaúcho, pelo preço de Rs 40:000\$000. Há que se destacar, ainda, outro aspecto específico para o destinatário, quando refere-se a extração da erva-mate e ao gado existente, na referida propriedade.

"sobre o assunto erva-mate, combinei com o Sr. Pandolfo que o amigo acabaria de cortar a erva da presente safra que termina em fim deste mês, sendo que a partir de 1º de outubro próximo dependerá do que resolver com o Sr. Pandolfo. O gado que tenho naquele local poderá ficar ali para ir sendo vendido pelo amigo, conforme o que temos combinado". (45)

Nesse período, como se observa, Ernesto Bertaso possuía controle geral da comercialização de terras efetuadas pela empresa que dirigia.

Nestas circunstâncias, continua havendo uma intensa troca de correspondências entre Ernesto Bertaso, intermediários e compradores.

Na carta a Antonio Fonini (Guaporé-RS), datada de 8 de setembro de 1925, tem-se mais uma radiografia da evolução dos negócios de Ernesto Bertaso:

1. Contas correntes: afirma que não é possível dispensar os juros, tanto sobre o excesso como dos saldos antigos, pois não pode quebrar a uniformidade de suas transações; se assim procedesse, estaria dando concessões apenas a alguns clientes em detrimento de outros. Se porventura houver mais compradores que não queriam se sujeitar a essa praxe, poderão devolver as terras;

Ernesto Bertaso, referindo-se à situação dos compradores registra:

1. Desconhecia a transação que havia sido efetuada entre Antonio e José Oro, referente à nota promissória, precisando de maiores esclarecimentos.
2. João Bellei não constava da relação recebida anteriormente, como tendo devolvido as terras;
3. Augusto Calza e José Foreste Filho não tinham ainda, liquidado suas contas junto à Empresa, portanto, pode ter havido engano nas informações fornecidas. Confirma que a conta corrente desses senhores está correta: o primeiro deu um sinal de Rs 100\$000, o segundo pagou 30 alqueires, faltando o valor do excesso e mais os juros;
4. Luiz Fagherazzi deseja saber quem são os compradores dos nove lotes por ele vendidos;
5. Agilberto Spaganollo poderá vir a Chapecó para efetuar a compra das terras;
6. Que devolve o Memorando da Firma Bromberg e Cia., bem como a fatura e duplicata no valor de Rs 563\$700, solicitando que as mesmas sejam encaminhadas para o intermediário, pois não estava a par das encomendas feitas;
7. Que anexa a sua conta corrente (Fonini), cujo saldo é de Rs 19:579\$080

Outra afirmação, do início do anos 30, a Empresa continuava, ainda, a enfrentar sérias dificuldades

des, como está refletida na carta que encaminha a Alberto Berthier de Almeida, de Passo Fundo (RS) (46). Além do desabafo feito ao amigo, expõe uma ampla descrição da situação de suas propriedades no Chapecó, oferecendo-lhe as mesmas para compra, e medita sobre o comércio existente de venda da madeira, para os países platinos. (Anexo Nº4)

Acredita-se que, paulatinamente a situação sobre as vendas de terras, no Velho Chapecó, começava a dar sinais de uma relativa estabilidade.

Em carta, agora dirigida ao filho Jayme, estudante de medicina, na época (11 de maio de 1935), começa Ernesto Francisco Bertaso a ver uma luz para seus empreendimentos, quando, ao comentar da possibilidade da vinda de imigrantes talvez da Alemanha ou Suíça, como registram as cartas dirigidas a interessados de Berlim e Zurich. (Anexo Nº05)

A mencionada correspondência expedida por Ernesto F. Bertaso à Europa, em abril de 1934, confirma a possibilidade de expansão de seus negócios. O colonizador oferecia venda de terras, na região de Chapecó, bem como esclarece as condições para futuros contratos. Além disso, discorre sobre as condições geográficas e climáticas da área onde se localizam as terras.

"Em 24 de abril quase que acertei ali em dizer que apareceram grande número de imigrantes, não apareceram grande número de imigrantes, mas, veio certo número de colonos que há muito tempo compraram e estavam dispostos abandonarem as terras e desta vez, voltaram satisfeitos e ficaram de comprar mais." (47)

-
46. Empresário, comerciante, citado frequentemente pelos entrevistados como o Nêne Berthier, foi um dos grande madeireiros exportadores do Vale do Uruguai. Possuía muitas ligações com autoridades e políticos tanto no RS como em SC. Após a Revolução de 30, veio ser Prefeito nomeado do então Município de Chapecó. Participou de muitas iniciativas na comunidade. Era dono de uma vasta área de terras com pinhais e outras madeiras nas proximidades da antiga sede municipal (Passo Bormann), que foram compradas posteriormente por Angelo Emilio Grandó. Faleceu em Passo Fundo em 1989.
47. Livro Correspondências Expedidas. Acervo Empresa Bertaso. Chapecó. SC.

Apesar dos entraves, a Empresa Bertaso continuava seu trabalho de comercialização de terras, atraindo compradores. Para o início dos anos 30, tem-se registrada a venda de aproximadamente 600.000.000 m² de terras na Fazenda Saudades.

Ainda de conformidade com relatório de revisão da Fazenda Campina do Gregório, datado de 29 de novembro, de 1938, registra-se:

Area =	198.429.980 m ²	
Area escriturada em 1938 -		16.773.548m ²
Area perímetro urbano -		1.040.400m ²

		17.813.948m ²

Através de uma carta, novamente dirigida a seu filho, pode-se relacionar a atividade de madeireiro que Ernesto Bertaso desenvolvia:

Passo dos Índios

3 de novembro de 1937

Prezado Filho:

(...) Estive em São Tomé muito entusiasmado com o negócio de madeira. Logo que cheguei, telefonei ao teu amigo Pizzato em Buenos Aires e recebi do mesmo a seguinte resposta: "Impossível ir aí, meu sócio viajou para o Brasil, neste momento difícil realizar negócios porque mercado baixando".

No dia seguinte, procurado por um pretendente e eu animado com o negócio, tive aborrecimento com um telegrama de São Xavier, dizendo que a balsa não podia vir a São Tomé por falta de água. Fiquei louco, os exploradores logo aparecerão para comprar por pouco mais de nada.

O meu sócio, à noite, foi à São Xavier com um senhor daqui para me auxiliar no negócio, ofereci a ele 3% sobre a venda, mas apesar do comprador ser seu cunhado que tem uma serraria em São Xavier e que depois descobri que na véspera tinham oferecido ao Sr. Affonso Scheffer Rs 68\$000 a dúzia, ele veio oferecer ao meu sócio Rs 57\$500 a dúzia.

Mas, felizmente, neste mesmo dia encontrei-me com o amigo Emilio Grando e este, como comprador que também é, ofereceu-me Rs 66\$000 a Rs 70\$000 a dúzia, dependente só da demora do filho ir a Libres para voltar a São Xavier, cuja demora seria de 8 a 10 dias. Assim ficou em São Xavier o meu sócio para fazer a entrega da madeira e eu vim embora e estou esperando o resultado.

Não deves estranhar que sempre fui muito burro em sustentar o que prometo; este meu amigo daqui que prontificou-se para auxiliar-me, mesmo descobrindo que tentou me prejudicar, ainda estou pagando a comissão prometida por intermédio de impostos em um conto de réis. Mas, prefiro ter sido prejudicado a dizerem que não cumpri o prometido (...)

Cordiais saudações, teu pai.

Ernesto Bertaso

Outro aspecto inquestionável é que os dirigentes da Colonizadora Bertaso, apesar de todos os entraves que tiveram, desenvolviam seu trabalho em prol da colonização dessa parcela do território catarinense. E, ainda, foram muito felizes no sentido de impedir a evasão de capitais para outras regiões brasileiras, especialmente para o Rio Grande do Sul.

Essa situação é diferente das outras Colonizadoras que atuaram na região. Pode-se dizer que as principais atividades, em Chapecó, foram de iniciativa da referida Colonizadora.

Enumeram-se alguns negócios comerciais, ligados diretamente com a Empresa Bertaso, que, por sua vez, sendo proprietária das terras, partilhava, na maioria das vezes, em sociedades com particulares, em diversas atividades comerciais e industriais, a saber:

1. Serraria Santo Angelo, sociedade formada com Angelo Sartori;
2. Serraria São João, sociedade formada com Guilherme Sartori;

3. Serraria Santa Izabel, sociedade formada com Luiz Menegatti e Filhos;
4. Serraria Santo Antonio de Bertaso, Corradi e Sartori, sociedade formada com Angelo Sartori e Mario Corradi (Erechim - RS);
5. Olaria Santa Maria, sociedade Bertaso/Costela;
6. Olaria do Sul, sociedade Bertaso/Domingos Baldissera;
7. Olaria Chapecó, sociedade Bertaso/Baratto;
8. Usina de Luz e Força, sociedade com Aquiles Tomazelli;
9. Fundação do Hospital Santo Antonio;
10. Doações de imóveis para construção de diversos empreendimentos, quer públicos ou mesmo privados.

2.2. A nova frente de atividade econômica regional

Com relação à atividade empresarial encetada por Ernesto Francisco Bertaso, na região estudada, avista-se, nas suas correspondências, aos futuros compradores de terra, a propaganda que fazia, analisando sempre as condições e qualidade das terras desta região para o desenvolvimento de culturas e, principalmente, sempre descrevendo as potentes riquezas dos recursos naturais nelas existentes.

O Colonizador, nesse sentido, registra em carta datada de 1924, originária ainda de Passo Fundo (RS), encaminhada a Pedro Loss, que trabalhava para Antonio Fonini, proprietário de um engenho de serra e moinho que havia montado na Vila de Passo dos Índios.

"Quando fiz o negócio com o Sr. Fonini para a montagem do engenho de serra e moinho, julguei, e outra coisa não se poderia admitir, comercialmente falando, que esses melhoramentos, além de serem um grande incentivo ao desenvolvimento dessa localidade, viriam com seu lucro, auxiliar o custeio de pequenas despesas e de outros negócios." (48)

Pela leitura de outros expedientes, é comum encontrarmos neles referências sobre a riqueza regional nos seguintes termos: "é grande a quantidade de pinheiros, cedros e madeira de lei." (49)

Assim, com a vinda dos elementos do vizinho estado gaúcho para a região, tiveram início a intensificação e o desenvolvimento de diversos ramos da atividade econômica. Desses, destacam-se, principalmente, a

48. Antonio Fonini foi intermediário de Ernesto Bertaso em Chapecó, quando a firma ainda estava estabelecida em Passo Fundo (RS); Pedro Loss, com o passar dos tempos, tornou-se comerciante em Chapecó. Acervo: Empresa Bertaso, Chapecó - SC.

49. Livro Correspondências Expedidas. Acervo Empresa Bertaso, Chapecó - SC.

fase extrativa da madeira que se firmou por volta da década de 20, em decorrência da chegada dos contingentes populacionais e colonizadores, caracterizando um pionerismo desbravador.

Também comenta a exploração do solo e dos recursos naturais. A partir desse instante, a via aquática (Rio Uruguai) passou a ser utilizada como um corredor de exportação, proporcionando lucro e desenvolvendo algumas culturas.

E incontestável que a nova força de trabalho, ao se instalar, traz consigo o trabalho intensivo e estável e novas formas de vida na região. Elas vão originar, em muito pouco tempo, o aparecimento de uma atividade econômica regional (extração da madeira), mantendo-se numa mesma linha, até as décadas de 50/60.

As diversas Companhias de Colonização que chegaram para dar o novo impulso de desenvolvimento à região e que receberam, por parte do Governo Catarinense, apoio e incentivo, passaram a atuar na mesma. Elas foram as grandes responsáveis pelo desencadear efetivo do processo de colonização, aliado à produção e à comercialização da madeira.

Lourival Bastos de Menezes, agrônomo, em artigo publicado⁽⁵⁰⁾, nos elucida, através de um sumário descritivo e analítico, como examinou a cobertura vegetal e perfis de solo do Município de Chapecó, na década de 50. Conforme laudo, o referido técnico, relaciona para a região do Velho Chapecó as seguintes associações e situações geobotânicas:

50. Jornal "O Imparcial"(Chapecó) 8/6/51, p.1.

1. Campo do Irani;
2. Faxinais ralos, entremeados com os campos anteriores;
3. Vegetação com aspectos de "cerrados", em Ponte Serrada;
4. Manchas ou formações de mandioca, em Faxinal dos Guedes;
5. Manchas ou formações de mandioca brava, adiante de Xaxim;
6. Manchas de matéria primitiva com mato branco, em vários lugares;
7. Grupos de pinheiros finos, de cerca de 0,40 de diâmetro, não aproveitáveis para taboados e sim, para linhas de construção", em Faxinal Magro;
8. Butiazeiros junto com campo, ou associados ao pinhal escasso, ou enfim, dentro do mato baixo e pouco sombreado;
9. Orla de pinhal, de primeira qualidade, densa, e, mais ao fundo mato branco puro ou com pinhal;
10. Manchas do solo com erva-mate;
11. Campos magros, secos, com barba de bode, muitos enrosados;
12. Mistura de campo fraco, erval, pinhal e mato bom;
13. idem de faxinal comum;
14. Faxinal com imbuiás muito grossas;
15. Pastos artificiais;

16. Timbosais espontâneos.

Este elenco de observações, cujas características descritas favoreceram, de forma geral, à exploração da mata na região, determinaram a utilização de um método de trabalho que se tornou, com o passar do tempo, mais intenso na atividade extrativa.

Por outro lado, sabe-se que os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul possuíam, originalmente, uma cobertura florestal composta, principalmente por matas de araucária e matas pluviais subtropicais, atingindo no total, respectivamente 93%, 83% e 40% da área total dos três estados.

Essa exuberante floresta, até o fim do século XIX, muito pouco foi explorada. O avanço da colonização, em diversas áreas, provocou uma profunda alteração, ocasionada pela rápida expansão da indústria madeireira. Especificamente, hoje, Santa Catarina, possui, apenas de 15 a 20% de sua floresta original. Essa situação devastadora pode-se, também, observar na Região Oeste de Santa Catarina.

Em 1919, o então Superintendente Municipal e Deputado Estadual, Manoel dos Santos Marinho, representando a região do Chapecó, entrega um projeto de lei ao Congresso Representativo Estadual (Assembléia Legislativa) de Santa Catarina (Anexo Nº 02). Nele objetiva definir a fixação da sede municipal, no povoado de Passo Bormann, justifica e descreve as já existentes condições econômicas do outrora povoado ⁽⁵¹⁾, considerando ser ele:

51. Antes da assinatura do Acordo de Limites com o Paraná, chamava-se Passo do Carneiro e posteriormente Passo Borman. Esse nome permaneceu mesmo com a criação do Município em 1917.

a) o maior centro comercial do Município, existindo em seus arredores três engenhos de serra a vapor e moinhos;.

b) o maior centro do movimento de exportação para a República Argentina e Rio Grande do Sul, como seja, a exportação de erva-mate, milho, feijão e diversas madeiras de lei, em toras ou beneficiadas.

Assim, com a colonização gaúcha, teve início o desenvolvimento de diversos ramos da atividade econômica. Desses, o destaque estava concentrado na extração da madeira.

Ainda no Memorial do Relatório enviado à Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras, na Faixa de Fronteira (1940), temos a visão do colonizador Ernesto Francisco Bertaso, anotando as características do solo, das culturas da área de sua atuação:

"o solo é humoso. As madeiras predominantes são: pinho, cedro, cabriúva, cangerana, tarumã, angico, louro, etc, sendo que as três primeiras em abundância. Os produtos principais são: milho, uva, fumo, cana, mandioca, amendoim, batatas, frutas, etc. As indústrias existentes são: engenhos de serra, serrarias de pinho, fábrica de produto de suínos, um grande moinho de trigo e diversos pequenos, olarias e outras ..." (52)

Outro momento que se pode pôr em destaque era no que se constituía a floresta, na região do Chapecó; acha-se contido num reclame comercial e publicado na imprensa.

"PINHAL. Vende-se um ótimo pinhal com nove mil pinheiros situado a 48 km do Rio Uruguai. Negócio de ocasião. Tratar no escritório de advocacia dos Srs. Cid Loures Ribas e Lenoir Vargas Ferreira (53) no Edifício da Cooperativa em Chapecó."

52. Jornal "A Voz de Chapecó" (Chapecó) 25/7/46 pg.2.

53. Advogados que atuaram na região oeste, tornaram-se líderes políticos, eleitos vereadores em Chapecó, posteriormente exerceram mandato de Deputado Estadual. Lenoir Vargas, também exerceu o Cargo de Deputado Federal e Senador da República por Santa Catarina.

A falta de comunicação terrestre da região oeste de Santa Catarina, com os centros principais do país, obrigou sua população a utilizar-se do Rio Uruguai, como meio de transporte. O leito do rio tornou-se assim, o grande ponto do escoamento da produção extrativa madeireira, utilizando-se de "balsas". A balsa tornou-se um meio de transporte, facilitando o comércio da produção madeireira.

Quanto à importância do caminho fluvial para as regiões servidas pelo rio Uruguai e seus tributários, e às oportunidades que ele oferecia aos habitantes dessas regiões, encontra-se a seguinte descrição:

"Rio Uruguai que em vasto semicírculo cinge o nosso estado. É um espetáculo sublime que oferece a natureza, onde a violência do homem ainda não lhe tirou o encanto nativo"... "o veio do rio possante, que serpeia já por entre campinas dilatadas, já pela espessura multiseccular das brenhas onde habita a capivara e abunda peixe variado e saboroso..." (54)

Para Ernesto Bertaso a referida via aquática representava o principal meio de comunicação para escoamento da produção regional, conforme deixou no já mencionado relatório, à Comissão de Terras:

"...o rio Uruguai, para a exportação de madeiras para a República Argentina." (55)

A produção era em larga escala. O número de registros das firmas madeireiras, entre o ano de 1936 a 1945, alcançou um total de 109 estabelecimentos, no município de Chapecó, conforme o Quadro a seguir:

54. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ano VIII, Trimestre III, 1928. Vida e Obras do Padre Roque Gonzalez de Santa Cruz (fundador das Sete Missões).

(55) Livro Correspondências. Acervo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC.

QUADRO Nº1

MUNICIPIO DE CHAPECÓ -REGISTRO DE FIRMAS
1936/1945

ANOS	NÚMERO FIRMAS
1936	24
1937	09
1938	09
1939	07
1940	11
1941	09
1942	18
1943	14
1944	07
1945	01
TOTAL	109

Fonte: Livro nº 1 e 2. Registro de Firms Comerciais - Comarca de Chapecó Cartório Registro de Imóveis.

Foram, portanto, os empreendimentos ligados diretamente à ação das colonizadoras que nortearam a singularidade econômica da região oeste, na época estudada. A natureza do processo econômico e os investimentos feitos, na região, são poucos, muito similares, quando comparados com o das demais regiões do território barriga-verde.

Dessa forma, a região do Velho Município de Chapecó, através do processo de ocupação e integração populacional, aliado ao trabalho de extração dos seus recursos naturais, completava mais uma fase histórica e importante, dentro do contexto catarinense.

Do tropeirismo inicial, passou pela atividade de exploração da erva-mate, chegando à exploração madeireira e, vencendo os inúmeros desafios; aos poucos, foi colhendo os resultados dos diversos empreendimentos realizados. Basicamente, foram essas as fases do desenvolvimento e da organização regional.

O resultado dessa composição está no conteúdo que esse processo de integração revela, através do povoamento e colonização, pois representa a última parcela do território catarinense a ser trabalhada.

Como foi visto, na região do Velho Município de Chapecó, as suas inúmeras vilas eram escassamente povoadas. A chegada dos primeiros povoadores e a vinda efetiva das colonizadoras contribuíram, paulatinamente, para um desenvolvimento rápido. Foi, sem dúvida alguma, uma trajetória de dedicação e perseverança dos colonizadores.

Foram estes os fatores que deram impulso ao desenvolvimento da região do Chapecó que, em última análise, permaneceu como um importante entreposto madeireiro de onde o produto seguia para o Rio Uruguai e, deste, para os países platinos.

Necessário se faz observar que, nos primeiros anos desse rápido processo de exploração dos recursos naturais na região do Chapecó, muitas das ações locais fugiam ao controle do Governo Municipal e ao controle do próprio Estado de Santa Catarina.

Durante a gestão do governo de Manoel dos Santos Marinho, (primeiro Superintendente Municipal) esse aspecto já mereceu, por parte da administração pública, uma preocupação com a devastação indiscriminada da floresta, na região do Chapecó. Um ano após a criação do Município de Chapecó, esse fato foi objeto de uma ação administrativa, através de um decreto-lei. O então Superintendente Municipal, Santos Marinho vem, através de decretos específicos, estabelecer normas para o corte da madeira e impostos a serem pagos aos cofres municipais.

O Decreto nº 6, de 18 de junho 1918 (56), do Superintendente de Chapecó, fixou o pagamento de imposto em Rs 3\$000 sobre cada árvore de lei abatida nas matas do município. Este instrumento legal também estabelecia quais as classes e árvores sujeitas à taxaço do imposto: paus de cedro, louro, pinho, imbuia, canela, sassafras, cabriúva, ipê, angico e outros como tal considerados. Os infratores ficariam sujeitos a uma multa de Rs 500\$000, bem como a perda e apreensão da madeira cortada.

Constata-se, igualmente, numa entrevista concedida pelo então Secretário de Justiça do Governo de Santa Catarina, Dr. Abelardo Luz (57), a preocupação com a devastação e açãõ indiscriminada no corte de madeiras, na região do Chapecó.

Confirmando a situação de uma certa intranquilidade sobre o que se passava na região, nota-se, em alguns trechos da referida entrevista concedida à imprensa carioca, pelo então Secretário da Justiça Abelardo Luz, e transcrita no "República" da capital do Estado de Santa Catarina. Inicia a mesma fazendo um retrospecto sobre o que gerava a vida na região oeste que Santa Catarina recentemente havia incorporado ao seu território (ex-Contestado).

56. Livro Copiador de Expediente da Superintendência Municipal de Chapecó, fls.3. 18 junho 1918.

57. Abelardo Luz, filho do Governador Hercílio Luz, visitou a região no final do ano de 1919, chegando via Passo Fundo (RS). Pode-se, considerar como a primeira visita oficial que a região de Chapecó recebia, após ter sido incorporada à Santa Catarina. Manteve diversos contatos com segmentos da população e autoridades. O visitante foi alvo das mais expressivas manifestações de boas vindas nos diversos povoados que visitou. Grandes recepções foram organizadas, tanto na vila de Xanxerê como em Passo Bormann. Abelardo Luz era amigo pessoal do Coronel Manoel dos Passos Maia, sócio da empresa Bertaso/Maia. Sua visita acontece logo após o Congresso Representativo Estadual ter determinado a transferência da sede do Município de Chapecó da Povoação Passo Bormann para a de Xanxerê. Essa visita continha, entre outros objetivos, dar uma satisfação à população e autoridades de então das medidas governamentais. O nome do atual município oeste de Abelardo Luz é em sua homenagem.

" A vida é a do sertão. Havendo, porém, aspectos semelhantes aos do sertão da Amazônia. Lá atraem bolivianos e brasileiros do Ceará, do Pará e mesmo dos Estados do Sul. Há borracha e as castanhas nativas no seio da mata virgem. Aqui no Contestado atraem argentinos orientais, brasileiros, paraguaios à erva-mate e a pinha das araucárias nativas no seio da mata virgem. A erva-mate é produto muito cobigado e muito valorizado em todos os mercados e o pinhão também já vai sendo procurado. A região despovoada e o solo rico, aguçam o instinto de rapina em todas as suas modalidades. Uns incursionam ano a ano, saqueando a floresta de seus hervais; outros se abancam aqui e ali, explorando a erva-mate e as matas das redondezas; outros se instalam em ranchos, abrem caminhos, constroem pastagens, cultivam roças, na ilusão de se apropriarem, sem mais trabalhos da terra. (58)

A autoridade catarinense de então, como vimos, era filho do Governador da época, Hercílio Pedro Luz, reconhecendo que esta situação não "é de hoje, nem de ontem, é de séculos atrás". A mesma começou com a chegada dos primeiros moradores na região, desde a luta dos paulistas com o espanhol platino, ampliando-se com a epopéia dos Farrapo's e posteriormente ocorreram os desentendimentos e até as guerrilhas. Essas motivadas por questão de divisas entre Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e São Paulo. Conclui, afirmando que a revolução federalista de 1893 e finalmente a questão de limites Paraná/Santa Catarina muito contribuíram para essa realidade.

"Aquilo é terra aflita ao ronco do bacamarte e à ponta de lança, não tremendo ao cheiro do sangue e da pólvora; das chacinhas. A terra é assim, opulenta e bela, a gente é assim corajosa e aventureira. E o governo estadual ou federal, para mantê-la em relativa paz, dispense energias preciosas e não pouco dinheiro. (59)

Abelardo Luz ainda admitiu que a origem dessas ocorrências nasciam, na maioria das vezes, da exploração entre os bandoleiros nas suas incursões para o roubo da erva-mate e madeira na região. Como também

58. Jornal República. (Fpolis). 26.04.21.

59. Jornal República. (Fpolis). 26.04.21.

reconhece que muitos mal aquinhoados no roubo, demonstravam descontentamento e, assim se queixam, se insurgem, daí a deflagração de muitos tumultos.

Outro aspecto, no que concerne a essa situação espúria que ocorria na região do Chapecó, é mencionado por aquela autoridade, quanto à formação de incursões pelos invasores e depredadores da mata, organizando o que denominou de "bandeiras". Para melhor compreensão da situação descrita, afirma:

"Eles, os bandoleiros, chamam isso de "Bandeira". Vão a comerciantes argentinos e brasileiros e contratam a entrega de certa quantidade de erva-mate em dado espaço de tempo. Feito o contrato, vem ao ex-contestado e aliciam homens, formando grupos para o trabalho. Como já receberam dinheiro por conta, levam com ardor a empresa adiante. Esse dinheiro adiantado eles chamam lá de anticipo, é qualquer coisa de compromisso honesto para eles....Quando uma bandeira quer explorar a terra já escolhida por outra bandeira, o conflito é matemático. Quando uma bandeira sem anticipo, quer tomar a preferência de outra bandeira com anticipo, o conflito é infalível. Quando uma bandeira com anticipo invade a terra de abarraçamento ou de sitiante, o conflito é fatal. <60>

Ainda referindo-se à situação que acontecia na exploração criminosa e devastadora da floresta oeste, Abelardo Luz a relaciona com entraves que a mesma estava acarretando no desenvolvimento das ações das Companhias de Colonização. A verdade, contudo, é que, em 5 de outubro de 1927, foi formada uma comissão de empresários-colonizadores, e, nessa representação, os mesmos defendiam, para negociar com as autoridades constituídas, meios de repressão e os frutos do trabalho, iniciado a partir de 1917.

Essa comissão dirigiu-se ao então Presidente do Estado, Dr. Adolfo Konder. Nas tratativas com o chefe do poder executivo estadual reivindicaram uma série de atendimentos e de melhorias para a região, bem como

a implantação de uma política mais rigorosa sobre a atividade madeireira predatória que se desenvolvia regionalmente. O contrabando de madeira já era uma realidade que vinha acontecendo e décadas anteriores.

"Em palácio visitando Adolfo Konder, comissão de colonizadores e empresários: Leonel Mosele, Dr. Leonidas Coelho, Capitão Fidêncio Ribeiro Mello, Alberto Schmidt, Nardi Rizo Simon e Cia. pp. Sergio Coelho, Cel. Guido Bott pp da Cia. Sul Brasil, Luiz Lunardi pela Cia. Irmãos Lunardi, José Luiz Maia pela Cia. Augusto de Carli e Cia., Ernesto Francisco Bertaso pela Colonizadora Bertaso e, Leonel Mosele pela Luce Rosa e Cia e Koeffe Selbach e Cia." (61)

A preocupação do Governo Catarinense nesse sentido, é tão forte que a mensagem anual de Adolfo Konder para o ano de 1927, apresenta o seguinte registro:

"consequências negativas para o nosso estado, onde a ânsia de extrair madeiras não escolhe processos adequados. Não pode este grave problema permanecer, desservido de uma regulamentação que corresponda à magnitude de sua importância." (62)

Em 1929, pessoalmente, o Governador Adolfo Konder, em visita oficial à região do Chapecó, convenceu-se sobre a realidade da região, bem como sobre as reivindicações da comunidade cestina. Em sua visita regional, o mandatário catarinense teve a oportunidade de reunir-se na cidade balneária de Irai (RS) com seu colega gaúcho Getúlio Vargas. Deste encontro resultou a adoção de medidas de intercâmbio econômico e administrativo entre os dois estados sulinos. Um dos assuntos mais discutidos dizia respeito ao banditismo e ao contrabando que assolavam ambos os lados.

Nada disso, porém, impedia a entrada de levadas, sempre grandes, de homens, embrenhados nas matas com sua

61. Jornal República (Fpolis) 1/10/26, p.3.

62. Mensagem Governamental de Adolfo Konder, 1927. Biblioteca Nacional, RJ., pg 63.

exploração aleatória em todos os aspectos. A atividade da exploração madeireira era quase que impossível de ser controlada, numa região de difícil acesso e desprovida de estradas e de outros tipos de comunicação.

Ildefonso Falcão, em artigo publicado pelo jornal, "República" de Florinópolis, no mês de outubro de 1926, intitulado O NOSSO COMERCIO DE MADEIRA POR VIA FLUVIAL NO SUL, noticiando a situação, forneceu maiores informações no que diz respeito às transações comerciais que se efetuavam com os países do Prata.

Falcão reporta-se à cidade de São Tomé (Argentina), após uma temporada de chuvas, que provocavam enchentes no Rio Uruguai, relatando que aumenta, consideravelmente, a sua população e que este aumento era decorrente da chegada dos balseiros e vendedores de madeira. Esses grupos eram constituídos por homens brasileiros, recrutados, na maioria das vezes nas épocas de enchente, à beira do próprio rio, sem garantia ou proteção alguma de legislação.

"São os nossos Balseiros que por essa via gratuita, estrada fluvial com os saltos e corredeiras afogados, vieram do sul de SC e do norte do RS." (63)

O referido jornalista, em seu realce, lamenta que após um longo trabalho de preparação para a transação comercial entre brasileiros e argentinos, os nossos conterrâneos sofram as maiores pressões das regras impostas pelo mercado externo, registrando:

"...o ajuste, na maioria das vezes, se faz ali mesmo à borda do rio por processo comercial rudimentaríssimo. A medição é rápida, vara a vara com mais ação que palavras, e, assim em pouco tempo se fecha a transação em torno de um pesado labor de muitos meses dentro da mata..." (64)

63. Jornal República. (Fpolis). 1/10/26, p.2.

64. Jornal República. (Fpolis). 1/10/26, p.2.

Enumera os perigos a que estavam sujeitos os nossos vendedores, em relação aos contraventores da lei. Os balseiros brasileiros, fora ou mesmo dentro do território nacional, principalmente na foz dos arroios, são alvo de bandos de atacantes, prossegue Falcão. Esses salteadores normalmente desamarravam as vigas das balsas e, assim roubavam as melhores peças de madeira, impossibilitando, às vezes, o prosseguimento da viagem.

Acontecendo essa situação, era inevitável uma refrega. Hipoteticamente, os assaltantes eram os vencedores segundo o autor, que depois de roubarem a madeira, levavam-na para seus esconderijos. Após essa tarefa, destruíam a marca de origem e de propriedade do produto, formavam as suas próprias balsas e desciam o rio, sem quaisquer impedimentos.

Outra observação crítica, relaciona-se com a interferência na atividade madeireira, provocada pela conglomeração de pessoal nos portos. Esses, normalmente, chegavam sem as guias de exportação corretas e legais. A situação descrita é de que essas guias muitas vezes eram falsificadas, contendo, inclusive, selos.

No que concerne às autoridades argentinas, não tinham interesse em averiguar a autenticidade dos documentos de exportação. Essas autoridades limitavam-se, apenas, ao recebimento do produto, que representava sempre somas elevadas, acarretando prejuízos aos brasileiros.

Protestando pela falta de atenção dada a essas situações, o jornalista em questão lamentou que mesmo já identificados diversos desses casos, nada de concreto havia sido efetivado por parte das autoridades. Nesse escrito, solicita a criação de postos de fiscalização a serem instalados, na região do Alto Uruguai. Seria uma

forma de prevenir a defesa dos madeireiros e balseiros e de outros valores do nosso comércio exterior.

Sugeria, ainda, Falcão que há possibilidade dos nossos consulados remeterem às autoridades dos países importadores as segunda vias das guias realmente expedidas. Incisivo em sua posição, somente com as medidas fiscalizadoras haveria sensível melhora nas ocorrências descritas:

"desse modo, exerceria o devido controle e castigar-se-iam os gatunos. Não há muito, toda essa cidade se escandalizou. E que um cidadão de Santa Catarina, que afirmaram desempenhar um cargo oficial nas proximidades da Foz do Chapecó, apareceu com um talão de guias e, aqui aos olhos de toda a gente as enchia, as estampilhava e as cobrava." (65)

Dessa situação o que se anota é:

1. nem o Município de Chapecó, e, por extensão, o Estado de Santa Catarina recebiam esses emolumentos;
2. necessidade de uma legislação rigorosa sobre a inspeção da lamentável devastação das matas, na região do Chapecó;
3. atitude e atuação corretas dos agentes, nos postos localizados à margem do Rio Uruguai, e
4. os balseiros deveriam e teriam a necessidade e obrigação de apresentarem documentos visados.

Diante desse quadro, era imprescindível que os governos dos estados importadores, e, especialmente, exportadores de madeira (SC e RS), adotassem urgentes medidas que determinassem a imediata proteção de sua própria estrutura comercial .

65. Jornal República (Fpolis). 1/10/26, p.2.

Uma dessas medidas oficiais, adotadas pelo governo de Santa Catarina, encontra-se no projeto de lei de nº 41 (Anexo Nº06), que fixava o exercício financeiro do ano de 1927. Foi encaminhado à sanção do Congresso Legislativo Estadual, em 17 de outubro de 26. Era o Governo do Estado Barriga-Verde que solicitava o apoio dos representantes do povo catarinense, no sentido de defender sua economia.

Contudo, a situação permaneceu ainda por mais de uma década, como se comprova em 1948, durante um discurso proferido no Senado Federal, pelo senador catarinense, Ivo d'Aquino. Esse representante, usando da tribuna da casa, veio em defesa da região cestina, após a publicação de uma série de reportagens, levadas a efeito por jornalistas enviados dos Diários Associados, nas pessoas de Jorge Ferreira e Nicolau Leite⁽⁶⁶⁾, que se referiam ao contrabando de madeiras, no município de Chapecó.

Em seu papel de defensor dos interesses catarinenses, o senador Ivo d'Aquino assim se pronuncia:

"...o Senado não ignora, não apenas na fronteira do Estado de SC, como nas do RS, e em certas regiões limítrofes da República Argentina e do Uruguai, nem sempre é fácil reprimir o contrabando. Tanto no nosso país como nos vizinhos, apesar da vigilância exercida o contrabando sempre constitui indústria ilegal, preocupação permanente e até, muitas vezes profissão para muitas pessoas." ⁽⁶⁷⁾

Ainda pelo mesmo órgão de imprensa daquele mês, em editorial, os responsáveis pelo jornal "A Voz do Chapecó" afirmam que os jornalistas enviados deixarem-se levar por pessoas da comunidade, sem escrúpulos, e foram profissionalmente levianos, sendo arbitrários. Justificam sua posição, afirmando que os

66. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó) 20/6/48, p.1.

67. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó) 20/6/48, p.1.

profissionais da imprensa, que estiveram em Chapecó não tiveram condições de perceber a importância da indústria madeireira regional que, utiliza a cidade de Chapecó como fonte de escoamento até às margens do Rio Uruguai. Na visão do Senador Catarinense, obtemos :

"Há cerca de duas semanas a cadeia dos Diários Associados publicou em vários jornais uma reportagem sobre o município de Chapecó em SC. Dois repórteres que lá estiveram, entraram em contato com diversas pessoas e trouxeram a público descrição exagerada dos costumes, vida, hábitos e comportamento da população local. Fazendo crer que aqui campeia impune o contrabando de madeiras destinadas a Argentina, e dando a impressão de que Chapecó é terra de gangsteres, sem dono. Nesta cidade existe a Cooperativa Madeireira do Vale do Rio Uruguai, que congrega os madeireiros de Chapecó e de outras localidades vizinhas, unicamente serradores e exportadores, coisa que não parece ter chegado ao conhecimento dos aludidos jornalistas, é certo ter havido grande exportação de madeira serrada nestes últimos anos". (48)

Outras notícias veiculadas pela imprensa local de Chapecó, nos anos de 46, 47 e 48, seguidamente fazem referências ao contrabando que existia na atividade madeireira regional. Num determinado momento, partiam em defesa de acusações levantadas, como as mencionadas. Em outros casos, era o próprio jornal que denunciava esse tipo de comércio ilegal. E ainda o jornal "A Voz de Chapecó", informando que, num determinado momento, a República Argentina, além do comércio regular de madeira, paralelamente tolerava o contrabando e que, nos últimos anos, dedicava-se ao comércio de sementes do pinheiro (pinhão).

Esses acontecimentos produziram uma situação que provavelmente atingiu um estágio desfavorável para o comércio regional chapecoense, ocasionando essas reportagens pela imprensa. Contudo, sem citar nomes, quer de pessoas físicas ou mesmo jurídicas, limitam-se, apenas, ao registro dos fatos. Apesar dos dados incom-

completos temos, no jornal local, exemplos do que estava acontecendo na região oestina.

"Os nossos vizinhos argentinos iniciaram, nos últimos tempos, grandes importações de pinhões". Somos daqueles que entendem não ser possível impedir eficazmente que os ditos vizinhos realizem seus objetivos. As fronteiras brasileiras com a Argentina são abertas, de uma extensão enormíssima, a começar do Rio Grande do Sul e a terminar no Paraná." (69)

Em contrapartida, o mesmo artigo, solicita que medidas enérgicas sejam tomadas, evitando dessa forma a destruição das florestas, bem como não permitir o que já havia acontecido em tempos anteriores com a erva-mate, cujas mudas da planta eram retiradas do Brasil. Esse fato diz respeito ao cultivo de erva-mate pelos argentinos que passando a produzi-la, obtiveram grandes colheitas, trazendo como consequência prejuízos à exportação brasileira.

Contudo, foi neste quadro de expectativas, decorrentes das oscilações e contratempos, voltado mais para a exploração dos recursos naturais e exportação, elas se tornaram a principal atividade econômica na região de Chapecó. As primeiras manifestações industriais, somente, vão surgir a partir dos anos 50, na região. Essas crescem nas décadas seguintes, para atingir a agroindústria dos dias atuais.

3. A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

3.1. A MADEIRA - PRODUTO PRINCIPAL

3.1.1. A Mata

3.1.2. Obstáculos na Atividade

3.1.3 A Industria Madereira
Regional

3. EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

3.1. A madeira produto - principal

3.1.1. A mata

Neste capítulo, nossa observação cinge-se apenas, à área que compreendia o antigo Município de Chapecó, cujos recursos naturais ofereciam viabilidade técnico-econômica de industrialização. ((Figura 1)

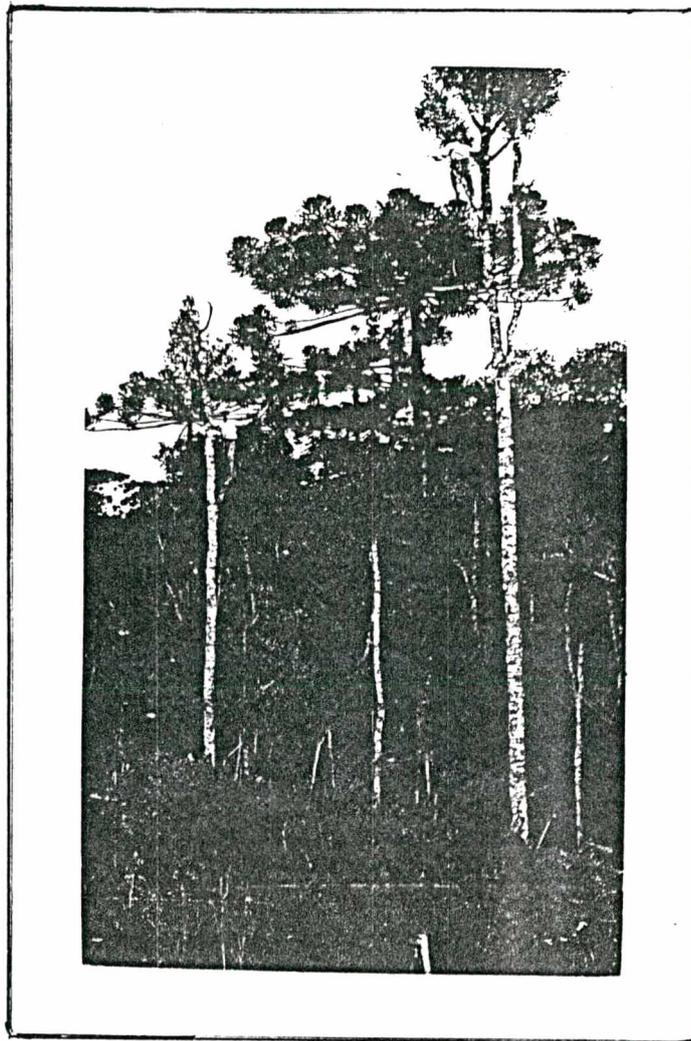
Para se compreender a amplitude das transformações econômicas, sociais e políticas que se processaram na região, a partir do ano de 1917, que hoje está apresentada no crescente e rápido estágio de sua agroindústria, diversos aspectos devem ser considerados.

O povoamento da região oeste e a conseqüente colonização aconteceram, em quase sua totalidade, em razão da fertilidade de seu solo, próprio para o desenvolvimento de determinadas culturas e a existência de uma imensa floresta. Esses dois fatores serviram grandemente como propaganda que as Companhias Colonizadoras aproveitaram para atrair os fluxos migratórios de agricultores, provenientes do Rio Grande do Sul.

O valor e a utilidade dessas características oportunizaram o aparecimento de uma nova atividade econômica, sabendo-se que a vida econômica regional era inexpressiva, em fins do século passado e nos primeiros anos do atual.

Assim, nessa junção, condições da terra, mata existente e o imigrante, relacionam-se os elementos que vão formar a vida econômica, dentro do contexto sócio-cultural catarinense. Desse modo, a exploração das ma-

FIGURA 1



MATA VIRGEM E PINHEIROS

Fonte: Acervo Fotográfico Biblioteca Municipal " Neiva Maria Costella - Chapecó SC.

tas e a indústria madeireira tornaram-se pilares da economia cestina.

A cobertura vegetal, que dominava a paisagem conhece-se através de informações, concebidas por um dos grandes colonizadores do Oeste Catarinense (Ernesto Francisco Bertaso), quando descreve as condições gerais e naturais do solo e das cultura: «1»

1. A altitude é variável de 400 a 700 metros; pouco montanhosa; as condições climatéricas são ótimas, e dado à fertilidade do solo, reunindo esses dois elementos primordiais, demonstra, perfeitamente, serem, as condições naturais, agradáveis a todos os seres
2. O solo é, na sua maior parte argiloso, isto é, constituído de diversas substâncias; a cor é variável; a madeira predominante é o pinho, cedro, cabriúva, cagerana, canela, grapiapunha, tarumã, louro, etc; sendo que a primeira, segunda e terceira abundam em todo o território.
3. O minério, presumível de existir, é de ferro, dado aos vestígios positivos. Existem verdadeiras jazidas de cristal e diversas fontes de águas termais.
4. As culturas predominantes são: a do milho, a do feijão, a do trigo, a do vinho, a do fumo, a da cana, a da mandioca, a do amendoim, a de batatas, etc., bem como infinidades de árvores frutíferas, sendo que estas, na sua maior escala, criadas pelo próprio solo.

1. Relatório da Empresa Bertaso, encaminhado à Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina (Fpolis) em 17 de abril de 1934. Acervo Empresa Bertaso. Chapecó.SC

5. As fazendas são essencialmente agrícolas, vedadas para pastagem.
6. Dentre os materiais para construção destaca-se a madeira, existindo, ainda, excelentes argilas.
7. A água é potável, em todo o território.

A natureza privilegiou esta área do solo catarinense, e foi objeto de intensos estudos e pesquisas realizados com a participação direta do botânico Fe. Raulino Reitz, do lado catarinense e de Balduino Rambo SJ, no lado riograndense. Eles trabalharam nessa faixa de abrangência do Rio Uruguai.

No "Plano de Coleções", publicado pelo Herbário "Barbosa Rodrigues", estabelecem para o Oeste Catarinense zonas fitogeográficas (2). Estudando e analisando cerca de 9000 mudas, correspondendo aproximadamente a 90% das árvores existentes, fixaram três zonas fitogeográficas para a região do Alto Uruguai:

1. a mata subtropical latifoliada do Alto Uruguai;
2. a floresta dos pinhais;
3. a zona dos campos.

Klein, 1972 (3), na descrição da região do Alto Uruguai, nos dá sua contribuição sobre as características da floresta da região oeste:

-
2. Fitogeografia, parte da botânica que trata das relações entre a planta e o meio sobretudo no concernente à distribuição dos vegetais sobre a face da terra. Fitogeográfica. Adj. referente à fitogeografia: divisão fitogeográfica (FERREIRA, Aurélio B.H. Novo dicionário de língua portuguesa. RJ. Nova Fronteira, 1975. pg.632)
 3. KLEIN, Roberto, M. Árvores Nativas da Floresta Subtropical do Alto Uruguai. In Sellowia. Itajai. Nº 24. dez. 72. p.9-62.

"Constitui a floresta do Alto Uruguai um prolongamento da pujante floresta do Rio Paraná, vinda através da Província de Misiones, República Argentina, uma vez que é separada das matas do Vale do Rio Iguaçu, pelos bosques de pinhais, que se estendem ao longo das Serras da Fartura e de Capanema, indo penetrar até a Província de Misiones, desempenhando ao mesmo tempo a vegetação típica que ocupa as faixas das águas dos rios Uruguai e Iguaçu." (4)

Ainda para Klein:

"a floresta subtropical do oeste catarinense e norte rio-grandense ocupa área bastante considerável dominando e subindo até altitudes compreendidas entre 600 ou mais metros ao longo dos vales dos afluentes do Rio Uruguai. Na altura do Rio Peperi-Guaçu e Rio das Antas a sua largura de ambos os lados do Rio Uruguai é de 30-50 km. No lado catarinense de Caxambú do Sul - Chapecó - Concórdia, até a confluência dos Rios Pelotas e Canoas, sua largura diminuiu progressivamente a ponto de no rio Pelotas se restringir a um cordão marginal de apenas 2-3 km de largura na altura do Passo do Socorro. Sua ramificação se prolonga por todos os vales dos afluentes do Uruguai, até altitudes entre 500-600 metros, onde entra em contato com as matas dos pinhais." (5)

Nos depoimentos que seguem, pode-se destacar no que se constituía a riqueza da floresta, na região do Velho Chapecó.

"...nós possuíamos pinhais em Faxinal dos Moura, Serrinha, Passo Bormann (município de Chapecó) e em Erval Grande (Erechim -RS). Desde que eu nasci, nós sempre trabalhamos com madeira. Começamos a trabalhar no Dourado, município de Erechim, dali montamos outras serrarias no Rio Passo Fundo, lá no Capingui, acima do povoado de Santo Honório, logo abaixo de onde tem a barragem. Depois começamos a trabalhar em Erval Grande, Serrinha, Faxinal dos Moura e Passo Bormann". (6)

Para avaliar devidamente a cobertura florestal que existia, é possível, ainda, vê-la através da observação registrada pelo Colonizador Ernesto Bertaso:

4. KLEIN. cit.p.12

5. ibid. cit.p. 13

6. Entrevista realizada com Alfredo Jandir Grando, por Eli Maria Bellani, em 1983, acervo particular. p.10.

Alfredo, filho de Angelo Emilio Grando, um dos grandes madeireiros e exportador, dono de inúmeras serrarias, tanto em território catarinense, como no Rio Grande do Sul. Desde criança, acompanhou o trabalho da empresa do pai, a nível de serrarias, corte nas matas e atuava ainda como balseiro no Rio Uruguai. Hoje, dedica-se ao comércio e agricultura.

"...o amigo conhece de sobra minhas propriedades aqui em Chapecó e sabe mais ou menos a quantidade de pinheiros, cedros e mais madeiras de lei existentes, dando perfeitamente para uma empresa poderosa trabalhar muitos anos, montando diversos engenhos para a extração do pinhal, cedros e mais madeiras. Além disso tenho os cedros e mais madeiras, existentes não só aqui nas imediações da sede, como também a margem dos Rios Chapecó e Irany que são quase que completamente virgens" (7)

No depoimento, Alfredo Grando emociona-se, fazendo descrição da fazenda de seu pai no município de Chapecó. Aqui, também, se consegue detectar a quantidade de riqueza da floresta:

"...olha, nós tínhamos pinhal, por exemplo, com cinco a seis mil pinheiros. Tivemos pinhal com quinze mil pinheiros, era aí no Passo Bormann, onde nós tínhamos a fazenda." (8)

Nas demais entrevistas, com outros ex-madeiros que tiveram atuação na região do Velho Chapecó, foi confirmada a real situação da qualidade e quantidade existentes na mata:

"...existia por todo lado, mais de duzentos mil pinheiros. Aí no Bormann era um pinhal fechado, barbaridade. Aqui em Chapecó (cidade), essa área dos Santos, era tapado de pinheiro, pinheiro de metro. Daqui (Chapecó) até o Guatambu, Caxambu, Aguas, São Carlos (hoje municípios) só tinha pinhal." (9)

Dante Travi, ex-madeiro, falecido, proprietário de uma fazenda, em Faxinal do Tigre (Guatambu, distrito de Chapecó), quando questionado sobre a quantidade de madeira existente em sua propriedade, e, por extensão, na região, confirma a existência; contudo, expressando-se com muita amargura pela depredação acon-

-
7. A Carta endereçada a Alberto Berthier de Almeida, empresário e madeiro de Passo Fundo (RS) em 20/3/1929, por Ernesto Bertaso, propondo venda de uma considerável área de terra no município de Chapecó de então. (Acervo Empresa Bertaso. Livro correspondências. p.267). Em 1941, parte dessa área, foi comprada por Emilio Grando de Berthier de Almeida, "uma gleba de terras de culturas, hervaes, matos, pinheiros e pastagens, sito no lugar denominado "Fazenda Rodeio do Herval, quinhão sexto, com 17.102.005 m² ((livro 1A, p.354 nº 6210, fls.252 - Cartório Registro Imóveis. Comarca de Chapecó)
 8. Grando, Alfredo, entrev. cit. p.10
 9. Entrevista realizada com Hugo de Almeida Campos, por Eli Maria Bellani, em 1983, acervo particular. p.10.
Atualmente Hugo de Almeida Campos, junto com seu filho Vuto, são proprietários da Madeireira, na cidade de Chapecó.

tecida. Ainda arguido se houve compensações pelo trabalho executado, respondeu que lastimava a devastação pela qual foram responsáveis, e aponta o revés financeiro sofrido, quando se exauriam as reservas naturais:

"...eu sempre repito, se nós, se a família tivesse ido e derrubado uma ou duas colônias de mato e plantado milho, mandioca e feijão, comer e ficar tomando mate, hoje não precisaríamos nos preocupar com mais nada. Tínhamos uma verdadeira fortuna. Tínhamos cento e setenta colônias de terra com vinte e cinco colônias só de pinhal e nessa altura, o que fizemos foi, devastamos e não sobrou nada, dizendo a verdade. Vivemos, sobramos, porque tínhamos muita economia, mas não nos sobrou quase nada." (10)

De outros cidadãos, que trabalharam na fase áurea da atividade extrativa na região oeste, temos suas palavras. Esses não se constituíam em donos da madeira ou serradores, mas exercitavam trabalhos braçais.

Sebastião Hermenegildo dos Santos, conhecido como Bastião Praia, não foi madeireiro-proprietário ou exportador, mas, simplesmente prestador de serviço nas empreitadas de transportar a madeira sobre o leito do rio com destino aos portos platinos, como peão. Definiu-se como "caboclo brasileiro".

"...se ainda houvesse aquela mataria toda, poderia ganhar alguns trocados... Era bastante madeira, muitos madeireiros..." (11)

-
10. Entrevista realizada com Dante Travi, por Eli Maria Bellani, 1975, acervo particular.
Dante Travi, chegou a Chapecó em 1923, em companhia de sua sogra, para resolver problemas com as terras do sogro, Rodolfo Fin. Seu sogro, nos primeiros anos do século atual, havia comprado as terras. Uma série de percalços que enfrentou na região o fizeram abandonar em parte a propriedade. Com falecimento de um filho, em situações não conhecidas da família, levou-o a passar uma procuração a terceiros para a venda das terras. Era sócio de Isaac Pan, em empreendimentos comerciais. Faleceu em Novembro de 1979.
11. Entrevista realizada com Sebastião Hermenegildo dos Santos por Eli Maria Bellani, 1983, acervo particular.p.5
Na época da entrevista, morava numa pequena casa no Porto Goio-en (Chapecó) às margens do Rio Uruguai, com 81 anos de idade. Vivía de pequenos biscates e de uma pequena ajuda de um filho.

Na calma e voz pausada de Ines Rotava, que trabalhou como peão e balseiro, e na época da entrevista lidava com agricultura e pecuária em sua propriedade às margens do Rio Uruguai, no Porto Goio-En, município de Chapecó, temos a seguinte manifestação:

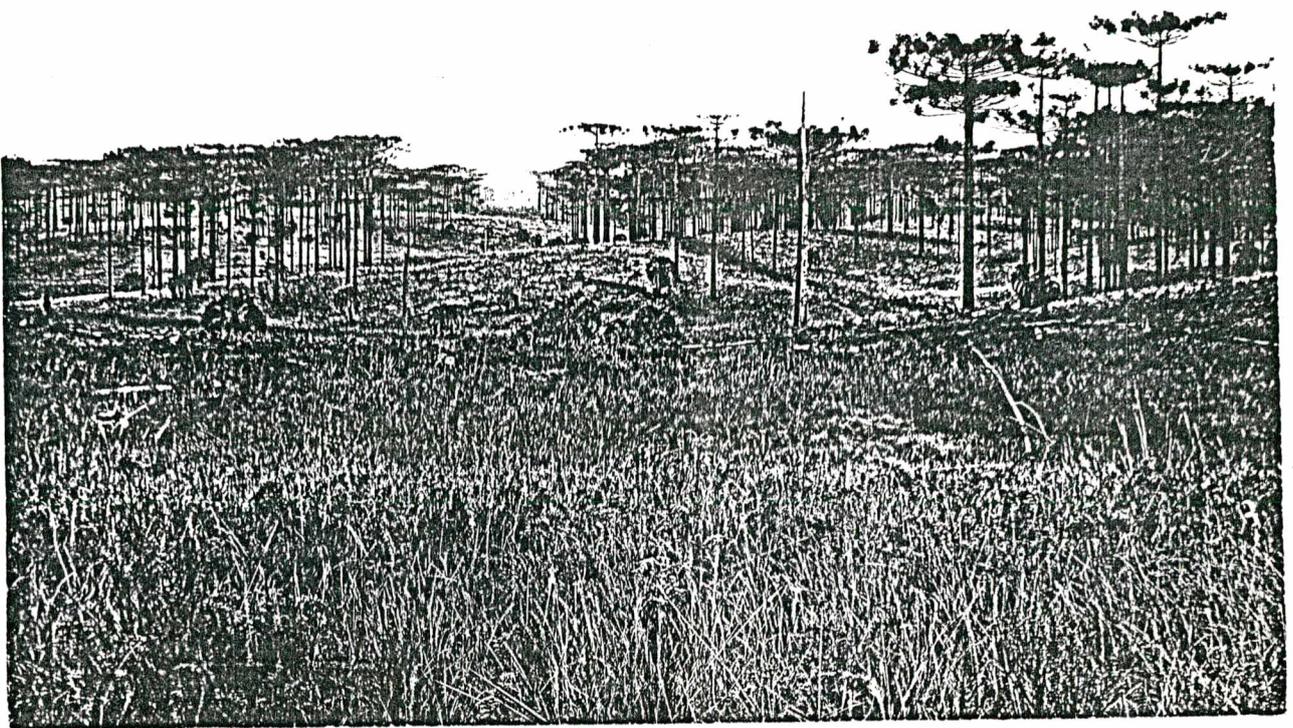
"... o pinheiral do oeste era bonito. Conheci pinheiral em Serrinha, Passo Bormann, Rodeio Chato, Chapecó, Xaxim, Xanxerê e Abelardo Luz. Hoje falta madeira, não existe mais madeira, cortaram todos os pinheiros naquela época e hoje não tem".¹² (Figura 2)

O exposto dá uma idéia dos principais fatores que contribuíram para o crescimento regional. Nessa parcela do território catarinense que tinha como divisor o Município de Joaçaba, estendendo-se até a fronteira da República Argentina, a madeira ajudava para a fixação do homem à terra. Existia uma imensa e inóspita floresta, cujas características eram tentadoras, tanto em termos de qualidade como em quantidade. A madeira definiu a atividade econômica principal até os anos 50/60.

Sintetizada a situação dos recursos naturais, sob o ponto de vista técnico, cujo panorama foi complementado com os depoimentos daqueles que viveram os principais momentos, envolvendo a atividade extrativa da madeira, na região oeste, tem-se a visão do tema. Trata-se de uma floresta natural, cujas características impuseram uma transformação geral da vida regional. Esta, determinando o povoamento sistematizado, ofereceu diversas condições de vida, mão de obra e oportunidade de obtenção de lucros.

12. Entrevista realizada com Ines Rotava, por Eli Maria Bellani, em 1983, acervo particular.
p.5

FIGURA 2



PINHEIROS E DESMATAMENTO

A atividade econômica extrativa foi a mais rendosa para muitos dos colonizadores. Tiveram eles uma participação direta ou indireta, mas a vida econômica regional por mais de 40 anos, circulou em torno do que a mata lhes oferecia.

Em relação à concretização do ideal de melhoria econômica, anseio dos que se aventuraram nas terras do Oeste Catarinense, temos o depoimento de Ury Grando. Ele relembra as razões que levaram seu pai (Emilio Grando), um bem sucedido empresário madeireiro do Rio Grande do Sul, a investir em Chapecó, no início dos anos 40:

"...foram as grandes reservas de madeira que existiam em Chapecó. Um pinheiral nato. Como meu pai se dedicava também a erva-mate, então era uma região de grandes reservas de erva-mate e pinheiros. Esses dois ramos foram os que sempre atraíram meu pai. Sendo que a erva era secundário e a madeira o ramo principal. Chapecó era uma região de grandes reservas de pinheiro e erva" (13)

Segundo narrativas de personagens que viveram o período extrativo, tem-se cada vez mais a assertiva da atração exercida pela atividade econômica exploratória, fazendo com que migrassem, centenas de colonos, empresários e outros para a região oeste.

"...procurando uns parentes que moravam no Porto (Goio-En) e ver se ganhava algum dinheiro". (14)

"...o comércio em geral". (15)

"...para ser balseiro". (16)

 (13) Entrevista realizada com Ury Grando por Eli Maria Bellani em 1983, acervo particular, pg.7
 (14) Santos, entrev. cit.p.01
 (15) Entrevista realizada com Arthur Argeo Lajus, por Eli Maria Bellani, 1975, acervo particular p.01
 (16) Rotava, entrev. cit. p.01

"...vim a convite da família Lunardi. Dava-me intimamente com a família Lunardi (Colonizadores do Município de Xaxim). Eles insistiram e então eu vim com eles ...eu sempre fui amável ao sertão, aonde existia muito mata e trabalho". (17)

"...nasci em 1908 no Porto Goio-En. Fui criado entre Chapecó, Xanxerê, Nonoai (RS) e Iraí (RS)...sempre perto do Rio Uruguai. Quando era piá, eu lembrava, eu ia crescer e vou descer o rio em cima das balsas, ...comecei como peço de balsas." (18)

"Quando nós chegamos lá (Passo Bormann - 1925), naturalmente fomos procurar nos colocar. Arrumei emprego (prefeitura)... e nós ficamos lutando, né. Lutando no velho oeste. Encrença daqui, encrença dali, fomos atravessando e aqui estamos, continuando." (19)

"Bom, apareceu negócios de pinhal, iam pessoas daqui (Chapecó) para lá (Passo Fundo -RS) e nos ofereciam e nós como a família de meu pai era grande então, fizemos uma viagem para cá. Eu e um cunhado e mais outra pessoa compramos a propriedade aqui do chamado João Mineiro, o nome verdadeiro dele era João Honorato da Fonseca, compramos aproximadamente setenta colônias, isso foi em trinta e sete. Em quarenta colocamos a primeira serraria em Guatambu. O maquinário eu trouxe de Canoinhas, não se podia comprar maquinários novos. Esta foi a primeira, depois compramos outras. Tive sete serrarias aqui ao redor de Chapecó" (20)

Assim, o valor da mata e o desenvolvimento regional madeireiro ganharam seu devido lugar na vida catarinense, o que ficou demonstrado nos depoimentos dos elementos ativamente interessados.

-
17. Entrevista realizada com João Batista Zeca, por Eli Maria Bellani, 1975, acervo particular, p.01
18. Campos, entrev.cit. pg.01
19. Entrevista realizada com Euclides Silva, por Eli Maria Bellani, 1975, acervo particular, p.2
Conhecido pelo apelido de "Guidoca", foi fiscal rodoviário. Faleceu em 1978. Politicamente ele e seu irmão Alcindo, foram homens da confiança de Manoel dos Passos Maia (Superintendente Municipal), em prol da propagação das diretrizes do Partido Republicano Catarinense na região de Chapecó.
20. Entrevista realizada com Herminio Tissiani, por Eli Maria Bellani, 1991, acervo particular. p.2
Herminio Tissiani, madeireiro chapecoense, ex-presidente do Instituto Nacional do Pinho.

3. Exploração dos Recursos Naturais

3.1. A madeira produto principal

3.1.2. Obstáculos na atividade

As características gerais da floresta natural existente no Oeste Catarinense foi descrita anteriormente. O quadro das expectativas de colonização, por parte dos meios oficiais de Santa Catarina, nessa região, foi aos poucos se concretizando e com ele uma profunda modificação no contexto econômico regional, e, por extensão, no estadual.

Uma densa floresta cobria cerca de 100% da superfície oesteana. Era constituída, principalmente, de madeiras de lei e nobres, como no caso específico da araucária. Apenas uma pequena parcela não apresentava valor industrial.

Foi na evolução histórica da exploração do corte das matas que o ex-Contestado, destacando-se especificamente a região do antigo município de Chapecó, foi se integrando dentro da realidade catarinense, a partir dos anos 20.

Os responsáveis por este corte das matas eram, em sua maioria, pequenos proprietários, empresários, empreiteiros ou apenas prestadores de serviço braçal.

O próprio tipo do trabalho realizado na floresta não foi nada agradável, exigindo de quem nele atuou, muito esforço, realizado, na maioria das vezes, em precarríssimas condições climáticas, demográficas, administrativas e de segurança.

Somente com a definição político-administrativa da criação do município de Chapecó, muito vagarosamente o poder público começa a olhar para essa região,

no sentido de proporcionar melhores condições de infraestrutura.

Primeiramente, as vias de comunicação e de acesso à região trabalhada, resultaram dos antigos caminhos e picadas, remanescentes do período do "caminho das tropas" com pouca alteração nos períodos posteriores. Situação essa que, paulatinamente, ia se ampliando. Na primeira década, após a criação do município de Chapecó, pode-se visualizar o seguinte quadro:

- a) as estradas e acessos a vários pontos do município de Chapecó eram "carroçáveis", permitindo o deslocamento, apenas, de carroças e de animais de montaria e tração;
- b) a partir do ano de 1918, iniciam-se levantamentos para abertura de estradas com melhores condições de trânsito;
- c) novas estradas são abertas: essas passariam a melhorar os caminhos que ligavam a sede do município (Passo Bormann) ao Porto Goio-En, Passo dos Índios, Xanxerê, Campo Erê e Barracão, na fronteira com a Argentina e outros pequenos povoados.

O correspondente do Jornal, "O Dia" de Florianópolis, noticiando as atividades administrativas desenvolvidas pela Superintendência Municipal de Chapecó, um ano após a mesma ter sido instalada, narra o seguinte :

"Nos serviços de conserto e melhoramentos das obras de arte das estradas que daqui levam respectivamente para o Porto Goio-en e ao Xanxerê o governo municipal mantém uma grande e ativíssima turma de trabalhadores. Breve a estrada que daqui conduz à margem do Uruguai, Goio-en, estará francamente carroçável." (21)

Contudo, o acesso e o transitar em boas condições nas vias circulatórias destinadas, representou por mais de meio século, um longo e atribulado processo de espera e reivindicações para a implantação da BR 282 e outras estradas vicinais.

O acesso e todo o transporte de madeira, quer para serrarias ou pontos de embarque, era feito nos primeiros tempos, em cima de montarias, carroças, até a chegada dos veículos motorizados, isso, somente, a partir dos anos 40. (Figura 3 e 4)

Expressando os obstáculos que enfrentavam no trabalho extrativo, temos uma definição de condições que as estradas ofereciam aos moradores da região. Salienta-se isso nos depoimentos daqueles que sentiram de perto, todos os inconvenientes que tiveram. Todos, sem exceção, não deixaram de se referir a uma situação angustiante e pesadosa. Esta lhes exigia um esforço redobrado e muitas horas a mais no trabalho realizado. Reconhecem a impossibilidade de se melhorar as condições das mesmas, na época.

"a vida era muito sacrificosa, o corte da madeira, o arrasto, a puxada no rio. Naquela época não tinha nada. A madeira era puxada por bois, por muitos quilômetros". (22)

Para Grandó, as dificuldades apontadas em seu trabalho realizado, mesmo com a presença de caminhão, resumiam-se:

21. Jornal "O DIA".(Fpolis) 4/4/1918.
22. Campos, entrev. cit. p.2.

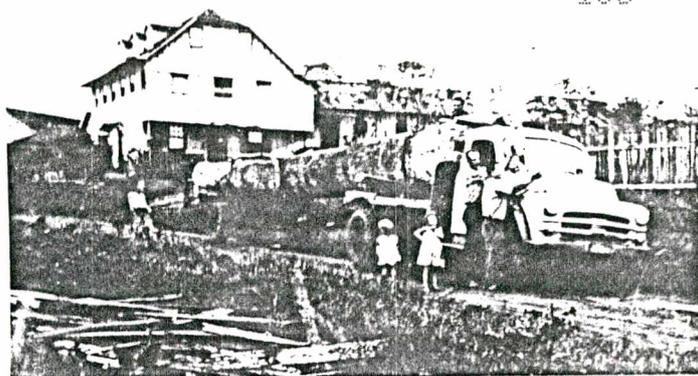


FIGURA 3
Sequência do
Transporte de toras
no Município de São
Carlos.

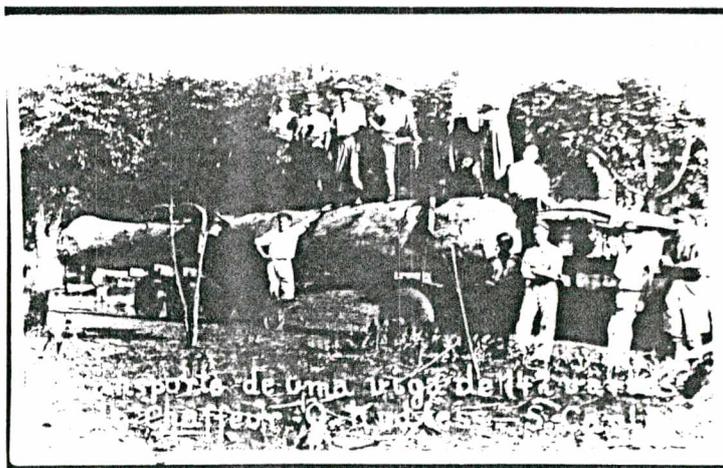
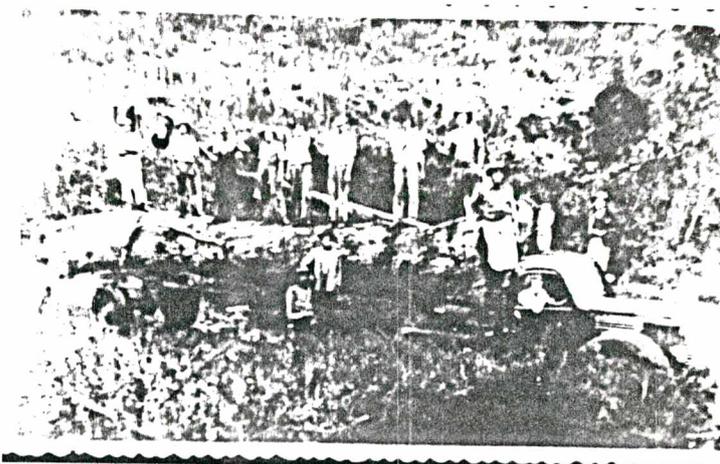
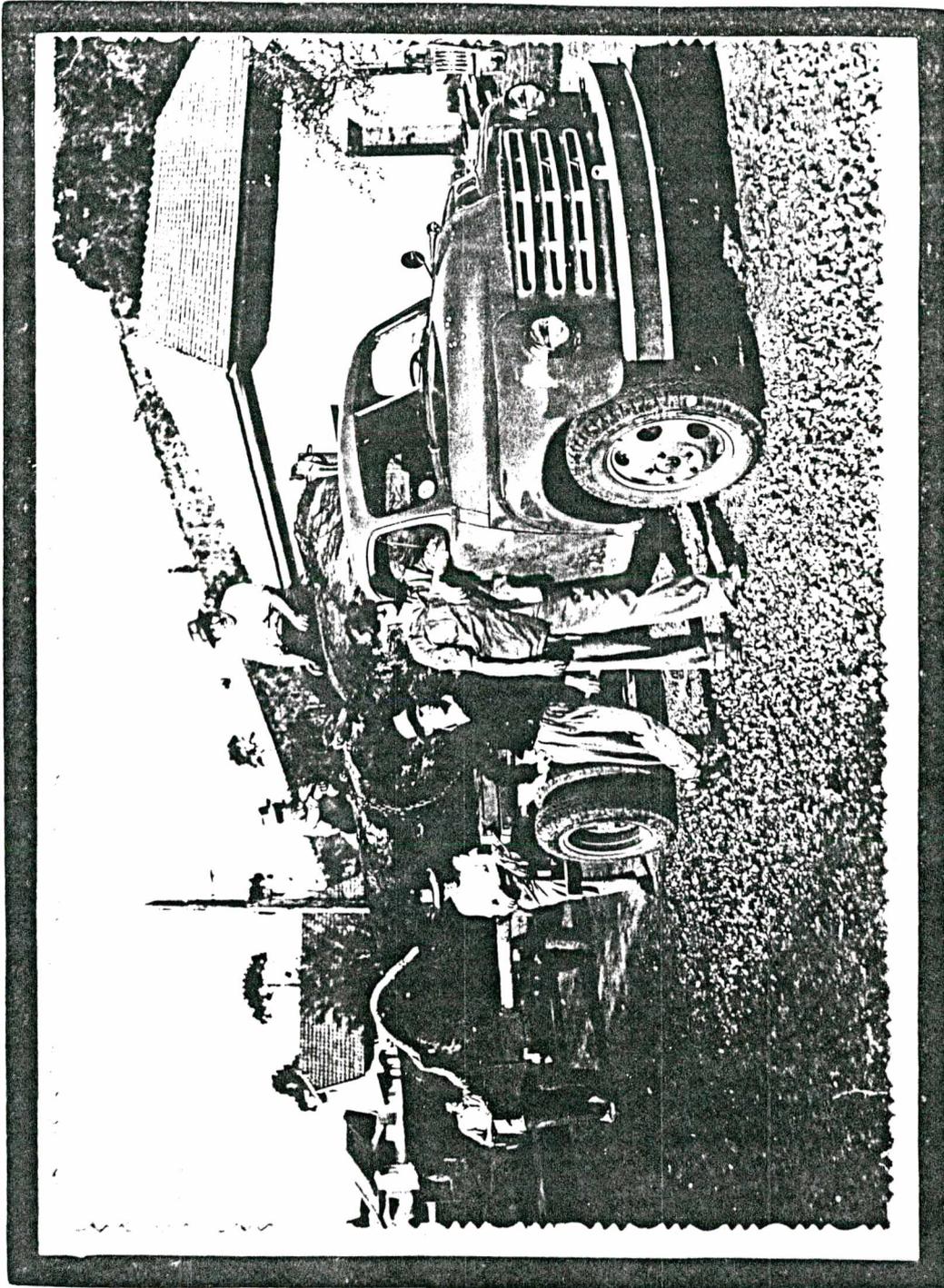


FIGURA 4



Uma Tora de 109 varas, pertencente a RODOLFO AREND.
Carlos Paludo, sentado em 1º plano. Gentil Bellani, ultimo
chão. (Seara - SC) Agosto de 1949

"Era, era muito difícil pelo seguinte: as estradas não eram cascalhadas, as serrarias que tinha por perto, por exemplo, aqui em Chapecó, Serrinha, Passo Bormann ou mesmo ali por perto de Xaxim, uma grande parte vinha de carroças. E outras de longe vinham de caminhão, mas cada caminhão naquela época, carregava dez a quinze dúzias de tábuas e assim mesmo as vezes para se fazer uma viagem de Xanxerê ao Goio-En, entre sair de Xanxerê e ir ao Goio-En e voltar a Xanxerê, levava mais de um dia, enfrentando atoleiros, chuvas e o barro". (23)

Importante, neste momento, é resgatar informações daqueles que diretamente se envolveram com o trabalho no meio da floresta, no corte das árvores, arrasto da madeira, operação nas serrarias e nos depósitos para o armazenamento do produto. (Figura 5)

O trabalho de derrubada das árvores era realizado de forma bastante rudimentar, na base da força física do homem, do machado e do serrote.

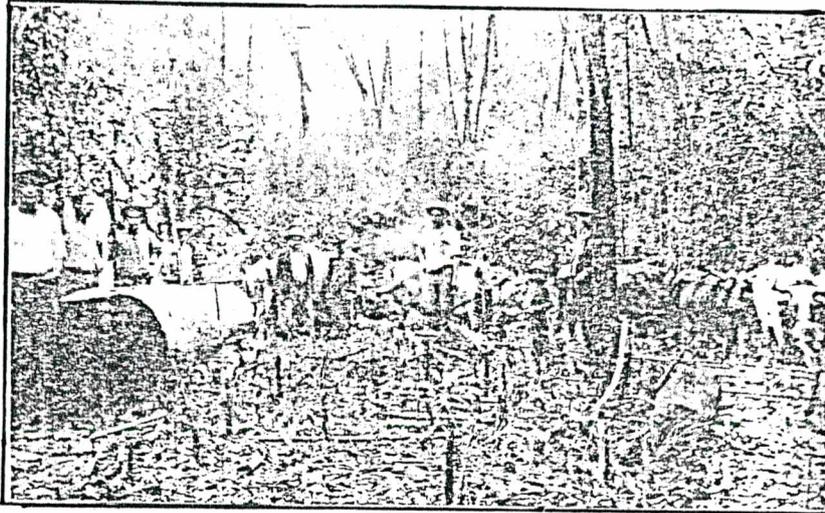
Geralmente, de 5 a 10 homens realizavam essa tarefa, dependendo das circunstâncias. As condições ideais de trabalho não existiam. A execução do mesmo dependia de uma série de fatores, entre outros, no inverno e com chuvas, o esforço era mais que redobrado. Mesmo com tempo normal, pouco ou quase nada amainava os perigos que enfrentavam. Um pequeno e improvisado acampamento perto do local da derrubada, servia apenas para uma precária proteção, quando as fortes chuvas os surpreendiam ou ainda para descanso por algumas horas.

Amplamente e minuciosamente tornou-se o depoimento de Nestor Limongi. A medida que vai falando, aborda as condições que facilitavam a extração da madeira, no meio da mata.

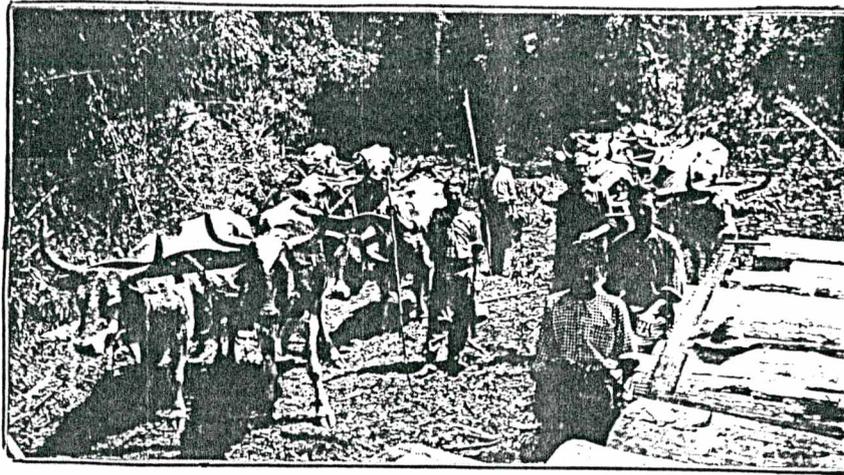
Limongi, chegando a Chapecó em 8/11/40, dentre inúmeras atividades que exerceu nesses anos todos,

23. Grando, Alfredo Jandir, entrev. cit. p.2.

FIGURA 5



Fonte: PALUDO, B.A. in Album de Família.



Fonte: Acervo Fotográfico do CEOM/FUNDESTE - Chapecó - SC

SÉVICIO DE EXTRAÇÃO DE MADEIRA NAS MATAS

prende-se no trabalho que realizava, de carroceiro. Proprietário de um depósito para madeiras, localizado hoje na avenida principal de Chapecó (Av. Getúlio Vargas, atual prédio da Delegacia Regional de Polícia), contratava, por empreitada, o arrastamento e transporte de madeira derrubada, quer em toras, diretamente das matas para as serrarias ou destas já industrializadas para compradores, à beira do rio Uruguai. Transportou muita madeira para a firma Pagnocelli, de Erechim (RS).

"Eu e o filho Rogério (falecido), levávamos quase três dias de Chapecó para chegar ao Goio-En. Com tempo bom demorava-se um pouco menos, um dia e meio, isso se não houvesse problemas, com a carroça e os animais. Sempre levava uma panela com arroz e feijão, dormíamos na estrada, em baixo do carroção. A madeira ainda verde, era transportada do Rodeio Vermelho e outros locais. Primeiramente depositada no local onde hoje é a Delegacia. Passados uns dias, transportava-se para o Goio-En para a devida entrega aos donos ou compradores. No caso do Pagnocelli, levávamos até o porto, e depositávamos no lugar chamado Luzia, que era o depósito de propriedade deles." (24)

Esta prática de transporte em precárias condições, nas estradas da região dominou por muitos anos. As carroças, com aproximadamente 5,50 metros de comprimento, eram normalmente puxadas por sete animais. Esse conjunto, constituído de quatro mulas, em primeiro plano, chamado de regeira, a da esquerda, formava a regeira mansa e do lado direito a regeira braba, as demais eram de apoio, como a mula da "vara" para assegurar o sentido de desviar. (Figura 6 e 7)

O homem que desempenhava esse tipo de trabalho era mal remunerado. Diante do perigoso trabalho realizado, se ganhava alguma coisa, não era o suficiente para poder capitalizar algo. O que ganhavam era para o seu sustento e de sua família.

24. Entrevista realizada com Nestor Limongi, por Eli Maria Bellani, 1990, acervo particular, p.3.
Filho do Deputado Catarinense Braz Limongi.

Figura 6

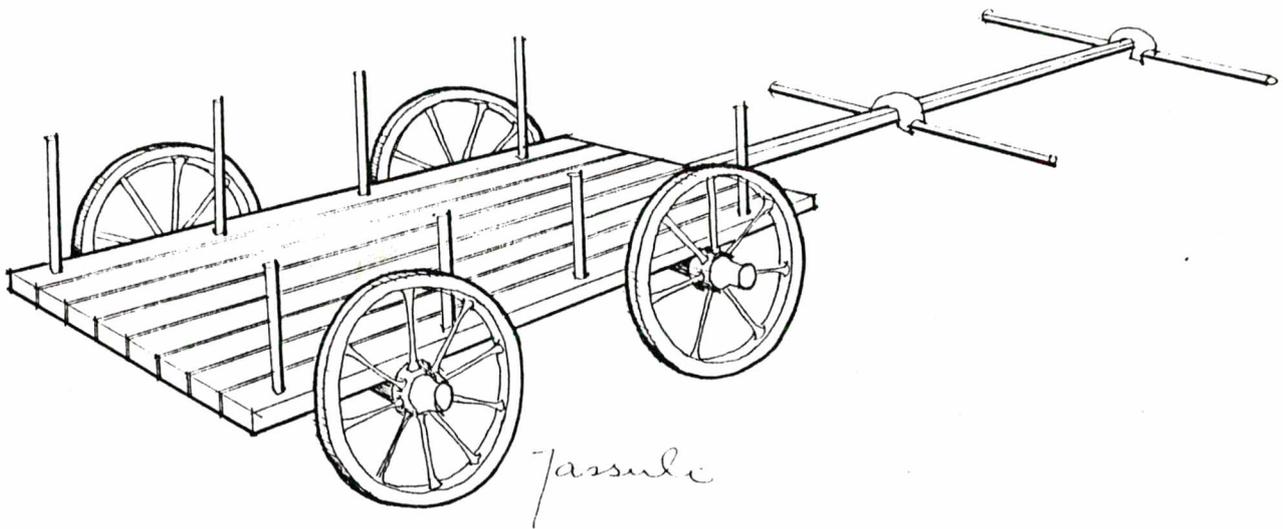
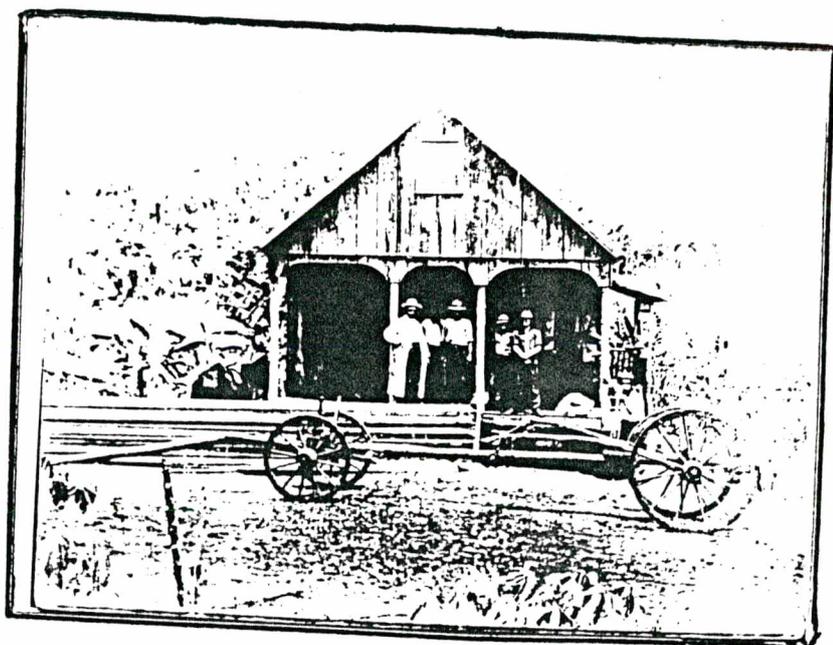


Figura composta a partir dos elementos fornecidos por **Nestor Limongi** - Carroceiro do transporte de madeira.

FIGURA 7



DETALHES: CARROÇÃO E DEPOSITO DE MADEIRAS

Limongi, informa:

"...geralmente pelas minhas empreitadas recebia, às vezes, em prestações. Cobrava vinte mil réis a duzia de tábuas com cinco metros e meio por três polegadas. Até dez duzias podia levar na carroça, acima disso tornava-se muito perigoso. Levava normalmente sessenta varas ao preço de vinte a trinta mil réis a vara, dependendo do negócio". (25)

Quanto a essa atividade braçal na mata, desenvolvida quase sempre como sub-emprego oferecido pelos empresários, proprietários de serrarias e mesmo particulares, ela abrangia uma parcela de trabalhadores.

Ury Grando (26), através de sua contribuição, fornece dados objetivos da atividade empreendida no meio da mata. Nela, achamos elementos para a formação sequencial do trabalho:

1. definição do local para a derrubada dos pinheiros ou de qualquer outro tipo de árvore;
2. caída a árvore, especialmente no caso do pinheiro, dividia-se a mesma em toras ou torós, às vezes atingindo comprimento entre 5 a 2,50 metros .
3. o toro ou tora, era derrubado, após preparação para o corte, com ajuda de três elementos, chamados de "toradeiros" (27);
4. utilizando o machado, um dos toradeiros fazia uma incisão numa das partes do tronco, para que a árvore caísse sempre daquele lado;

25. Limongi, entrev. cit. p.5.

26. Grando, Ury, entrev. cit.p.7.

27. Expressão usada regionalmente para designar grupo de homens cuja tarefa era derrubar árvores, seccionando-a em toras.

5. os outros dois toradeiros, com ajuda de um serrote manual, serravam o tronco pelo lado oposto da incisão;
6. cortada a árvore em duas ou mais partes, passavam a limpar a mesma, descascando-a;
7. uma limpeza inicial era feita, também, no caso do pinheiro de porte grande, que apresenta uma casca de conformidade com o diâmetro do mesmo. Após, arrastavam as toras ou toros para o estaleiro ou estaleiramento, segundo terminologia usada na época. Neste momento do trabalho, a junta de boi era a grande força motriz;
8. o estaleiro, construído na mata, era rudimentar, apenas para deixar a madeira por alguns tempos, erguida do chão, para secar. Assim a madeira seca e mais leve, facilitava o carregamento nas carroças ou mesmo com junta de bois, arrastando-as;
9. também acontecia que os troncos eram transportados diretamente da mata para as serrarias, mesmo não estando secos. Nesse caso, nova gradeação objetivava a secagem e a mesma acontecia.

Outro aspecto levantado na análise das entrevistas realizadas, a respeito do trabalho de cortar madeira na floresta, reporta-se ao grande desperdício do produto natural. O corte, mesmo que realizado de forma indiscriminada, muitas vezes era feito atendendo às imposições do mercado externo quanto à metragem da madeira, principalmente dos argentinos. Seguramente, naquela época, seria demagógico querer que existisse fiscalização ou preservação na atividade extrativa.

Diante dessa exploração das riquezas naturais, hoje, para nossos entrevistados, por motivos óbvios, apenas ficou a certeza de que não mais poderão tê-las de volta. Reconhecem os erros que foram cometidos no passado, observando:

"às vezes tirava-se quatro toras dos pinheiros. Mas no começo, cortavam, derrubavam pinheiro de metro e tiravam uma ou duas toras do pé. O resto apadrecia no mato, isso porque, para tirar madeira de primeira (qualidade), às vezes após uma tora dá muito nó, então é que vem a segunda e terceira e nem todos compravam. Então tirava-se só a de primeira. Apodrecia pinheiro nesse mato que era a vontade. Se fosse, aproveitar a madeira que eles botavam fora, hoje dava uma fortuna". (28)

"Perdeu-se muita madeira no mato", exclama Hugo Campos e complementa:

"Ah, foi uma barbaridade. Derrubavam pinheiro para tirar a pinha ou para furar um aroço, a cachopa de mel, ou pior ainda, envergavam o pinheiro com o machado e derrubavam para tirar o cascão, fazer ripas para cercas. O pinheiro leva vinte e cinco anos para crescer e dá para serrar umas três duzias de tábuas" (29)

Analisando o sacrifício por que passaram, situando-se hoje, em relação à devastação acontecida, Alfredo Grando assevera:

"eu, em virtude do preço da madeira na época, foi um crime. Eu me pergunto, se tivesse deixado o pinheiro de pé e as serrarias fechadas o que é que se ia fazer. Só se tinha as propriedades, era tudo mato, tudo pinhal. Se o teu capital estava todo ali naquilo. Você só tinha que explorar aquilo, não tinha outra condição. Foi o que aconteceu com todos os madeireiros daqui." (30)

O serrote, por longo tempo, continuava a ser um outro elemento indispensável no corte da mata, foi objeto de perquirições. Novamente a simplicidade dos entrevistados, que de uma forma ou outra, foram os responsáveis pela destruição da floresta que a natureza aquinhoou, na região oestina, manifestam-se:

28. Campos, entrev. cit. p.10.

29. Campos, entrev. cit.p.10.

30. Grando, Alfredo Jandir, entrev. cit.p.10

"...era só na base do serrote e do machado. Então era ruim de trabalhar, se fosse hoje teria muita facilidade, tem moto-serra, tem trator, etc". (31)

Pelo que se depreende, o serrote, além de sua importância como instrumento de trabalho, representava um capital empregado. Se compararmos, hoje, com os modernos maquinários disponíveis para corte de reservas de madeira, o serrote representou questão de honra para os práticos. Esses eram comprados de representantes comerciais que percorriam a região.

"Hoje é muito fácil, as máquinas estão bem arrumadas, serrarias. Qualquer criança serve. O primeiro serrote que tive na minha vida, eu comprei e paguei dois mil réis. Um serrote americano de nove palmos de comprimento para atorar aqueles pinheiros de um metro e meio". (32)

"...o serrote, naquela época, possuía dois metros a dois metros e vinte centímetros de comprimento, inglês ou mesmo de marca alemã." (33)

Ainda em consequência da potencialidade dos recursos arbóreos existentes na região oeste, estava reservado à população pobre, a extração do cipó (34). Destinava-se a amarrar as madeiras no estaleiro, na carroça, e, principalmente, na balsa. No início da atividade extrativa existia, em grande quantidade, principalmente nos locais onde a ação exploratória do homem ainda não havia interferido na devastação da floresta natural.

Normalmente, os madeireiros e outros compravam esse tipo de amarras. Obviamente que a comercialização desse produto nunca foi rendosa, estava restrita, apenas, à região e aos interessados. Exaurindo-se as árvores, eles também acabaram. Não se pode afirmar que esse

31. Rotava, entrev.cit.p.4.

32. Campos,entrev.cit.p.11.

33. Grando, Ury, entrev. cit. p.7.

34. Cipó, parasita que dá nas árvores. Também nasce junto à terra, mas o habitat dele é mesmo em cima das árvores, nos troncos. As vezes alcançam mais de metro de comprimento. Conhecido também como Guaimbé.

recurso auxiliar à indústria extrativa foi em larga escala. Numa fase posterior, o cipó, conhecido pelo nome de guaimbé ou ainda popularmente chamado "Banana de Bugre", foi sendo substituído por arame galvanizado.

Esta sub-atividade braçal, na mata, era exercida pelos coletores do parasita, que tiveram e enfrentavam as mesmas dificuldades dos cortadores de madeira.

Em termos conclusivos, temos a notável consciência do empresário-madeireiro, que utilizou esse recurso auxiliar na comercialização da madeira. Pode-se assim, entender perfeitamente em que se converteu esse tipo de extração, advinda da mata e quem a ele se dedicava..

"Existia muito cipó, muito mesmo e bem comprido. ...nós comprávamos o cipó do caboclo, não me recordo o preço. Mas o cipó tinha que ter no mínimo cinco braças de comprimento, senão nós não queríamos. Não havia vantagem nenhuma, se ele é muito curto. Ele não serve por que tem que se dar muito nó. O mínimo que comprávamos era de cinco braças, isso correspondia a base de dez metros aproximado, nove a dez metros. Tinha muita gente que se criou no mato, então o serviço deles, além de fazer uma pequena roçinha, plantam uns pés de milho, uns pés de mandioca e o resto do tempo dedicavam a tirar o cipó." <35>

Sem dúvida alguma, os liames que entrelaçaram o colonizador e desbravador que aportaram o Oeste de Santa Catarina, ao par das condições do solo e dos recursos naturais existentes, vão dar origem e desenvolvimento a uma imensa atividade extrativa. Esse binômio oportunizou modificações amplas, que não se restringiram, apenas, às formas de vida e de outras atividades econômicas, na região do Velho Chapecó.

Dentro dos parâmetros e das condições regio-

nais, a terra cestina tornou-se um importante entreposto madeireiro, no mapa econômico de Santa Catarina. Criaram-se as condições para o desenvolvimento de uma indústria madeireira regional, de onde o produto saía, seguia pelo rio e chegava até o território dos países platinos (Argentina e Uruguai).

O aparecimento, a expansão da indústria madeireira, na região do Velho Chapecó, suas características de funcionamento, produção e comercialização, proporcionam análise nos capítulos seguintes.

3. Exploração dos Recursos Naturais

3.1. A madeira - produto principal

3.1.3. A indústria madeireira regional

O desenvolvimento da indústria madeireira na região do Velho Município de Chapecó, esteve ligada à chegada do colonizador e das reservas florestais existentes. Esta simbiose, conseqüentemente, foi a responsável pelo aparecimento de inúmeras empresas madeireiras, objetivando a exploração das matas, cuja matéria-prima, em grande parcela, destinava-se ao comércio exportador.

Apresentou características peculiares de organização de trabalho, absorção de mão-de-obra, maquinários e, principalmente, pela forma como foi efetuado o escoamento da produção regional, tendo como palco os mercados platinos.

Pela ação das colonizadoras chegou o contingente populacional que reformou a região oeste. E de se supor que a própria migração riograndense foi orientada no sentido de instalarem as primeiras serrarias, dentro ou nas imediações das áreas de terras adquiridas.

Ainda na década de 20, Ernesto Francisco Bertaso, diretor da Empresa Bertaso, já comercializava madeira, possuindo pequenos engenhos de serra e engenhos de erva-mate.

A partir do ano de 1936, visualiza-se a quantidade de firmas comerciais estabelecidas no município de Chapecó. Cento e nove firmas se dedicavam ao comércio de madeira. Essas, conforme gênero de comércio ou

operações de comércio, possibilitam a seguinte classificação:

1. Empresa de madeira de lei, pinho em retalhos e atacado;
2. Serraria;
3. Serraria a vapor
4. Mercador e exportador de Madeira;
5. Mercador: compra e venda de madeira em geral;
6. Empresa de madeira;
7. Madeiras em geral;
8. Engenho de serra de madeira
9. Extração de Madeira;
10. Serraria hidráulica;
11. Serraria a água;
12. Madeiras em toras.

Além da Empresa Bertaso, com seus engenhos de serra, tem-se referência sobre a existência de uma firma, cujo início de funcionamento data do ano de 1911. Nessa ocasião, a área de terra que compreendia o Velho Município de Chapecó pertencia, ainda, ao Estado do Paraná. Conforme registro da mesma, constata-se:

1. Firma ou razão social: **João Batista Dal Piva.**
2. Nome por extenso dos sócios ou pessoas c/direito no seu uso ou emprego: Seu filho Amadeu Dal Piva, por ser o declarante analfabeto.
3. Gênero de comércio ou operação: serraria.
4. Domicílio, Localidade, Rua, nº: Porto Chalanta, Guatambú, município de Chapecó.
5. Data início: 2 de março de 1911
6. Filiais: Não tem.
7. Capital Inicial: 20:000\$000 (vinte contos de réis).
8. Observação: Registrada em 6 de abril de 1936 em Passo dos Índios, município de Chapecó, por Agnello Rabello, escrivão. (36)

36. Fonte: Livro nº 1, fls.5 e 6. Agnello Rabelo, Oficial do Registro de Títulos de Documentos. Cartório Registro Imóveis - Comarca de Chapecó.
João Batista Dal Piva, chegou a região de Chapecó por volta de 1910, morador de Guatambu, ficou conhecido como o Velho Chaparin.

Antes mesmo da criação do Município de Chapecó, a atividade extrativa já era desenvolvida. Obviamente, nos primeiros anos do século atual, não atingiu os patamares alcançados, como aqueles a partir da política da ação colonizadora, na região.

Os dados do antigo Instituto Nacional do Pinho, definido pelo Decreto-Lei nº 4.812 (8/10/42), em art. 2º, é o "órgão dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de Pinho", fornece o seguinte quadro, conforme os tipos de serrarias existentes em 1949, nos três estados do sul do Brasil:

QUADRO nº 2

EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS DE PINHO E OUTRAS

Unidades Federadas	SERRARIAS				
	De exportação			Da Res.14(?)	Total
	Unidades	Capacidade prática.m 3	Produção Aut.m 3	Unidades	Unidades
SERRARIAS DE PINHO					
SP	11	2.425	1.571		11
PR	640	239.405	59.768		640
SC	736	130.944	31.710		736
RS	1076	6.969	40.081		1076
Total	2.463	474.488	136.1130	-	
SERRARIAS MISTAS					
SP	25	4.664	2.780		25
PR	98	22.190	6.878		98
SC	174	17.440	5.096		174
RS	83	6.969	2.800		83
Total	380	51.263	17.554		380
SERRARIAS MADEIRAS DE LEI					
SP	558	97.391	67.762		558
PR	-	-	-		-
SC	1.310	70.671	69.628		1.310
RS	444	39.085	39.085		444
Total	2.342	207.147	176.475		2.342
R E S U M O					
SP	594	104.480	72.113	303	897
PR	738	261.595	66.646	24	762
SC	2.250	219.055	109.055	34	2.284
RS	1.603	147.542	81.966	85	1.688
Total	5.185	732.672	330.159	446	5.631

Fonte: Reproduzido do Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP. Rio de Janeiro. Ano 2.1949.nº 2, p.535.

As Tabelas a seguir demonstram algumas características sobre o funcionamento das empresas madeireiras cestinias, legalmente constituídas.

TABELA Nº 2

DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO OS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (1936/1945)

DISTRITOS	Nº EMPRESAS	%
Sede Municipal	32	29,4
Caxambu	05	4,6
Faxinal dos Guedes	03	2,7
Guatambu	21	19,3
Itapiranga	07	6,4
Mondaí	04	3,7
Passarinhos	22	20,2
São Carlos	04	3,6
Xanxerê	05	4,6
Xaxim	06	5,5
TOTAL	109	100,0

Fonte: Livro Registro de Firmas Comerciais. Comarca de Chapecó. Livros 1 e 2 Cartório do Registro de Imóveis.

TABELA Nº 3

REGISTRO DE EMPRESAS MADEIREIRAS MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (1936/1945)

ANOS	NUMERO EMPRESAS	%
1936	24	22,1
1937	09	8,2
1938	09	8,2
1939	07	6,5
1940	11	10,9
1941	09	8,2
1942	18	16,5
1943	14	12,8
1944	07	6,5
1945	01	0,1
Total	109	100

Fonte: Livro Registro Firmas Comerciais. Comarca de Chapecó. Livros 1 e 2. Cartório Registro de Imóveis.

TABELA Nº 4
CAPITAL INICIAL DAS EMPRESAS MADEIREIRAS
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (1936/1945)
POR ANO, EM MIL REIS, CRUZEIROS E PERCENTUAIS

ANO	MIL REIS	CRUZEIROS	%
1936	336:000\$000		14,6
1937	130:000\$000		5,2
1938	121:000\$000		4,9
1939	178:000\$000		7,2
1940	179:000\$000		7,3
1941	99:000\$000		4,0
1942	1.424:000\$000		57,8
1943		225.000,00	39,8
1944		325.000,00	57,1
1945		20.000,00	3,5
TOTAL	2.467:000\$000	570.000,00	100,0

Fonte: Livro Registro Firmas Comerciais. Comarca de Chapecó. Livro 1 e 2 Cartório Registro de Imóveis.

Os dados das tabelas de Nº 2, 3, e 4 fornecem elementos a respeito de três itens do contexto em que se desenvolvia a indústria madeireira cestina, no período de 1936/1945. Entre 109 empresas legalmente existentes, acham-se firmas madeireiras de pequeno, médio e grande portes para a época e as condições regionais existentes.

Especificamente a respeito da Tabela de Nº 1, os dados identificam a distribuição geográfica das empresas madeireiras por unidades distritais, no território do Velho Município de Chapecó que era de 14 mil km², quando de sua criação.

A totalidade das firmas madeireiras estavam localizadas nas áreas que acompanham às margens do rio Uruguai até Itapiranga, na fronteira com a Argentina ou mais próximas delas, no caso Faxinal dos Guedes e Xanxerê.

Na época, devido às precárias condições das estradas, as empresas ou serrarias localizadas ao norte da região, já na divisa com o Estado do Paraná (Dioni-

sio Cerqueira, Campo Erê, Abelardo Luz e outros), pouco ou quase nada contribuíam no plano regional. A própria situação geográfica, também dificultava o transporte do produto. (37)

Outro aspecto levantado diz respeito à regularização das firmas de conformidade com a legislação existente, no que se refere ao seu funcionamento. Do total das 109 firmas registradas, duas serrarias apresentam data de início da atividade, antes do ano de 1936. Somente a partir desta data, passam a existir legalmente para qualquer efeito fiscal e de arrecadação aos cofres públicos.

Para realçar essa posição, não se pode distanciar da mesma o aspecto da situação político-administrativa no Município de Chapecó, desde sua criação em 1917 até o ano de 1931. Nesse período, a administração municipal viu-se envolvida em sérios entraves administrativos: o ônus de cinco transferências da sua sede entre dois de seus maiores povoados de então (Passo Bormann e Xanxerê), diminuindo a arrecadação e dificultando condições de estruturar a vida regional em curto espaço de tempo. Contudo, nesse período havia a preocupação dos governantes catarinenses, sobre a demarcação das terras, logo após o "Acordo de Limites" na área do ex-Contestado.

Por mais esforço que a Prefeitura Municipal fizesse, no sentido de organizar a vida do município, isso era impossível, devido às condições de administração na época, quase que inexistentes. Tudo isso favorecido, ainda, pela parca ajuda do poder público

37. Erosão ligada ao tipo de rocha, relevo e formação geológica.

estadual, a despeito de seus objetivos de colonização na referida área catarinense. Controle e fiscalização de taxas e impostos, serviços que pouco ou nada adiantavam na época.

No acervo da Colonizadora Ernesto Bertaso, temos, também, o registro da existência de engenhos de serra, que eram dirigidos pela referida empresa anterior à década de 30, como exemplo o Engenho de Serra de Bertaso, Bornhausen e Cia. (36) e outros.

Não resta dúvida de que mesmo depois de quase 20 anos da criação do Município de Chapecó, inúmeras serrarias funcionavam, ainda, sem a devida regularização, fugindo do controle de fiscalização.

Hugo Campos, em seu depoimento, identifica muito bem esse aspecto. A falta do cumprimento de obrigações legais que envolvia os que se dedicavam à atividade extrativa em qualquer nível de trabalho, não era apenas uma situação singular de poucos.

"Quando eu comecei a ir para a Argentina, comecei a aprender o abecê em casca de madeira...Porque o homem que tem capital, ele não tem tempo de cuidar da escrita, ele tem tempo para lograr os outros. Fazer negócio e ganhar. E, a escrita desgasta muito as idéias, então quando pode, ele paga um guarda-livro...comecei de peão, de prático, depois corri madeira (Rio Uruguai) e depois fui patrão. Aí, me registrei como produtor." (38)

Outro detalhe que chama atenção na análise da Tabela de Nº 2 é que 29,4% das empresas registradas achavam-se localizadas no distrito da sede do município de Chapecó. Em Passarinhos (Palmitos) e Guatambu temos 20,2% e 19,2% respectivamente. Nessa situação real da existência das firmas madeireiras (Anexo 07), dois

38. O engenho de serra, localizado nas imediações de Passo dos Índios. Sócios: Ernesto Bertaso, Waldemar Bornhausen (da Diretoria de Terras e Colonização de SC, e Carlos Octaviano Seara, agrimensor.

39. Campos, entrev.cit. p.9

Hugo Campos, em 50, fez replantio de araucária e, posteriormente de pinus no Município de Pinhalzinho. Uma parte foi explorada pela sua própria empresa e outra vendida.

fatores foram decisivos para tal quadro: localização das firmas madeireiras próximas à sede administrativa municipal e pela existência dos portos de Goio-En, Chalana e Mondaí para controle e fiscalização. (40)

No que diz respeito à análise dos dados constantes da Tabela de Nº 2, somente em 1936 apresentou o maior número de legalização das firmas (22,1%). Depois, vem um decréscimo até 1940, quando houve um pequeno aumento, recaindo no ano seguinte, para reerguer-se dois anos após, alcançando o índice de 16,5%. No último ano estudado, caiu para 0,1%.

Só na pesquisa de outras fontes se poderá compreender melhor essa situação registrada. Sabe-se, contudo, que os primeiros anos da década de 40 constituíram-se num período de muita exportação de madeira para a Argentina.

O comércio interno regional expandia-se, pois coincidia com levadas de novos imigrantes, como se observa no capítulo II, e, com organização de novos estabelecimentos de grande porte, e se constata na composição da Tabela de Nº 4.

A referida tabela expressa a situação do capital inicial registrado pelas firmas madeireiras. Do patamar de 13,6 %, em 1936, até o ano 41, verifica-se uma oscilação do montante registrado, decaindo bruscamente em 1941, atingindo 4,%. Já para o ano de 1942, devido à mudança do sistema monetário, temos investimentos parte em mil réis e parte em cruzeiros.

Um expressivo aumento em relação aos anos anteriores foi o de 1942, cujo percentual alcança 57,8%

40. Porto Goio-En e Chalana, ponto de embarque de madeira. Hoje fazem parte do território do município de Chapecó

correspondente ao capital de empresas registradas. A razão desse acréscimo deu-se em virtude da filiação e registro da Firma Migliorini Grando e Cia. Ltda., com o montante de Rs 630:000\$000 e da Sociedade Madeireira Xapecoense com Rs 420:000\$000. Essa última, registrada sob o número 2947, Livro 4 L da Junta Comercial, do Estado de Santa Catarina.

As duas empresas madeireiras registradas em 1942 eram compostas de mais de 20 sócios cada. Tanto uma como a outra possuía o quadro dos sócios quase o mesmo. Alguns deles, por sua vez, também tinham suas próprias firmas.

A firma Migliorini Grando e Cia. Ltda., localizada em Faxinal dos Guedes, era formada pelos seguintes sócios: Victório Alécio, João Ferri Filho, Angelo, João e Eugênio Lazzari, Ivo Tombini, Izidoro Francose, Adolfo Masena, Antonio Migliorini, Natal Migliorini, Pedro Bolarini, Henrique Merlin, Alexandre Antonioli, José Gugelli, Fiorelo Barella, Guilherme Boldrini, Camilo Bogo, Tranquilo Slaviero, Guerino Dal Molin, Emilio Grando, João Potrich, Buseti Antonioli e Cia. Ltda., Ventura Migliorini. Conforme contrato registrado, somente a este último caberia o uso ou emprego da firma.

A Sociedade Madeireira Xapecoense, no início dos anos 40, é a antecessora da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai. Essa sociedade era formada, exclusivamente, com produtores e exportadores de madeira, estabelecidos em ambas as margens do Rio Uruguai.

"Domingo último, reuniram-se para juntos para melhor defenderem seus interesses, diversos proprietários de engenho de serra, de ambas as margens do Rio Uruguai". (41)

41. Jornal A Voz de Chapecó, (Chapecó) 3/3/40, p.1.

Os sócios dessa empresa madeireira eram todos, sem exceção, proprietários de engenhos de serra, no município de Chapecó. (42) (Ver Anexo 06)

Complementando os dados, temos na Tabela de Nº 4, o montante de capital inicial registrado pelas firmas madeireiras, em contos de réis (RS). Os maiores percentuais correspondem à faixa entre RS 10 a 20 contos.

A firma de José Santinelli, do distrito de Guatambu (Município de Chapecó), apresenta o menor capital, na ordem de Rs 300\$000. Wallinghaus à L"uble (Itapiranga), Angelo Sartori (Xaxim) e Theodoro Schulle (Xanxerê), registraram, respectivamente, Rs 660\$000, Rs 1:000\$000 e Rs 4:000\$000 .

TABELA Nº 5

**DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL INICIAL REGISTRADO PELAS
EMPRESAS MADEIREIRAS (1936/1945)
MUNICIPIO DE CHAPECO
VALORES EM CONTOS DE REIS**

VALORES	Nº CASOS	%
0 - 1	01	1,1
2 - 10	26	30,5
11 - 20	42	48,8
21 - 30	10	11,6
31 - 40	02	2,3
41 - 50	03	3,5
+ 400	01	1,1
+ 600	01	1,1
Total	86	100,0

Fonte: Livro Registro de Firms Comerciais. Comarca de Chapecó. Livro 1 e 2. Cartório do Registro de Imóveis.

42. João Sutilli, Ampélio Pan, Nestor Grando, Angelo Sartori por si e Guilherme Sartori, João Dalla Rosa, Luiz Sudbrack, Emilio Grando por si e Firmino e João Grando, Pascoal Moro, Pedro Rotava, Amadeu Maggioni, Pedro Loss, Casemiro Lazzari, Alberto Ferronato, João Oro por si e por Alberto Bosquirolli, Dante Travi, Germano Sordi e Fredolino Zimmer, representando por Serafim Bertaso.

Com a conversão da moeda de mil réis para cruzeiros, o menor capital ficou com João Camargo (Saudades), registrando Cr\$ 10.000,00 e o maior com Emilio Grando, em 1944, na ordem de Cr\$ 250.000,00 mil cruzeiros.

TABELA Nº 6

**DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL INICIAL REGISTRADO PELAS
EMPRESAS MADEIREIRAS (1936/1945)
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ
VALORES EM MIL CRUZERIOS**

VALORES	Nº CASOS	%
10 -30	14	60,8
31 -60	03	13,0
100	01	4,4
250	01	4,4
N.Consta	04	17,4
Total	23	100,0

Fonte: Livro Registro de Firms Comerciais.Comarca de Chapecó. Livro 1 e 2. Cartório do Registro de Imóveis.

Analisando, em linhas gerais, o perfil de como se encontravam as empresas madeireiras, na região do Chapecó, o quadro não era dos melhores. A existência de fraudes quanto à fiscalização nessas empresas e mesmo a existência de outras que funcionavam ilegalmente, formavam as situações encontradas na região oeste.

Pela Resolução nº 33, de 1933, do antigo Instituto Nacional do Pinho, órgão controlador e fiscalizador de toda a atividade extrativa vegetal, no território brasileiro, especificamente para a região do Chapecó, criou, em caráter provisório, Postos de Fiscalização, Classificação e Medição nos portos de Goio-En, Mondai e Chalana, em Santa Catarina. Sob a coordenação do primeiro, centralizaria todos os serviços atinentes à atividade madeireira, na região.

Com as manchetes "Os Escândalos dos Registros de Serrarias" e outras semelhantes, o Jornal, "A Voz de Chapecó", em diversas edições, comentou a existência de serrarias ou congêneres de serra que funcionavam à margem da lei.

No final dos anos 40, o Instituto Nacional do Pinho, através de modificação de sua legislação, veio alterar o sistema de procedimento para requerer registro de serrarias e outras congêneres. Nessa oportunidade, normas de produção e exportação de madeira foram contempladas. Em vista destas circunstâncias, realizou-se uma reunião na cidade de Chapecó, na qual foram traçadas regras para uma maior eficiência de ação no cumprimento da lei.

Ao término da referida reunião, o Chefe do Posto do Serviço do Rio Uruguai, do Instituto Nacional do Pinho, na cidade de Chapecó, em entrevista ao jornal local, reporta-se à situação de funcionamento dos engenhos de serra na região oeste. Solicitava que os serradores, no mais breve tempo possível, legalizassem as suas empresas, diretamente, junto aos órgãos responsáveis e não deixassem a cargo dos indivíduos alheios à atividade. (43)

"Acontece que a maioria da classe madeireira ainda desconhece essa medida que foi baixada com o elevado propósito de facilitar a regularidade dos estabelecimentos que serram madeira. Sucede, entretanto que elementos sempre interessados em usufruir vantagens da ignorância de certos industriais, pedem quantias avultadas para legalizar as empresas" (44)

43. Presentes à reunião coordenada por Danilo Quadros, Chefe do Serviço do Rio Uruguai do I.N.P., em SC e RS, Miguel Julio Varallo, Chefe Setor exportação de Uruguaiana (RS), Francelino Silveira - Chefe setor Produção de Chapecó, Rudi Rammé, Inspetor do Posto de Classificação e Medição de Porto Lucena (RS), Cassul Figueiredo de Andrade, Inspetor do Posto de Concórdia, Mario Silveira, Posto de Mondai, Raul Pires de São Carlos, Elpidio Barbosa de Posto Chalana, Epaminondas de Oliveira, Posto de Dionisio Cerqueira, Rolando Marzani, correntista do Serviço do Rio Uruguai, todos estes últimos sediados no município de Chapecó.

44. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó) 30.01.1949, p.1.

Outro tema abordado na reunião, e comentado pelo jornal local, diz respeito ao atendimento e cumprimento da Consolidação das Leis do Trabalho. A quase totalidade dos empregados na atividade extrativa em suas diversas etapas, desde o corte nas matas até o produto levado pelo Rio Uruguai, aos mercados platinos, não usufruíam dos benefícios previstos em lei.

Também a imprensa local não se furtou de mencionar todos os problemas da exploração desenfreada dos recursos naturais, cobrando a utilização de mecanismos relativos ao replantio de árvores, por parte das autoridades constituídas, e, principalmente, dos serradores.

"É um erro combater os efeitos sem procurar eliminar a causa determinante do mal. Será, pois, necessário um esforço no sentido de mudar a mentalidade de grande parte da população em relação a esse assunto". (45)

Outros números concernentes aos preços da madeira, na região oeste, complementam as informações de nossa análise.

Os dados coletados na documentação estudada, os preços do produto natural e industrializado oscilavam muito. A madeira, por sua vez, era classificada entre a de primeira até terceira qualidade. Em linhas gerais, as toras ou toros de madeira, também variavam de preços. Já para os mesmos, desdobrados em tábuas, utilizavam-se para tal um Quadro de Desdobramento (normalmente da marca Tissot), uma destocadeira e mais uma serra circular. Quanto ao preços das tábuas beneficiadas, também alteravam de conformidade com as oscilações do próprio mercado brasileiro, muitas vezes motivados por fatores internos ou externos.

45. Jornal A Voz de Chapecó, (Chapecó) 21/01/1940., p.1.

Nas serrarias, a capacidade de produção de tábuas variava conforme a marca, o tipo e o número do quadro de desdobramento. Um quadro de desdobramento mais comum de número 1 podia serrar, no máximo, 12 tábuas por dia ou 240 por mês. O mesmo quadro de número 2, serrava 14 dúzias por dia ou 280 tábuas por mês. O da marca Tissot, mais potente, poderia alcançar até 320 dúzias, atingindo 400 e 520 tábuas por mês. Nossos entrevistados não deixam de relatar as dificuldades, porque, muitas vezes esses maquinários e equipamentos atrapalhavam os serviços. Peças que estragavam ou ficavam defeituosas, nem sempre podiam, com facilidade, ser substituídas.

Em relação ao preço para o ano de 1939, obteve-se a seguinte cotação para tábuas:

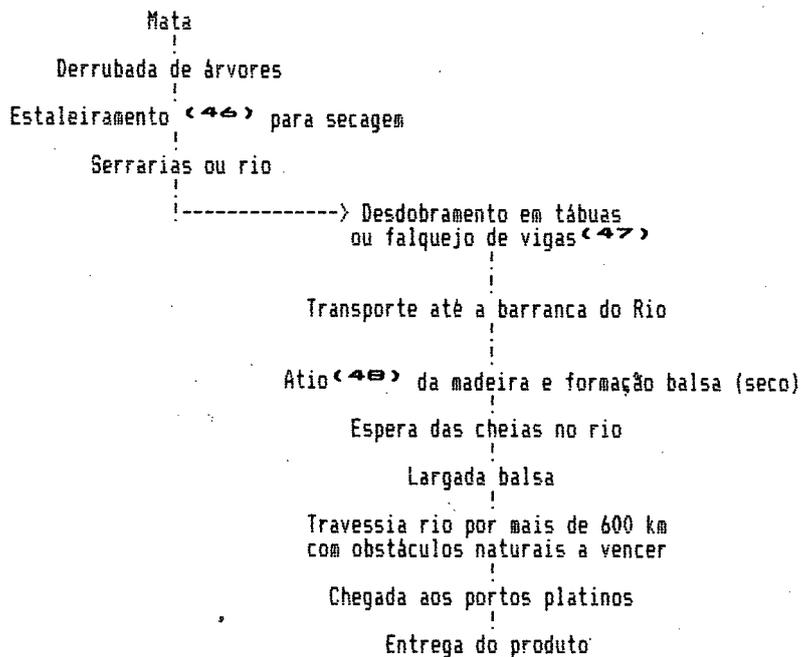
Rs 55\$000 por dúzia de primeira;

Rs 45\$000 por dúzia de segunda;

Rs 35\$000 por dúzia para a terceira.

Conforme organograma discriminado, pode-se dimensionar, em linhas gerais, as principais etapas por que o produto natural passava, desde o corte na mata, até a entrega do produto nos portos platinos. Para tal, utiliza-se a própria terminologia empregada por aqueles que se dedicavam à tarefa extrativa e/ou balseiros.

ORGANOGRAMA Nº 1



46. Estaleiramento - reunir em um determinado lugar as toras de madeira da mata, antes de transportá-las para as serrarias. Também a beira do rio existiam estaleiros para guarda da madeira gradeada esperando pelas cheias e a confecção das balsas.

47. Falquejar ou farquejar - processo de reduzir a quadrado ou a retângulos as secções das madeiras.

"Madeira falqueja é aquela que passou pelo processo de reduzir a retângulo as toras. Para isso havia necessidade de conhecer-se bem o trabalho, que era executado por verdadeiros artesões, exímios malabaristas e ótimos calculadores na forma e medição em metros cúbicos. Muitos realizavam o trabalho com fino acabamento a tal ponto que quando alguém amigo ou companheiro não se comportava bem, era um pouco malandro dizia-se: Cuidado rapaz, vou mandar de farquejar ou vou dar-te uma farquejada. A operação era feita manualmente com machado e machadões especiais para tal finalidade. (Bellani, entrev. cit p.3 (2))

48. Atio: Amarra, processo de atar, barbante para atar; atilho. Expressão comum dos balseiros: "Se o atio era novo e bom não haviam quase acidentes no rio".

Pode-se comprovar todo esse trabalho, bem como o custo do mesmo, de conformidade com o documento do Anexo nº 6, de prestação de contas entre serradores e madeireiros. O mesmo diz respeito a uma prestação de contas (Anexo 08), ao gerente de uma serraria (Guilherme Sartori), e todos os demais sócios, Primo Sutilli, Angelo Sartori, com cotas iguais.

A prestação de contas, datada de 18 de fevereiro de 1938, refere-se a uma entrega de madeira através de balsa, pelo rio Uruguai. O total de madeira em dúzias saídas da serraria até o Porto Goio-En era de 530 dz de tábuas. A madeira chegada a São Xavier, em nota separada, era de 435 dz a Rs 66\$000, apresentando um total bruto de Rs 28:302\$600.

Trabalho braçal árduo, exigindo esforço até mesmo de sobrevivência, inexistência de condições de infra-estrutura material e social, recessão, período de guerra, e os preços do produto, emolduraram a silhueta da indústria madeireira, na região do Velho Município de Chapecó.

Dos autores desta atividade extrativa, poucos se tornaram proprietários (serradores).

Com o passar dos anos, alguns empresários adquirem uma prática mais preservacionista, passam a realizar a exploração dos recursos considerados inesgotáveis por um longo período, sob algumas manifestações de replantio.

4. A PRODUÇÃO MADEIREIRA REGIONAL

4.1. Panorama Brasileiro

4.2. Aspectos gerais da Política Comercial Brasileira.

4.3. Panorama Regional

4.3.1. Serraria Santa Izabel

4.3.2. Serraria Santo Angelo

4.3.3. Serraria São João

4.3.4. Angelo Emilio Grando

4.3.5. Cooperativa Madeireira do
Vale do Rio Uruguai Ltda

4. A PRODUÇÃO MADEIREIRA

4.1. Panorama Brasileiro

O capítulo anterior nos fornece uma síntese das principais características da indústria madeireira, que se instalou e funcionou no quadro restrito ao território do Velho Município de Chapecó (SC).

Seu aparecimento deu-se em decorrência do rastro da caminhada de povoamento e colonização, encetada pelos migrantes gaúchos com destino às terras oesteiras do Estado Barriga-Verde. Mais de uma centena de firmas madeireiras cobriam o território oesteiro. A totalidade das mesmas, instaladas sempre próximas à margem do rio Uruguai e de seus tributários (Chapecó e Antas). Mais para o norte da região oesteira de Santa Catarina, havia empecilhos naturais, provocados pela erosão do solo, impossibilitando que a madeira desta área, fosse, naquele momento, explorada como a próxima do Rio Uruguai. A grande dificuldade concentrava-se nos meios de comunicação para o transporte.

Nessas condições, o maior percentual da produção madeireira, tanto para o comércio interno, como para exportação, provinha das unidades já mencionadas no capítulo anterior.

Especificamente para o território catarinense, o expediente enviado pelo Sindicato Patronal dos Madeireiros do Estado de Santa Catarina, com sede na cidade de Joinville, endereçado ao Diretor da Secretaria do Conselho Federal de Comércio Exterior (Raul Bopp - RJ), datado de 30 de setembro de 1940, e assinado pelo secretário executivo (Leonardo Meinert) permite delinear alguns dados sobre as reservas florestais catarinenses:

- o levantamento feito pelo sindicato patronal, nas zonas dos municípios de Lages, São Joaquim e Bom Retiro, não são perfeitos e que um novo levantamento será efetuado, acarretando mudança nos dados já remetidos;
- que existem pinheirais em outras zonas, nos municípios de Campos Novos, Cruzeiro, Concórdia e Chapecó e que são os mais densos do Estado. A falta de levantamento não permite fornecer detalhes;
- que não possuem elementos para precisar a área em hectares, dos pinheirais em condições de serem abatidos e que se prestam a exploração industrial. Essa situação já vem acontecendo em Rio do Sul, Bom Retiro, Lages e São Joaquim. A estimativa é de 80 a 100 pinheiros por hectare;
- que a exploração realizada em SC, no quinquênio 1935/1939, apesar de não ser expressa em números exatos, compreende uma faixa de vinte a trinta quilômetros, em média, de profundidade ao lado da linha férrea, desde o município de São Bento até o de Campos Novos; e a faixa marginal de todo o Rio Uruguai até a divisa com a Argentina;
- que nas regiões onde houve corte de pinheiros ou que estão em exploração, possuíam extensas matas de pinheirais e outras madeiras de lei, desde a época em que começaram a ser povoadas;
- que o rendimento médio de um pinheiro, que leva quase 50 anos para a serragem de tábuas, é de um metro e meio a dois metros cúbicos de madeira bruta, com uma média de 18 polegadas de diâmetro e 16 a 18 metros de altura;

- que não está acontecendo replantio regular.

Em âmbito nacional, através de dados do antigo Instituto Nacional do Pinho, temos, em relação à produção de madeira por zonas fisiográficas da região sul do Brasil, o seguinte quadro:

TABELA Nº 7
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MADEIRA EM M³, VALOR
EM CR\$ - PR, SC, RS - ANO 1946

Unidade da Federação	Madeira		%	
	Quantidade m ³	Valor Cr\$	m ³	Cr\$
PR	1.169.571	224.188.042	35,9 %	28 %
RS	1.079.521	286.104.871	33,1 %	36 %
SC	1.006.450	282.422.258	31,0 %	36 %
TOTAL	3.255.542	782.715,171	100%	100

FONTE: Reproduzido do Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP, Rio de Janeiro, 1949. Ano 2 N.2 p.536.

Segundo o Instituto Nacional do Pinho, em 1946, o Estado de Santa Catarina apresentava 8 zonas produtoras de madeira: São Francisco do Sul, Litoral de Florianópolis, Litoral de Laguna, Bacia do Itajaí, Planalto de Canoinhas, Campos de Lages, Joaçaba e Iguaçu (Chapecó). A mesma fonte para o ano de 1947, aponta um total de 2.284 serrarias registradas pelo INP. Essas estavam distribuídas pelos seguintes tipos: Pinho (736), Mistras (174) de Lei (1340) e de Reserva 14 (85).

Para o cômputo da Tabela de Nº 7, a região do Chapecó está denominada como Região do Iguaçu. De 1942 até 1946, formou, com uma parte do território paranaense atual, o antigo Território Federal do Iguaçu.

Ainda pela mesma fonte, obtém-se a produção madeireira em Santa Catarina, segundo as Guias emitidas pelas Delegacias do Instituto Nacional do Pinho.

Ao analisar a produção de madeira serrada e beneficiada (Quadro de Nº3), Santa Catarina está assim situada, nos anos 46 a 48:

- a produção do pinho serrado está com 4,4 pontos percentuais a menos que o PR, e 9,0% a mais do RS;
- a industrialização de pinho beneficiado está aquém dos percentuais do PR (20,6%) e, com 5,1% superior ao RS;

QUADRO Nº 3

PRODUÇÃO DE MADEIRA EM M³ DE SC RS e PR, SERRADA E BENEFICIADA SEGUNDO GUIAS EMITIDAS PELO INP DE 1945/1948

PRODUÇÃO EM METROS CUBICOS						
U.F/	PINHO			SERRADO		
Ano	45	46	47	48	Total	%
PR	536.859	466.577	563.294	568.568	2.135.298	39,4
SC	486.459	442.960	506.748	461.092	1.897.259	35,0
RS	368.802	393.198	169.285	455.510	1.386.795	25,6
TOTAL	1.392.120	1.302.735	1.239.327	1.485.170	5.419.352	100,0
PINHO BENEFICIADO						
PR	148.888	163.246	179.299	195.836	687.269	49
SC	84.768	115.952	109.407	88.170	398.297	28
RS	85.034	67.785	89.706	69.813	312.338	23
TOTAL	318.690	346.983	378.412	353.819	1.397.904	100
OUTRAS MADEIRAS (DURAS OU DE LEI)						
SERRADAS						
PR+	-	51.204	-	-	51.204	3,2
SC	288.513	296.645	285.471	201.287	1.071.916	66,8
RS	66.614	157.013	130.819	126.460	480.906	30,0
TOTAL	355.127	504.862	416.290	327.747	1.604.026	100,0
+ A produção do PR em 47 e 48, foi computada com a de Pinho Serrado						
BENEFICIADAS						
PR+	1.200	330	-	-	1.530	3,2
SC	8.789	12.471	13.462	10.664	45.386	95,7
RS	234	233	-	-	467	1,1
TOTAL	10.223	13.034	13.462	10.664	47.383	100,00
+ A produção PR em 47 e 48 foi computada com o pinho beneficiado, avaliada em 1000 m ³						

Fonte: Reprodução do Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP, Rio de Janeiro. Ano 2 nº 1949.

- a produção de outras madeiras, tanto serradas como beneficiadas, mantém índices superiores aos outros dois estados (PR e RS), com 66,8 e 95,7 pontos percentuais respectivamente.

Segundo a Sociedade das Nações, as madeiras destinadas à exportação, entre as quais estão incluídas as produzidas e comercializadas da região cestina, estão classificadas, conforme a seguinte nomenclatura:

1. Madeiras em toras, mesmo desdobradas a machado ou falquejadas (coníferas):

- a) madeira de serrar
- b) barrotes
- c) outras

2. Outras madeiras em toras, mesmo desbastadas a machado, não coníferas.

Ainda na composição nacional temos no quadro de Nº4 a relação de exportação de pinho serrado:

QUADRO Nº 4

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MADEIRAS PINHO SERRADO EM TONELADAS E CRUZEIROS 1934 A 1948

ANOS	P I N H O Toneladas	S E R R A D O Em Cr\$ 1000	V A L O R F/Ton.em Cr\$
1934	110 973	20 802	195
1935	130 750	25 328	194
1936	144 198	31 680	220
1937	205 262	50 631	247
1938	215 543	58 182	269
1939	307 704	88 085	286
1940	247 043	67 718	274
1941	203 701	119 730	408
1942	321 076	196 242	611
1943	272 064	208 707	767
1944	282 556	334 352	1.183
1945	238 529	304 385	1.276
1946	450 208	600 958	1.337
1947	476 412	608 240	1.466
1948	564 387	775 053	1.373

Fonte: Reproduzido do Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP. RJ. 1949. Ano 2. Nº, p.549.

QUADRO No 5
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MADEIRAS DE PINHO
SERRADO POR DESTINO E PROCEDENCIA E VALORES
(1947)

Procedência/Destino	QUANTIDADE		VALOR FOB EM CR\$
	Peso(KG)	Valor m/cúbicos	
PARANA			
Argentina	53.378.456	88.356	77.909.523
Uruguai	212.253	354	331.380
Grã Bretanha	5.733.625	9.632	8.650.275
Grécia	938.516	1.564	1.714.207
Holanda	600.000	1.000	923.154
Palestina	2.910.111	4.850	5.656.925
União Sul Africana	8.410	14	12.270
TOTAL	63.781.371	105.770	95.197.734
SANTA CATARINA			
Argentina	90.889.640	151.107	135.902.775
USA	120.281	198	159.355
Albânia	382.075	637	502.470
Dinamarca	283.018	472	406.663
Grã Bretanha	3.038.762	5.073	4.839.984
Grécia	316.589	528	534.526
Holanda	1.400.943	2.335	1.972.756
Itália	7.125.186	11.819	9.386.076
União E. Belgo Lux.	980.658	1.634	1.547.727
China	7.208.259	11.754	9.640.062
Palestina	1.792.956	2.988	2.996.748
União Sul Africana	2.270.554	3.884	3.729.590
TOTAL	115.819.001	192.429	171.618.732
RIO GRANDE DO SUL			
Argentina	215.137.631	359.977	304.876.452
Canadá	70.045	117	108.902
USA	2.934.155	4.903	4.869.032
Falkland	242.431	404	425.820
Uruguai	37.814.606	63.042	59.269.837
Grã Bretanha	16.120.979	27.028	24.478.779
Holanda	11.967.837	19.011	17.822.260
União E. Belgo Lux.	9.317.745	15.006	14.193.784
União Sul Africana	3.192.282	5.370	5.295.639
TOTAL	296.797.771	494.853	431.340.505

Fonte: Reproduzido do Anuário Brasileiro e Economia Florestal. INP. RJ. 1949

Os números constantes do Quadro de Nº 5, identificam a exportação de madeira dos três estados da região sul do Brasil. Em 1947 a Argentina foi o país que mais recebeu o produto nacional, sendo que o Rio Grande do Sul, seguido de Santa Catarina, foram os estados que apresentaram, na balança comercial, os maiores percentuais, ficando o Paraná em terceira colocação.

Do total de 793.080 m³, do Quadro de Nº 6 a República Argentina, importou 599.440 m³ de pinho serrado, seguido do Uruguai com 63.396 m³ e, da Grã Bretanha, que atingiu um total de 41.733 m³

QUADRO Nº 6
PAISES IMPORTADORES DE MADEIRA DE PINHO ANO
1947

PAISES	Metros Cúbicos	%
Argentina	599.440	75,5
Uruguai	63.396	7,9
Grã Bretanha	41.733	5,3
Holanda	22.346	2,9
União E. Belga Luxemburguesa	16.640	2,1
Itália	11.819	1,6
China	11.754	1,5
União Sul Africana	9.291	1,2
Palestina	7.833	1,0
USA	5.101	0,7
Grécia	2.092	0,2
Dinamarca	472	0,05
Falkland	404	0,04
Canadá	117	0,01
TOTAL	793.680	100,00

Fonte: Reproduzido do Anuário Brasileiro de Economia Florestal.
RJ. 1949 p.558

Para ano de 1948, a mesma fonte indica um total de 942.836 m³ de pinho serrado, exportado pelos Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, verificado um aumento de 18,9%, em relação ao ano de 47.

Em relação a outras madeiras duras ou de lei, a situação de exportação para os anos de 47/48, destina-

das à Argentina e ao Uruguai, apontam os seguintes números:

QUADRO Nº 7

EXPORTAÇÃO MADEIRAS (DURAS OU DE LEI)
POR ANO, EM M³ E VALOR FOB EM CR\$

ANO	1947		1948	
	m ³	Valor FOB Cr\$	m ³	Valor FOB Cr\$
ARGENTINA				
Toras	40.809	27.273.539	73.912	68.677.988
Serradas	1.078	848.996	566	699.152
N. Especificada	961	916.472	-	-
TOTAL	42.848	29.040.007	74.478	69.377.140
URUGUAI				
Toras	7.455	5.149.745	15.842	13.779.625
Serradas	3.510	3.524.607	1.181	1.873.588
N. Especificada	100	94.291	-	-
TOTAL	11.065	8.768.643	17.023	15.532.213

Fonte: Reproduzido do Anuário de Economia Florestal. INP, RJ.1949.P.578

Pelo Quadro de Nº 7 ficam demonstrados outros tipos de madeira brasileira (duras ou de lei), exportadas para a Argentina, como para o Uruguai. Registra-se, contudo, que o Uruguai, para o ano de 1947, ficou um pouco abaixo de Portugal e da União Sul Africana; em 1948 a situação está repetida.

Conclui-se, assim, que milhares de m³ das essências florestais de nosso País, em especial da região sul, foram exportadas. Essas transações eram feitas segundo as regras do sistema financeiro e de mercado dos países envolvidos.

Via de regra, as essências florestais brasileiras, durante décadas, foram extraídas com trabalho árduo e no curso da vida de dezenas de gerações.

Contudo o nosso trabalho fica restrito à produção madeireira, verificada na região do Velho Município de Chapecó. Tem-se mais de uma dezena de

empresas que se dedicavam às tarefas de extração, produção e venda de madeira.

Neste espaço territorial delimitado, os documentos estão esparsos. A falta de acervos não organizados não permite dimensionar mais acentuadamente a problemática da extração e produção regional de madeira, dentro do contexto nacional e mesmo estadual.

Assim, de forma objetiva, obtiveram-se dados, ainda que incompletos, sobre algumas firmas madeireiras que tiveram atuação na região. Mesmo assim, elas possibilitam, através de amostragem, identificar as suas características de organização, produção e de comércio, tanto interno como externo.

Dentre as firmas, objeto da análise na sequência deste capítulo, destacamos:

01. Serraria Santa Izabel
02. Serraria Santo Angelo
03. Serraria São João
04. Angelo Emílio Grando
05. Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda.

4. A PRODUÇÃO MADEIREIRA

4.2. Aspectos gerais da política comercial brasileira.

Um dos grandes problemas abordados é em relação à política comercial que gravita ao redor das operações comerciais brasileiras, relativas à venda de madeira, tanto para o mercado interno, como, principalmente, para o mercado externo. Nessas operações a lei da oferta e da procura sempre teve seu papel de destaque.

A exploração dos recursos naturais e o consequente comércio de madeiras, principalmente o do pinho, constituiu-se, durante muitos anos, num período de plena e absoluta liberdade, por parte das autoridades fiscais. Onde houvesse árvores para derrubar, as serrarias se multiplicavam, com estoques nem sempre imediatamente diluídos nos mercados compradores. As precárias condições de infra-estrutura de transporte do território nacional, e outros fatores, contribuíam grandemente, para estimular toda a sorte de especulações.

Até 1913, o Brasil importava o pinho estrangeiro, a despeito da existência de vastas zonas (sul) cobertas de extensos pinhais. Naquele ano, a importação atingiu 148.000 toneladas.

O período de 1914/1918 configurou-se para o Brasil um avanço: passou-se a ter mais cuidado com a indústria madeireira. Aconteceu, também, a ampliação dos mercados compradores, principalmente os do exterior, contribuindo para diminuir cada vez mais a importação. Essa situação decaiu ao término do conflito mundial, atingindo quase 50%, devido à concorrência.

A partir de 1934, o mercado exportador brasileiro reage frente à presença da Alemanha, no cenário mundial, que aumenta consideravelmente suas compras. Também a Grã-Bretanha, e, principalmente a Argentina, passam a figurar como grandes compradores.

Dentro do contexto catarinense, a firma M. Lepper e Cia. Ltda, de Joinville (SC), exportadores de madeira de pinho de Santa Catarina e do Paraná, comercializam madeiras para a Alemanha. Em 16 de março de 1937, em expediente endereçado ao Conselho Federal do Comércio Exterior (RJ), solicitam ajuda para a ampliação de mercado, bem como a liberação da quota oficial de câmbio para a exportação de madeiras de pinho destinados aos mercados da União Sul Africana.

Em relação ao mercado alemão, registram:

"Nossa exportação de pinho há uns 2 ou 3 anos, achava-se na dependência exclusiva dos mercados platinos⁽¹⁾... que vinha ditando discriminadamente as condições e o preço de compra... Todavia os primeiros entraves do comércio com a Alemanha foram superados. Todavia nada nos deteve e temos hoje a satisfação de poder afirmar, sem qualquer receio de contestação, hoje se vai fazendo para o mercado alemão uma exportação regular e com as mais animadoras perspectivas. Os efeitos benéficos da conquista deste novo mercado já começam a se fazer sentir, com as melhoras das cotações que se vem verificando nos mercados platinos." (2)

Com a deflagração do segundo conflito mundial, o produto nacional caiu bruscamente. Entretanto, desde 1938, uma crise de mercado do pinho nacional vinha-se esboçando, em contrapartida aumentava e acentuava-se a exploração das reservas florestais, no sul do Brasil.

Chegou a um ponto que não havia equilíbrio entre a produção, o consumo e o transporte, como também

1. Idêntica situação também perpassou nos anos 40: "O Brasil, frente a um convênio internacional do Brasil com a República Argentina, cheio de lacunas e inoperante, debate-se a classe madeireira numa situação de desamparo ante o consumidor, arrostando no aludido mercado platino toda sorte de injunções daqueles que se subordinam a vontade de um comprador único e privilegiado." (Anuário de Economia Florestal, INP, Vol.4.1950).
2. Acervo: Arquivo Nacional. RJ. Lata 17-V.2.

desencontros na padronização e classificação das madeiras extraídas. Não existia garantia nenhuma de preços aos produtos, favorecendo o aparecimento do intermediário, que comprava do produtor a madeira e sempre por preços baixos.

Para fazer frente a essa gama de dificuldades que a produção e o desenvolvimento da atividade extrativa enfrentava, o Ministério da Agricultura baixou a Portaria de Nº 46 (01/02/1940). Com ela, instituiu-se um serviço administrativo geral e para a comercialização do pinho brasileiro (araucária).

A referida portaria normativa tem sua origem no ano de 1938, a partir do encontro realizado entre empresários madeireiros dos três estados sulinos, com técnicos do Ministério competente. Elaborado um ante-projeto, o mesmo foi encaminhado para sanção do Congresso Nacional. Muitas resistências de outros grupos se fizeram sentir. Contudo, ela representou as primeiras medidas tomadas pelo Governo para amparar a indústria extrativa.

Pela Portaria do Ministério da Agricultura, foram fixados os seguintes pontos principais:

- preço mínimo do pinho serrado, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina;
- redução da produção das serrarias, em 30% de sua capacidade;
- fixação de quotas de produção, para os serradores, e,
- limite de quotas de exportação de pinho, para os mercados do Prata.

Era o ponto de partida. Assim, o Governo Federal, em 19 de março de 1941, pelo Decreto-Lei de Nº 3124, criou o Instituto Nacional do Pinho (INSPINHO). A esse organismo caberia tomar medidas de ordem técnica e comercial necessárias à regularização da produção, e conservação das essências naturais, especialmente o pinho.

De resultados concretos obtidos, muito pouco se fez sentir, pois envolvia, apenas, uma parcela da sociedade brasileira.

Ressalta-se que o INSPINHO, para efeito de classificação do pinho brasileiro por delegação do Ministério da Agricultura, estabeleceu quatro classes ou tipos: de primeira, segunda, terceira e refugo (Decreto Nº 5714 de 27/05/1940). <3>

Pelo Decreto-Lei de Nº 9647 de 22 de agosto de 1946, o governo brasileiro adotou dentro de sua política comercial, normas proibitivas para a exportação de determinadas categorias de madeira bruta ou industrializada, produzidas no País. Essa atitude provocou desdobramentos que tiveram grande repercussão na região cestina.

Em linhas gerais, o decreto representava a

-
3. Tábua de primeira é constituída de madeira seca, limpa em ambas as faces; sã, de cor natural; corretamente serrada e de bitola exata, tendo as arestas ou quinas em rigorosa esquadria; sem nós; sem furos de larvas; isenta de manchas provocadas não só por bolores ou outros fundos, como também por agentes físicos, químicos ou de qualquer natureza; isenta de defeitos, como sejam: rachaduras, abaulamento, arqueadura, fibras revessas, carunchos, ardiduras, apodrecimento, quina morta ou esmoada, balsas resinosas, grêtas ou ventos e serragem irregular (art.3).
 Tábua de segunda, deverá satisfazer em uma das faces as características do tipo de primeira, com tolerância de ... (Art.4)
 Tábua de terceira, madeira seca, com nós ou furos de larvas, com manchas de bolores ou de outra natureza, com ardiduras, com esmoado e fendilhamento em maior proporção do que nos padrões anteriores, com grêtas ou ventos em uma das faces e falhas em ambas as faces, devendo no entanto ter cor natural, ser corretamente serrada e de bitola exata e finalmente, ter quinas ou arestas em esquadria. (Art.5)
 Refugo - madeira que não alcançar o último tipo da série estabelecida para a de terceira.

diminuição do montante da exportação do pinho, devendo, então, ser absorvido pelo mercado interno.

O mercado interno brasileiro, na época, não apresentava capacidade de absorção da produção. Somente as grandes cidades poderiam consumir uma maior quantidade e alguns mercados externos. Outra dificuldade concentrava-se nos meios e nas condições de transporte para o abastecimento do mercado interno.

Essa medida oficial causou, nos meios empresariais madeireiros, na região cestina, muitas preocupações, pois ela estendeu-se à produção que já havia sido comprometida com compradores argentinos.

A posição dos empresários-madeireiros cestinos ficou estampada no jornal da cidade de Chapecó, em setembro de 1946. Através de um artigo, Lenoir Vargas Ferreira, advogado da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda., partiu em defesa dos cooperativados e serradores:

- que os compromissos assumidos pelos madeireiros, antes da vigência do instrumento legal, deviam ser respeitados;
- que a medida legal não poderia ter efeito retroativo em cima de leis já vigentes, quando foram afetados os contratos de compra e venda;
- que, com a adoção dessas medidas, o comércio cestino poderá ter sérios prejuízos face às estruturas de que dispunha desde a preparação do produto até a entrega do mesmo, via Rio Uruguai;
- que, devido à complexidade e características próprias regionais e mesmo locais do comércio de

madeiras, uma lei não pôde abranger todos os centros produtores do País;

- que o comércio madeireiro chapecoense apresenta suas peculiaridades e características bem distintas dos demais centros produtores que possuíam condições de escoamento por via férrea, rodoviária e marítima.

Significativo para análise é o conteúdo de dois telegramas que o Diretor-Presidente da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda., Serafin Enoss Bertaso, recebeu. Das informações extraídas, tem-se dois momentos distintos que envolviam a atividade madeireira, no Município de Chapecó.

Um deles tece considerações a respeito das normas que estavam sendo adotadas pelo INSPINHO, referindo-se especificamente ao volume do produto para exportação, quer bruta ou compensada, a nível nacional. Estas não excluíam a exportação da região oeste, voltada para madeira bruta ou desdobrada em tábuas.

Rio de Janeiro - Inspinho

Reunião hoje ficou definitivamente assentada exportação permitida pinho serrado, 80 por cento de primeira e segunda, 20 por cento de terceira, pt Compensada até oito milímetros, 80 por cento compensado lei, 20 por cento madeira lei menos canela e 50 por cento canela pt. Proibido pinho compensado além oito milímetros, pinho laminados, caixas desarmadas, aplainados e toros também laminados e toros lei pt. Permitida exportação sem restrições, exceto quando toros de pinho respeitada produção autorizada Inspinho, que escoam normalmente Rio Uruguai, Rio Paraná e portos de exportação fronteira pt. Cords. sds. Langer vg Lupion vg Alvim vg Pena vg Marques. «4»

O outro, originário de Barra do Quarain, remetido por Herminio Tissiani, Diretor Comercial da Cooperativa Madeireira ao Diretor-Presidente, informava o sucesso alcançado nas vendas de madeira.

Prazer poder informar que toda madeira vendida pt. Base venda 82 a 90 dólares melhor pés entre nova e velha pt. Com crédito aberto imediato e irrevogável nossa Cooperativa pode dispor dentro de quinze dias numerário pt. Favor enviar associados congratulações pt. Abraços. <☺>

O INSPINHO, através da Resolução de Nº 60, de 11 de junho de 1947, agora sob a coordenação de Vergílio Gualberto, permitiu às serrarias um aumento na ordem de 50% na produção autorizada, anterior ao ano de 1946, e que se achavam localizadas nas zonas servidas pelas rodovias de acesso aos portos. Essa medida visava a suprir o mercado interno da madeira com maior carregamento por via rodoviária para os portos marítimos do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, assegurando assim o sistema ferroviário e o nível dos estoques. Sabe-se que a região oeste não apresentava condições para esse meio de escoamento, na época.

Também deve ser somado nesta diretriz geral, que, além da união que aparentemente existia entre os madeireiros associados da Cooperativa, ela se resumia mais no aspecto de reivindicações atinentes à classe.

Elucidativo neste sentido é que nem todos os produtores de madeira atendiam de fato às determinações legais vigentes, conforme se acha impresso num telegrama do Presidente do Inspinho, Vergílio Gualberto, endereçado aos cooperativados madeireiros do Município de Chapecó, expedido em dezembro de 1947.

Por sua vez, a Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai expediu cópias do mesmo através de seu expediente assinado por Victor Carlos Breda, Diretor-

Financeiro, como também utilizou a imprensa escrita de Chapecó. O texto do referido expediente foi publicado em diversas edições do jornal "A Voz de Chapecó".

"Senhores Associados, acabamos de receber notícias que madeireiros desse Município de Chapecó estão transportando toras de pinho falquejadas (longarinas), acompanhadas de guias de madeiras como se fossem serradas. Solicito esclarecer seus associados que exportação toras de pinho está proibida. Inspinho apreendera toda remessa de acordo com a legislação, impondo aos infratores sanções legais." (6)

O INSPINHO, para efeito de controle e fiscalização, atuava desde o Distrito Federal com cinco Delegacias Regionais: Distrito Federal, São Paulo, Curitiba, Joinville e Porto Alegre e vinte sete postos de atendimento.

No ano de 1948, foi instalado, na cidade de Chapecó, um escritório para atendimento dos serviços especiais dos portos do Rio Uruguai, ao longo da divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, até a fronteira com a República Argentina (Barra, Goio-En, Chailana, São Carlos, Porto Lucena, São Borja, Barra do Quaraí).

Em fins do ano de 1948, o INSPINHO, talvez atendendo solicitações dos empresários que se utilizavam do Rio Uruguai como corredor de exportação, editou uma nova Resolução. Essa, de Nº 89, de 12/12/48, estabelecia um aumento da capacidade já autorizada para as serrarias, como havia acontecido em 1947, estendendo-se, agora, as sediadas na área de jurisdição do Vale do Uruguai.

De um lado, o governo brasileiro, através de portarias ou resoluções do INSPINHO, e de conformidade

com sua política de ação comercial para a área, às vezes atendia às reivindicações dos empresários. De outro lado, não deixava de fazer ressalvas ao abastecimento do mercado interno, apesar do mesmo ser entremeado de crises.

Baseando-nos em informações coletadas no jornal local da época, "A Voz de Chapecó", na edição de 14 de abril de 1948, constatou-se que houve reclamações de segmentos da população, naquele órgão de imprensa. As pessoas, que procuram a imprensa, fazem observação a respeito dos obstáculos que existiam para compra de madeira, no âmbito do comércio no Município de Chapecó. Essas colocações eram, levadas ao conhecimento, não só da imprensa como também do Diretor-Presidente da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda.

"...fomos procurar o Engenheiro Serafin Bertaso, DD. Presidente da Cooperativa, expondo-lhe a aflitiva situação de grande quantidade de colonos que adquiriram terras, principalmente nos distritos de Mondai, Passarinhos, Caxambu e Xanxerê que ficam impossibilitados de construir, pois os proprietários de serrarias negam-se a vender madeira, alegando conseguir melhor preço da Argentina. Na oportunidade SS. prometeu-nos que na próxima reunião da Cooperativa, tratará do assunto a fim de restaurar novamente a quota de consumo local de 50 dúzias mensais por serrarias." (7)

Observou-se que a República Argentina foi um dos maiores compradores da madeira brasileira. O produto transportado pelo Rio Uruguai, pelo sistema de transporte de balsas, para esse mercado, é que merece atenção.

Também um dos elos importantes a se analisar, no processo das relações brasileiras com o mercado argentino, enfatiza as consequências acarretadas para os produtos brasileiros em função da política interna de comércio com o país vizinho.

Urge salientar a existência do INSPINHO, um órgão encarregado da política comercial madeireira em território brasileiro, que desde sua criação, tornou-se o responsável pelos convênios e tratados comerciais com outros países.

Na República Argentina existia, também, um órgão oficial do governo argentino DINIE (Direcion Nacional de Industrias Del Estado), que, por sua vez e sob sua jurisdição, possuía empresas que detinham o monopólio de toda a compra da madeira brasileira, abrangendo as transações comerciais das madeiras embalsadas e escoadas, através do Rio Uruguai. O DINIE afastava desse mercado a concorrência, impondo sempre a cotação dos preços, a classificação e a medição da madeira.

No meio desse universo, a produção do madeireira do Município de Chapecó, embalsada e escoada pelo Rio Uruguai, estava à mercê de um processo moroso, e, quiçá, entravado pela burocracia internacional.

A situação dos exportadores cestinios era de debater-se diante de só um organismo comprador. A chegada da madeira em balsa, nos portos da fronteira do país vizinho, não significava que todos os obstáculos haviam sido vencidos. As normas rígidas e impostas pelo DINIE tumultuavam o mercado e causavam prejuízos aos empresários do setor, na hora da venda ou entrega do produto.

Essas normas, portanto, atingiam principalmente, aqueles que haviam se aventurado a viajar sem muitas garantias contratuais. Não raro, os detentores de contratos já assinados expunham a inconveniência da madeira ficar, ainda, por certo período de tempo na

água ou no seco. Nas duas situações, o produto sofria desvalorização, desgaste e quebras.

No início dos anos 50, o INSPINHO, através de seu Presidente, Pedro Sales dos Santos, em memorial detalhado, ao Ministro da Fazenda, Dr. Horácio Lafer, expôs as condições de alguns convênios internacionais do Brasil com a República Argentina. Esses, cheios de lacunas e, às vezes, inoperantes, levavam a classe madeireira a uma situação de total desamparo.

Para o INSPINHO, a República Argentina condiciona as suas compras dentro de normas severas, fugindo mesmo aos convênios comerciais. A respeito da situação enfrentada pelo exportador do Rio Uruguai, expressa:

"Angustiante, dentro as que mais o sejam, a situação dos exportadores de madeiras pelo Rio Uruguai, debatendo-se ante um só comprador, amparado por todos os títulos, por isso que se trata de um órgão oficial, e sem a esperança de novos mercados." (8)

Colocando-se nessa situação do intercâmbio comercial descrito, tem-se, na declaração de um dos empresários do setor madeireiro destino, sua avaliação. Essa posição, manifestada pelo representante de uma empresa familiar de grande porte, com atuação no Vale do Rio Uruguai:

"A Argentina, como sabemos é um país que não possuía reservas florestais em idênticas condições das nossas. Sendo na época um país mais próspero que o Brasil, com uma economia mais forte e necessitando madeira devido a expansão da construção civil, aravam-se de todos os meios, dobrando a fiscalização, entravando muitos contratos e convênios estabelecidos. As vezes nem a interferência dos nossos representantes consulares tinha efeito." (9)

Além desses obstáculos comerciais que envolviam a exportação de madeira da região do Chapecó, uma

8. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. INP. 1951. Ano 4 N.4, p.72.
9. Brando, Ury, entrev. cit. p.18.

outra particularidade foi evocada por nossos entrevistados. Esse não era, apenas, o lastimar das dificuldades de toda ordem por que passaram, mas do que mais se ressentiam é que a Argentina, por sua vez, revendia o produto de importação por preços aviltantes para países europeus.

"Isso é doloroso, a madeira chegava e atracava diretamente nos portos da Argentina, começando pelo Porto de San Xavier, Porto São Tomé, Passo los Libres, frente a Uruguaiana ...e a Argentina reexportava a madeira brasileira que nos entregávamos quase que de graça." (10)

Ao par dessas situações embaraçosas, verificou-se que, também no lado brasileiro empresários ociosos deixavam de cumprir contratos de venda com importadores estrangeiros.

Alguns Editais da Comarca de Chapecó, publicados no jornal local, exemplificam algumas dessas ocorrências.

A Firma Verraschina e Sachi, com sede na cidade de Buenos Aires, República Argentina, veio requerer junto à Comarca citada, que Pedro Bottega, madeireiro-exportador, com propriedades localizadas no Município de Chapecó, como também em Irai (RS), fosse chamado em juízo, para saldar seus compromissos.

Conforme consta no referido documento, o citado exportador havia assinado, em 1945, um contrato de madeira, no qual se comprometia:

1. a entregar para a firma citada 1000 roliços de madeira, quando da primeira enchente que ocorresse no Rio Uruguai, após assinatura do contrato;

10. Entrevista realizada com Gentil Bellani, por Eli Maria Bellani, em 1975, depositada no Laboratório de História Oral da UFSC (1).

2. que, em 17 de abril do ano de 1945, havia recebido da suplicante a quantia de vinte mil pesos em moeda Nacional Argentina;
3. que, apesar das diversas enchentes já verificadas, desde 1945 até a data da petição judicial (11 de março 1950), não havia saldado os compromissos.

Sem se preocupar com os embaraços criados pela política do governo argentino, dos créditos limitados, das impossibilidades da compra de dólares, dos altos juros, e, principalmente, a partir do momento em que se intensificasse a entrada da madeira, via Atlântico, para o Prata, os empresários madeireiros cestinos matinham suas esperanças na continuidade da exportação da madeira, via Rio Uruguai.

Por outro lado, a ex-Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda, sempre defendeu o comércio madeireiro regional.

A Diretoria Executiva dessa entidade, no relatório de prestação de contas referentes ao último ano da década de 1940, registrava:

"Como já é de conhecimento geral o problema madeireiro nacional está a exigir e esperamos solução mais atinente à capacidade de produção de nossos estabelecimentos industriais. A crise ainda dominante no mercado internacional de madeiras fez-se sentir sobre modo no Brasil e em especial na zona territorial dessa Cooperativa, que tem como mercado obrigatório para consumo de seus associados a República Argentina... não tendo a essa Cooperativa feito em 1949 vendas dignas de menção." (12)

Para o ex-diretor comercial da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda., referindo-se à situação de apenas um mercado exportador, expressa-se:

"A nossa situação de mercado era completamente diferente. Era só o mercado argentino, apenas dez por cento para o Uruguai. Não tínhamos o Atlântico, não tinha a Europa, não tinha nada. Não tínhamos caminhos para ir para lá, nem para Itajai, nem para Paranaguá, nem Porto Alegre ou parte alguma. Nossss caminhos e estradas, iam só da serraria para o Rio Uruguai" (12)

Foi nessa época que houve uma grande redução do intercâmbio com a República Argentina no comércio de compensação que era feito com o trigo, deixando no mercado nacional (aguardando) cerca de 300 milhões de peças de madeira.

Herminio Tissiani, fundador e Diretor da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda., nesse momento de crise da venda de madeira, veio participar de uma reunião na cidade do Rio de Janeiro, do INSPINHO, defendendo a concessão de financiamentos para os produtores cestinos. Entrevistado pela imprensa carioca (O RADICAL), e, posteriormente, reproduzido na de Chapecó, expressa-se:

"A situação do madeireiro, mesmo em tempo de boa colocação de sua mercadoria não estava tão vantajosa como muitos supõem. De há muito tempo financiamentos se fazem necessário aos produtores, através de suas cooperativas. O financiamento é a coisa mais justa, e digo mais, esse financiamento deveria estender-se aos que cuidam do reflorestamento." (13)

A Segunda Grande Guerra originou intensas alterações em toda a economia mundial, que se fizeram sentir tanto no Brasil como na República Argentina. Essas situações, a partir dos anos 50, vão provocar modificações na economia cestina, até então alicerçada na produção madeireira.

Inicia-se, assim, mais uma etapa da vida econômica regional, uma pequena e incipiente indústria ali-

12. Entrevista realizada com Herminio Tissiani por Eli Maria Bellani, Acervo Particular, 1991
13. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó) 29/6/50 p.2.

mentícia começa a dar pequenos passos. A suinocultura, também, passa a apresentar um papel importante para uma modificação no desenvolvimento geral, na região do Velho Chapecó.

Como exemplo, são implantados dois frigoríficos para abate de suínos: Indústria de Suínos Ltda (hoje FRICOOPER) e Sociedade Anônima Indústria e Comércio Chapecó, GRUPO CHAPECO, sob o comando do cidadão André Antonio Marafon ⁽¹⁴⁾ e Plínio Arlindo De Nês ⁽¹⁵⁾ respectivamente.

Quanto ao capital inicial, empregado nessas indústrias, observa-se que: na primeira, a origem do mesmo foi proveniente da comercialização de secos e molhados, de André Antonio Marafon. Na segunda, a maior parte aplicada veio dos lucros obtidos com a madeira. Plínio De Nês foi madeireiro-exportador, na região do Chapecó.

Para Plínio De Nês, o Velho Chapecó, na década dos anos 40 e início da década de 50, representava:

"O Oeste Catarinense, uma região íngreme, e até inóspita na década de 40, tinha tudo por fazer...O potencial vislumbrado para o desenvolvimento era enorme, no lugar certo para trabalharmos e construirmos com outros pioneiros uma sociedade democrática. ⁽¹⁶⁾"

-
14. André Antonio Marafon, nascido em 1899 no hoje Município de Veranópolis (RS). Desde garoto trabalhava com seu pai num pequeno matadouro, assim compravam e vendiam produtos na área colonial do RS. Seu contato com a região destina deu-se em decorrência de ter herdado uma gleba de terras no hoje Município de Quilombo (SC), que foram compradas de Ernesto Bertaso, ainda em 1918 por seu pai. Contudo na década de 30, estabeleceu-se com casa de comércio em Concórdia (SC), depois transferindo-se a mesma com familiares para Chapecó em 1949. Com um grupo de cidadãos iniciam as primeiras tratativas para a instalação de um frigorífico. Desentendendo-se, particularmente fundou sua indústria, cuja produção era consumida no mercado paulista. Faleceu em dezembro 1964.
 15. Plínio Arlindo de Nês, filho de comerciantes, nasceu em Encantado (RS) em 1921, jovem ainda chega à região destina na década de 40. Dedicou-se ao comércio e exportação de madeira em Faxinal dos Guedes (SC). Eleito vereador em 1946, foi Prefeito de Chapecó de 1956 a 1960, Secretário do Governo do Estado de Santa Catarina (1969 a 1975), Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado (BADESC) de 1977 a 1979. Hoje é Presidente do Conselho Superior de Administração das Organizações Chapecó, empresa agro-industrial por ele implantada em 1952, hoje um dos principais conglomerados do setor de carnes do Brasil. Segundo suas palavras: "a idéia de um frigorífico na época parecia uma aventura".
 16. Discurso proferido quando da outorga do Título de Cidadão Catarinense pela Assembléia Legislativa de SC, em 20/6/91. Acervo: Assessoria de Imprensa das Organizações Chapecó (Chapecó-SC).

4. A PRODUÇÃO MADEIREIRA

4.3. Panorama Regional

A evolução sócio-econômica, na região do Velho Município de Chapecó, ficou caracterizada através da atividade extrativa dos recursos naturais.

Contudo, mesmo que no âmbito do panorama brasileiro, as cifras específicas da produção regional não figurassem com índices expressivos, os resultados dessa atividade foram alentadores para os destinos.

Apesar de todos os entraves ocasionais, essa prática extrativista, oportunizou bons resultados; conduzida sem dúvida por uma política de exploração com características próprias.

No caso específico da região estudada, recorreu-se ao Acervo da Empresa Bertaso, selecionando, dentre essas fontes primárias, informações sobre três serrarias que existiam no Município de Chapecó. Na verdade, essas unidades produtoras possuíam ligação direta com a atividade desenvolvida pela Empresa Colonizadora Bertaso. No levantamento das informações, utilizaram-se os Talões de Notas ou fichas de Contabilidade das firmas:

1) **Serraria Santa Isabel**, de Bertaso Menegatti (Luiz Menegatti e seus sucessores), com produção e venda de madeira, objetivando, principalmente, o mercado exportador (Região do Prata);

2) **Serraria Santo Angelo**, de Bertaso/Sartori (Angelo), com produção e venda da madeira, atendendo mais o mercado nacional, especificamente o regional destino;

3) **Serraria São João**, de Bertaso/Sartori (Guilherme), com diversificação no mercado comprador.

O período pesquisado abrange os anos de 1944 a 1948, que corresponde a uma etapa da atuação empresarial da Firma Ernesto Bertaso. Da data da instalação dessa empresa, no Município de Chapecó (1920), até os anos 40, o município destino, apresentou um índice elevado de crescimento. Também, nesse interim, constatou-se a segunda etapa da chegada dos emigrantes gaúchos, na região.

As terras onde funcionavam as serrarias Santa Izabel, a Santo Angelo e São João pertenciam a Empresa Bertaso. A sociedade que existia entre Bertaso e Menegatti era com a pessoa física de Ernesto Francisco Bertaso. A sociedade com Angelo Sartori foi formada com a pessoa jurídica de Ernesto Bertaso (Empresa Colonizadora), bem como a de São João.

a) SERRARIA SANTA IZABEL

A Serraria Santa Izabel estava localizada na atual área urbana da cidade de Chapecó. Desconhece-se a data de início das atividades e como se formou a sociedade Bertaso Menegatti. Conforme, consta na Declaração de Rendimentos - Pessoa Jurídica do exercício de 1947 - Lucro do ano de 1946, a razão social registrada era: Bertaso e Menegatti (sucessores de Luiz Menegatti).

Na serraria, em questão, cada um dos sócios participou com partes iguais no valor de Cr\$ 50.000,00.

No Quadro de Nº 8, temos um levantamento do total de 6958 dúzias de madeira serrada pela Firma Bertaso/Menegatti, nos anos de 1944 a 1947. Pela análise efetuada, tem-se uma média de 1739 dúzias produzidas por ano, como também pode-se observar que para os meses de janeiro, fevereiro, março, abril e novembro de 1944, nada foi registrado. Para 1945 idem nos meses de janeiro, fevereiro, outubro e novembro. Já o ano de 1946, mostra-se atípico; existem registros apenas para os meses de fevereiro e dezembro, cujo total de dezembro alcançou, praticamente, a produção de todo o ano anterior.

Seguramente pode-se dizer que a madeira só era contabilizada quando havia entrega total do produto (madeira serrada) na serraria.

QUADRO Nº 8**SERRARIA SANTA IZABEL****PROPRIETARIOS: BERTASO MENEGATTI****CHAPECO - SC****MADEIRA SERRADA 1944 a 1947**

ANO/ MESES	1944	1945	1946	1947
JAN				
FEV		215	34	598
MAR		105		164
ABR		126		755
MAI	177	208		190
JUN	194	97		272
JUL	250	98		239
AGO	223	148		106
SET	174	120		100
OUT	209			136
NOV				445
DEZ	400	40	1135	
TOTAIS	1627	1157	1169	3005

FONTE: TALDES DE NOTAS. ACERVO: EMPRESA BERTASO - CHAPECO - SC.

No universo da Serraria Santa Izabel, pode-se complementar, acrescentando-se outros dados: nome dos serradores contratados para prestação de serviço de serrar madeira; quantidade de madeira produzida em dúzia por serrador, valor unitário e valor total.

A firma utilizava-se dos serviços dos seguintes trabalhadores: Américo Michelin, João Michelin, Alberto Michelin, Jacó Correa, Antonio Adolfo Filho, Germino Toscam, João Cattani, Emilio Tonini, Jorge Reis Correa, Arlindo Fidelis entre outros. Nem todos eram empregados diretos, Germino Toscam e João Cattani não constam da Relação de Empregados para efeito de recolhimento das taxas sociais - Ano 1947 e 1948. Nas referidas listas, Emilio Tonini consta como foguista com 50 anos de idade, Jorge Reis Correa, com 36 anos de idade e Arlindo Fidelis, com 26 anos.

Registram-se outros dados extraídos da relação de empregados e folha de pagamento - Ano 1947:

- João Michelin, brasileiro, casado, nascido em 15/10/1918, empregado em 1/12/46, para função de serrador;

- Emilio Tonini, brasileiro, casado, nascido em 12/3/1896, empregado em 1/3/1947, como foguista;

- Jorge Reis Correia, solteiro, brasileiro, nascido em 27/8/1911, empregado em 28/5/1947, ajudante;

- Antonio Adolfo Filho, brasileiro, casado, empregado em 1/4/47, cortador;

- Arlindo Fidelis, brasileiro, nascido em 1921, casado, empregado em 24/11/47, ajudante;

- Alcides Viezarkoski, serrador.

Além da função de serradores, também eram contratados para procederem ao arrasto da madeira no mato, na serraria, depositá-la em estaleiros e cuidar da madeira.

Pelo que anotou, grande parte da produção de madeira da Serraria Santa Izabel não era produzida por ela mesma; sendo comum as firmas de maior porte e que se dedicavam à exportação comprarem ou contratarem serviços de serrar madeira em outras de menor porte.

Torna-se difícil definir o tempo que os serradores levavam para aprontar uma certa quantidade de tábuas. Já se apurou que o trabalho era feito de conformidade com as condições dos maquinários existentes na região. As condições climáticas e o número de auxiliares podiam contribuir para uma rápida entrega do produto.

Pode-se ainda constatar, nos exemplos, o que representava o pagamento pela referida serraria, após o recebimento do produto. Normalmente, recebiam por determinada quantidade de madeira serrada, à medida que iam atingindo a quantia solicitada.

- a) Américo Michelim, entre os anos de 44 a 46, serrou um total de 1779 dúzias de tábuas, recebendo por essa quantia Cr\$ 28.073,50;
- b) João Michelim, recebendo pelo trabalho Cr\$ 37.057,40

Um detalhe que chama a atenção é quanto ao pagamento por dúzias produzdas por esses trabalhadores: de maio do ano de 44, até março de 1946 o valor unitário apresentou uma média entre Cr\$ 17,00 a Cr\$ 20,00, por dúzia, caindo, violentamente, a partir de novembro de 1946, ficando na faixa de sete a oito cruzeiros o preço por dúzia de madeira serrada. Presume-se que, na situação inicial, estivesse incluído juntos o valor do frete e outros gastos.

Quanto ao item "frete", os dados também são incompletos, entretanto foi possível levantar outros dois elementos: valor pago por dúzias e em cruzeiros. Quadros de N^{os} 9 e 10.

QUADRO N^o 9

SERRARIA SANTA IZABEL

PROPRIETARIOS: BERTASO MENEGATTI

CHAPECO - SC

PAGAMENTO FRETE MADEIRA POR ANO E DUZIAS

	1944	1945	1946	1947	Tot. Dzs
!Jan	12	0	0	0	12
!Fev	0	0	0	901	901
!Mar	0	0	0	428	428
!Abr	0	0	0	0	0
!Mai	240	106	117	26	489
!Jun	122	13	462	136	733
!Jul	158	0	169	232	559
!Ago	226	67	0	608	901
!Set	132	0	0	126	258
!Out	0	0	0	0	0
!Nov	0	0	1529	152	1681
!Dez	0	0	136	0	136
!TOTAIS	890	186	2413	2609	6098

FONTE: Talões de Notas. Acervo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC.

QUADRO Nº 10

SERRARIA SANTA IZABEL

PROPRIETARIOS: BERTASO MENEGATTI

CHAPECO - SC

PAGAMENTO FRETE MADEIRA POR ANO E EM CRUZEIROS

	1944	1945	1946	1947
JAN	144	0	0	0
FEV	0	0	0	9315
MAR	0	0	0	4782
ABR	0	0	0	0
MAI	2880	1239	1529	1530
JUN	1876	156	6164	816
JUL	1584	0	2096	1392
AGO	0	670	0	10521
SET	0	0	0	1894
OUT	0	0	0	0
NOV	0	0	26138	912
DEZ	0	2310	3400	0
TOTAIS	6484	4375	39327	31162
		Total.Cr.		81348

FORTE: Talbes de Notas , Acervo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC.

Especificamente a firma Bertaso/Menegatti possuía e utilizava para desdobramento das toras em tábuas um quadro Tissot, um locomóvel da marca "Milano" com 18 HP, para fornecimento de energia e uma destocadeira de porte pequeno.

Ainda a respeito de despesas por parte da serraria, pode-se constatar, nas tabelas a seguir de Nºs 8 e 9, serviços de "cuidar de balsas" na beira do rio, e o de "correr balsas" que significam:

- Cuidar de balsas representa a segurança dada a uma balsa já confeccionada, no rio ou nas canchadas (17), esperando as enchentes e a hora certa para largá-la, dirigi-la no rio, após a largada.

17. Cancha: Barranca do rio. Expressão usada: levar madeira até as canchadas.

TABELA Nº 8

SERRARIA SANTA IZABEL

PROPRIETARIOS: BERTASO MENEGATTI

CHAPECO - SC

PAGAMENTO SERVIÇO CORRER BALSAS - 1944/1947

Ano	Mes	Balseiro	Quantidade	Valor Uni.	Valor tot.
!46	mai	Octaviano Seabra	3 quartéis	1500,00	1500,00
!46	jun	Octaviano Seabra	1	1000,00	1000,00
!46	jun	Geromino Rodrigues	1	500,00	500,00
!46	jun	Diversos	?		15098,50
!46	jul	Izidoro Poncaino			1000,00
!46	jul	Theodoro Jandrei			1711,00
!46	dez	Etelvimo Seabra	1	1040,00	1040,00
!47	jun	João Fernandes	506dz	22,00	10132,00
!47	jun	Teodoro Poncaino	441dz	22,00	9712,00
! Total pago Cr.					41693,00!

FONTE: Talões de Notas. Acervo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC

TABELA Nº 9

SERRARIA SANTA IZABEL

PROPRIETARIOS: BERTASO MENEGATTI

CHAPECO - SC

PAGAMENTO SERVIÇO CUIDAR BALSAS

Ano	Mes	Pago a	Quat.	Valor Unit.	Valor, tot.
!46	mai	Octavio Rocha	?	200,00	200,00!
!47	mar	Aparicio Sutili	?	500,00	500,00!
!47	abr	João Schoant	1	200,00	200,00!
!47	mai	João Fernandes	1	200,00	200,00!
!47	mai	João Schoant	?	450,00	450,00!
! Total CRS					1550,00!

FONTE: Talões de Notas. Acervo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC.

De acordo com o Balancete encerrado em 30 de junho de 1947, pode-se avaliar a estrutura que possuía a Firma Bertaso/Menegatti:

ATIVO

CIRCULANTE

DISPONIVEL

CAIXA.....
BANCOS.....

DIREITOS REALIZAVEIS

DEVEDORES	1.495.925,90	
ESTOQUE	85.530,00	1.581.455,90

REALIZAVEL LP

DEVEDORES OUTROS	22.330,00	22.330,00
---------------------	-----------	-----------

IMOBILIZADO

IMOVEIS	41.757,40	
MAQUINAS	65.363,10	
FERRAMENTAS	3.284,70	110.405,20

PENDENTE

JUROS	1.714,40	
ADMINISTRACAO	33.850,00	
MADEIRA	412.213,00	
SER. GERAIS	15.063,80	
IMPOSTOS	57.560,70	
PREVIDENCIA	2.842,00	
SEGUROS	11.363,90	
LUCROS e PERDAS	2.720,00	537.327,80
		2.251.518,90

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES	1.278.439,80	
PROVISoes	130,00	1.278.569,80

PATRIMONIO LIQUIDO

CAPITAL		100.000,00
---------	--	------------

PENDENTE

MADEIRA	872.949,10	872.949,10
		2.251.518,90

FONTE: Arquivo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC.

b) SERRARIA SANTO ANGELO

A Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso também formou uma sociedade com Angelo Sartori, assim surgindo a Serraria Santo Angelo. Para efeito de levantamento dos dados desta serraria, trabalhou-se com talões, notas, vendas dos anos de 1946 a 1948, constantes do acervo da referida empresa.

Em depoimento de Moacir Sartori, filho de Angelo Sartori, atual proprietário da Serraria Palmital, na cidade de Chapecó, com filial no Paraguai, presta algumas informações:

"Meu pai chegou no Oeste Catarinense em 1938, estabelecendo-se inicialmente no atual Município de Xaxim. No começo dos anos 40, transferiu-se para a atual cidade de Chapecó. A sociedade que formou com a Empresa Bertaso estava constituída da seguinte forma: 50% para cada sócio. As terras, eram da Empresa e Angelo Sartori, entrou com o maquinário, um locomóvel da Marca "Lanze" e um quadro para o desdobramento da madeira em tábuas. Após o trabalho efetuado de cortar madeira e serrar, o acerto era feito até o limite dos 50%." (18)

Pessoalmente, Angelo Sartori fornece mais detalhes da antiga serraria de sua propriedade:

"Trouxe o maquinário de Xaxim, montei a serraria aqui em cima na rua Porto Alegre, que ainda não estava aberta. Bem perto da APAE. Construí com meu dinheiro um pequeno barracão, quem me ajudou foi o Alexandre Boschetti (empregado), em quarenta dias ficou pronto. A Empresa do Bertaso, deu a madeira para eu construir. Tínhamos uma carreta, uma junta de bois e bem mais tarde tive um caminhão. O locomóvel era a fogo." (19)

E continua o mesmo entrevistado, em sua fala, agora fixando-se em outros pormenores sobre o funcionamento da serraria Santo Angelo, já instalada na cidade de Chapecó:

18. Depoimento prestado por Moacir Sartori a Eli Maria Bellani. 1990. Acervo Particular.

19. Sartori, entrev. cit. p.3.

"Eu sai de Xaxim, pois lá as dificuldades eram bem mais brabas que aqui em Chapecó, também bem mais perto do rio. Tinha uma meia dúzia de empregados, dois para o corte (mata), dois na serraria e três arrastadores. Cortavam-se as árvores conforme aquilo que se precisava e conforme o que podiam as máquinas fazer. Graças a Deus nunca houve acidente brabo. Depois de quase dez anos, transferei a serraria para as Aguinhas e depois vendi tudo para os Bertaso. No começo se vendia a madeira na própria serraria. Agora, os empregados ganhavam por aquilo que trabalhavam. Se tudo ia bem, em dez dias, podia se fazer dez a doze dúzias de tábuas" (20)

Ainda na entrevista, Angelo Sartori reporta-se a uma outra serraria, também montada nos moldes da "Santo Angelo". Novamente com Bertaso e mais Pedro Aita, construíram uma serraria na localidade Faxinal dos Pedroso (Município de Chapecó). A produção dela estava voltada sómente para a exportação. Notou-se, ainda, na formação da sociedade, que a Empresa também participou com um pinhal para o corte. Sartori e Pedro Aita entraram na sociedade com o capital em dinheiro.

Pelo depoimento, o entrevistado afirmou ter comprado, na cidade de Caçador(SC), uma serraria e todos os bens móveis foram trazidos para a cidade de Chapecó.

Outro item importante de se relatar, diz, respeito à forma de pagamento recebido pelos inumeros clientes das Serarias. Para Angelo Sartori, às vezes havia dificuldades de receberem pagamento dos compradores. Referindo-se à venda no varejo, observa:

"Muitas vezes se trocava a madeira por porcos, banha, milho, essas coisas todas de colônia. A vezes só assim se conseguia alguma coisa e muito pouco dinheiro, as vezes sempre depois das colheitas. Nem sempre se cobrava juros" (21)

Quanto à produção da serraria Santo Angelo, (Tabela de Nº 10) tem-se o total de madeira vendida industrializada. Nela está refletida a operação a vista e voltada mais para o atendimento do mercado interno.

20. Sartori, entrev. cit. p.3.

21. Sartori, entrev. cit. p.4.

Também atendiam ao Mercado Externo, particularmente e mais tarde, através da Cooperativa Madeireira, após a fundação da mesma, na cidade de Chapecó.

Já nos Anexos de Nºº 9 e 10 obtêm-se dados sobre os compradores da produção madeireira, onde estão identificadas as quantidades compradas, preço por unidade e por dúzias. A relação registra nomes de pessoas que se tornaram proprietários, pequenos comerciantes, profissionais liberais e outros, muitos, ainda, residindo e desenvolvendo atividades na cidade de Chapecó.

TABELA Nº 10
SERRARIA SANTO ANGELO
PROPRIETARIOS: BERTASO/SARTORI
CHAPECO -SC
VENDAS MADEIRA POR DUZIAS, ANO, TIPO E PERCENTUAIS

Ano/Tipo	46	47	48	Total	%
Barrotes	412	155	311	878	8,3
Caibros	259	138	121	518	5,0
Costaneiras	24	12	150	186	1,7
Matajuntas	180	242	291	899	8,5
Refilão	28	168	267	463	4,5
Ripas	24	12	25	50	0,5
Tábuas	989	3023	3493	7505	71,5
TOTAIS	1916	3750	4658	10499	100,0

FONTE: Talões de Notas 1946/1948. Empresa Bertaso, Chapecó - SC.

TABELA Nº 11
SERRARIA SANTO ANGELO
PROPRIETARIOS: BERTASO/SARTORI
CHAPECO -SC
VENDAS MADEIRA A VISTA, ANO, TIPO, TOTAL EM Cr\$ e %

Ano/Tipo	46	47	48	Cr\$	%
Barrotes	4386	1837	4418	10.641,00	19,4
Caibros	1584	962	529	3.075,00	5,5
Costaneiras	32	10	377	419,00	0,7
Matajuntas	225	365	494	1.114,00	2,1
Refilão	27	64	287	378,00	0,6
Ripas	57	203	11	271,00	0,5
Tábuas	4586	18055	16425	39.066,00	71,2
Totais	10897	21496	22541	54.934,00	100,00

FONTE: Talões de Notas 1946/1948. Acervo: Empresa Bertaso, Chapecó - SC.

Antes de discorrer na análise dos números constantes das Tabelas de Nº 10 e 11, importante é esclarecer, para complementação do mesmos, bem como dos dados do Anexo Nº 9, tecermos algumas informações sobre a cubagem de madeira convencional que era utilizada para as vendas:

1. Uma tábua de 1" x 12" x 18', significa 1 pol. x 12 pol. x 18 pés. Um polegada = 2,4 cm; 12 polegadas correspondem a 29 cm e 18 pés = 550 cm. Doze tábuas = 1 dúzia, seria 1" x 12" x 18' ou 12 x (1" x 12" x 18"). Na conversão de dúzias para metros cúbicos, teríamos: 1" = 2,45 cm ou 0,0245 m, 12" = 12 x 2,45 cm ou 0,294 m e 18' = 18 x 550,8 cm ou 5,508 m³.
2. Uma dúzia que corresponde a 12 tábuas de 1" x 12" x 18' ou 12 x 0,0245 x 0,294 x 550,8 = 0,4760892 m³.
3. Convencionando 1 dz de tábuas = 0,5 m³; 2 dz de tábuas = 1 m³.
4. Barrotes, caibros, tábuas, ripas, forro, assoalho, são produtos já industrializados.
5. Costaneira ou refilão, primeira fase da serra da madeira, onde uma face serrada e a outra ainda com a casca da árvore.
6. A madeira de pinho possui três classificações: de 1ª, de 2ª e de 3ª

Na Tabela de Nº 10, temos o universo das vendas de madeira pela referida serraria por tipo. Dos sete itens de produtos relacionados, os barrotes, as matajunta e tábua foram os que alcançaram os maiores percentuais, 8,3%, 8,5% e 71,5% respectivamente, seguidos de caibros e refilão. Os demais, pouco expressivos.

A tábua era o produto mais vendido, apresentando um crescimento na ordem de mais de 2000 mil dúzias, em relação ao total do início do período estudado.

Pode-se, portanto, deduzir que a produção por aquela unidade atendia e abastecia o mercado regional. Ficou evidenciado que os produtos mais procurados eram

utilizados pela população, para a construção de seus imóveis. Também, no Anexo de Nº9, comprova-se essa situação. Citam-se como exemplo, Severino Trentim, que se tornou um próspero comerciante - sua loja, depósitos e armazéns, construídos, exatamente no período estudado, Fidelis Líbero Grandó, dentista; Olaria Chapecó (ainda existente).

Um outro detalhe refere-se aos preços da madeira industrializada. A política de preços, que era estabelecida para a venda das mesmas, variava muito, pois esses são estabelecidos pela classificação da madeira, tipo e qualidade.

Na comercialização de tábuas, os preços oferecidos pela Serraria Santo Angelo de 46 a 48, ficaram na faixa de Cr\$ 3,33 a Cr\$ 150,00 a dúzia. O maior comprador de tábuas, Pedro Campagnolo pagou Cr\$ 10,00 por dúzia, num total de Cr\$ 2470,00; entretanto o maior valor pago ficou com Pedro Loss, que desembolsou a importância de Cr\$ 3910,00 por 34 dúzias, a Cr\$ 115,00; Olinto Zimmermann, foi o que mais caro pagou por uma dúzia de tábuas Cr\$ 150,00, perfazendo o montante de Cr\$ 1050,00, que correspondem a 7 dz.

O produto barrote, esse, apresentou um decréscimo na venda de 48%, em 1946, caindo para 17,6%, em 1947, crescendo em 17,8%, no ano seguinte. Os maiores compradores no período foram Serafin Bertaso e a Olaria Chapecó, com 54 e 134 dúzias respectivamente. O valor por dúzia de barrote era bastante variável, inclusive no mesmo mês ou ano, dependendo da qualidade e dimensões da madeira. No período estudado o preço estava situado entre valores que iam de Cr\$ 5,00 a Cr\$ 150,00.

A mata-junta, peça importante no acabamento das construções, não apresentou decréscimo nas vendas. O preço por unidade, dependendo da qualidade da madeira e dimensões, variava entre Cr\$ 1,50 a Cr\$ 30,00. O comprador, apenas identificado por Bruno, na nota de venda, pagou Cr\$ 1,50 por dúzia; Marcos Aiolfi, por sua vez pagou Cr\$ 45,00 por uma dúzia e meia de mata-junta.

O caibro constitui-se no produto que apresentou, nos dois últimos anos estudados, acentuada queda na produção. Aqui, o preço demonstrou a seguinte variação: de Cr\$ 1,76 a Cr\$ 70,00 por dúzia. Foi Ricardo Tomazini com 5 dz e Serafin Bertaso com 40 dz, que pagaram esses valores respectivamente.

Os demais produtos, por não se constituírem, talvez em elementos indispensáveis numa construção, apresentam dados não muito relevantes, contudo fizeram parte do comércio regional.

Ao analisar-se o valor em cruzeiros, da produção da Serraria Santo Angelo (Tabela Nº 11), nota-se que os maiores valores de preços são os barrotes e tábuas. No total de Cr\$ os percentuais respectivos, figuram com 19,4% e 71,2% do ganho real da unidade produtiva nos três anos estudados.

Outro dado coletado e contido na Tabela de Nº 12 refere-se às vendas efetuadas a prazo pela Serraria Santo Angelo. No universo dos compradores da extinta Serraria Santo Angelo da cidade de Chapecó, as operações de venda a prazo foram pouco significantes, não atingindo índices de vendas elevados.

Quanto a outras condições de venda que eram estabelecidas, não foi possível resgatar nada de comprobatório, tanto na documentação estudada como na

propria entrevista realizada com o ex-proprietário Sr. Angelo Sartori.

TABELA N °12

SERRARIA SANTO ANGELO

PROPRIETARIOS: BERTASO/SARTORI

CHAPECO - SC

VENDAS A PRAZO: 1946/1948

ANO	MES	COMPRADOR	TIPO	DZS	VALOR	
					UNITARIO	TOTAL
46	ago	Pedro José Tillmann	forro	3	40.00	120.00
46	ago	Pedro José Tillman	taboas	8	7.50	60.00
46	ago	Pedro José Tillman	taboas	1	60.00	90.00
46	ago	Pedro José Tillman	barrote	8	10.00	80.00
46	ago	Pedro José Tillman	caibro	8	6.25	80.00
47	jun	Pedro Loss		34	115.00	3910.00
47	jun	Vitório Campanholo	taboas	7	60.00	420.00
47	jun	Vitório Campanholo	matajunta	3	18.00	54.00
47	jun	Vitório Campanholo	ripas	14	1.42	20.00
48	out	João M.de Jesus	taboas	6	85.00	510.00
48	out	João M.de Jesus	barrote	8	6.50	52.00
48	out	João M.de Jesus	matajunta	4	20.00	80.00
48	out	João M.de Jesus	refilhões	6	8.00	48.00
48	nov	Olinto Zimermenn	taboas	7	150.00	1050.00
48	nov	Olinto Zimermenn	barrote	4	50.40	201.60
48	dez	Prefeitura	pranchas	144	68.79	9.907m3
48	dez	Prefeitura	pranchas	88	5.940m3	
48	dez	Prefeitura	pranchas	26	1.497m3	
48	dez	Prefeitura	pranchas	114	3.898m3	

FONTE: Talões de Notas. Acervo: Empresa Bertaso - Chapecó - SC.

c) SERRARIA SAO JOAO

A Serraria São João, outra unidade produtiva de madeira industrializada, também se localizava nas imediações da cidade de Chapecó. Seu proprietário, Guilherme Sartori, veio para o Oeste de Santa Catarina nos idos dos anos 30 e ainda hoje reside em Chapecó.

A respeito de sua atividade na indústria madeireira, os dados obtidos foram os que constam nos Talões de Notas de Venda, esses também fazem parte do Acervo da Empresa Colonizadora Bertaso. Por outro lado, tem-se o registro datado de janeiro de 1937 de seu primeiro investimento, na cidade de Chapecó, instalando uma serraria a vapor, declarando um capital inicial de Rs.20:000\$000.

Por diversas oportunidades, procurado para entrevista, recusou-se a falar do passado, não permitindo qualquer gravação. Fora isso, fala alguma coisa, mas sempre demonstrando uma insatisfação muito grande, culpando terceiros por alguns de seus insucessos no trabalho da atividade extrativa, afirmando, inclusive, repetidas vezes, que perdeu muito dinheiro.

Ainda foi possível, através das fontes, visualizar diversos aspectos que envolveram o trabalho da referida serraria (Anexos 11 e 12), contendo relação nominal dos compradores, compra por unidade e dúzias, valor pago e profissão.

TABELA Nº 13
SERRARIA SAO JOAO
PROPRIETARIOS: GUILHERME SARTORI/BERTASO
CHAPECO - SC
VENDA MADEIRA POR TIPO, ANO, TOTAL EM DUZIAS e %

TIPO	1946	1947	1948	TOTAL	%
BARROTE	14,0	-	471,5	485,5	15,0%
COSTANEIRA	11,5	91,0	124,5	227,0	7,0%
MATAJUNTA	30,0	7,0	77,0	114,0	3,5%
REFILHAO	98,5	162,5	201,0	462,0	14,2%
RIPAS	5,5	0,0	53,5	59,0	1,8%
TABUAS	360	931,0	615,0	1906,0	58,5%
T.GERAL	519,5	1191,5	1542,5	3253,5	100,0

FONTE: Talões de Notas 1946/1948. Acervo: Empresa Bertaso. Chapecó - SC.

Observa-se que na Tabela de Nº 13, essa unidade de produção também como a Santo Angelo, no item dos produtos, as tábuas foram as que apresentaram os maiores percentuais, atingindo 58,5% de sua produção geral. Na ordem sequencial, os barrotes e refilões atingiram a faixa dos 15,0 e 14,2% da produção global.

Comparando esses dois últimos itens com a produção da Serraria Santo Angelo (Tabela de Nº 10) o item barrotes destaca-se em terceiro plano, já os refilões em 5º lugar. Salienta-se que nos dados específicos da Serraria São João, não havia venda de caibros, enquanto que na outra serraria, alcançaram o segundo item em percentuais da produção geral.

TABELA Nº 14
SERRARIA SAO JOAO
PROPRIETARIOS: GUILHERME SARTORI/BERTASO
CHAPECO - SANTA CATARINA
TOTAL VENDAS MADEIRA INDUSTRIALIZADA, POR TIPO, ANO E CRUZEIROS

TIPO	1946	1947	1948	Total Cr\$	%
BARROTE	257,0	-	11.141,0	11.398,00	12,0
COSTANEIRA	292,0	1.165,5	2.013,5	3.471,00	3,6
MATAJUNTA	299,5	82,0	2.182,5	2.564,00	2,7
REFILHAO	560,5	1.136,0	1.912,0	3.608,50	3,8
RIPAS	50,0	-	1.632,5	1.682,50	1,7
TABOAS	9.624,5	26.747,5	35.932,0	72.304,00	76,2
TOTAL	11.083,5	29.131,0	54.813,5	95.028,50	100,0

FONTE: Talões de Notas, 1946/1948. Acervo: Empresa Bertaso. Chapecó. SC.

Os dados da Tabela de Nº 14 indicam o preço total da madeira vendida por tipo de produto, em cruzeiros. Confirma-se que as tábuas constituíram-se no principal produto vendido, que atingiu 76,2% sobre os demais.

No que diz respeito ao valor dos produtos, o preço por dúzia ofereceu uma variação, dependendo das condições de contrato, da qualidade e metragem da matéria-prima. Os preços dos produtos vendidos nas duas serrarias, cujos proprietários são irmãos, praticamente eram os mesmos, pouca era a diferença: essa talvez estivesse vinculada mais às condições ou forma de pagamento, do que propriamente uma diversificação do preço.

Enquanto o montante de vendas de tábuas, no período de 46/48, na Serraria São João, foi de 1906 dúzias, atingindo o montante de Cr\$ 72.304,00, a Serraria Santo Angelo, com a venda de 7505 dúzias, atingiu o total de Cr\$ 39.066,00. Outra detalhe que se constatou, foi que a qualidade da madeira em tábuas, vendidas pela firma de Guilherme Sartori, era sempre das melhores, daí a razão da diferença no total geral, entre as duas serrarias.

Complementam-se esses dados com a Relação dos Compradores da Serraria São João (Anexo 13), cujo montante foi bem mais expressivo que os da Santo Angelo.

A média de tábuas compradas oscilava entre uma a dez dúzias por cliente. Antonio Sperandio, dono e proprietário de uma revenda de automóvel, com oficina de manutenção, atingiu o montante de compra em 200 dúzias, a Cr\$ 6,50 a dz. A grande maioria dos compradores, mesmo que em pequena quantidade, pagavam entre

Cr\$ 120,00 a 180,00. A grande diferença de preços era motivada pela qualidade da madeira.

De maneira geral, no total de vendas das duas serrarias identificadas, a Santo Angelo vendeu sempre quantidades maiores nos diversos itens, apesar da diferença de Cr\$ 15.747,50 em relação a Serraria São João.

Por outro lado, exara-se que Guilherme Sartori, também se dedicou à exportação de madeira, utilizando o Rio Uruguai e realizou viagens até os mercados platinos. Confirma-se, deste modo, que, junto com seu irmão e Ernesto Bertaso, exportava madeira.

Sem qualquer dúvida, o empreendimento e o trabalho de Guilherme Sartori na atividade madeireira teve também significado na vida econômica da região oestina. O trabalho por ele realizado desenvolveu-se nas mesmas condições existentes da maioria dos serradores oestinos.

d) ANGELO EMILIO GRANDO

Angelo Emilio Grando⁽²²⁾ era o Diretor-Proprietário da firma madeireira A.E.Grando, empresa localizada no município de Chapecó. (Anexo 14) Com a compra de uma área de terra, a partir de março de 1944 e com o registro da mesma oficialmente passa a atuar no mercado chapecoense, voltando sua produção para a exportação de madeira.

Desde o início dos anos 40, os interesses comerciais de Angelo Emilio Grando estavam concentrados na exploração do comércio madeireiro regional. Foi um dos fundadores da antiga Sociedade Madeireira Xapecoense, antecessora da Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai.

Também se constatou sua presença desde 1938, quando intermediou venda de madeira na Argentina, para Ernesto Bertaso, Angelo e Guilherme Sartori, recebendo, na ocasião, mais de um conto de réis. (Anexo de Nº7). Foi sócio da firma Migliorini Grando Cia. Ltda., localizada no município de Faxinal dos Guedes (SC).

Além dos interesses concentrados na produção de madeira, Angelo Emilio Grando possuía, em Chapecó, um grande engenho de erva-mate, atividade voltada para a exportação.

Sua empresa madeireira constituiu-se numa das maiores do ramo na região do Velho Município de Chapecó. O parque industrial era aprimorado para a época,

22. Madeireiro, exportador, nasceu em 1889, em Guaporé (RS). Foi casado com Regina Caleffi, filha de imigrantes italianos. Sua família, foi a responsável pelo aparecimento de Erval Grande (RS). Proprietário de duas firmas voltadas à exportação de madeira e erva-mate, uma em Erechim (RS) e a outra no município de Chapecó, segundo os entrevistados, nas pessoas de seus filhos (Alfredo e Ury), foram os dois ramos que sempre o atraíram. Na década de 50, elegeu-se prefeito de Erechim (RS). Faleceu em 1956, com 67 anos de idade.

oportunizando uma produção dentro dos padrões de qualidade de exportação exigidos pelos compradores. Situação essa confirmada no depoimento do filho de Emilio Grando:

"Meu pai e Alberto Berthier de Almeida foram os maiores exportadores de madeira em volume e em qualidade também. A madeira era o ramo principal, depois a erva-mate. Nós tínhamos o centro, o escritório de exportação em São Borja, Uruguiana e Barra do Quaraí. Esses eram praticamente administrados pelo mano Nestor (falecido). Também vendeu-se madeira para a França e Alemanha. Os dois com exceção da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai que reunia inúmeros exportadores, foram as maiores exportadores de madeira em volume e em qualidade, porque eles possuíam um parque industrial aprimorado para a época" (23)

Em relação a essa venda à Europa, o seu irmão, Alfredo, expressa-se, confirmando a potencialidade industrial da firma administrada por seu progenitor:

"Muita madeira das firmas de meu pai, foram levadas por terra, até Erechim, Carazinho, aí já existiam trem, caminhões e estradas um pouco melhores, facilitando mais, daí até Porto Alegre. Mas naquela época, já era uma grande coisa fazer uma viagem de uma semana a Porto Alegre com 20 dúzias de tábuas. Meu pai, sem medo de errar, foi um dos maiores, madeireiros exportadores da região do Rio Uruguai". (24)

Também se constata que a empresa em questão, além da produção de seu parque industrial, adquiria e revendia madeiras de outras serrarias de pequeno porte.

Outro registro a ser feito, em relação à atividade comercial comandada por Angelo Emilio Grando, é que, como sócio da Cooperativa Madeireira, também exportava, mas em pequenas quantidades. Essas eram geralmente muito aquém de sua própria atividade de exportador. Nesse sentido, um de nossos entrevistados, esclarece:

23. Grando, Uri, entrev. cit. p.4.

24. Grando, Alfredo, entrev. cit. p.10.

"Assim, meu pai obtinha maiores rendimentos e ele mesmo determinava a sua orientação. Por intermédio da Cooperativa ele tinha logicamente que se sujeitar a outras." <29>

No que se refere à personalidade de Angelo Emilio Grando, obtém-se através das fontes que foi um personagem que exerceu muita influência no setor industrial madeireiro, na região do Vale do Rio Uruguai. Especificamente neste setor, possuía um conhecimento prático e lógico nos empreendimentos a que se dedicava.

Através dos dados extraídos de balanços, as madeiras, conforme constam no ativo, alcançaram, no período de 1944 a 1947, as seguintes cifras, podendo-se proporcionar uma visão das condições em que a referida firma atuava:

1944	-	Cr\$ 866.967,000
1945	-	Cr\$ 1.149.512,00
1946	-	Cr\$ 967.551,00
1947	-	Cr\$ 973.799,00

Outro momento onde se dimensiona algumas das operações comerciais realizadas com madeira, pode-se perceber na fatura, venda de balsas, sendo uma de tábuas e as outras de madeira roliça.

1. 1380 dz de pinho serrado, de tábuas e pranchões, correspondentes a 16.560 unidades, ao preço de U\$ 580,00 - 1000 pés² e taxa de Cr\$ 18,38;

2. 411 roliços de cedro ou 575,628 m³ a Cr\$ 1.044,00 m³, valor total de Cr\$ 611.692,00

3. 55 vigas de cedro roliço bruto, com 68.750 m³ ao preço de U\$ 40,00 por m³ a taxa de Cr\$ 18,38.

Em linhas gerais, não só Angelo Emilio Grandó como os demais madeireiros ceetinos comercializavam madeiras com as seguintes firmas importadoras:

- Albim Giarolenzi e Filhos - Argentina
- Eduardo Martinez e Hijos - Uruguai
- Antonio Andress Ferrando - Argentina
- José Wilner - Uruguai
- Veraschina e Sacchi - Argentina
- Horácio Mignones - Argentina
- Feldmann Hermanos - Uruguai

O comércio exportador, portanto, foi a maior atividade desenvolvida pela empresa. Quanto à quantidade de madeira exportada, não dispomos de dados para tal quadro. Pode-se dimensionar esse aspecto, apenas, através dos dados gerais brasileiros. Nesse interessa o realizado com os países platinos, principalmente através do Rio Uruguai, pelo sistema de balsas. (Quadro de Nº 11)

No que se refere a esse tipo de comércio, comprova-se que na época existiam diversas imposições feitas pelos países importadores do sul da América do Sul. Dentre essas, destacamos:

- preferência por toras ou tábuas entre 5 metros a 5,50m de comprimento, sem nós;
- exigência com espessuras grossas, entre 3 a 4 polegadas;
- preços sempre mais favoráveis a eles do que aos vendedores.

QUADRO Nº 11

IMPORTADORES DA FIRMA ANGELO EMILIO GRANDO

Data	Nome	Quantidade e Tipo	Total Cr	Taxa U\$
30.4.44	Albin Giarolorenzi e Cia.	5000 dz tábuas	31.752,00	19,47
		tábuas	13.608,00	16,50
31.1.45	Albin Giarolorenzi e Cia.	3000 dz tábuas	45.360,00	-
01.3.45	Antonio Ferrando	2000 dz tábuas	-	16,37
				19,15
31.3.46		748 dz tábuas	-	-
28.6.46		2000 dz tábuas	-	-
28.6.46		50 roliços cedro	-	-
31.7.46		570 roliços cedro	-	-
		20 roliços cabriúva	-	-
		5 roliços mad.dura	-	-
		500 dz pranchões	-	-
		191 roliços cedro	-	-
		407 roliços cedro	-	-
		580 roliços cedro	-	-
		573 pranchões pinho	-	-
		260 pranchões pinho	-	-
		1757 dz tábuas	-	-
		1388 dz tábuas	-	-
		300 roliços cedro	11.250,00	-
		555 dz tábuas	-	-
31.8.46	Horácio Mignones	466 roliços cedro	-	-
		70 roliços louro	-	-
		80 roliços canela	-	-
		254 roliços cedro	-	-
31.10.46		1220 dz pranchões	-	-
		773 roliços cedro e louro	-	-
		450 dz pranchões brutos	-	-
31.10.46	Feldmann Hermanos	337 roliços cedro bruto	-	-
		22 roliços cedro	-	-
31.12.47		179 roliços	8.000,00	-
		178 roliços	7.677,16	-
		200 vigas	10.500,00	-

Fonte: Livro de Contabilidade - Caixa Nº 1, Acervo Particular; Ury Grando.

Também pode-se afirmar que essas exigências muito favoreciam os compradores. Mesmo o produto comprado, apesar de já industrializado, eles podiam desdobrá-lo nas bitolas que lhes convinham. Nesse novo corte, as peças eram aproveitadas como madeira de assoalho, forro, lambris e outros.

No setor de madeiras roliças também faziam reaproveitamento. As exigências eram rígidas, as toras cujo comprimento não fosse reto, eram imediatamente refugadas, quando do recebimento da madeira.

Com base, ainda, no depoimento dos entrevistados, todos reportam-se a esse fato, lamentando-o profundamente. E Grando, que nos esclarece:

"Só lhes interessavam as madeiras grossas, madeiras compridas e de boa qualidade. A de quarta qualidade e o nosso refugo, não aceitavam sob qualquer pretexto. Caso houvesse classificação das sobras de madeira de qualidade inferior, quando ficavam, era por preços muitíssimo baixos. Madeira com curva que nós aqui no Brasil, desdobríamos em toras menores, mais curtas e aproveitávamos industrialmente, lá eles não aceitavam". (26)

A superioridade da política imposta pelo mercado importador sobre nossos madeireiros, comprova-se a partir do próprio processo utilizado para a entrega do produto vendido pelas balsas, onde aconteciam muitos estragos. Por esse meio de transporte, estando a madeira depositada no rio, aguardando a enchente, acumulava muita sujeira e precisava ser lavada. Também no próprio percurso muitas peças se estragavam, e após a medição e contagem passavam a ser classificadas sob outros critérios. O serviço de lavagem da madeira, às vezes, ficava por conta dos compradores, outras dos entregadores da madeira. Isso dependia sempre do que era estabelecido no contrato de compra e venda.

Na chegada da madeira, principalmente os argentinos, exigiam que o produto estivesse seco, para constatarem a qualidade da madeira e procederem a medição. Os compradores menos exigentes compravam em avulso a madeira, ainda dentro da água.

Em seu depoimento um exportador de madeira dessa época, afirma:

"A maioria eram firmas credenciadas e sabiam bem a madeira que queriam. O que era bom para nós, nem sempre era pra eles. Tudo dependia do classificador deles. A madeira às vezes chegava lá, os compradores de Buenos Aires exigiam ela no seco para ver a qualidade. Outros compravam avulso, dentro da água. As de primeira iam em separado do refugo. O refugo ia porque aqui não tinha aproveitamento." (27)

Outro detalhe importante na venda da madeira para exportação, diz respeito à medição e/ou contagem do produto. Enquanto a madeira industrializada era contada por dúzias, a madeira roliça era medida por vara. (28)

Aqui, os entrevistados quase que unanimamente não deixam de fazer referência a um dos medidores oficiais do país vizinho, Argentina. Esse, de estatura baixa, bastante obeso, sempre acompanhado de seu charuto, era quem comandava a operação da entrega, conhecido por todos como Dom Panário.

Para Alfredo Grando, além de filho do exportador, era o elemento da família que viajava no comando de uma balsa, referido-se ao personagem citado, expressa-se:

27. Campos, entrev. cit, p.7

28. Vara, unidade de medida. Uma tora, normalmente tem 36 varas ou 2 metros cúbicos mais ou menos. O metro cúbico tem 18 varas e 36 centivaras.

"Bom, nós a nossa madeira vendíamos descarregada, por que ela, quando chega no porto de destino, para tirar ela da água, é lavada, classificada e gradeada. Então tinha um classificador, não esqueço, porque eu briguei muito com ele, chamava-se de Panário. Ele era muito caxias, sabe. Nós tínhamos uma classificação do Instituto Nacional do Pinho, e eles nem sempre aceitavam a madeira dentro da nossa classificação. Então havia brigas e discussões. Usavam o esquadro e a trena, o primeiro para tirar o diâmetro e a trena o comprimento. (29)"

Além desse indivíduo, outros são mencionados. Esses classificadores oficiais serviam muitas vezes de piadas entre os balseiros brasileiros

"...costumava-se dizer: Cuidado que os correntinos te passam a vara na hora da medição. Isso geralmente não se constituía apenas numa piada ou brincadeira, haviam sempre um fundo de verdade". (30)

Outra dificuldade apontada pelos irmãos Grando era quase sempre com operação efetuada, via agências do Banco do Brasil S/A e outros bancos, principalmente de câmbio, liberação de empréstimos e recebimento do numerário. As dificuldades que existiam eram face a morosidade dos serviços bancários e uma comunicação precária.

No que diz respeito aos preços do produto, estavam condicionados sempre ao mercado platino. Contudo, a especulação existia, tanto no lado brasileiro como argentino, apoiando-se nas regras de comércio. Ora uns, ora outros impunham suas condições.

A firma madeireira de Angelo Emilio Grando, além dos empregados em seu parque industrial, contava com um sem número de pessoas que auxiliavam no trabalho com madeira e descida das balsas. Nessa atividade utiliza-se a terminologia popular dos balseiros:

29. Grando, Alfredo Jandir, cit. p.7.

30. Bellani, entre. cit. p.2 (1).

- a) feitiço e falquejo de vigas;
- b) arrastar e depositar madeira nas barrancas do rio;
- c) derrubada das peças, no rio ou canchadas;
- d) pegação (ajuntar) de peças, madeira no seco ou mesmo no rio;
- e) marcar as peças de madeira;
- f) atio (amarrar) de vigas em quartéis ou pelotões (uma das parte de balsa);
- g) embalsar a maderia na balsa;
- h) serviço do práctico na largada e na viagem de balsa.

Dos prácticos de viagem de balsas citamos: Miguel Baron, Eufrasino Mella, Américo Dal Ponte, Hermínio Turra, Aldo Rotava. Eles foram contratados para levarem a madeira da firma indicada até os portos platinos. Além desses, Artidor Pinheiro, Luiz Lessa, Ines Rotava, Leoncio Silva trabalhavam como peões e em outras funções.

Como exemplo concreto, no Quadro de Nº 12, enumerou-se o valor pago pela referida empresa a alguns de seus prestadores de serviços. A grande maioria deles eram contratados, apenas, para empreitadas de curto prazo.

Dentre os prestadores de serviço no transporte de madeira, um é mencionado sempre por nossos entrevistados: Américo Dal Ponte e seus irmãos.

QUADRO N¹²

PRESTADORES DE SERVIÇO PARA ANGELO EMILIO GRANDO

Nome	Tipo serviço	Quantid.	Valor em	
			Duzias	Total
Américo Dal Ponte	embalsar	744 dz taboas	4,50	3.348,00
Américo Dal Ponte	embalsar	84 dz vigas e	12,00	1.008,00
Américo Dal Ponte	corrida balsas		---->	6.798,00
Manoel J. Nascimento	falquejo	19,38 m ³		872,00
Amélio Lisboa	falquejo			191,50
Pedro dos Santos	arrastar madeira	-	-	343,00
Pedro Pomerio	estaleirar	18 dz vigas	-	900,00
Agenor Oliveira	atio vigas	-	-	480,00
Sebastião Santos	atio vigas	-	-	455,00
Antonio R. Silva	peço balsa	-	-	500,00
Antonio R. Silva	prático	-	-	1.500,00
Herminio Turra	enlatar madeira em São Borja ->	-		500,00
Adolfo Rodrigues	juntar vigas e cuidar mesmas	-	-	1.500,00
Alberto Lopes	cuidar madeira e uma viagem balsa Guará a Federación			3.685,00

Fonte: Livro Contabilidade - Caixa n.1 - A.E.G. Acervo particular Ury Grando

"Viajei muito com o Américo, hoje falecido. Realizei diversas viagens. Ele de fato já tinha viajado muitas vezes com o falecido irmão (Nestor), daí nós botamos ele de prático. Sempre trabalhou para nós, empreitando corridas e balsas e outros serviços. Quando não tinha enchente fazia outros serviços e seus irmãos ficavam amarrando a madeira. Quando dava enchente, então descíamos. Agora, nem todos eram efetivos, mensal só tínhamos Herminio Turra, Severino Spuldari, Luiz Tessa, enfim poucos. O Tessa, morava no Goio-En, encarregado de zelar pela madeira nas canchadas. A maioria era peço, por viagem ou então por tarefa." (31)

"Lembro de alguns deles, a família Dal Ponte, o Américo e mais dois irmãos, o Luiz Tessa, os irmãos Luzia, que possuíam lancha, cujo sobrenome real é Rodrigues, mas conhecidos por Luzia. Eram pessoas assim que trabalhavam para o papai. Já os peços balseiros comuns, esses eram admitidos na barranca do rio, chefiados pelos práticos." (32)

Emilio Grando, dono da empresa, nunca viajou numa balsa. Suas viagens eram diretas a Buenos Aires, mas nunca pela via aquática do Rio Uruguai. As vezes, acompanhava as atividades nas serrarias ou na beira

31. Grando, Alfredo Jandir, entrev. cit.p.5.

32. Grando, Ury, entrev. cit. pag.17.

do rio fiscalizando-as. Essas tarefas, eram de competência, principalmente, dos filhos: Nestor, Alfredo e Ury e demais funcionários.

Todos os aspectos levantados dos relatos da experiência de trabalho com madeira desenvolvida na região do Rio Uruguai, pelos herdeiros do empresário madeireiro-exportador, Angelo Emílio Grando, relacionam os momentos da atividade extrativa desenvolvida no Oeste de Santa Catarina. Entendem que a situação vivenciada tratava-se de uma inevitabilidade na época, não tinham outras alternativas.

"Se nós tivéssemos na região toda a madeira exportada, seria uma fortuna incalculável. O Chapecó com sua reserva florestal e sua capacidade produtiva que possuía nos idos de mil noventos e quarenta e mil novecentos e cinquenta, seria uma fortuna incalculável. E o país possuiria aqui uma fortuna que talvez pudesse pagar a sua dívida externa e sobrar alguma coisa." (33)

Não obstante, mesmo reconhecendo que a atividade madeireira cestina foi dinâmica, aumentando a circulação de riquezas, e diversificando o comércio regional, Alfredo Jandir Grando, auto-avalia-se como madeireiro:

"A definição de madeireiro, que eu tenho hoje, é o seguinte: primeiro compra o pinhal, a terra com pinheiro, tudo bonito. Compra serra nova, locomóvel novo, trator, caminhão, serraria nova, casa nova, enfim tudo novo. Nos primeiros anos tudo bem, vai às mil maravilhas. No terceiro ano começa a quebrar a serraria, o caminhão no mato. Tudo tende a desgastar, e assim eu acredito que madeireiro daquela época teve pouco lucro. No fim de um determinado período o pinhal se tornava um monte de ferro velho. Isso que eu calculo de um madeireiro. A gente trabalhava e quando via era um lucro da contabilidade, agora quando você ia ver financeiramente não existia lucro". (34)

Contudo, o entrevistado deixa transparecer apesar da luta pela sobrevivência, os laços que o uniu a classe dos trabalhadores balseiros, concluindo:

33. Grando, Ury, entrev.cit. p.16.

34. Grando, Alfredo Jandir, entrev. cit. p.10.

"Vejam, se fosse hoje, eu tenho saudades não é da balsa é dos amigos que eu tinha na balsa. Desses eu cultivei as amizades, aí eu cultivei. Mas eu acredito que o governo acertou em proibir o transporte de madeira em balsas. Vamos supor o seguinte: você faz a balsa, deixa-a pronta, espera a enchente. A enchente às vezes leva seis, sete, oito meses para vir. A o teu capital está exposto ao sol e a chuva que estraga a madeira que está em cima. Feita a balsa, se botássemos uma táboa de polegada só por cima, são quarenta e oito dúzias, pois são dezesseis maços que se vai, ou trinta e duas tábuas que se estragam e perdem o valor comercial. Uma balsa com doze pelotões ou doze partes da balsa são trinta e duas táboas cada pelotão, multiplicado por doze, veja quanta madeira se perde". (34)

Do exposto, esboça-se, claramente, a dinâmica atuação de Angelo Emilio Grando, em suas ações empresariais da atividade de madeireiro-exportador. Salienta-se o cuidado pela qualidade da produção madeireira, recrutamento da mão-de-obra e boas relações com importadores.

35. Grando, Alfredo Jandir, entrev. cit.p.9.

e) COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI
LTDA.

O comércio madeireiro, brasileiro, enfrentou uma série de problemas, cujos componentes também atingem a região oestina. Contudo, nem dificuldades do transporte, nem as normas da política madeireira do governo brasileiro pararam o ritmo do desenvolvimento regional.

Desde o aparecimento da imprensa escrita, em Chapecó (1939), seguidamente a mesma fazia conjecturas a respeito da desproteção e abandono que os empresários regionais estavam enfrentando.

Na edição de 21 de janeiro de 1940, a "Voz de Chapecó", comentou a realização de uma reunião na cidade de Curitiba (PR), com empresários madeireiros dos três estados da região sul do Brasil. O editorial do jornal, descrevendo a agenda desse encontro, teceu inúmeros comentários e críticas:

1. Nenhum madeireiro do município de Chapecó foi convidado;
2. Essa atitude demonstra mais uma vez o descaso que os dirigentes de entidades madeireiras têm com o trabalho efetuado no município de Chapecó;
3. O representante⁽³⁶⁾ que falou em nome dos madeireiros oestinos, que não foram convidados para o evento, não recebeu essa delegação. Esse, além de representar uma colonizadora, cuja sede estava localizada no Rio Grande do Sul, se de-

36. O representante em questão pertencia à Companhia Sul Brasil, cuja sede era em Porto Alegre (RS), mas possuía um núcleo de colonização com um escritório em Palmitos no oeste de Santa Catarina. Essa colonizadora exportava madeira roliça para a República Argentina.

dicava mais à exportação de madeira roliça que à industrializada;

4. As decisões tomadas, pouco ou quase nada adiantavam para os exportadores chapecoenses, pois contrariavam o comércio local, voltado grandemente para a exportação da madeira industrializada.

Existiam dificuldades: comércio competitivo, cujos preços nem sempre compensavam, situação vivida pelos empresários madeireiros de ambas as margens do Rio Uruguai. Por isso resolveram fundar uma sociedade madeireira. Unidos poderiam melhor defender seus interesses. Uma comissão provisória, tratou de organizar a primeira reunião que aconteceu no dia 17 de março, de 1940.

Na oportunidade, a comissão provisória, composta de Emilio Grando, Dante Travi e Serafim Bertaso, apresentou os estatutos que haviam sido elaborados para a futura sociedade: Sociedade Madeireira Xapecoense. Na data marcada, realizou-se a referida reunião. Entre exportadores e/ou seus representantes, constatou-se a presença de mais de vinte empresários madeireiros. (37), e estabeleceram-se os seguintes pressupostos:

1. Proteção à classe madeireira chapecoense;
2. Criação de um único escritório de venda de madeira para os países consumidores;
3. Cota inicial dos sócios Rs.1:000\$000.

37. Ampélio Pan, Nestor Grando, Angelo Sartori por si e por Guilherme Sartori, João Dala Rosa, Luiz Sudbrack, Emilio Grando por si e por Firmino e João Grando, Paschoal Moro, Matias Lorenzon, Ricieri Marchiori, Pascoal Moro, Ernesto Braun, Domingos Baldiseera, João Batista Dal Piva, Luiz Lunardi, Emilio Zandavalli, Pedro Rotava, Amadeu Maggioni, Pedro Loss, Casemiro Lazzari, Alberto Ferronato, João Oro por si e Fiorindo Bosquirolli, Dante Travi, Eugênio Sordi, Serafin Bertaso, por si e Fredolino Zimmer.

Como resultado da referida Assembléia dos madeireiros oestinos a primeira Diretoria ficou assim constituída:

Presidente - Serafin Enoss Bertaso (38)
 1 Suplente - Angelo Emilio Grandó
 2 Suplente - Matias Lorenzon

Conselho Fiscal - Luiz Lunardi, Dante Travi,
 Domingos Ciprioni

Suplentes - João Pedro Sotilli, Amadeu
 Maggioni, Emilio Zandavalli.

Após a realização da reunião dos madeireiros do município de Chapecó, o jornal local noticiava:

"Os serradores de Chapecó estão de parabéns por terem chegado a um feliz resultado final na conclusão da sociedade, sua aspiração de muito tempo. De parabéns, está todo o município, por ver protegida uma classe progressista e contribuidora de elevada renda para os cofres públicos." (39)

As etapas subsequentes da atividade dessa sociedade de madeireiros não foi possível identificar. A falta de documentação não permite obter maiores informações. Evidentemente que a mesma procurou sempre a melhoria das condições econômicas e empresariais para os referidos serradores e exportadores de madeira.

Desde o ano de 1939, alguns dos madeireiros oestinos haviam se filiado ao Sindicato Patronal dos Madeireiros de Santa Catarina, com sede na cidade de Joinville. Ao referido sindicato, cabia a adoção de medidas e providências para proteger a classe. Nesse

38. Filho de Ernesto Francisco Bertaso, Engenheiro Civil, Vereador, Prefeito de Chapecó, responsável pela implantação da Secretaria do Deste.

39. Jornal "A Voz de Chapecó" (Chapecó), 23/01/40 p.2

período, a partir da perda de alguns mercados compradores, o governo brasileiro havia adotado uma série de normas: proibição de montagem de novas serrarias e limitação da capacidade produtiva das existentes.

Conforme documentação, o sindicato patronal, após uma reunião realizada em sua sede, com representantes do Paraná e Santa Catarina, decidiram fixar um preço mínimo para a venda do pinho para os mercados platinos, a ser encaminhado para homologação pelo Banco do Brasil S/A.

Como consequência, vem a imprensa chapecoense, através de diversos artigos, assumir a defesa da posição dos madeireiros locais, descontentes com a decisão:

"Não está certo. Esses senhores, em primeiro lugar não podiam prescindir de entrar em combinação com os madeireiros do Estado do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, se o acordo, era só para os dois estados Santa Catarina e Paraná, também não podiam deixar Chapecó de parte. Queiram ou não, este município é fator digno de atenção, sob todos os pontos" (40)

Um detalhe que infelizmente a imprensa não registrou, refere-se ao valor estabelecido. Esse não havia agradado aos madeireiros da região. Especificamente o valor adotado para o pinho foi o item mais criticado e lamentado pelo jornal. A razão centrava-se no fato de que a madeira era transportada com muito estorvo pelo rio, somente após as enchentes e obrigatoriamente tinha de ser vendida pelo preço que alcançar. Impossível trazer de volta o produto; uma longa espera por melhores preços acarretaria mais despesas. A questão foi assim colocada:

"Que adianta o estabelecimento de preço base, se os madeireiros chapecoanos, ao chegarem no mercado argentino com seu pinho, não tem meios de defesa contra as manobras e explorações dos espertos." (41)

40. Jornal A Voz de Chapecó, 30.10/1940, p.1.

41. Jornal A Voz de Chapecó, 28/04/41, p.1

Selistre de Campos, Juiz de Direito com atuação destacada em diversos aspectos da vida catarinense e nacional, na época, em artigo publicado pela imprensa local, oferece sua opinião a respeito do comércio madeireiro regional, em relação à exportação:

"As consequências daí decorrentes serão muitas. Os madeireiros chapecoenses, cuja produção não é pequena, vão abastecer os mercados argentinos, e estes continuarão a rir-se do patriotismo brasileiro, que se esforça inutilmente pela melhoria dos preços, que ficam sempre ao arbítrio daqueles." (42)

Finalizando o artigo, aquele magistrado é enfático, responsabiliza os empresários de outras cidades que permanecem com suas atitudes de indiferença para com o município de Chapecó, principalmente eles recusam-se a entender as características peculiares que envolviam o comércio exportador regional.

Essa sociedade tinha se estruturado e dado um pouco de resistência ao total de imposições sempre crescentes dos compradores platinos. Uma sensível melhoria nas linhas de crédito dos exportadores se fez sentir. Ela foi um passo decisivo para a criação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai em 8 de junho de 1944, registrada em 9 de março do ano seguinte. Essa nova associação dos empresários madeireiros fixou sua sede, na cidade de Chapecó. (Anexo 15)

Praticamente os sócios componentes da primeira sociedade vieram compor o quadro da Cooperativa Madei-

42. Jornal A Voz de Chapecó, (Chapecó) 28/04/41 p.1.

reira, quando de sua criação⁽⁴³⁾. Inicialmente, formada com aproximadamente 30 sócios, acusava no final do ano de 1949, cerca de 100 associados.

Conforme constava dos estatutos da Cooperativa, a mesma, em reunião extraordinária, realizada em 8 de junho de 1946, veio incorporar a antiga Sociedade Madeireira Xapecoense. Da ata lavrada na referida assembléia, anotou-se:

"...pode esta incorporar qualquer outra sociedade de direito privado, sub-rogando-se seus direitos e obrigações e estando para ser dissolvida a Sociedade Madeireira Xapecoense Ltda, não só pelo término do prazo da mesma, como também pelo consenso da totalidade dos associados desta, os quais desejam ser incorporados à Cooperativa, além disso encontrando-se a sociedade em boas condições financeiras, podendo esta, sem risco assumir todo o ativo e passivo..."⁽⁴⁴⁾

A primeira diretoria executiva foi constituída pelos Srs:

Serafin Bertaso	-	Presidente
Herminio Tissiani	-	Diretor Comercial ⁽⁴⁵⁾
Angelo E. Grando	-	Diretor-Gerente

A área de ação da Cooperativa citada era o Vale do Rio Uruguai e a extensão dessa base territorial atingia ambas as margens do rio por onde seria possível o transporte das madeiras por balsas:

43. Serafin Bertaso, Victor Carlos Breda, Aquiles Tomazelli, Irmãos Lunardi, Migliorini Grando e Cia. Ltda., Emilio Grando, Amadeu Maggioni, Angelo Sartori, Domingos Baldissera, Dante Travi, Herminio Tissiani, João Pedro Sutulli, Luiz Menegatti, Luiz Colombi, João Busato, Fredolino Zimmer, José Gallon, Nilo Sudbrack, Reinaldo Patussi, Guilherme Sartori, Ernesto Braun, Vitório Cella, Mario Ferrazzo, Angelo Dal Moro, Luiz Colombi.

44. Livro de Atas da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai. p.3.

45. Nascido em 1916 em Guaporé (RS), filho de José e Elisa Tissiani. Residiu em Passo Fundo (RS). Chegou em Chapecó no início dos anos 40, foi comerciante, madeireiro e exportador. Na década de 60 a convite do Presidente da República João Goulart, assumiu a Presidência do Instituto Nacional do Pinho, permanecendo até março de 1964.
"Vendi muita madeira lá em baixo (Argentina), para o pai do Jango. Conheci a vender madeira para ele e toda vez que chegava lá embaixo, procurava por ele. Ele comprava

"Estendia-se pela margem direita do referido rio, até o limite oriental com o município de Concórdia ao limite ocidental do município de Chapecó na divisa com a República Argentina; bem assim, pela margem esquerda, de uma linha reta que, em continuação do citado limite oriental do Município de Concórdia, se dirige para o sul no município de José Bonifácio, RGS (Erechim), linha esta que se estenderá ao limite ocidental do município de Palmeira" (46)

Inquestionáveis foram os incentivos que a Cooperativa Madeireira deu ao comércio, na região. Em decorrência de sua organização por certo impôs uma melhoria na qualidade do produto que era apresentado, tanto na compra, como na venda.

Além disso, as vendas, que anteriormente eram individuais e com resultados incertos, passaram a ser feitas em conjunto, obtendo preços mais justos, isto é, levando em consideração a situação regional do mercado madeireiro. Em linhas gerais, os associados entregavam a madeira à Cooperativa que a encaminhava a São Borja ou Uruguaiana para seus depósitos. Assim, com esta estrutura, não havia mais a necessidade inadiável de venda imediata. O produto, se fosse o caso, ficaria estocado, esperando condições mais favoráveis de mercado e a madeira de balsa conquistava melhores cotações.

No período administrativo de 1945, a Cooperativa Madeireira não registrou nenhum movimento comercial. As fortes chuvas que provocam as enchentes não aconteceram e o rio não oferecendo condições de navegação, impossibilitou a descida de madeira para exportação, finalidade da Cooperativa.

Em 1946, essa Sociedade, também em Assembléia, estabeleceu o preço-base que um prático de balsa ganharia por viagem realizada: Cr\$ 20,00, por cada dúzia de

46. Anuário Brasileiro de Economia Florestal. I.N.P. Rio de Janeiro. Ano 2. n.2. 1949. p.519.

de madeira, ou como diziam, "por dúzia para atar e correr no rio".

Nesse ano, também a Cooperativa Madeireira contratou dois despachantes: Helio Freire e Waldimirvon Argimon, para prestarem serviço aos associados nas cidades de São Borja e Uruguaiana. Cada um receberia como ordenado a quantia de três mil cruzeiros.

O ano de 1947 corresponde ao ano em que a Cooperativa fez alterações estatutárias, devido a extinção do Território Federal do Iguacu e a retomada da área do Município de Chapecó, pelo Estado de Santa Catarina.

Outra alteração estatutária referia-se ao capital inicial, de cada associado que, no ato de admissão, pagaria 10% do valor total. Os restantes 90% seriam pagos por meio de desconto em cada venda resultante da descida da madeira pelo rio. Esse pagamento ficou estabelecido à razão de dez cruzeiros (Cr\$10,00) por dúzia de madeira serrada ou metro cúbico.

Outro item do estatuto que sofreu alteração dizia respeito ao número de cotas que cada associado poderia subscrever. Essas seriam, no mínimo, de 300 cotas-parte por serraria, não podendo entretanto, englobar cotas-partes que representavam mais de um terço do total do capital social.

Conforme ata lavrada, em 24 de janeiro de 1948 percebe-se que no ano anterior foram entregues pelos associados a quantidade a de 126.156 dúzias de madeira e que apenas 10.628 dúzias não teriam sido vendidas. Outro dado a se destacar: as vendas efetuadas somaram o montante de quarenta e nove mil trezentos e noventa e

dois cruzeiros e sessenta e dois centavos. (Cr\$ 49.392,62)

Ainda no ano de 1948, na Assembléia Extraordinária, realizada no final do mês de dezembro, vários assuntos pertinentes à Cooperativa foram amplamente discutidos. Desses um merece destaque: quando o presidente Serafin Bertaso alerta aos associados sobre a qualidade de madeira que estava sendo produzida nas serrarias, dificultando a venda das mesmas e consequentemente trazendo prejuízos para todos.

Entretanto, conforme anotou o Instituto Nacional do Pinho, em sua revista anual em 1949, a Cooperativa, em 1948, negociou 88.185 dúzias de tábuas e 11.114 cedros, dando uma média a ser creditada aos associados de trezentos e vinte e seis cruzeiros (Cr\$ 326,00) por dúzia de tábuas e de hum mil cento vinte seis cruzeiros (Cr\$ 1.126,00) pela tora.

Um assunto registrado nas atas da Cooperativa, tónica em diversas reuniões e assembleias, refere-se à venda feita por muitos dos associados, fora dos moldes estabelecidos. Consta que vendiam a madeira de primeira e segunda qualidades, utilizando-se de outros meios de transporte, e para a Cooperativa entregavam madeira de qualidade inferior.

Pode-se afirmar que a Cooperativa Madeireira Vale do Uruguai Ltda mudou sua atuação comercial em dependência da melhoria nas vias de comunicação regional e outros elementos de transformação da vida brasileira, a partir da década de 50.

Se a Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai propiciou a muitos de seus associados melhores oportunidades e condições para a colocação de sua

produção madeireira, evidentemente que, para outros, não correspondeu as expectativas.

No depoimento de Dante Travi, temos indício de sua insatisfação com os rumos adotados pela Cooperativa Madeireira, da qual tinha sido um dos fundadores.

"Quando vim para cá, era moço rapaz de 24 ou 25 anos. Para mim não havia dificuldades, mas se passava de tudo... Depois se formou a Cooperativa, pensando que ia melhorar, mas pouca coisa melhorou. Estou dizendo isso, porque tenho autoridade para tal." (47)

Evidentemente que a Cooperativa trouxe vantagens para os empresários madeireiros. Além de arregimentar os mesmos, converteu-se numa organização de grande potencialidade comercial e financeira. Introduzindo mudanças de acordo com o crescimento do mercado interno, provocado pela industrialização do País, expansão urbana e da construção civil. É verdade que em alguma ocasiões em suas transações comerciais, houve prejuízos, contudo são oscilações que acontecem no campo de comércio.

Pode-se incluir um testemunho de Ury Grando, como indicador de problemas internos que perpassou em alguns períodos administrativos da Cooperativa. Reconhece que de fato, houve problemas internos que determinaram o afastamento de sócios, como no caso de seu pai, o madeireiro Angelo Emilio Grando, também um dos fundadores.

"Com o tempo, com a evolução dos negócios, começaram a surgir problemas. Assim é que muitos madeireiros não concordavam. Houve época em que até houve litígios, assim desentendimentos internos, como o caso do meu pai. Ele não concordou com algumas ações, então, se aborreceu, se desentendeu, não assim um desentendimento pequeno. Então se retirou." (48)

47. Travi, entrev. cit. p.6.

48. Grando, Uri, entrev. cit. p.16.

A ata da Assembléia Geral da Coöperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda., realizada em março de 1950, fornece subsídios para analisar a situação da mesma, no início da década (Anexo de Nº 16), ao par das crises que o mercado da madeira atravessava.

A Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai teve atuação até o início da década dos anos 70, quando foi extinta.

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.1. O Transporte Fluvial

5.2. A Balsa

5.3. A Largada da Balsa

5.4. A Travessia

5.5. A Remuneração

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.1 O Transporte Fluvial

Desde o século XIX, os relatos indicam que a escassa população do território catarinense no Velho Município de Chapecó utilizava a via natural de comunicação: o Rio Uruguai.

Devido à inexistência de opções de transporte para o escoamento de sua produção madeireira, os produtores regionais incrementaram o aproveitamento da via aquática do Rio Uruguai, utilizando a balsa, como meio de transporte.

Esse tipo de transporte não se constituía numa alternativa no período intensivo da colonização que se desenvolveu no Oeste de Santa Catarina, pois era o único existente.

Hugo Campos, um dos que realizou mais de uma dezena de viagens, nascido e criado no Porto Goio-En (1908), às margens do Rio Uruguai, na parte catarinense no município de Chapecó, relata que seu falecido pai, mesmo antes do nascimento dele, já trabalhava no rio. Transportava erva-mate em piráguas⁽¹⁾ para Argentina. No mesmo tempo também atava madeira em balsas, no lado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Nonoai e Irai.

"...tinha uma saída de erva-mate muito grande. Então meu pai fazia as piráguas, uma grande barçaça, e chegou a levar mais de duas mil arrobas de erva. Mas é perigoso, a erva umedece, com chuva e se houver atrapalho na viagem, perde-se tudo. Ele vendia lá embaixo na Argentina, em São Tomé. Também levou muita madeira para os Santinelli e Paduan, isso antes de chegar os outros"⁽²⁾

1. Campos, entrev. cit. p.7.

2. Embarcação feita de tábuas, empregada no Alto-Uruguai para transporte de erva-mate e de outros artigos.

A preparação do produto regional para a exportação, utilizando-se para tal o transporte das balsas, que seriam levadas pela correnteza das águas do Rio Uruguai, converteu-se num processo bastante complexo, requerendo muito tempo para a sua execução. Diversas etapas formavam esse meio de transporte, muitas vezes realizado de forma rudimentar e singular, tornando-se característico por muitas décadas, para os destinos.

No trabalho para a preparação da balsa, objetivando a entrega da madeira aos países platinos, a que se tecer algumas explicações. Através delas, analisa-se a dimensão de todo o esforço empreendido por aqueles que estiveram diretamente envolvidos.

Contudo, nesse elenco de atividades, o colonizador e sua família deixaram marcos, estruturando a vida regional nos seus aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Na sequência do trabalho que foi realizado, esse tornou-se uma verdadeira epopéia de vida. O homem que esteve envolvido nesse sistema dispunha de uma estrutura bastante deficiente sob diversos aspectos. Essas iam desde a falta de equipamentos, mão-de-obra de baixo custo e o não aproveitamento adequado da matéria-prima e seus resíduos.

Da extração da madeira nas matas até a entrega do produto, há que se distinguir diferentes categorias de pessoal: o empresário-madeireiro ou o serrador, e no outro lado aparecem aqueles que realizavam o corte, serravam a madeira no mato ou nas serrarias, os artesãos que construíam as balsas, e, principalmente, o "Piloto-Balseiro" que as conduzia, navegando pelo rio.

A essa última categoria pertence a dos balseiros propriamente ditos e seus auxiliares, os peões. Esses foram os responsáveis pelo aparecimento de uma classe de trabalhadores, na região.

Um dado importante em relação aos balseiros: a técnica e o conhecimento prático para o manejo da balsa asseguravam as condições vitais para o bom êxito das entregas da madeira vendida.

Para melhor analisar e compreender a atividade relacionada com o transporte do produto regional pela via aquática, necessário se faz estabelecer sequencialmente toda a estrutura que gravitava ao seu redor:

1. o corte das árvores nas matas; (Figura 5)
2. o transporte de produto da mata para as serrarias, a confecção de tábuas e o transporte desta para as margens do rio ou canchadas;
3. confecção e largada da balsa no rio.

Nessa sequência, a existência de um cronograma fixo e com datas previstas era impossível. O alcançar e cumprir qualquer uma das fases do trabalho dependia sempre de condições climáticas, de maquinários e de pessoal, que reiteradamente traziam muitos prejuízos.

Deve-se esclarecer que, exatamente nesses casos, os entrevistados fornecem informações mais detalhadas dos momentos vivenciados. Esse conjunto de ações significava para muitos o sobreviver numa região que ainda não apresentava outras condições de trabalho e de futuro.

Portanto, com base nos depoimentos, procurar-se-á elucidar algumas das fases da referida atuação em relação às dificuldades enfrentadas nas matas, na de

transformação da matéria-prima em peças industrializadas (tábuas) e as condições de infra-estrutura da região, as quais foram objeto de considerações no capítulo de Nº 3. Nesse, concentra-se a análise especificamente ao meio de transporte que foi utilizado regionalmente: a balsa. (Figuras 8, 9, 10)

Na visão de balseiros, temos suas próprias definições, que para FERREIRA, constitui-se:

"Aglomerado de troncos, toros ou tábuas de madeira, reunidos a feição de jangadas, que desce pelo rio, e chegando, é desmanchada, sendo a madeira vendida." (3)

"É uma quantidade de toras ao natural e de qualidade como o cedro, louro, pinheiro, canela e outros, que flutuam de per si." (4)

"É o meio de transporte fluvial que a gente fazia antigamente..." (5)

"balsa é um passeio. Como se estivesse dentro de casa, tudo bem juntinho" (6)

O transporte fluvial pelo Rio Uruguai, exportando a madeira destina em balsas para os Portos Platinos, começa a decair nos anos de 50, extinguindo-se completamente na década seguinte. Nilo Sander, madeireiro exportador de Mondai (SC), realizou uma de suas últimas viagens, no ano de 1958.

Referindo-se às principais razões do desaparecimento desse transporte, o artigo jornalístico de autoria de Danilo de Quadros, Chefe do Posto do Inspinho em Chapecó, é convincente. (Anexo 17)

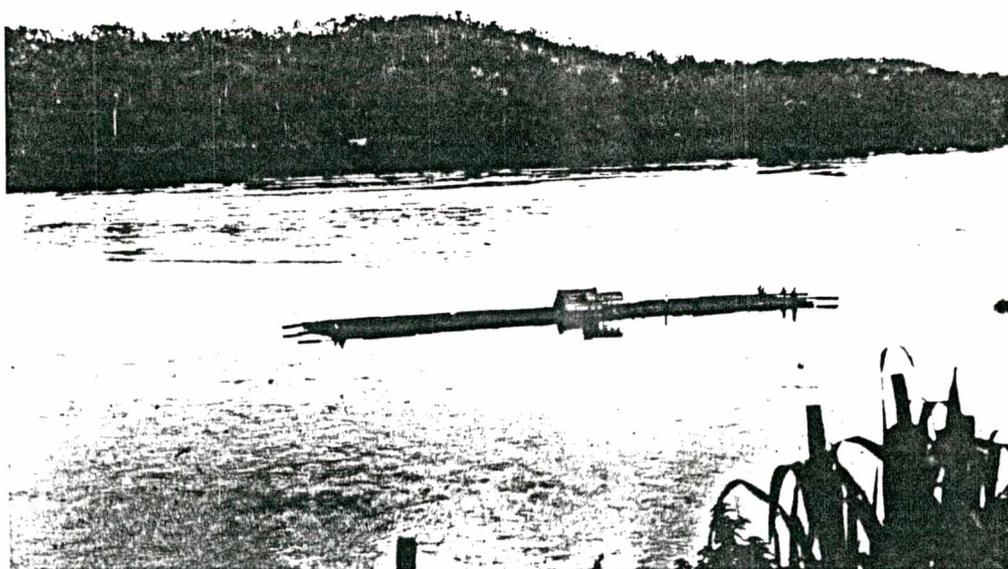
(3) Ferreira, A.B. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. RJ. nova Fronteira. 1975, p.179.

(4) Bellani, entrev.cit. p.1 (1).

(5) Brando, Alfredo, entrev. cit. p 1.

(6) Rotava, Ines. cit. p.1.

FIGURA 8



INSTANTANEO DE UMA VIAGEM DE BALSA
IMEDIAÇÕES DO PORTO GOIO-EN NO MUNICIPIO
DE CHAPECO
(DECADA DE 1930)

Fonte:
Acervo Fotográfico da Biblioteca Pública Municipal "Neiva Maria Costella" - Chapecó - SC

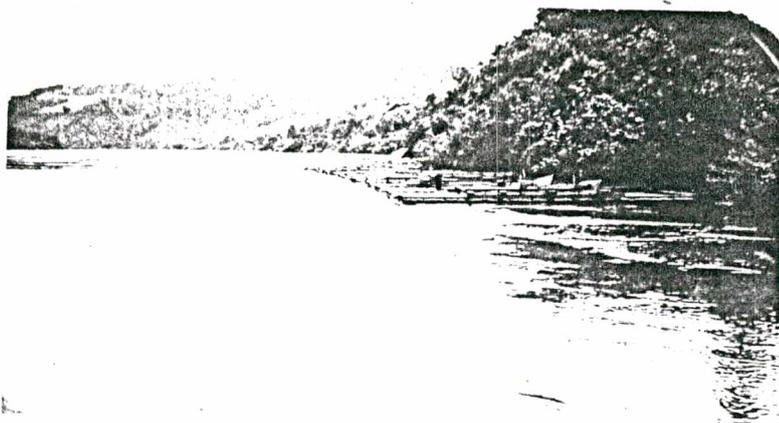
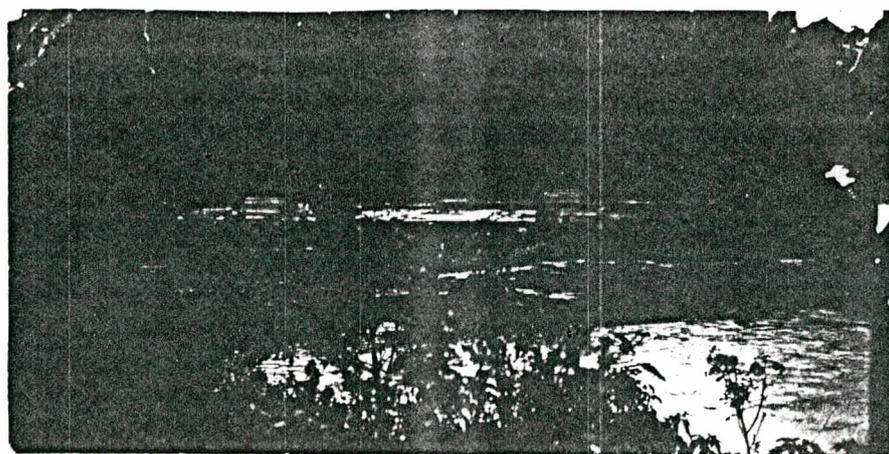


FIGURA 9

DETALHES DE
BALSAS EM
MOVIMENTO

RIO URUGUAI



Fonte:
Acervo Fotográfico do CEON/ FUNDESTE - Chapecó - SC

FIGURA 10



PAISAGEM VISTA DURANTE UMA VIAGEM DE Balsa.
IMEDIAÇÕES DO PORTO GOIO-EN NO MUNICIPIO
DE CHAPECO
(DECADA DE 1930)

Fonte:

Acervo Fotográfico da Biblioteca Pública Municipal "Neiva Maria Costella" - Chapecó - SC

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.2. A Balsa

"As árvores após serem cortadas, são puxadas até o rio, formando a balsa" (7).

Essa descrição, também encontramos dentro da literatura européia a qual reporta-se ao aproveitamento e a utilização deste meio de transporte, em países da Europa.

Falando em Europa, as balsas eram conhecidas em muitos países. Na Polônia a "Tratwa" na língua oficial significa balsa, o "Filisak", o balseiro, os dois formavam os componentes principais de transporte, em qualquer paisagem banhada por rios. (Figura 11 e 12).

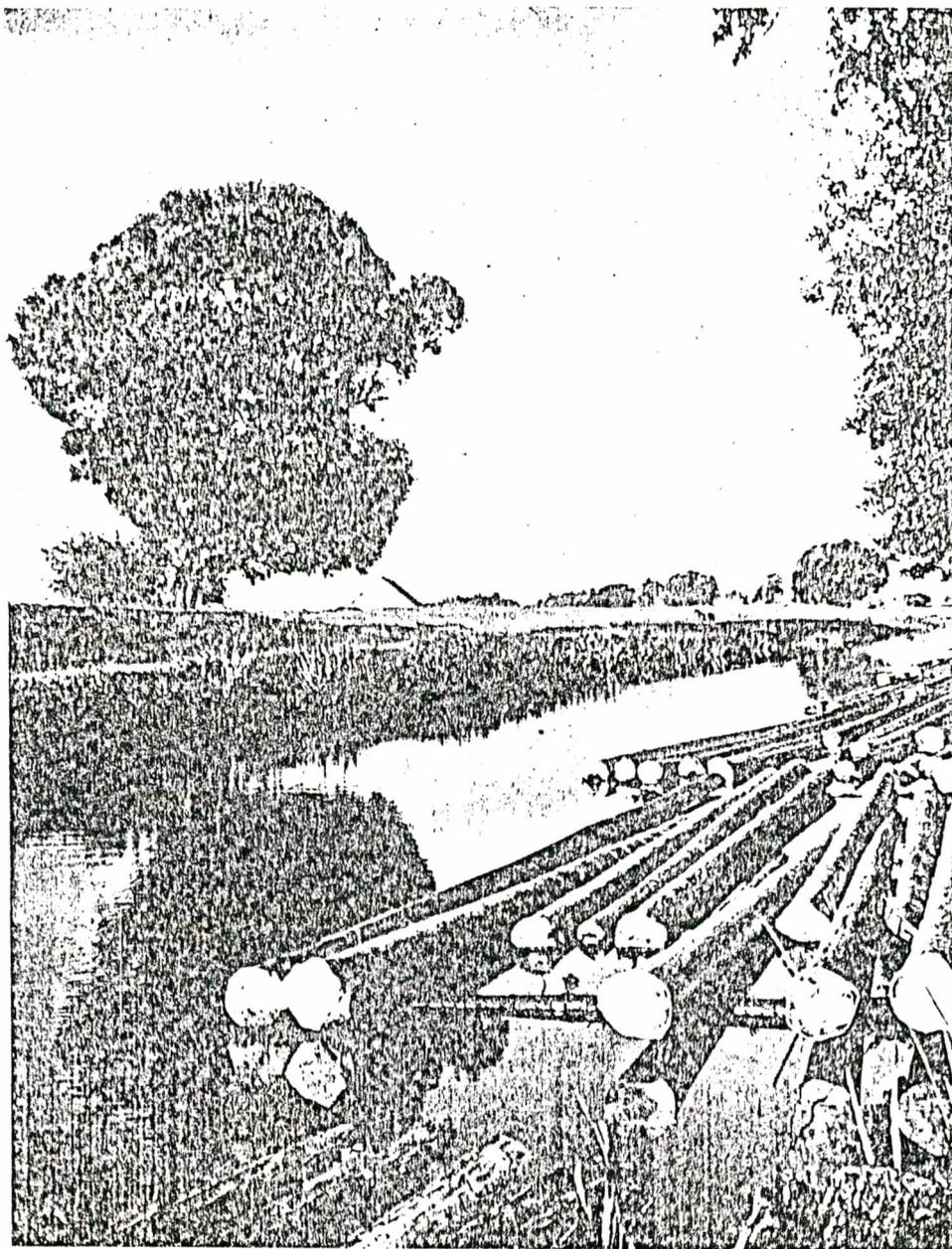
As balsas, a construção das balsas, os balseiros e ligado a eles o transporte de madeira, existiram e ainda existem em várias partes do mundo. Poucas são as diferenças, apenas alguns detalhes insignificantes.

Sobre as balsas na Polônia, escreveu o poeta Sebastian Fabian Klonowic (1515-1602), e no poema "Flis" (balseiro), relata a história de balsas, dos perigos da viagem, conselhos úteis, os segredos do comércio, o comportamento durante o transporte, o traçado da rota a ser percorrida. (Varsóvia até Gdansk) e a volta do balseiro para casa.

Nessa formulação, identifica-se a tradição oral, junto com os relatos e depoimentos de antigos madeireiros e balseiros que tiveram atuação destacada na região de Chapecó.

(7) SAUZEY, J.A. La Pologne Par L'Image. Paris. Societé Française de Librairie "Gebethner e Wolff". 1932.

FIGURA 11



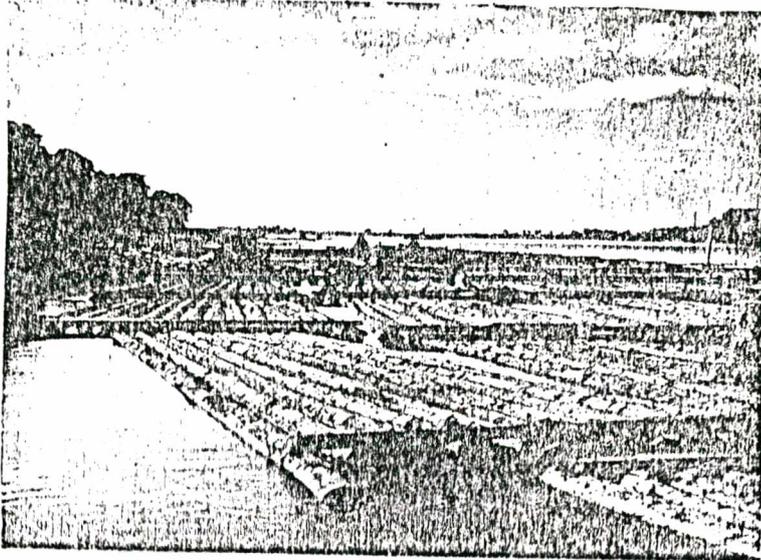
Splawne rzeki i liczne jerioza to krajobraz północnej części Polski

(Os rios e lagoas que se adaptam ao transporte e a paisagem da Polónia do Norte)

Reproduzido:

CZAARNECKA, Irina, SAUZEY, in Polska Sztuka Ludowa, Warszawa, 1958.

FIGURA 12



- Après avoir abattus, les arbres sont élagués puis trainés à proximité des rivières où sont attachés les uns aux autres. Les trains de bois ainsi formés descendent le courant dans le plus pittoresque des circuits. Plus en aval, ils seront bloqués à terre.

(Depois de serem cortadas as árvores são desgalhadas, sendo arrastadas perto dos rios, onde são ligadas umas as outras. As balsas formadas deste modo são levadas pela correnteza entre pittorescas paisagens. Durante o percurso elas serão depositadas na terra)

Reproduzido:
SAUZEY, J.A., in La Pologne, Par L'Image, Paris, 1932, p.59

Embora o princípio básico da madeira flutuar na água seja milenar, os balseiros do Rio Uruguai a utilizaram para confeccionar as balsas, através de sua técnica e material disponível. Não se pode efetivamente precisar a época quando lançaram mão desse meio de transporte na região.

Esse meio de transporte, por outro lado, traz junto de si três outros elementos que envolviam aqueles que a ele se dedicavam: aborrecimentos e dificuldades na realização do trabalho manual, locais específicos para carregar e descarregar o produto e, finalmente, a esperança de lucros.

A região oeste dispunha de uma reserva florestal, que é cercada por uma bacia fluvial (Rio Uruguai). Esta, nas épocas das cheias, provocava fortes enchentes, formando uma via de escoamento muito importante. Contudo, esse transporte não significava mais facilidade para o escoamento da produção. Mesmo oferecendo a forma mais viável na época, por muito tempo e para uma parcela significativa da população, constituiu-se num único e essencial meio até de sua sobrevivência.

"...pelos idos de 1935 a família dedicou-se ao transporte de madeira em balsas pelo Rio Uruguai. Na época desenvolvia-se em toda a extensão do Rio a exploração de madeira em toras. Durante longos anos foi a atividade básica da região, como fonte de economia, de renda. Na época, na região agrícola do interior não tinham condições de sobreviverem, além dos produtos não valerem nada, não havia rodovias, vias de transportes para os centros consumidores...a família veio se socorrer com o comércio de toras e balsas." (8)

Mesmo que a produção de madeira de pinho ou outras de lei na região não estivesse colocada entre os maiores índices de produção, dentro do contexto catari-

(8) Bellani, entrev.cit.p.1 (1).

nense, havia necessidade premente de sua comercialização.

Conforme dados do Inspinho, funcionavam na região 115 serrarias, entre 1946/48 com uma produção que alcançava 80.000 m³, necessitando serem transportadas até o mercado consumidor. Esse, como se constatou, era o Platino e o rio o caminho mais fácil que existia.

Dois são os tipos de balsas que foram utilizadas para o transporte de madeira, pelo leito do Rio Uruguai:

- a) de roliços (toros ou toras)
- b) de tábuas ou remorques.

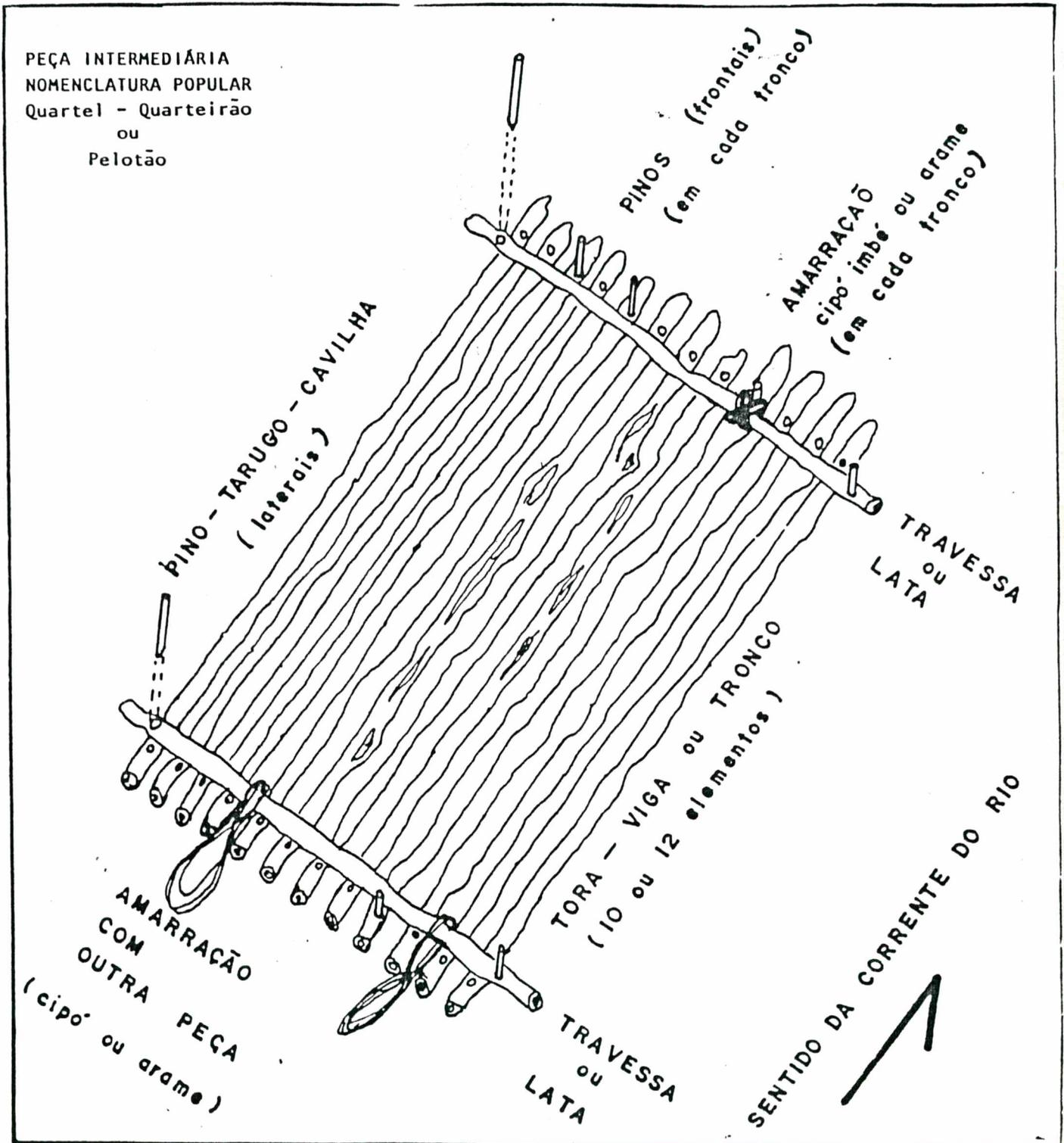
A confecção de uma balsa representava um trabalho elaborado com perfeição, exigindo de seus construtores conhecimentos técnicos a respeito de peso, espessura, tipos de amarras, ação dos ventos e força da água de rio com enchente grande.

Basicamente, a balsa é confeccionada em partes e cujas peças intermediárias são unidas uma às outras. Essa peça intermediária era chamada de "pelotão" unindo toras e de "quartel" unindo tábuas, ou ainda chamados de "pacotes". (Figura 13). As peças intermediárias, que formavam a balsa em sua extensão, eram todas de igual comprimento e largura.

"...toras de dez metros de comprimento eram colocadas todas uma ao lado da outra e amarradas com uma outra tora, travessa que chamavam de lata. Eram amarradas por cima. Depois vinha outro pelotão com toras de 8 metros, mas devia-se formar a largura, pois a balsa toda ela tem a mesma largura. Colocava-se tantas toras, quantas fossem necessárias para fechar a largura e o comprimento do dito quartel ou pelotão." (9)

(9) Bellani, entrev. cit.p.5 (1).

FIGURA 13



Esquema da peça intermediária de uma balsa

Fonte: Ballani Filho, Gentil, 1987

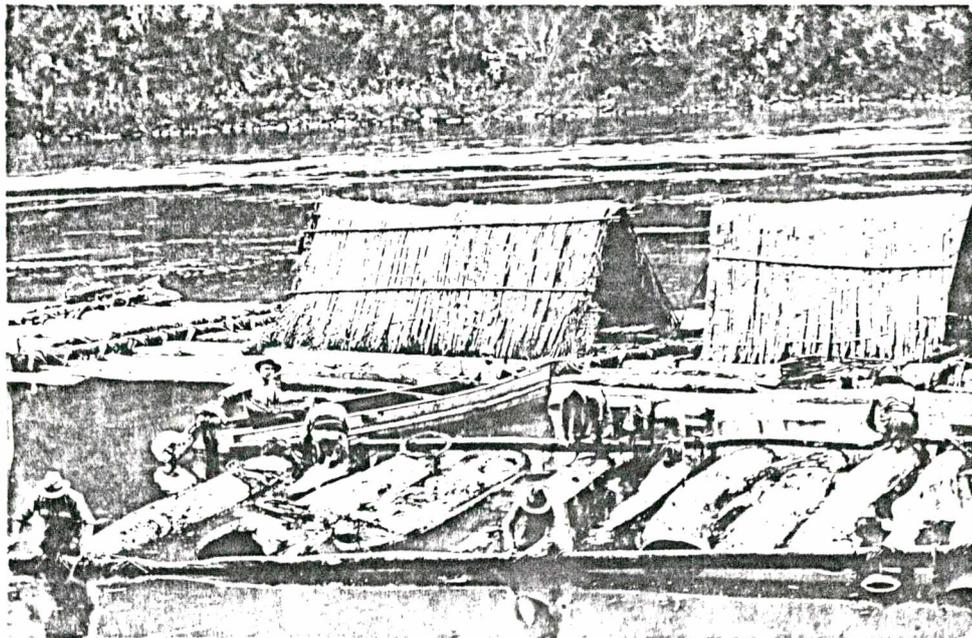
A "lata", também conhecida pelo nome de "largueiro", destinava-se a impedir que as madeiras unidas ficassem inertes quando flutuavam pelo rio. Para prender a mesma com a madeira usava-se um pino em cada uma das extremidades do pelotão ou quartel. Esse pino de sustentação era conhecido como "tarugo", ou "cavilha". Além desse, existia uma outra amarra que ligava uma peça intermediária a outra, chamada de "gravata" em número de quatro para cada peça.

Tudo era feito observando-se cuidadosamente o comprimento, o peso, as amarras, sempre dando sentido de equilíbrio, como forma de evitar acidentes, esses fáceis de acontecer devido ao movimento das ondas e da própria velocidade que a água atinge, constituíam-se em grande perigo para aqueles que estavam em cima de uma balsa. Também a perda da madeira era inevitável, pois quando um acidente ocorria, havia dificuldades para recompor as partes que se desgarravam, e seguir a viagem.

Na formação de "quartel" ou um "pelotão", que no linguajar os balseiros usavam os termos "embalsar madeira" "embalsamento" ou ainda "empacotar madeira", a técnica manual era indispensável. A madeira era depositada nas "canchadas" à beira do rio ou em estaleiros e ali mesmo construíam a balsa.

Normalmente, fora da água, no seco e não raro dentro do próprio rio, começava-se o processo de embalsar madeira. Em determinados lugares, onde havia barrancos, construía-se uma canaleta e, através dela, deslizava-se a madeira até a água para confeccionarem a balsa. (Figura 14)

FIGURA 14



DETALHES DE CONSTRUÇÃO DE UMA BALSA

PELOTÃO DE UMA BALSA JÁ FORMADA E OUTRO SENDO
COMPOSTO NA ÁGUA:

-TORAS - TRAVESSA OU LATA - AMARRAS (CIPO) -
ABRIGOS - CANOAS - PEÇES

Reproduzido:
PALUDO, Biágio A, in Album de Família

Uma balsa de toras, geralmente, era composta entre 150 a 200 peças de madeira roliça; já a de tábuas, podia atingir de 500 a 600 dúzias se levadas a remo. Os remos eram localizados na frente (Figura 15), às vezes, no meio e na parte atrás da balsa. Com auxílio de lancha, poderia atingir entre 1000 a 1500 dúzias de madeira. Nesse caso, a balsa era denominada de "remorques", sendo mais fácil da madeira ser levada.

"o máximo que se podia levar a muque era de duzentas toras mais ou menos, já de madeira serrada umas seiscentas dúzias. O remorque era de mais de mil dúzias, com lancha. Os Dal Ponte chegaram a descer com mais de duas mil dúzias, com duas lanchas para ajudar a empurrar". (10)

Segundo os balseiros/embalsadores, a época melhor para embalsar madeira era na primavera e de preferência no período de secas. (11) Na confecção de uma balsa, levavam entre 5 a 10 dias, isso tudo dependendo das condições de trabalho, quantidade de madeira, das condições climáticas, e, principalmente, do número de ajudantes disponíveis.

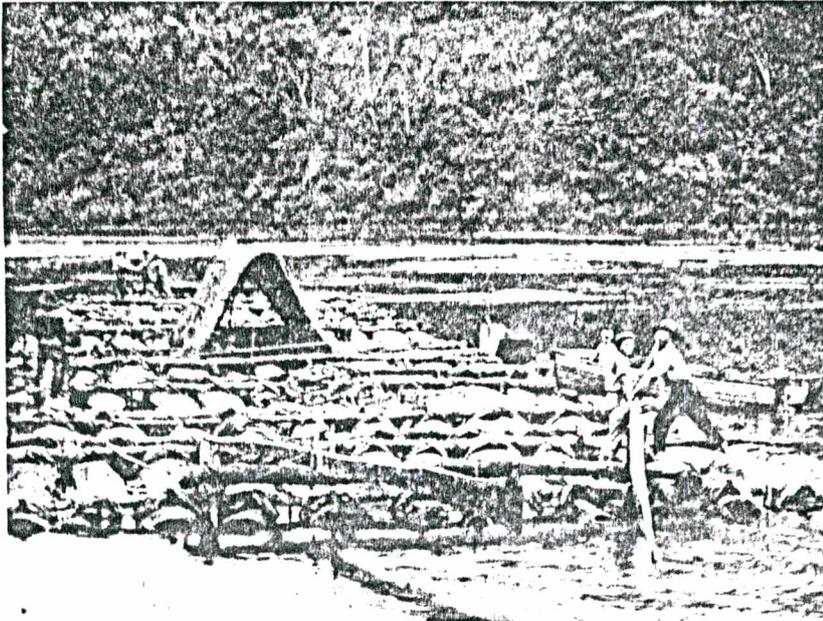
Os balseiros, ao confeccionarem uma balsa, orientavam-se pela técnica e também conheciam as condições climáticas da região e assim procuravam organizar todo o seu trabalho entre as épocas das enchentes e de seca. Aqui, a incerteza era predominante, não existia serviço de meteorologia para auxílio, apenas o conhecimento prático dos trabalhadores.

Apareciam os problemas uma vez formada a balsa, lançada dentro do rio, quando faltavam chuvas para provocarem a enchente, pois não existiam então condi-

10. Campos, entrev. cit.p.4

11. "A época é variável, normalmente a época de se viajar pelo Rio Uruguai, começava no mês de maio, junho e ia até setembro. Em setembro se faziam as últimas viagens. Também no verão se fazia viagens, quando haviam temporadas de chuvas extemporâneas." (Bellani, entrev. cit. p.2 (1))

FIGURA 15



DETALHES DE UMA Balsa FORMADA
REMOS E REMADORES

Reproduzido:
PALUDO, Biágio A, in Album de Família

ções de largada da balsa. A madeira, estando muito tempo na água, encharca, fica mais pesada, e pode ocorrer ainda que as amarras apodreçam, soltando as madeiras ou mesmo afundando.

Neste aspecto o jornal local identifica a situação de desapontamento e dos prejuízos causados:

"Com as últimas cheias caídas nos primeiros dias do corrente mês houve a esperança que a enchente do rio Uruguai chegasse ao ponto de permitir a descida das balsas para a República Argentina. Tal porém não ocorreu, as águas foram subindo e chegaram até quatro metros. Os madeireiros prepararam-se, planos foram feitos, projetos, porque faltava meio metro a mais de água na altura, e depois, foi diminuindo, voltando pouco a pouco o rio ao nível aproximado do normal." (12)

No depoimento daqueles que tiveram participação na atividade de embalsar e transportar madeira, tem-se uma opinião característica de homens comuns. Expressam a definição do processo todo num linguajar simples e mesclado. Como exemplo, cita-se aquele que apenas foi trabalhador braçal: o peão Sebastião Hermenegildo dos Santos:

"Se fazia a balsa, se era de madeira roliça tinha que tirar a dita lata madeira de oito metros, conforme a largura, pegar e atar. Esses atios (amarras), tinham que se fazer ao menos dez voltas encruzadas de cipó e depois ia mais uma amarração para encolherar os quarteis, os lotes assim certos. Acolheravam-se os maços e se fazia as maneias." (13)

A formação da balsa, na descrição dos envolvidos, constitui-se outro aspecto a ser registrado:

"...traziam a madeira nas pranchadas (estaleiro) do rio, juntavam a peonada e traziam as tábuas bem na beirinha do rio. Dal empilhavam as táboas e faziam os maços de três duzias, empacotavam, empilhavam as táboas e atavam com cipó ou arame e rolavam na água. Dal, outros pegava e encontravam os maços um no outro, grampeando os arames um atio no outro e depois botavam um barroto por cima e assim costuravam e faziam a balsa" (14)

12. Jornal a A Voz de Chapecó (Chapecó), 28/4/40.p.2

13. Maneia: correia que prende o cavalo pelas mãos, para que não corra. Santos, entrev. cit. p.4

14. Campos, entrev. cit. p.4

ções de largada da balsa. A madeira, estando muito tempo na água, encharca, fica mais pesada, e pode ocorrer ainda que as amarras apodreçam, soltando as madeiras ou mesmo afundando.

Neste aspecto o jornal local identifica a situação de desapontamento e dos prejuízos causados:

"Com as últimas cheias caídas nos primeiros dias do corrente mês houve a esperança que a enchente do rio Uruguai chegasse ao ponto de permitir a descida das balsas para a República Argentina. Tal porém não ocorreu, as águas foram subindo e chegaram até quatro metros. Os madeireiros prepararam-se, planos foram feitos, projetos, porque faltava meio metro a mais de água na altura, e depois, foi diminuindo, voltando pouco a pouco o rio ao nível aproximado do normal." (12)

No depoimento daqueles que tiveram participação na atividade de embalsar e transportar madeira, tem-se uma opinião característica de homens comuns. Expressam a definição do processo todo num linguajar simples e mesclado. Como exemplo, cita-se aquele que apenas foi trabalhador braçal: o peão Sebastião Hermenegildo dos Santos:

"Se fazia a balsa, se era de madeira rólica tinha que tirar a dita lata de madeira de oito metros, conforme a largura, pegar e atar. Esses atios (amarras), tinham que se fazer ao menos dez voltas encruzadas de cipó e depois ia mais uma amarração para encolherar os quarteis, os lotes assim certos. Acolheravam-se os maços e se fazia as maneias." (13)

A formação da balsa, na descrição dos envolvidos, constitui-se outro aspecto a ser registrado:

"...traziam a madeira nas pranchadas (estaleiro) do rio, juntavam a peonada e traziam as tábuas bem na beirinha do rio. Dal empilhavam as táboas e faziam os maços de três duzias, empacotavam, empilhavam as táboas e atavam com cipó ou arame e rolavam na água. Dal, outros pegava e encontravam os maços um no outro, grampeando os arames um atio no outro e depois botavam um barrote por cima e assim costumavam e faziam a balsa" (14)

12. Jornal a A Voz de Chapecó (Chapecó), 28/4/40, p.2

13. Maneia: correia que prende o cavalo pelas mãos, para que não corra. Santos, entrev. cit. p.4

14. Campos, entrev. cit. p.4

"Amarrava-se com arame ou cipó e nós dizíamos empanar os molhos ou maços de madeira. Os pacotes todos separados um ao par do outro até a largura de dezesseis pacotes. Depois atravessava dois barrotos chamado de lata e em cima deles mais uma peça, o largueiro preso pelo tarrugo, para ficar firme, apesar que com a correnteza o movimento das ondas sempre movimenta." (15)

Pronta a balsa, sobre ela geralmente construíam dois abrigos (16), um para cozinha e outro para descanso. Descanso em viagem dependia da altura da água que a enchente provocava. Se a enchente era grande, o perigo era maior, exigindo cuidados redobrados.

Entretanto, se a enchente fosse mais branda, tinham de ganhar tempo, pois baixando as águas do rio, aumentavam os riscos do manejo. A esse respeito Campos declara:

"...nas enchentes com água escassa, então tínhamos que tirar dia e noite, arriscando a vida a qualquer hora, batendo nas costas, nas enseadas que desmanchavam as balsas e atando madeira no forte rigor do inverno" (17)

A viagem de balsa representava sempre muito trabalho e sacrifícios para o homem oestino. Além da defesa de sua própria vida, existia um investimento de dinheiro que nem sempre era deles; deste é que vinha o sustento pessoal e, por extensão, o crescimento regional.

Anota-se a situação da escassez e angústia da população, devido à falta de água no Rio Uruguai, no registro jornalístico do início dos anos 40. Contudo,

15. Grando, Alfredo, entrev. cit.1.

16. "Quando tínhamos folga de aprontar a balsa antes da enchente, a viagem até que era muito boa, dava-se para construir um grande rancho para dormir e outro para a cozinha. Assim a viagem era boa, não faltava nada. Entretanto quando a enchente apanhava a gente de surpresa, com balsa incompleta, a alimentação, o conforto, o rancho, eram coisas secundárias ou nem se fazia". (Bellani, entrev. cit. (1)).

17. Campos, entrev. cit.p.2.

em outro momento, pode-se distinguir outro totalmente inverso, esse identificando o início dos anos 50.

"Foram três enchentes consecutivas no Rio Uruguai no espaço de um mês. O verão secou o Uruguai, o inverno, muito chuvoso, a ponto de no Uruguai haver tido três enchentes e todas graças a Deus com água suficiente para descer com balsas. Duas delas ultrapassaram mesmo o chamado ponto de balsa. Centenas delas foram levadas para República Argentina, representando milhares de dúzias de tábuas de pinho serrado e outros milhares de roliços de cedro. Estão contentes os madeireiros." (18)

A literatura oral dos balseiros aponta outro tipo de problema que foi vivenciado no transporte da madeira em balsa: a classificação da madeira com marca de propriedade.

"Cada madeireiro tinha sua marca na cabeça da tábua, feita com um ferro tipo martelo. Cada um possuía um letreiro com o nome da firma. O meu era H.A.C". (Hugo de Almeida Campos) (19).

O símbolo de registro do madeireiro servindo de identificação do produto, é muito importante nas etapas da atividade de transportar as balsas. Principalmente no caso de acidentes, quando muita madeira era extraviada ou mesmo em caso de roubo. Os entrevistados cautelosamente reportam-se a essas situações que, por certo, existiram, criando muitos embaraços.

"A marca identificava a madeira, mas depois alguns madeireiros uns tempos aí quando se extraviava muita madeira, então pegavam a madeira e remarcavam. Acontecia que tinha madeira que chegava lá com mais de uma marca. Onde tinha o Esmeraldo Silva, que era madeireiro aqui de baixo, tinha uma marca no sapato, no calcanhar do sapato, assim cruzava na madeira e pisava assim e no outro dia ia lá e dizia: Olha aqui é minha viga. Agora roubar madeira não roubavam, roubavam uns dos outros quando havia extravio de madeira no rio que era uma barbaridade. Agora aqueles moradores da costa do rio muitas vezes pegavam pranchas, táboas e levavam para fazer sua casa, mas era madeira perdida." (20)

18. Jornal A Voz de Chapecó, 28/5/1940 p.02.

19. Campos, entrev. cit.p.6/7.

20. Campos, entrev. cit.p.7.

Diante desse quadro, além da importância econômica, a balsa representava um desafio aos trabalhadores que se embrenharam nessa tarefa de transportar madeira, pelas dificuldades e perigos constantes desde o momento do corte das árvores. Exigia coragem e perseverança dos empresários-madeireiros que eram responsáveis pela organização de trabalho, dos utensílios, dos equipamentos e da segurança.

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.3 A largada das balsas.

"Existe uma diferença entre a balsa e o remorque. A primeira atingia uma certa quantidade de madeira, já os chamados remorques não passavam de uma balsa de maior porte e puxadas com lanchas. Podiam ser de tábuas ou simplesmente de madeira roliça. Se podia levar a muque até aproximadamente duzentas e tantas tora e as de madeira o máximo de seiscentas ou setecentas dúzias. O remorque de madeira serrada se puxado por lancha chegava a mil e tantas dúzias ⁽²¹⁾

A balsa ou o remorque, quando prontos, eram entregues a um prático, equivalente a um mestre de navios.

O balseiro (Anexo 18), responsável pela largada no rio nesse meio de transporte, era aquele que possuía um conhecimento profundo do rio e, principalmente, muita prática no trabalho. Esse ia desde a formação da balsa, à época e até a hora certa para o início da viagem, o nível do rio, os obstáculos que encontrariam no percurso, tais como: ilhas, curvas, corredeiras, ressojos ⁽²²⁾ e os cifradores ⁽²³⁾. Portanto, o balseiro era o elemento indispensável na viagem, junto com 5 a 10 trabalhadores braçais (peões).

Essa etapa é dimensionada em três fases:

1. a largada da balsa;
2. a travessia;
3. a chegada nos portos.

Pronta a balsa, não significava o início da viagem. Essa começava, somente, após as chuvas torren-

21. Bellani, entrev.cit. pg.3 (2).

22. Ressojos para os balseiros significava: estouração da água, um redempinho na água.

23. Chifrador para os balseiros significava: pontas de mata que avançam sobre o rio.

ciais que em determinadas épocas caíam na região. Elas, aumentavam o volume de água, verificando-se a enchente.

Devido às enchentes o Rio Uruguai, às vezes, mesmo não sendo navegável, permitia o transporte de madeira em balsa. Mas, para os balseiros soltarem uma balsa, era indispensável que o rio se apresentasse com enchente o "ponto de balsa".

A expressão "ponto de balsa" significava o momento certo de soltar as amarras ou cabos de aço que prendiam a madeira nas canchadas, na beira do rio. Esse aumento de água teria que atingir, no mínimo 6 metros. A altura do rio, quando da largada de uma balsa, era o ponto mais importante para que a madeira e os homens que a transportavam pudessem chegar até os portos de destino.

"nós procedia assim, soltava o caíco e soltava a espia e a balsa já começava a andar. Então nós já ia alinhando ela pro meio do rio." (24)

A largada da balsa cabia ao prático conhecer muito bem a variação da altura do rio que poderia, em questão de horas, alterar-se profundamente.

Na variação do volume de água, a balsa sempre tendia a ser empurrada para as barrancas do rio. Acontecendo isso, a balsa quebrava-se, dividia-se em partes, provocando sérios acidentes e prejuízos. Esses não só atingiam o produto que estava sendo transportado, mas também a vida dos trabalhadores balseiros.

Segundo as narrativas dos entrevistados, chama atenção a riqueza dos detalhes, quando descrevem uma

24. Rotava, entrev. cit. p.5.

viagem de balsa. Cada nova viagem que empreendiam, sempre lhes oferecia uma nova aventura, novas expectativas, até mesmo de retornarem sãos e salvos.

"As dez horas da manhã, das nove às dez horas era hora boa para soltar, às seis nos muito podíamos estar se soltada daqui (Goio-En) às dez horas, estávamos em D.José e conforme a água podia estar em São Carlos." (25)

Constatou-se que, no período de chuvas intensas, a população dos portos de embarque de madeira aumentava consideravelmente. Essa se constituia de elementos que normalmente viviam mais no interior, dedicando-se a pequenos trabalhos na agricultura, e o motivo desse aumento populacional devia-se a uma remota possibilidade de conseguirem trabalho.

Essa movimentação de pessoal na beira do rio, os que chegavam e os que porventura conseguiam alguma coisa, podiam ser só os peões de balsas, ou no dizer popular era "a peonada cabloca que chegava, para tentar ganhar um dinheiro."

"Tinha gente de toda a parte que era uma barbaridade. Vinham do Rio Grande do Sul, principalmente o peão, e se ofereciam e queriam descer por força. Todos ganhavam uns trocados, um dinheirinho." (26)

"Sempre sobrava gente, quem não fosse dava para escolher". (27)

Há de se ressaltar que a procura deste tipo de emprego era motivada pela necessidade de sustento por uma parcela da população.

Neste aspecto, o próprio peão trabalhador na balsa informa:

25. Santos, entrev. cit.p.2 e 3.
26. Rotava, entrev. cit. p.6.
27. Campos, entrev. cit. p.6.

"...era a forma de ganhar dinheiro, trocados. Era a forma de todos darem o pão para seus filhos daquele jeito". (28)

Da entrevista com Grando, filho do empresário madeireiro que teve a oportunidade de comandar muitas viagens no rio, obtém-se a seguinte definição, a respeito do peão:

"A peonada era gente boa. Conheciam também o trabalho e o rio. Os peões eram a fiscalização da madeira. Por exemplo: se a balsa batia no costado de uma ilha ou num barranco, e ficava frouxa, ou mesmo numa corredeira o serviço dele era refazer e cuidar se escapasse algum molho de madeira ou alguma tora de cedro. O serviço deles era pegar e trazer a madeira para junto e atar, cuidar para não se espalhasse, ou mesmo que a balsa quebrasse. O serviço era refazer tudo. Linha um para fazer comida." (29)

Já no depoimento do peão-trabalhador da época pode-se compreender o trabalho braçal desses elementos. Quando questionado sobre a principal atividade realizada, expressa-se:

"Era o cuidado. Tem lugar que dá para soltar a balsa e uma hora ou duas ou mais que não se precisa estar cuidando muito. Tem lugar que tem que se pegar no duro, no braço, pegar no braço e remar e parar lá na frente que é, quando é preciso remar é que dureza é a luta." (30)

A balsa, dependendo da quantidade de madeira, era levada por 5 a 10 peões. Contudo, pode-se dizer que os peões também formavam junto com o prático a categoria de trabalhadores, enfrentando a vida, descendo o rio. As tarefas eram divididas. Se houvesse uma falha, apenas essa colocava em risco não só sua vida, mas, igualmente a de seus companheiros. Daí a necessidade de amizade e ajuda mútua no trabalho, sob a orientação do prático.

Desse contingente de trabalhadores na balsa, sempre dependendo da quantidade e do tipo de madeira que era transportada, utilizavam por dois ou três rema-

28. Santos, entrev. cit. p.5.

29. Grando, Alfredo, entrev. cit. p.3.

30. Santos, entrev. cit. p.6.

dores tanto na parte dianteira, como na traseira da embarcação, havendo, ainda, o revezamento natural entre eles. (Figura 15)

Os homens, na frente da balsa, eram os maiores prejudicados no caso de haver acidentes. A eles cabia dirigir e manter a balsa no meio do rio ou o "fio do rio" na expressão popular; aos outros desviar das pedras, ilhas ou ainda de outras balsas que viajavam paralelas.

Hugo Campos, quando se reporta aos perigos que enfrentavam no rio, exclama:

"ser balseiro, ser prático há necessidade de ser também bom nadador. Mas mais de setenta por cento que desciam o rio não sabiam nadar nada. Para o arrisco que tem de perigo nesse rio, quase não houve nada." (31)

Existe também unanimidade nos depoimentos no que se refere a esses trabalhadores. Quando do término de uma viagem, que podia levar entre 5 a 8 dias, como se comportavam na fronteira após receberem seu parco pagamento.

Na chegada da balsa, os primeiros trabalhadores que eram dispensados após o pagamento, eram os peões. Já ao prático ou intermediário do dono da madeira ficava sempre mais tempo, até a vinda dos compradores ou de recebimento de uma melhor oferta de preço.

Esses mesmos personagens relatam da grande alegria e da satisfação que tomava conta de todos, quando chegavam ao destino. O retorno dos balseiros

31. Campos, entrev. cit. p.13.

para o Brasil era imediato. Uma parte deles vinha a pé, outros de caminhão, até alcançar a estrada de ferro. Alguns compravam animais para poder retornar. Já as grandes empresas possuíam caminhões para o retorno dos trabalhadores.

"A volta era feita dependendo do local onde se entregava a madeira. Quando a entrega era em Santo Tomé, os balseiros voltavam de caminhões, através de São Luís Gonzaga, Santo Angelo e vinham tomar o trem em Cruz Alta ou Passo Fundo e assim iam até Erechim no Rio Grande do Sul. Quando a entrega era feita em Passo Los Libres, tomava-se o trem na fronteira de Uruguiana." (32)

Muitos desses homens contratados apenas para uma viagem, ficavam nos portos e nas cidades fronteiriças, não retornando ao Brasil. Outros antes de regressarem, obtinham visto das autoridades e entravam no território do país vizinho. Assim, estando numa das cidades próximas da fronteira brasileira, confraternizavam a bem sucedida viagem, mas principalmente por ainda estarem com vida.

Essa satisfação ao término da empreitada de trabalho para o qual haviam sido contratados nos é assim descrita, por Santos:

"era só uma alegria que nós via quando chegávamos na Argentina. Era só ficar contente. Quando começava a enxergar aquelas cidadezinhas lá do outro lado do Brasil, é que então nós estávamos perto de nossa chegada e da entrega. Nós só pedia a Deus que não desse ventos quando entrava na Cancha Santa Maria, Se desse vento podiam ainda complicar a vida, nós tinha de entrar certo, senão quebrava tudo." (33)

Constatou-se, no caso dos trabalhadores balseiros, que além da diversão em boates, bares e outros estabelecimentos, aproveitavam para comprar produtos

32. Bellani, entrev. cit.p.6 (1).

33. Santos, entrev. cit. p.4.

argentinos que na região oestina não existiam ou mesmo eram desconhecidos, como: o pêssego em calda, ameixa, azeite, roupas de couro e lã, calçados, perfumes, jóias entre outros.

Evidentemente que muitos desses homens criavam problemas não só para os patrões como para as autoridades de ambos os países. Tais problemas se acentuavam se houvesse demora no recebimento do pagamento, o que acontecia com muita frequência.

Os balseiros gostavam de divertir-se em território argentino em ambientes que não existiam na região, conforme relatos:

"Criavam alguns problemas. Acabam com tudo. Tinha peço que o que ganhavam gastavam tudo em festas. Muitos só pensavam em fazer festa, grande parte deles. Devo salientar que tinha gente muito boa e muito responsável, mas tinha muito balseiro que eles começavam a fazer festa e beber. Fazer bebedeira e arrumar encrencas com a policia, é claro que ela tinha que intervir. Muitas vezes até muitos balseiros foram para a cadeia e daí os patrões tem que ir la para tirar... Gastavam tudo e ficavam sem dinheiro para voltar, então os patrões tinham que adiantar algum dinheiro para eles pagarem depois em outras viagens ou serviço que prestariam aqui no Brasil." (34)

Alguns balseiros, devido às viagens frequentes, organizavam família nos locais de desembarque ou próximos. Outro detalhe lembrado refere-se à beleza e graciosidade da "correntina", como diziam. A farra e a boêmia sempre ocorriam após a descida da balsa, e principalmente com o dinheiro no bolso. Afirmam os entrevistados, que muitos voltavam para casa apenas com as compras feitas, mas que não era de forma generalizada, apenas alguns casos restritos. Contudo nenhum dos entrevistados reporta-se a sua própria participação nesses momentos de diversão, jogando-a sempre para os colegas, citando inclusive nomes.

34. Grando, Alfredo entrev. cit. p.8.

"...o balseiro logicamente as farras que ele fazia nas cidades de maior porte da fronteira, as mais evoluídas como Uruguiana, São Borja, Santa Maria, Itaqui e mesmo em Buenos Aires. Nossa região era inhospita e não havia assim tanto divertimento e ele com dinheiro no bolso, se esbaldava." (35)

Em sua observação, no que concerne a esse problema, Bellani entende que algumas dessas situações eram provocadas pela própria mocidade da maioria dos peões. A idade desses, situava-se, geralmente na faixa dos quinze a vinte e cinco anos, e, principalmente, do perigoso trabalho que desempenhavam:

"...gastava tudo na Argentina pois o comércio desenvolvido tinha o que oferecer. Era sempre uma novidade para o rapaz, homem do interior que voltava para o sertão, trazendo novidades da Argentina. Há que acrescentar-se, os homens que faziam esse serviço, os chamados peões de balsas, eram todos homens do mato do interior. Por isso, muitas vezes havia tumulto na Argentina e a polícia tinha que intervir. Era o nosso homem saindo do mato e depois de dois ou três dias de trabalho na balsa, chegava na Argentina, que na época já vendia um bom vinho e bebidas, então cheio de coragem de uma luta braba, enfrentava a própria gendarmaria e a polícia" (36)

Torna-se impossível analisar todas as minúcias que envolviam a atividade de transportar a madeira pelo rio com a balsa. Deste somatório de ações, atitudes e da luta de trabalho, fizeram com que o balseiro do Rio Uruguai, no contato com a população de outro país, interiorizasse outros valores sociais, culturais e comerciais. Esses contribuíram muito na formação do homem que habitava o região do Velho Chapecó.

Ainda hoje, para os entrevistados, se tivessem oportunidade de realizar mais uma viagem, contentes desceriam numa balsa pelo rio. Para eles, a viagem de balsa significou, conforme Bellani:

35. Grando, Ury, entrev. cit. p.18.
36. Bellani, entrev. cit.p.7 (1).

"Um espirito de luta, uma coragem intrépida, isso tudo para enfrentar frio, chuva, fome, muito trabalho e muito sacrificio". (37)

Nesse sentido com seu experiente e aguçado conhecimento, o Bastião Praia também deseja realizar mais uma viagem em balsa, contudo faz uma observação:

"...faria mais uma viagem, agora, bia hoje existe um problema que não tinha naquele tempo, as pontes nesse rio abaixo. A ponte de Passarinhos (38), se um dilúvio não tivesse levado nós tinha derrubado com as balsas. Tem ainda a ponte do Goio-En. Assim para o dia tá certo mas a noite não, a gente não sabe calcular como será esse negócio dos cruzos. Hoje é muito difícil, mas, se tivesse uma balsa para correr, no lugar que não dava para cruzar de noite não teria galho, parava e no outro dia cruzava, enxergando bem mais fácil." (39)

37. Bellani, entrev. cit. p.3 (1).

38. Diversas pontes hoje compõem a paisagem do Rio Uruguai, unindo municípios catarinenses com rio-grandenses. A ponte do Goio-En ligando o Município de Chapecó com o de Nonoai (RS), de Passarinhos o município de Palmifos do lado catarinense com o de Irai no Rio Grande do Sul.

39. Santos, entrev. cit. p.6.

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.4. A Travessia

Nos pontos analisados, que envolviam o meio de transporte regional, ficam demonstradas as vantagens que os balseiros obtinham em viajar pelo rio com balsas. Estas lhes deu trabalho, sustento para a família, condições de vencer na vida, sem levar em conta os perigos que enfrentaram e superaram.

Em seus depoimentos sustentam essa interpretação. Contudo, é no relato sobre a viagem propriamente dita, demonstrada pelo percurso a ser vencido sobre o leito do rio, que extrapolam sua memória, como que aguçando seus pensamentos.

Cabe aqui ressaltar que fornecem clara impressão que a travessia pelo rio desde o embarque nos portos até o destino, jamais se apagará de suas memórias. As minúcias que acompanham os relatos, permitem estabelecer alguns pontos de análise sobre os mais de 500 km que percorriam, para entregar a madeira. Esse momento era o mais crucial de toda a atividade:

- a) Necessidade de experiência e perfeito conhecimento do rio em toda a sua extensão;
- b) Valor de união e de companherismo entre os balseiros;
- c) Condições práticas para socorrem-se na hipótese de acidentes.

Nessas condições não se torna difícil acompanhar o pensamento daqueles que foram conscientes trabalhadores no Rio Uruguai.

Eles converteram-se em protagonistas, a partir do momento em que realizavam o trabalho, entregues à

própria sorte, sem proteção e amparo da legislação. Mesmo depois da aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho, decretada em 1º de maio de 1943, continuavam a expor suas vidas, sem levar em conta seus direitos e obrigações.

Constata-se, que apesar dessa conquista, a lei custou muito a ser aplicada, que beneficiasse os balseiros. Se esses ainda desconheciam seus direitos, os madeireiros, pouco ou quase nada faziam.

José de Miranda Ramos⁽⁴⁰⁾, Promotor Público e advogado que militou muito tempo na Comarca de Chapecó, através do jornal local, comenta exaustivamente, quando se refere ao trabalhador balseiro:

"Exercemos por alguns anos nesta Comarca a advocacia e pouquíssimas foram as reclamações trabalhistas de que tivemos conhecimento, processadas regularmente e, no entretanto inumeráveis são as que vieram ao nosso conhecimento por particulares."⁽⁴¹⁾

A autoridade citada, após uma longa pesquisa da situação do trabalhador brasileiro, frente ao descompromisso com a legislação social, também questiona a condição que envolvia os mesmos, quando vítimas de algum acidente.

Ainda no escrito, reporta-se à situação específica dos balseiros oestinos. Assim, vem a discorrer sobre o descumprimento da lei. Questionando esse aspecto, entende que a responsabilidade das partes envolvidas é a mesma: patrão e empregado. Tanto o patrão, como as autoridades, e, principalmente, o próprio trabalhador, sabem o que a lei estabelece.

40. Além de Promotor Público, atuou como advogado, foi Prefeito do Município de Chapecó a partir de 1950, Deputado Estadual, ocupou a Presidência do Poder Legislativo Catarinense. Como político militava no ex-Partido Trabalhista Brasileiro.

41. Jornal A Voz de Chapecó, (Chapecó) 23/8/47.p.1.

Reconhece, ainda, que o empresário não pode entregar seu produto a pessoas inexperientes e desconhecedoras do rio, mas também não é justa a exploração a que estavam sujeitos os balseiros na maioria dos casos.

Deixando claro sua posição favorável ao trabalhador, aponta que eles se deixavam intimidar pelos patrões ou apenas preferem um acerto, por isso conclama a todos a se unirem sugerindo a formação de um Sindicato dos Balseiros de Chapecó.

"Muito pensei sobre tão complexa questão, e entendo que a solução será, dentro da própria lei, a organização do Sindicato dos Balseiros. Não se compreende e não se admite que uma classe numerosa como é a dos balseiros no rio Uruguai, esteja entregue aos caprichos de sua própria sorte, sujeita às mais mesquinhas explorações de ordem moral e financeira. Assim terão a remuneração que o seu sindicato estabelecer e tranquilos enfrentarão a violência das águas e do tempo, porque saberão no caso de qualquer imprevisto, que seu sindicato fará valer seus direitos e garantirá o futuro de suas famílias. (42)"

Também, nesse sentido, merece destaque o pronunciamento feito pelo então Presidente do Instituto Nacional do Pinho, Virgílio Gualberto, quando, a convite da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai, visitou o município de Chapecó. Provavelmente tomou conhecimento "in-loco" das dezenas de trabalhadores balseiros que atuaram sem nenhuma proteção. Assim é que registra a posição oficial do órgão responsável da atividade madeireira nacional.

Em depoimento prestado à imprensa local e em reunião na sede da Cooperativa, reconhece que a vida dos balseiros era instável, sem identificação qualquer, pois não possuíam registro nem pertenciam a nenhuma categoria profissional. Essa condição é que impedia os balseiros de receberem alguma assistência. Também reco-

42. Jornal A Voz de Chapecó (Chapecó) 23/8/47.p.1.

nheceu que os balseiros têm sido uma classe muito explorada pelos patrões. Assim é que deixou uma sugestão objetivando atendimento a essa classe trabalhadora destina:

"O Instituto dos Marítimos poderia incluí-los em seus quadros, para efeito de pecúlio ou pensão à família em caso do desaparecimento do chefe, o que de resto é comum é muito comum nas corredeiras quando, as águas esfacelam as balsas ou remorques". (43)

Contudo, são evidentes nos depoimentos que favorecidos ou não pelas leis em vigor no País, os balseiros desciam o rio. Ainda dependendo da temporada de chuvas, às vezes, desciam o rio em mais de uma viagem, especialmente se considerarmos que essa atividade constituía-se na única possibilidade de emprego.

Houve consenso entre os entrevistados, quando mencionam o ano de 1946, como sendo o ano em que presenciaram uma das maiores enchentes no Rio Uruguai.

Para Bellani, representou:

"A enchente que mais me impressionou, acho que foi a causadora de maiores prejuízos na nossa região, foi exatamente em quarenta e seis, já no final de minha atividade como balseiro. Foi uma enchente em que o Rio Uruguai atingiu dezoito metros de nível acima do normal". (44)

Alfredo Jandir Grando, confirmando a enchente de 46, complementa:

"Olha, a enchente que mais me impressionou, foi a enchente de janeiro de mil novecentos e quarenta e seis, foi a que mais me impressionou pelo seguinte, a altura dela. Veja uma coisa, eu sai de lancha do Goio-En as oito e meia da manhã e as onze e trinta horas eu apenas cheguei no Hotel Balneário de Iraí. Foram três horas de viagem daqui à Iraí de lancha. Só aí, pode-se avaliar a velocidade da água e a altura que estava. Entrei no hotel pela janela, a água estava chegando na porta da casa, no assoalho da casa." (45)

-
43. SANTOS, Pedro S. Marcha para o Oeste, elemento de grandeza do Brasil in Zedra Prefeito da Silva, Chapecó e Joaçaba, A visita do Governador Irineu Bornahusen e sua comitiva. RJ. Laemert, 1952.
 44. Bellani, entrev. cit. p.2 (1).
 45. Grando, Alfredo. entrev.cit.8.

Para Hugo Campos, a referida enchente também deixou marcas em sua memória. De sua fala, obtém-se outros momentos que enfrentaram:

"A de quarenta e seis. Aquilo deu uma enchente violenta e tinha muita madeira nesse rio (Uruguai). Então uma balsa se quebrava uma contra a outra. Onde tinha madeira amarrada na costa, vinha outras balsas, pegava e levava e arrebentava tudo e era aquele rolo de madeira no rio." O rio cheio é o maior perigo do mundo. Então imagina, as balsas que dão nas curvas do rio e ele com mais de dez metros acima do nível, agarra os matos. Alaga tudo no mato e ficam as madeiras grossas tipo cabide na água, assim. Foi perdido mais ou menos cem mil dúzias de madeira. (46)

Pode-se, ainda, analisar o depoimento do empresário madeireiro, a respeito do prejuízo que muitos tiveram:

"Foi uma enchente muito violenta. Todos os madeireiros trataram de aproveitar a situação, após quase três anos sem levar madeira para a fronteira e vender. Muitas amarras das balsas estavam em péssimas condições de permanecerem muito tempo dentro da água. Assim, muitas balsas quebraram desde as primeiras corredeiras. As madeiras todas se espalhavam. Evidentemente que para recolher isso exigiu sacrifício e um custo muito alto e que nem sempre compensava. Houve gente que teve grandes prejuízos. Houve caso até de suicídio. Madeireiros, faliram e perderam enormes quantidades de madeira. Meu pai também sofreu prejuízos, mas se recuperou." (47)

Outra constatação importante: as enchentes compensavam os períodos em que as águas não permitiam as viagens e a realização de negócios. Vendida a madeira de balsa, acarretava, sem dúvida, o afluxo de numerário à região. Os empresários exaltavam-se, pagando os débitos atrasados de empréstimos, juros e os salários dos trabalhadores.

Estes resultados, também evidenciam os percalços que o homem enfrentava até chegar ao destino. Para alcançar bons resultados, os balseiros tinham como desafio a ser vencido um caminho longo e cheio de perigos.

46. Campos, entrev. cit. p.8.

47. Grando, Ury. entrev. cit. p. 9 e 10.

A viagem de balsa não dependia só do volume de água, mas também de vencer as centenas de quilômetros até o destino. Sobre o trajeto percorrido, que era o leito do rio, os antigos balseiros recordam cada ilha, curva, remansos, corredeiras e outros obstáculos que atravessavam, descrevendo-os com minúcias:

Além do perigo enfrentado, temos o relato de um acidente numa viagem. A balsa havia sido formada num porto de embarque de madeira, no município de Concórdia (SC), na localidade chamada de Passo Brun, em 1939.

"Formamos a balsa, nem bem estava pronta, veio uma enchente muito violenta e não tivemos condições de segurar a madeira amarrada no local. Fomos obrigados a viajar de noite. Há um local chamado Passo do Uvá, fica hoje no município de Itá (SC), onde o rio faz uma curva, um cotovelo muito vivo. É lugar correntoso e aí forma-se o Remanso do Uvá, local muito perigoso que para passar era preciso passar no ponto certo. Existe o ponto do Uvá, onde o rio não podia ter mais de três metros ou três e meio de água. Devido a essa circunstância que relatei, nossa balsa escapou, como se dizia. Seguimos em cima, entrando nesse chamado Remanso do Uvá, que quer dizer mais ou menos o seguinte: a água bate neste cotovelo, forma um círculo e volta rio acima, encontrando-se com a água que desce, a madeira vem de cima e entra por baixo da água que volta. Com mais ou menos nove metros de água, mais que o dobro, entramos nesse remanso e na passagem a balsa toda submergiu, levando rancho, canoa, mantimentos. Ficamos com uma balsa que tinha mais ou menos cento e vinte metros de comprimento, com aproximadamente quarenta e cinco metros. Ela foi quase toda destruída. Nós seguimos viagem até Porto San Javier na Argentina uma lancha da marinha Argentina, nos viu em situação pedindo socorro, atracaram-nos na costa." <48>

Observa-se que, geralmente, a balsa era largada às 10 horas da manhã. Se o ponto de partida fosse o Porto Goio-En, após uns três quilômetros deparavam-se com a ilha do Cerne. Essa não atrapalhava a viagem, desde que a balsa fosse bem conduzida.

Depois dessa ilha até atingir o limite do território brasileiro com a República Argentina, os balseiros tinham que ultrapassar, com segurança, outras ilhas, os remansos e as corredeiras:

- Ilha do Mulato, Saltinho, Ilha Lameu e Rapadura (município de Caxambu do Sul);
- Ilha do Chapecó, Corredeira Comprida (Barra do Rio Chapecó (Município de São Carlos);
- Passarinhos, Ilha do Cascalho (Mun. Palmitos);
- Ervas, Fortaleza, Macaco Branco (entre o município de Mondai e Itapiranga);
- Salto do Mucunã, Nove Voltas, Corredeira de Santo Izidio, Cancha de Santa Maria, Ilhas de Comandai e Mercedes, essas já na saída do território brasileiro.

Da descrição de Santos, sobre o percurso, anota-se:

"Tem a Rapadura, Don José, o Poço da Comadre, o Estreito, as Aguas, Passarinho. Depois aí tem uma boa parte de água mansa, mas de Mondai para baixo, começa água braba de novo. Aí ninguém pode amarrar madeira lá, É um remansinho, depois o Pardo, um remanso grande onde pode amarrar, depois tem a Fortaleza, que é remanso grande. Depois tem o Remanso de Manuel Vivino, esse remanso é muito bom para atar madeira e até para pousar. Daí pra frente é brabo. Tem o Macaco, o Peperi, o Salto Grande, ali pertinho. Mais para baixo tem as oito enseadas, sem poder atar em parte alguma. Depois vem o Alto Uruguai, depois de passado, então tem o Soberbo que é lugar bom para atar madeira, mas tem de passar por duas ilhas Bonita e Chafariz. Depois as Nove Voltas. Aí se leva um dia e uma noite sem encontrar nada. Depois, daí pega água ligeira de novo e vai até o Canal do Torto. Do canal para baixo já tem algum remansinho, mas depois vem o Mato Queimado, que é lugar dos balseiros posarem mesmo, daí se chega a Porto Lucena." (49)

Todas essas ilhas, remansos ou corredeiras são lembradas não só pelo fato de servirem de orientação durante a viagem, mas, principalmente, pelos perigos maiores que ofereciam à tripulação das balsas.

Grando, em sua narrativa, aponta dois pontos principais das viagens que lhe deixaram lembranças: o Salto de Mucunã, pela beleza natural e a Cancha de Santa Maria, pela dificuldade em atravessá-la.

Diz ainda ser o Salto do Mucunã mais bonito que as decantadas belezas de Iguazu. Resumindo o mesmo, temos o registro:

"O Salto do Mucunã é o seguinte: o rio Uruguai se reduz dentro de um canal de aproximadamente uns quinze metros de largura. Ele tem um tombo de água horizontal de seis a sete metros. Agora no lado argentino, porque ali é a divisa Brasil-Argentina, é um paredão de pedra. Assim é que a água vai caindo aos poucos. Tem um canal que a água cai e cai aos poucos, assim é, que no verão e o rio seco, é um arco-íris permanente. E do lado do Rio Grande do Sul é uma varzea, assim como é que vamos dizer, é uma laje só. Então quando o rio tem altura, essa laje fica toda coberta e o salto forma marretas de cinco a seis metros de altura." (50)

A Cancha de Santa Maria é mencionada, também, pelos demais entrevistados, como um dos lugares mais perigosos, com mais de 1500 metros de largura e água parada. O maior problema, entretanto, era o vento que provocava grandes ondas, "marretas" ou os "estouros" de água". Aqui, os acidentes podiam acontecer devido ao estado das balsas, após alguns dias de viagem.

Outro local, segundo os balseiros, muito perigoso de passar, era o Salto Grande. Esse, para Hugo Campos, representava:

"...um salto muito perigoso, ele desmancha muito as balsas. Lá no Salto o pessoal não pode se segurar em cima da balsa e ela vai correndo. Quando eram empurradas por lanchas a balsa ia até no tope do Salto e depois as largavam. Tem dezesseis quilômetros e a velocidade da água é monstra. Depois do Salto tem a Enseada das Telhas, se a balsa bater também desmancha." (51)

Havia outros locais, que os protagonistas chamam de "cemitério dos balseiros" ou ainda "lugar pegadeiro", isso devido à própria velocidade que atingia, fazendo com que parte da balsa se desprendesse.

Outro detalhe a respeito dos perigos enfren-

50. Grando, Alfredo. entrev.cit. p.5.

51. Campos, entrev. cit.p.2.

tados durante uma viagem: a neblina. Essa, cobrindo o leito do rio, impossibilitava de enxergarem o que tinham pela frente. Ou, ainda, tornava difícil de se localizar que altura da viagem haviam atingido.

Em caso de neblina, o relógio e o eco de gritos ou assobios dos balseiros permitiam que os mesmos pudessem orientar-se e determinar mais ou menos em que ponto do trajeto se encontravam.

Essa situação é descrita por Grando:

"Nós nos orientávamos pelo eco e pelo relógio. Assim, sabíamos que de tal a tal lugar levaríamos tantas horas. Com a prática a gente vai adquirindo experiência, então calcula aproximadamente. Não se pode calcular exatamente. Também a gente grita, dá um grito e você escuta o eco que responde dos dois lados. Você ouve onde o eco responde antes, é porque se está mais perto da costa e pelo relógio a gente sabe se estávamos por exemplo na costa de Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul. Havia lugares como a Fortaleza que se passa mais para o lado do Rio Grande do que de Santa Catarina. Se puxava assim, mais para o lado do Rio Grande do Sul." (52)

Santos, em outro depoimento que merece atenção, quando se refere às passagens entre uma e outra margem do Rio Uruguai, essas denominadas de "cruzos", nessas oportunidades:

"...os cruzos são muito importantes. Muitas vezes tinha de cruzar para o Rio Grande, depois de cruzar para Santa Catarina em outra parte da viagem. E a parte da frente da balsa que faz o cruzo, esse tem de ser na hora certa, depois não faz mais. Se a balsa entrar errada nos cruzos, vai errada com jeito da água. Tem de aproveitar a tirada e daí dá certo mesmo." (53)

Para Campos a neblina foi considerada o "maior cemitérios dos balseiros", ao exprimir sua opinião:

"Dá uma cerração que não se enxerga um palmo adiante dos olhos, tem de se ir no cálculo pelo barulho do rio. A gente pega um pedaço de pau e bate no rancho, o eco responde a distância que se está da costa, onde está mais longe ou mais perto" (54)

52. Grando, Alfredo. entrev. cit, p.6.
53. Santos, entrev.cit.p.3.
54. Campos, entrev.cit.,p.15.

Apesar de frequentes os acidentes, nem sempre causavam perdas de vidas humanas. Os balseiros limitam-se, apenas, a dizer que houve muitas, sem oferecer maiores pormenores. Contudo, Campos e Rotava, descrevem dois momentos com mortes no rio:

"Um acidente que eu assisti no rio, foi lá pela Ilha Grande. Deu um ressojo e pegou a balsa de tábuas e um peço João Maria. Esse, até é parente dessa Dozolina que mora no Goio-En. Ele caiu na frente da balsa e a balsa puxou ele para baixo. Nós procuramos ele e não achamos. Depois de descarregar a madeira lá em São Tomé, estava emprensado entre dois quartéis. Ele estava trapiado ⁽⁵⁵⁾ bem bem chatinho. Esse acidente que me lembro, outros não me lembro. ⁽⁵⁶⁾

"Eu tive notícias de muitos acidentes. Ali no Santo Izídio uma balsa que o prático era o João Garcia, virou os quartéis e um peço não correu de onde ele estava e o quartel da frente o trapiou, e o homem se prensou no meio das táboas e morreu." ⁽⁵⁷⁾

"Junto comigo nunca houve. Houve mortes de outras balsas. Das dezoito viagens que realizei o pessoal que viajou comigo nunca sofreu acidente algum. ⁽⁵⁸⁾

Abordando outros aspectos da tavesssia no rio, dizem-nos, os balseiros, detalhes do relacionamento entre os tripulantes da balsa, brincadeiras, doenças e outras dificuldades.

A comida dos balseiros, durante a viagem era composta basicamente de arroz, feijão, carne seca e café preto. Dependia das condições climáticas e da correnteza da água naqueles momentos, permitindo ou não atracarem a balsa, em algum lugar na costa do rio.

Com a balsa parada, tudo era mais fácil e passavam a ter uma alimentação melhor e mais regular. Na preparação das refeições um dos tripulantes tirava um tempo para cozinhar ou então entregavam essa tarefa

55. Trapiado: Com o sentido de aprisionado, como numa armadilha
 56. Campos, Hugo Almeida., entrev.cit. p.3.
 57. Rotava, Ines, entrev. cit.p.2.
 58. Grandó, Alfredo Jandir, entrev. cit.p.6.

àqueles que às vezes viajam juntos por serem amigos ou conhecidos dos práticos. Como os utensílios de cozinha aproveitavam latas de óleo ou querosene como panelas. Normalmente cada um levava seus próprios talheres.

No que tange às doenças ou moléstias que estavam expostos os balseiros, distúrbios gastrointestinais os mais frequentes eram provocados pela comida e bebida. Nessas ocasiões a medicação constituía-se de chás ou ervas caseiras, mas se alguém viesse a se ferir o atendimento era sempre o do improvisado. Nos casos de maior gravidade, cabia esperar até chegarem ao destino para terem um melhor atendimento.

Inquestionavelmente, os relatos dessas situações complementam o quadro das dificuldades enfrentadas pelos protagonistas. Esses, não apenas representam o lado pictoresco do fato relatado, mas o que se exprime da situação vivenciada:

"...uma noite de tempestade após a turma haver jantado, comido bastante, comida pesada para enfrentar um trecho do rio muito bravo que exigia muito trabalho, um rapaz chamado Fernandes teve uma espécie de congestão, começou a rolar-se no rancho e clamar por remédio e ninguém tinha nem mesmo um melioral...mandando que ele tomasse quanto chá pudesse que era para ficar bom. Eu tinha absoluta certeza, ele sugestionando-se com aquilo e enchendo o estômago de água morna, vomitou e ficou bom. No outro dia quis saber que remédio era aquele que eu havia preparado, fui até a cabeceira de uma tora que são amarradas com cipó e mostrei, "olha o remédio que botei dentro da água para você saiu desse cipó, mas não é o cipó que fez efeito meu filho foi a água morna fez que você vomitasse e ficasse bom". Era assim que a gente se socorria no caso de alguém ficar doente ou numa indisposição. Mas era muito difícil porque todos eram gente nova, gente forte gente rústica do interior, aguentando todas aquelas vicissitudes e aquelas interpéries". (59)

Embora a bebida fosse proibida na balsa, havia homens que sempre davam jeito de levarem consigo. Mesmo durante a travessia, dependendo da altura em que se encontravam, ou mesmo atracados, podiam comprar nos

59. Bellani, entrev. cit. p.8 (1).

alambiques existentes na beira do rio ou dos canoeiros que vinham vender o produto. Se a quantidade da bebida ingerida pelos tripulantes provocasse não raro alterações na viagem, os envolvidos eram dispensados, sendo levados até a barranca do rio ou simplesmente recebiam apenas pelos dias ou horas de trabalho até aquele momento.

Apesar da vigilância e do controle para o transporte da madeira em balsa, havia a necessidade dos próprios trabalhadores estabelecerem algumas condições entre eles para a viagem. Também podia acontecer rebeliões por parte da tripulação. A questão perpassava devido a acidentes no percurso, quando parte da balsa, logo após a largada, se desprendia, pouca alimentação e demora no recebimento do salário estipulado.

Um outro expediente era utilizado pelos balseiros, o "toro" popularmente chamado de "bico", levando outros produtos para venderem. Nesses casos problemas e complicações podiam aparecer para os práticos ou donos da madeira.

De maneira geral, foram esses os desafios que o homem oestino travou com a natureza. Assim pôde vender e entregar o produto, fruto de seu trabalho e do qual provinha seu sustento, acúmulo de capital, legando sua contribuição para o crescimento da região.

5. A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.5. A Remuneração

O trabalho assalariado dos balseiros consiste em um outro detalhe a ser avaliado pelos indivíduos que se aventuraram a navegar com madeira pelo Rio Uruguai. Se de um lado a madeira e as balsas ajudaram a criar riquezas para muitos, de outro lado, foram indispensáveis para a sobrevivência de dezenas de trabalhadores envolvidos.

Os depoimentos anteriores demonstram a complexidade de se organizar uma balsa, transportá-la pelo rio e, finalmente, entregar o produto nos portos de destino. Contudo, não há o que se questionar porque elas foram essenciais num determinado período da evolução sócio-econômica do Oeste de Santa Catarina.

A atividade desenvolvida pelos balseiros, era geralmente em forma de prestação de serviço. Esta modalidade de pagamento permaneceu, dentro do cenário cestiniano, por todo o período da atividade de levar madeira à Argentina, pelo sistema de balsas.

Embora conquistada a segurança e proteção pela legislação brasileira, os balseiros não tiveram oportunidades de serem beneficiados em seu trabalho. As novas formas sociais de amparo à classe trabalhadora, salvo algumas exceções, a poucos beneficiaram.

Pode-se dividir a classe dos trabalhadores-balseiros em duas categorias: o balseiro-prático e o balseiro-peão.

O balseiro-prático, já conhecido pela sua experiência e conhecimento do rio, era melhor remunerado.

O balseiro-peão ganhava bem menos, pois era um auxiliar, cabendo-lhe os serviços mais pesados..

Destacadas essas duas categorias, os primeiros normalmente trabalhavam sempre para a mesma empresa madeireira. Inexpressivos eram os que serviam como empregados efetivos de uma firma ou empresa madeireira. Esses labutavam pelo sistema de prestação de serviços e nem sempre mediante contratos assinados. Os outros (peões), atraídos pelas possibilidades de conseguirem emprego, se deslocavam e procuravam morar perto dos portos de embarque de madeira. Geralmente, os escolhidos já eram conhecidos dos práticos experientes. Cabia a eles fazer a admissão na própria beira do rio.

Nestas circunstâncias, a firma Angelo Emilio Grandó possuía mais de um prático, e por ocasião das enchentes utilizava seus serviços.

Registrou-se que os irmãos Dal Ponte, Américo, Hilário e Aldo, tornaram-se conhecidos como os melhores práticos que existiam na época. Os referidos irmãos possuíam uma pequena empresa de prestação de serviços. Por certo, possuíam seus próprios empregados, pois contratavam, ainda em tempo normal, para a formação da balsa e o seu transporte.

Outros práticos conhecidos na região, eram: Manuel Baron, Eufrásio Lemos, João Canoeiro, Artidor Pinheiro, Emílio Turra, Balduino Otto, Severino Spuldaro, Antonio R. da Silva.

Nas declarações de Hugo Campos, os Dal Ponte e mais o João Canoeiro eram os práticos mais famosos, em razão de:

"...cuidarem melhor da madeira. Tinham mais interesse no madeiral dos patrões. Sempre entregavam a madeira inteira lá em baixo" (59)

Na verdade, todos os envolvidos no transporte de balsa eram remunerados. Especificamente quanto ao pagamento do balseiro-prático, como do balseiro-peão, esses são confirmados pelas declarações dos entrevistados. (Quadro de Nº 13)

Assim, Ury Grando registra:

"Eram pessoas assim que trabalhavam com papai, como os Dal Ponte e os Luzia. Os peões, os balseiros comuns, esses admitidos na barranca do rio. Faziam questão de descer em balsas, porque ganhavam em seis ou sete dias de trabalho e de viagem o equivalente as vezes a dois meses serviço." (60)
(Quadro 13 e Anexo 18)

QUADRO Nº 13
TOTAL PAGAMENTO EM CRUZEIROS A BALSEIROS
FIRMA ANGELO EMILIO GRANDO
1945/1949

ANO/ DIA E MES	1945	1946	1948	1949
28/02	-	3.807,00	-	-
30/04	-	1.585,00	-	-
31/05	4.055,30	-	1.380,00	17.166,25
30/06	-	-	455,00	-
31/07	-	-	7.043,00	-
31/8	-	15.148,00	-	-
30/09	-	597,00	-	-
31/10	-	2.510,00	2.990,00	-
15/11	-	-	7.490,00	-
23/11	-	-	500,00	12.026,00
30/11	-	1.310,00	-	-
31/12	-	3.195,00	5.185,00	-
TOTAL	4.055,30	28.152,00	24.973,00	29.192,25

Obs: Ano de 1948 nada foi registrado.

Fonte: Livro Contabilidade A.E.G., Acervo particular: Ury Grando -Chapecó- SC.

Quanto à modalidade da remuneração dos balseiros pode-se afirmar que os empresários-madeireiros davam preferência ao pagamento por dúzias de madeira

59. Campos, entrev.cit. p.3.

60. Grando, Ury. entrev. cit. p.17.

trabalhada ou transportada, como uma forma de responsabilizar mais os encarregados da entrega da madeira. Outros preferiam pagar por viagem realizada. De uma forma ou outra tudo dependia dos contratos havidos anteriormente entre as partes.

Para não tornar exaustiva a leitura dos inúmeros depoimentos sobre o ganho de um prático e de um peão, resume-se o que nos pareceu de maior relevância:

- o prático ganhava na faixa de Rs 500\$000 a Rs 700\$000 e os peões entre Rs 150\$000 a Rs 180\$000,
- a inexistência de inflação em determinados períodos da vida brasileira, automaticamente aumentava o valor da remuneração, pois se o peão ganhava o montante descrito, era, segundo os balseiros, muito dinheiro, pois na região não podiam obter este valor em uma semana de trabalho;

O pagamento feito por dúzias de madeira transportada dependia da época. Em seu depoimento o empresário Ury Grando, relata que a empresa de seu progenitor, no início pagava dois a três mil réis por dúzia. Com o passar do tempo, chegou a pagar mais Rs 20\$000 por dúzia.

Para Bellani, referindo-se à remuneração dos balseiros, complementa:

"Um prático já era assim uma profissão e disso vinha a fama. O prático que conduzia as balsas inteiras até chegar lá em baixo, era procurado e cobrava um pouco mais. Mas não era muito. Um prático para ganhar na época quinhentos ou seiscentos mil réis, tinha de ser desses melhores, que pegava uma balsa e entregava inteira lá em baixo. Era na época bastante dinheiro. O peão ganhava menos. Peão bom ganhava cento e cinquenta a duzentos mil réis. (61)

61. Bellani, entrev. cit, p,4 (1).

Com a criação da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda, ela também passou a estabelecer os preços de madeira a ser transportada pelo rio por duzia ou por viagem realizada. Em 1946, como já anotamos o preço por duzia, foi fixado em Crs 20,00 (antigos Rs 20\$000).

Em sua entrevista, o peão de balsas Sebastião Hermenegildo dos Santos, que depois de certo tempo passou a atuar como prático de balsa, sobre o que ganhava através do trabalho realizado, afirma:

"Como peão nas primeiras viagens cheguei a ganhar até trezentos e vinte mil réis. A que mais ganhei, foi como prático, mil cruzeiros, pois como prático pegava de segunda mão dos Dal Ponte" <62>

Ines Rotava, questionado a respeito de seu primeiro ordenado, responde que desde garoto aprendeu a trabalhar com balsa com José Stormoski, morador antigo do Goio-En. Adquirindo experiência, começou a trabalhar de peão nas viagens. Tornou-se também prático de balsas.

"Nas primeiras viagens ganhava a comida, era piazote, então só ganhava a comida e a experiência. Depois, passei a receber vinte e cinco, trinta mil e mais. Não me lembro bem. Mas, era dinheiro." <63>

Nas informações prestadas pelos ex-balseiros, não só sob o aspecto histórico da atividade que desenvolveram, confirma-se a importância do trabalho que realizavam.

62. Santos, entrev. cit. p.4.
63. Rotava, entrev. cit. p.3.

CONCLUSÃO

A história da ação do povoamento e colonização que se operaram no espaço geográfico do Velho Município de Chapecó precisa ainda ser analisada. Sabemos que os enfoques feitos estão incompletos, faltando-nos trabalhos, cujos levantamentos de informações e dados poderão dar outra dimensão ao problema. Só assim, configurar-se-ão, com mais nitidez, as etapas desse processo, envolvendo as inter-relações do homem e o espaço destino.

A região estudada esteve por diversos anos sob litígio, a respeito de seus limites, quer a nível internacional e nacional. Somente a partir do ano de 1917, a região do Velho Município de Chapecó passa a ter uma participação efetiva, dentro do contexto geo-econômico, social, cultural e político de Santa Catarina.

A região destina começa a estruturar-se política e administrativamente, proporcionando a vinda de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, oportunizando um considerável aumento populacional. A ação empresarial das colonizadoras desenvolveu intensamente a atividade econômica da extração dos recursos naturais.

Como decorrência dos fatos expostos, pode-se ressaltar:

1. Na vida e desenvolvimento da região do Velho Município de Chapecó, decididamente influenciaram as Companhias Colonizadoras, que atraíram os novos elementos (colonos) e construíram os núcleos industriais

madeireiros e de erva mate, estendendo-se ao comércio externo, com distinção a República Argentina.

2. Houve uma intensa destruição da floresta nativa, apesar de ter sido, por muitas décadas, a única opção de vida e sobrevivência na região. Também urge apontar a falta de supervisão de autoridades para evitar desmatamento, regulamentando a atividade madeireira. Afastada dos centros comerciais, a falta de comunicação das mais diversas, o Rio Uruguai foi a grande oportunidade existente para o escoamento do produto do trabalho para os centros importadores (Argentina e Uruguai).

3. A atividade extrativa incrementou mudança ímpar na vida regional. O encontro do homem com a floresta e sua exploração originou um sistema de trabalho, onde a oferta de mão-de-obra era grande, determinando o aparecimento de uma classe de trabalhadores. O comércio propaga a atividade das balsas e dos balseiros, uma das fontes de renda de grande parte da população.

4. Um meio de ganhar dinheiro e a experiência em navegar pelo Rio Uruguai envolveram pessoas desde a extração da madeira até o escoamento por intermédio das balsas.

5. Dentre as Companhias Colonizadoras a escolha recaiu sobre a Empresa Bertaso que desde 1917 vem atuando no sede do Município de Chapecó e com diversificada atividade: colonização, venda de terras, comércio em geral, atividade madeireira, reflorestamento, construção civil. Em ligação direta com essas atividades, descortina-se o contínuo desenvolvimento da região do Velho Chapecó e do Estado de Santa Catarina.

Hoje, com nova atividade econômica predominante, a região transformou-se num centro de agroindústria, constituindo-se num grande exportador de suínos e aves para diversos países. Atualmente a própria agroindústria entra numa fase de diversificação e caracteriza o Oeste de Santa Catarina em pólo alimentar.

Esperamos que com o surgimento de nova documentação e com estas perspectivas apontadas, outros trabalhos complementarão a historiografia regional catarinense.

ANEXOS DOCUMENTAIS

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**FONTES****CONSULTAS****ARQUIVOS:****Arquivos Públicos:**

- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- Arquivo Público de Santa Catarina, Florianópolis.
- Arquivo Prefeitura Municipal, Chapecó- SC.
- Arquivo do Cartório de Registro e Imóveis - Comarca de Chapecó.

Arquivos Particulares:

- Arquivo da Empresa Colonizadora Ernesto Francisco Bertaso, Chapecó (SC).
- Acervo Particular de Ury Grando, Chapecó - (SC).

JORNAIS:

Biblioteca Pública de Santa Catarina,
Florianópolis.

- **O Dia** (Florianópolis) 1920, 1922, 1924
- **O Estado** (Florianópolis), 1986
- **República** (Florianópolis) 1919 a 1928)

Biblioteca Municipal "Neiva Maria Costella",
Chapecó - (SC).

- **A Voz de Chapecó** 1939, 1940, 1942, 1946,
1947, 1946, 1948.
- **Jornal D'Oeste** 1940 a 1944
- **O Imparcial** 1951, 1952 e 1954

ENTREVISTAS:

Gravada e transcrita por Eli Maria Bellani,
depositada no Laboratório de História
Oral do Curso de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis

- Gentil Bellani (1) - 1975

Gravadas e transcritas por Eli Maria Bellani. Acervo Particular

- Alcindo Silva - 1976
- Alfredo Jandir Grando - 1983
- Angelo Sartori - 1990
- Arthur Argeu Lajús - 1975
- Dante Travi - 1975
- Ernesto Pasquali - 1990
- Euclides Silva - 1975
- Generoso Ribeiro do Amaral - 1976
- Gentil Bellani (2) - 1990
- Herminio Tissiani - 1991
- Hugo de Almeida Campos - 1983
- Ines Rotava - 1983
- João Batista Zeca - 1975
- Nestor Limongi - 1991
- Moacir Sartori - 1990
- Sebastião Hermenegildo dos Santos - 1983
- Ury Grando - 1983

DEPOIMENTOS POR ESCRITO:

- Abigail Marques Zeca

FONTES IMPRESSAS:

1. Mensagem Governamental:

- Felipe Schmidt, 1918.
- Hercílio Pedro da Luz, 1920.
- Antonio Pereira Oliveira, 1924, 1925.

2. Relatórios:

a) Ernesto Francisco Bertaso:

- Encaminhado à Diretoria de Terras e Colonização de SC, 1934.
- Encaminhado à Comissão Especial da Faixa de Fronteira, com sede no Rio de Janeiro, 1940.

b) Prefeitos e Governadores:

- Do Prefeito nomeado de Chapecó, Tenente Alberto Mayer, ao Governo de Santa Catarina, 1935.
- Do Major João Garcez do Nascimento, Governador do Território Federal do Iguaçu, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (RJ), 1944.

c) Outros:

- Relatório do Vice-Presidente do Sindicato Patronal dos Madeireiros de SC, encaminhado ao Diretor da Secretaria do Conselho Federal do Comércio Exterior - RJ. SET. 1940
- Do Secretário do Sindicato Patronal dos Madeireiros do Estado de Santa Catarina, encaminhado à Secretaria do Conselho Federal do Comércio Exterior (RJ) SET. 1940.
- Abaixo assinado dos expórtadores de madeira de pinho do Paraná e de Santa Catarina, ao Conselho Federal do Comércio Exterior - RJ, MAR.1937

3. Anais, Censo e Projetos:

- Anais da Jornada Franco-Brasileira. Valorização Industrial da Madeira. CAPES/Aliaança Francesa. UFSC, Fpolis, 1986.

- Anuário Brasileiro de Economia Florestal (Instituto Nacional do Pinho), anos 48, 49, 51, 52.
- BRASIL, Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. População. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria Geral da Agricultura. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1929.
- Chapecó: Plano de Desenvolvimento Urbano. MINTER/SERFHAU, 1972.
- Projeto Chapecoense de Desenvolvimento. Administração: WAGNER/PAGANELLA, 1973, mimeo.
- Estudo para Implantação Distrito Industrial. FUNDESTE, Chapecó, 1976, mimeo.
- Projeto Cultural para a Jurisdição da FUNDESTE. **O Homem de Três Fronteiras**, de autoria de Santo Rosseto, FUNDESTE. Chapecó, 1986.

- Atlas Escolar de Santa Catarina,
SEPLAN/SC, Florianópolis, IOESC, 1991.

LIVROS E ARTIGOS:

- ABREU, Alcides. **Rumo Oeste**, in Informativo DEACCOOP (Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo, Florianópolis, Set. 48, Ano 1 Nº p.42-44
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, Laudes, 1970.
- CARR, E.H. **Que é História?**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª.ed. 1987.
- COSTA, Odah R. Guimarães. **As inovações nos setores do mate e da madeira no Paraná no Sec. XIX - fator de mudança**, in II Anais, SBPH, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Idaulo J. **A Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- BELLANI, Eli Maria. **Balsas e Balseiros no Rio Uruguai (1930-1950)**. in Cadernos do CEOM. FUNDESTE, Chapecó, Abril/88.
- Idem. **Município de Chapecó: Legislação e Evidências (1917-1931)**. in Cadernos do CEOM, FUNDESTE, Chapecó, Agosto/89.
- Idem. **Santos Marinho e Passos Maia: a Política no Velho Chapecó" (1917-1931)**. Chapecó, Litoprint Editora Gráfica. 1990.
- BUESCU, Mircea. **Evolução Econômica do Brasil.**, Rio de Janeiro, APEC, 4ª. ed. 1976.
- IDEM. **Métodos Quantitativos Em História**. Rio de Janeiro, LTC.
- BREVES, Wenceslau. **O Chapecó que eu Conheci**, in. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3.(6): 07-73, 1985

- BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense.** Fpolis, CNI/FIESC.1988.
- D'ECA, Othon Gama. **Aos espanhóis Confinantes** Florianópolis, Livraria Moderna, 1930.
- Exposição Histórico Jurídica sobre a Questão de limites entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1899
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo, Ed.Nacional, 15ª ed., 1977.
- FOLADOR, João David. **História de São Lourenço e do Oeste Catarinense.** Monografia Municipal. São Lourenço do Oeste, Tip. Cruzeiro Ltda, 1988.
- GIALDI, Francisco. **Câmara Municipal de Maravilha, 30 anos de História de Maravilha.** Monografia Municipal, Maravilha, Brescovi e Cia Ltda., 1988.
- GISSI, Clemens. **Eu Fugi da Sibéria.** Grafisel, Chapecó, 1985.
- GRIGGS, Rosemari P.E. **Aspectos da Economia Catarinense Nos Séculos XVIII e XIX,** in Blumenau em Cadernos, Tomo XVI, Nºs 10,11,12 out/nov/dez. 1975.
- HERWIG, Tutz Culmey. **A Filha do Pioneiro.** Edição da Prefeitura de São Carlos (SC), IOESC, Florianópolis, 1987.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas.** Porto Alegre, EMMA, 1978.
- MACHADO, Ewerton Vieira **Palma Sola- Monografia Municipal.** Fundação Projeto Rondon, Div. Exec. em Sergipe, 1978, mineo.
- MALAN, Alfredo. **O Passo do Goyo-En.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3º. trim. 1818.
- MARROU. Henri. Sobre o Conhecimento Histórico. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MARTINS, Estevão de Rezende. **Atualidade e Relevância da Teoria da História.** in Revista da SBPH. SP. nº 1983.
- ORO, Eliseu. **História de Descanso -SC.** Grafisel, Chapecó, 1986.

- ORTIZ, Hilda Beatriz. **Oeste Bravo**. in Cadernos do CEOM/FUNDESTE, Chapecó, 1986.
- Idem. **Síntese Pre-Histórica da Região Oeste Catarinense**. in Cadernos CEON/FUNDESTE, Chapecó, 1987
- PELUSO, Victor Antônio. **A Evolução da Cidade de Chapecó; de Povoador a Centro Regional**. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Fpolis. 3(4):365-99, 1982/83.
- PIAZZA, Walter. **Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1982.
- Idem. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis, UFSC/ Ed. Lunardelli, 1987.
- e HUBNER, Laura Machado. **Santa Catarina: História da Gente**. Fpolis, Ed. Lunardelli, 1987.
- POLLI, Jaci Caboclo, **Pionerismo e Marginalização**. in Cadernos do CEON/FUNDESTE, Chapecó, 1986
- ROSSETO, Santo. **Síntese Histórica da Região Oeste**, in Cadernos CEON; FUNDESTE. Chapecó, Assessorar. PR. 1989. reedição, p.13.
- SALDANHA, José de. **Exploração Industrial de Madeira. Conclusões de uma vistoria**. Coleção: Documentos interessantes para a História do Rio Grande do Sul. in Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, Ano IX, 1929
- SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1977.
- SILVA, Zedar Perfeito. **A Viagem do Governador Irineu Bornhausem**. 1951.
- SAUZEY, J.A. **La Pologne Par L'Image**. Paris, Societé Francaise de Librairie "Gebethner e Wolff", 1932.
- KOELLN, Arno. **Porto Feliz: A História e uma Colonização às Margens do Rio Uruguai**. Edição da Coordenadoria Municipal de Educação - Mondaí (SC), Serviços Gráficos de Rothermund, SA. São Leopoldo, 1980.

KLEIN, Roberto M. **Arvores Nativas da Floresta Sub-Tropical do Alto Uruguai.** in Coleção Sellowia, Itajai, 1972.

MUNICIPIO DE CHAPECO CRIADO PELA LEI 1147 DE 25 DE AGOSTO DE 1947 POSSUINDO UMA EXTENSAO TERRITORIAL DE APROXIMADAMENTE 14 MIL KM2 E A DIVISAO POLITICA ADMINISTRATIVA A PARTIR DE 1953

CORONEL FREITAS - (06/10/61)✓

!
UNIAO DO OESTE (04/01/1988)✓

DIONISIO CERQUEIRA - (30/12/1953)

!
----> SAO JOSE DO CEDRO (27/07/1958)

!
----> GUARUJA DO SUL (18/12/1961)

!
----> PALMA SOLA (18/12/1961)

ITAPIRANGA - (30/12/1953)

!
TUNAPOLIS (26/04/1989)✓

MONDAI - (30/12/1953)

!
DESCANSO (12/09/1956)

!
IPORA DO OESTE (04/01/1988)

PALMITOS - (30/12/1953)

!
MARAVILHA - (27/07/1958)

!
CUNHA PORA (27/07/1958)

!
IRACEMINHA (26/04/1989)✓

SAO CARLOS - (30/12/1953)

!

MODELO (07/12/61)

!

SERRA ALTA (26/04/1989)

!

PINHALZINHO (07/12/1961)

!

SAUDADES (07/12/1961)

!

NOVA ERECHIM (04/12/1964)

SAO MIGUEL D'ESTE - (30/12/1953)

!

ANCHIETA (20/03/1963)

!

GUARACIABA (20/07/1961)

!

ROMELANDIA (09/12/1963)

XANXERE - (30/12/1953)

!

ABELARDO LUZ (27/07/1958)

!

FACHINAL DOS GUEDES (26/07/1958)

!

VARGEM (16/03/1964)

XAXIM - (30/12/1958)

!

GALVÃO (14/12/1962)

!

QUILOMBO (06/10/1961)

!

SAO DOMINGOS (27/07/1958)

MAREMA (03/06/1988)

AGUAS DE CHAPECO - (14/12/1962)

CAMPO ERE - (27/07/1958)

CAXAMBU DO SUL - (14/12/1962)

SÃO LOURENÇO - (26/07/1958)

ANEXO Nº2

JUSTIFICATIVA E PROJETO-LEI PARA FIXAÇÃO DA SEDE MUNICIPAL DE CHAPECÓ DE AUTORIA DO DEPUTADO MANOEL DOS SANTOS MARINHO

1. Considerando que a lei n. 1147 de 25 de Agosto de 1917, dividiu em 4 municípios o território que passou para a jurisdição deste Estado, em virtude do acordo homologado pela lei da República n. 3304 do mesmo mês e ano;

2. Considerando que a mesma lei em seu art. 1.º 4, criou a sede provisória do Município e Comarca de Chapecó, na povoação de Passo Bormann (hoje Vila), até que o Congresso Representativo, designa-se a sede definitiva do Município e Comarca;

3. Considerando que tendo sido de conformidade com o mesmo art. e lei instalado o Município e Comarca em 15 de Novembro de 1917;

4. Considerando que depois dessa instalação, o Município já adquiriu prédio próprio para o funcionamento da Superintendência Municipal e Conselho Municipal;

5. Considerando que nesse mesmo edificio adquirido à expensas dos cofres municipais, existem amplas dependências, estando em uma delas funcionando o forum;

6. Considerando que em Passo Bormann, onde está instalada a sede provisória é o centro mais rico da comarca;

7. Considerando que em Passo Bormann já existe iluminação pública;

8. Considerando que o Município para aumentar seu patrimônio adquiriu além do terreno, 120 hectares onde está instalado o edifício da Superintendência Municipal, adquiriu mais 150 hectares de terras que serão divididos em lotes para edificações;

9. Considerando que essas propriedades do Município, trarão indispensavelmente futuro lucro para o mesmo Município;

10. Considerando que a Vila de Passo Bormann, é o maior centro comercial do Município, existindo em seus arredores três engenhos de Serra a Vapor e dois Moinhos para Trigo e Milho;

11. Considerando que existem para mais de 30 casas comerciais e oficinas, todas elas funcionando;

12. Considerando que na Vila e seus arredores existem para mais de 100 casas de família, todas elas habitadas;

13. Considerando que no 1. Distrito sede da Vila de Passo Bormann, já existe para mais de 400 eleitores;

14. Considerando que na Vila de Passo Bormann, já existe recursos tais como: Farmácia e Médico;

15. Considerando que já existe nessa Vila, Estação Telegráfica e está criada Agência de Correio;

16. Considerando que já existem na mesma vila diversas estradas que ligam o nosso estado com os vizinhos do PR e SC;

17. Considerando que já está quase toda carrocável a estrada que liga a Vila com o posto Goio-En, no Uruguai, toda ela feita às expensas dos cofres município;

18. Considerando que já está aplainada a sua principal rua e levantado grande parte do perímetro urbano;

19. Considerando que já está quase concluído a aplainamento da Praça Dr. Felipe Schmidt;

20. Considerando que da Vila de Passo Bormann é que partem as estradas que ligam todos os distritos do Município;

21. Considerando que existe apenas a diferença de 24 quadras a distância que vai de Vila à queda d'água, situada no lageado "Serrinha" que futuramente será aproveitado para a iluminação elétrica pública e particular;

22. Considerando que o Município já aplicou parte de suas rendas para o embelezamento da Vila e o bem estar da sua população;

23. Considerando que, desde a sua instalação, até a presente data, já foram requeridos para mais de 50 lotes urbanos para sua edificação;

24. Considerando que na Vila de Passo Bormann é o centro de maior movimento de exportação para a República Argentina e Rio Grande do Sul, como seja a exportação de Herva-Mate, Fumo, Milho, Feijão e diversas madeiras de lei em toros e beneficiadas;

25. Considerando que toda a vila está cercada de herva e pinheiros, que mais facilmente facilita a exportação;

26. Considerando que existe na Rio Uruguai, pertencente a Vila de Passo Bormann, 4 postos fiscais, todos obedientes à Coletoria Estadual, que tem sede na Vila;

27. Considerando que a transferência da sede definitiva para outra da Vila de Passo Bormann, acarretará além de muitas despesas, enorme prejuízo para o Município, quer para o Estado e quer para a União; como sejam mudança da Superintendência e Conselho, Coletoria Estadual e Telegráfo Nacionais, e seus funcionários;

28. Considerando que a sede provisória da maneira porque anda esta, tem prejudicado grandemente o progresso da própria Vila e do Estado. Apresento o seguinte projeto:

O Congresso Representativo do Estado de SC, decreta;

Art.1.- Fica criada a sede do Município e Comarca de Chapecó na Vila de Passo Bormann, sede onde já funciona provisoriamente.

Art.2. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Congresso Representativo do Estado de SC, em 31 de junho de 1919.

Deputado Manoel dos Santos Marinho.

Fonte: Jornal "República", Fpolis. 14/8/1919.p.2.

ANEXO Nº 03

**ATA DA FUNDAÇÃO DA SEDE DA COLONIZADORA
BERTASO MAIA E CIA. E ASSENTAMENTO DO PRIMEIRO MARCO DA
POVOAÇÃO "CHAPECÓ".**

Aos onze dias do mes de fevereiro de mil novecentos e vinte e dois, no segmento Distrito, Município da Comarca de Chapecó, no lugar até a presente data denominado "Passo dos Indios", a uns seiscentos metros mais ou menos ao Sul do Lageado denominado "Indios", ali presentes o Sr. Dr. Mario Vicente Vianna, Juiz de Direito da Comarca; Sr. Dr. Oscar Leitão, Promotor Público da Comarca; Sr. Elias Menezes, Intendente do segmento distrital, representando o Sr. Major Freitas, Superintendente Municipal em Exercício; o Sr. Tenente Adelino Marcelino de Souza, Delegado de Policia do Município; o Sr. Major Octacilio Sperry, Presidente do Conselho Municipal; os Srs. João Antunes de Almeida e Manoel Gurjão de Mattos, Membros do Conselho Municipal; o Sr. Dr. Wencesláu Breves, Chefe da Comissão Técnica do Estado; os Srs. Ernesto Bertaso e Coronel Manoel dos Passos Mais, Diretores da Empresa Bertaso Maia e Cia, e um acrescido número de pessoas abaixo assinadas, procedeu-se com as formalidades de estilo o assentamento do primeiro marco da sede do povoado "Chapecó". Usando da palavra o Dr. Wencesláu Breves em eloquente discurso saudou os sócios da Empresa, explicando aos presentes o fim da reunião e terminando por convidar em nome da Empresa o Sr. Dr. Mário Vicente Vianna ilustre Juiz de Direito da Comarca para bater o prego comemorativo no marco da fundação, o que feito o Exmo. Sr. Dr. Mario Vicente Vianna, pedindo a palavra saudou os sócios da Empresa por tão auspiciosa iniciativa. Usou da palavra o Sr. Dr. Oscar Leitão, Promotor Público, que me nome

do primeiro Substituto do Superintendente Municipal em exercício, que digo, em termos eloquentes por sua vez saudou os sócios da dita Empresa, congratulando-se com o Município por esse fato que é o primeiro passo para uma era de progresso e desenvolvimento. Por fim usou da palavra o Sr. Coronel Manoel dos Passos Maia, manifestando-se em nome da Empresa da qual é sócio os seus agradecimentos, prometendo cooperar no quanto possível para o progresso e desenvolvimento desta facção catariense. E para constar foi lavrada a presente ata que vai por todos assinada.

Mário Vicente Vianna, Oscar Leitão, Elias Menezes de Oliveira, Octacílio Sperry, Adelino Marcolino de Souza, João Almeida, Manoel Gregório de Mattos, Wencesláu Breves, Engenheiro Franco de Primio, Giácomo Lunardi, Luiz Lunardi, Juliano Antonio Poletto, Alberto Berthier de Almeida, Ricieri Marchiori, Francisco e Julio Lunardi, Antonio Félix Lopes, Balduino Linck, Ignácio Machado dos Santos, Francisco Silva, Waldemar Bornhausen, Manoel Antunes de Almeida, Augusto Pompermayer, João Hilário do Nascimento, Rodolfo Fin, Demosthenes Bornhausen, Pedro D'Agostini, Carlos Dhein, Pedro da Silva Maciel, Pedro do Nascimento Foortes, Fabiano Lemes, Pedro Antunes dos Santos, Jósimo Lemes Brizola, João de Oliveira Brizolla, Candido Nunes dos Santos, Lucio Machado de Jesus, Lucio Antunes Moura, Alcides Pedrozo da Silva, Aurino Padilha, Joaquim P. Pinto, Romualdo Alves da Silva, João Pereira Vailon, Amantino José de Almeida, João Batista Concio, Porcino Pimpão da Silva, Estevão Machado de Jesus, Manoel Sebastião Machado, Sebastião Pires dos Santos, Severiano Machado, Pedro Fonini, Fabiano José Rodrigues, Moises Gurjão, Joaquim Machado de Almeida, Emilio Alves, Candido Gonçalves das Chagas, Jozé Pedrozo da Silva, Antonio Caleffi, Antonio Dorneles dos Santos, Victório Dal

Piva, Alberto Dal Piva, Clementino A. Da Silva, Luiz Nogueira Figueró, Miguel ? da Luz, Domingo da Silva Tupinanbá, João Antonio de Mattos, Antonio Guilherme Zeferino, Aparício Rolim de Moura, Dário Sperry, Arthur Sperry, Alvaro Berthier de Almeida, João Guido Zanuzzo, Theodoro da Silva Oliveira, Estácio Barboza de Jesus, Manoel Passos Maia, Ernesto Francisco Bertaso, Carlos Octaviano Seara.

Fonte: Livro de Atas S/N, fls.1 e 2. Acervo: Prefeitura Municipal de Chapecó)

ANEXO Nº 4

CARTA ENVIADA A ALBERTO BERTHIER DE ALMEIDA
PELO CORONEL ERNESTO FRANCISCO BERTASO

Passo dos Indios

20 Março de 1929

Alberto Berthier de Almeida

Passo Fundo (RS)

De acordo com o que aí conversamos e, tendo depois melhor estudado o assunto, venho, primeiramente expor o seguinte:-

Como o Amigo conhece de sobra as minhas propriedades aqui em Chapecó e sabe mais ou menos a quantidade de pinheiros, cedros e mais madeiras de lei existentes, dando perfeitamente para uma empresa poderosa trabalhar muitos anos, montando diversos engenhos para a extração do pinhal e explorando os cedros e mais madeiras. Além disso tenho os cedros e as madeiras existentes não só aqui nas imediações da sede, como também à margem dos rios Chapecó e Irani, que são matas quase que completamente virgens, tendo mais a facilidade da descida pelos rios acima referidos.

E bem verdade que existe no Rio Chapecó um salto onde se diz ser difícil a descida de balsas, mas o Amigo sabe da opinião que se tinha antigamente sobre o Salto do rio Uruguai, onde diziam ser impossível a descida do mesmo; entretanto hoje, tornou-se tão fácil a passagem que nem mais se fala em tal salto.

Quanto ao do Rio Chapecó, é opinião de abalizados no assunto que com pouca despesa se pode arreben-tá-lo, tornando-se a passagem facilima.

Para melhor esclarecimentos junto uma planta do conjunto das terras de minha propriedade e dou a área de cada fazenda separadamente, bem como das terras vendidas e das que ainda disponho.

Possuo três Fazendas a saber:

- Fazenda Campina do Gregório com área total de 501.550.239 metros quadrados, adquirida de particulares e servida pela estrada de rodagem Goio-En/Passo dos Indios.

- Fazenda Rodeio Bonito com área de 84.921.610 metros quadrados, adquiridas do Estado de Santa Catarina a titulo de concessão e com prazo para colonização até o ano 1940. E servida pela estrada Passo dos Indios/Xanxerê.

- Fazenda Chapecó com área de 538.186.748 metros quadrados também adquirida do Estado de Santa Catarina, nas condições da antecedente e servida pelo Rio Chapecó em toda sua extensão.

Estas três fazendas ficam juntas, como poderá ver pela planta e tem a área total de 1.124.658.597 metros quadrados.

Vendi na Fazenda Campina do Gregório mais ou menos 290.000.000 metros quadrados. Na Rodeio Bonito mais ou menos 2.000.000 metros quadrados. Na Fazenda Chapecó 388.058.597 metros quadrados. Total área vendida: 680.058.597, metros quadrados. Tenho portanto ainda para dispor a área de 444.600.000 metros quadrados ou sejam 44.460 hectares ou sejam ainda 1840 colonias

de 10 alqueires. Proponho o seguinte: vendo 500 colônias (121.000.000 de metros quadrados) a escolherem onde convier e mais toda a madeira existente no restante das terras que ainda disponho, inclusive, um engenho de serras em perfeito estado de funcionamento movido a turbina hidráulica e instalado no coração do pinhal, tudo pela importância de Rs 1\$600 (mil e seicentos contos de reis).

Posso asseverar que só as quinhentas colônias garantem 1500 contos, pois, como sabe o amigo, tenho e estou vendendo atualmente a três contos de réis cada colônia de 10 alqueires (242.000 metros quadrados). As terras estão todas medidas e divididas em colônias de 10 a 15 alqueires.

Comprometo-me mais: a não vender uma só colônia durante cinco anos, deixando as vendas a cargo da empresa que se organizar, uma vez feito o negócio. Isso quer dizer que a empresa poderá dispor das 1840 colônias como bem entender durante cinco anos. Si antes de findo este prazo a empresa tiver vendido as quinhentas colônias compradas, ficará então a venda das restantes a meu cargo, resalvando as madeiras que serão sempre de propriedade da nova empresa. E si durante os cinco anos a empresa tiver vendido sómente algumas colônias ou si não tiver vendido nenhuma, escolherá as quinhentas ou o que faltar para completá-las onde melhor lhe parecer.

Resalvo unicamente para mim as terras dos quadros das povoações, sómente as terras, porque as madeiras estão compreendidas na proposta. Além disso a nova empresa poderá, também, adquirir as madeiras das terras já vendidas no preço razoável, comprometendo-me a encaminhar o negócio com os colonos, não garantindo, porém, que todos vendam as madeiras, mas acho muito

viável e, creio mesmo ser fáccil comprara de grande parte deles.

Sei ser mais difícil comprarem as mattas dos Irmãos Lunardi e qu ficam situadas entre os rios Jacutinga e Burro Branco, com área de 78.900.000 metros quadrados.

No caso do amigo achar viável a aceitação dessa minha proposta, seria bom vierem até aqui examinarem a excelência das mattas e hervais e a exatidão do que proponho.

Uma vez aceita, a nova empresa poderá desde logo entrar trabahando, tomando conta do engenho e além disto disponho também de casas para as administradores morar.

Na expectativa de seus dizeres a respeito, subcrevo-me.

Attº Amigo e Obgº

Ernesto Francisco Bertaso

ANEXO Nº 5

CARTAS ENVIADAS A BERLIM E ZURICH PELO
COLONIZADOR CORONEL ERNESTO FRANCISCO BERTASO

WEIL-MAYER

13 DE ABRIL DE 1934

ZUERICH, 1

HONNWEG, 53

Vossa valiosa carta de 7 de fevereiro recebi e agradecendo, informo que:

1. Responsabilizo-me plenamente pela terra que lhes ofereço para compra. Ela tem clima favorável e ali não existem nem malária nem outras doenças tropicais. Também os terrenos vizinhos estão livres de doenças.

2. Meu preço definitivo é de Rs 120:000\$000 por hectare de terra a vista e, em prestações: 50% no ato de assinatura do contrato e depois no máximo em três prestações com 8% de juros.

3. As autoridades não vão fazer quaisquer dificuldades aos imigrantes judeus. Nós cuidaremos disso. De todo modo tomo plena responsabilidade concernente às formalidades de imigração.

4. Para compra de instrumentos agrícolas, construção de casa e outras edificações, cerca de arame farpado, compra de gado - o colono precisa mais ou menos até..... mil francos franceses.

5. Permito-me dar-vos uma visão geral sobre minha propriedade: 80% dela serve para o cultivo agrícola (especialmente de plantas de pastagens e tabaco); de milho, feijão, trigo, batatas, bananas,

etc... e, em região do Rio Chapecó e Irani, também cana de açúcar.

Ali existe densa floresta com cedros, louros e outras madeiras preciosas, que estão comercializadas por compradores generosos e transportadas para Argentina. A propriedade tem poucos morros, poucas pedras e presta-se para lavoura com arado; 20% de terra possui pinheiros e herva-mate, mas serve para cultivo de outras plantas também, menos cana de açúcar - tendo 30% de produtividade a menos. Desses bosques exporta-se madeira para Argentina; produz-se ainda herva-mate que tem resultados excelentes.

A produtividade de um hectare desta terra (sem adubo, com adubo maior porcentagem) é de 3000 quilogramas de milho ou 3000 quilogramas de trigo ou 1500 de feijão. A terra é dividida em colônias, cada uma de 24 hectare ou 2000 metros quadrados, que possuem água corrente (rio, lagoa) e com ligações rodoviárias. Na propriedade existem muitos rios, lagos e cascatas que podem ser aproveitados para moinhos, serrarias e usinas elétricas. Toda a produção de minha terra está aproveitada no lugar para uso próprio, pois os habitantes dedicam-se somente ao cultivo de herva-mate e corte de madeira, o que não é autosuficiente, assim que a comida é comprada nas outras colônias.

A mais próxima estação de ferrovia (São Paulo-Rio grande do Sul) é Herval com mais de 150 km de distância, tendo porem boa ligação rodoviária com a minha colônia. O rio Chapecó que percorre maior parte de minha terra, desemboca no rio Uruguai. Durante a cheia transporta-se madeira com balsas até para Argentina. No aproveitamento de terra estão: cultivo de

terra, cultura de uva, produção de herba-mate, comércio de madeira, criação de animais.

6. Quanto a porcentagem que voçeis querem receber, estas estão altas demais. Voçeis querem 20% de toda a compra. Eu ofereci ao Sr. uma porcentagem, que para comprador deve ser satisfatória. Eu vou dar-lhe 4% do preço da compra, logo após a assinatura do contrato e recebimento da primeira prestação.

Se o Sr. achar somente um comprador para minha propriedade e esta for vendida, o Sr. receberá logo 4% o que representa perto de 60 mil francos suíços - que é bom negócio.

Deve-se considerar ainda que no caso de venda a prestação, o Sr., recebe de imediato a sua parte, enquanto eu devo longo tempo esperar meu pagamento. É certo que o Sr. pode pedir uma soma maior por minha terra e, neste caso a diferença pertencerá ao Senhor. No caso de uma venda rápida e boa, eu darei ao Sr. uma gratificação.

7. Eu acho difícil a venda desta terra, pois os compradores não conhecem a propriedade. Se o Sr., porém, achar um comprador que se interessa-se por ela e quisesse comprar, faz favor de me telegrafar e, então vou chegar para concluir o contrato definitivo.

Esta carta mando-lhe por intermédio de meu advogado, que lhe entregará minha procuração para a venda da terra. Peço-lhe de tratar deste assunto que para nós dois poderá dar bons resultados.

Parece-me que lhe dei todas as informações pertinentes. Outras informações o Sr. poderá receber. Esta carta por causa da viagem, mando-lhe atrasada.

Esperando a resposta, assino. Com minha consideração.

Ernesto Francisco Bertaso

9 de Abril 1934

Rudolf Preise
Berlim
Tauentienstrasse, 5

Respondendo sua carta de 11 de janeiro, comunico-lhe:

1. Minha propriedade de 50.000 (cinquenta mil) hectares de terra, divide-se em duas categorias (essas porém não tem nenhuma influência para o preço, pois uma categoria completa isso que falta a outra).

a) 80% da propriedade tem uma terra para o cultivo (de plantas, de pastagens e de tabaco) de: milho, feijão, trigo, tabaco, plantas de pastagens, batatas, bananas, laranjas, etc. ... é perto do rio Chapecó e Irani, serve para o cultivo de cana de açúcar.

O terreno possui um bosque velho com cedro, louros e outras árvores nobres, que podem ser comprados pelos generosos compradores e vendidos na Argentina. O terreno tem poucos morros, sem pedras e presta-se a lavoura com arado.

b) 20% do terreno tem pinhos e herva-mate e pode-se plantá-los, com exceção da cana de açúcar, no caso apresenta uma desvantagem de 30% de produtividade. Desses bosques de pinho, vende-se a madeira para a Argentina, fora, disso cultivava-se herva mate, que dá ótimos resultados.

2. A produtividade de um hectare desta terra (sem adubo e com adubo dá um pouco mais, dá 3 mil kilogramas de milho ou dois mil quilogramas de trigo ou ainda 1,5 mil de feijão.

3. A propriedade está dividida em colônias, cada uma de 24 hectare ou dois mil metros quadrados, com água corrente (rio, lago e mais uma ligação rodoviária).

4. A propriedade possui muitos rios, lagos e pequenos catadupas com possibilidade de construir moinhos, serrarias e usinas elétricas.

5. O clima é moderado muito saudável; as doenças são conhecidas.

6. A produção de minha colônia é consumida no lugar, pois os trabalhadores cultivam principalmente herba-mate e corte de madeira, que não é suficiente para o sustento. Assim a comida está sendo comprada nas colônias vizinhas. A próxima estação ferroviária (São Paulo/Rio Grande) é de Herval e está a 150 kilometros de distância, mas ligada com uma boa autoestrada

7. O Rio Chapecó, sobre o qual a minha colônia está situada, desemboca no Rio Uruguai. No tempo das cheias, transporta-se balsas de madeira para a Argentina

8. O aproveitamento da terra, baseia-se em: plantação de trigo, de uva, herba-mate, comercialização de madeira e criação de animais.

Deste relato, como so Senhor vê, o preço de minha propriedade não é caro, pois as árvores nobres elevam o preço da terra.

O preço de três mil réis por colônia de 25 hectare cada uma, vale hoje 600 marcos alemães. Certamente, existem terras no Brasil, mais baratas, mas a 500 ou 600 kilometros longe dos centros culturais, com morros, pedras e na maioria das vezes com clima insalubre.

Afinal, estou disposto se se tratar dum comprador certo e de toda a propriedade, fazer-lhe um preço bem melhor.

Esta carta, mando-lhe com atraso, por intermédio do meu advogado que lhe entregará uma procuração para sua venda (do terreno)

Peço, então, de ocupar-se com afinco deste negócio, para ter um resultado positivo e bem interessante para nós dois.

Uma pequena soma, que o senhor sempre me pede, não envio-lhe por razões de diferença de cambio.

Espero que após satisfatória conclusão do nosso negócio, esta pequena soma será cem vezes maior.

Esperando sua resposta, assino com consideração.

Ernesto Francisco Bertaso

FONTE: Livro Copiador de Correspondências, fls. 328/330. Acervo: Empresa Bertaso Chapecó - SC.
(Os originais são datilografados, escrito em língua alemã. Tradução de: Kazimierz V. Sienkiewicz)

ANEXO Nº 6

PROJETO DE LEI ENCAMINHADO PELO PRESIDENTE DO ESTADO DE SANTA CATARINA AO EGREGIO CONGRESSO ESTADUAL (1926), ESTABELECEndo CRITERIOS E FIXANDO IMPOSTOS PARA EXPORTAÇÃO DE MADEIRA EM BALSAS NO MUNICIPIO DE CHAPECÓ.

Projeto n.41 das Disposições Gerais

Art.37- O imposto de exportação de madeira escoada em balsa pelo rio Uruguai, e cobrado pelas estações Fiscais do Município de Chapecó, incidirá sobre balsa integral de acordo com a seguinte tabela.

a) balsa de 100 ou mais de 100 vigas cilíndricas pagará Rs 200\$000; b) balsa de 101 a 150 vigas pagará Rs 300\$00; c) balsa de mais de 150 vigas pagará Rs 400\$000; d) balsas de vigas falquejadas pagará mais 50% sobre os impostos devidos por balsa de vigas cilíndricas; e) balsa de vigas cilíndricas e falquejadas pagará mais 25% sobre os impostos devidos por balsa de vigas cilíndricas; f) as vigas não poderão ter mais de 0,50 de diâmetro em sua maior grossura e, no caso de excederem dessa dimensão pagará cada balsa mais 25%.

Parágrafo 1º - Os exatores do Município de Chapecó, organizarão a matrícula de todos os comerciantes de madeiras estabelecidos nas zonas de sua jurisdições, mediante declaração pelo mesmos fornecidas em que deverá constar o lugar da situação de cada empresa o nº de trabalhadores e o nº de balsas que provavelmente poderá exportar anualmente.

Parágrafo 2º - O empresário ou comerciante poderá pagar antecipadamente nas Estações Fiscais acima citadas ou em qualquer Posto Fiscal a elas subordinados,

que lhe parecer mais próximo as guias que necessitar para a exportação do ano, não podendo entretanto, reclamar a restituição do imposto pago, caso por qualquer hipótese, não efetuar dentro do exercício a exportação de madeira correspondente às referidas guias.

Parágrafo 3º - O empresário ou comerciante que exportar alguma balsa sem a competente guia, ficará sujeito ao pagamento dos direitos em dobro a ela correspondente na forma do Decreto Federal n. 895 de 12/11/15, e no caso de apreensão a uma multa correspondente a metade do valor das madeiras apreendidas de acordo com o art. 212 do regulamento da Fazenda Estadual.

Parágrafo 4º - O empresário ou comerciante que iludir o fisco, exportando quantidade maior de vigas ou balsas do que as consignada em guia, pagará em dobro o imposto correspondente a parte que a mais exportar, uma vez que dentro de 30 dias contados da data da saída da balsa não se apresentar à Estação Fiscal que forneceu a referida guia para pagar o imposto correspondente ao excesso exportado.

Obs: Quando da sua aprovação, o mesmo sofreu alterações sendo aprovado nos seguintes termos: a) de 100 ou menos de 100, pagará Rs 200\$000 b) de 101 a 150, pagará Rs 300\$00.

FONTE: Jornal "República", Florianópolis, 17/10/1926, pg.2. Biblioteca Pública. Fpolis. SC)

ANEXO Nº 7

SERRARIAS LOCALIZADAS NO TERRITORIO DO VELHO MUNICIPIO
DE CHAPECÓ, POR DISTRITOS

1. DISTRITO SEDE DO MUNICIPIO

Proprietário	Localidade
1. Alberto B. Almeida	Goio-En
2. Alberto H. Ely	Cidade de Chapecó
3. Alfredo Cerrutti	Passo Bormann
4. Angelo Emilio Grando	
5. Aquiles Tomazelli	
6. Amadeu Maggioni	Serrinha
7. Angelo Emilio Grando	Herval
8. Domingos Baldissera	Passo dos Indios
9. Ernesto Bertaso	Cidade Chapecó
10. Ernesto Braun	Faxinal dos Machados
11. Eugênio Simonetto *	Colonia Cella
12. Eugênio Sordi	Divisa
13. Fioravante Baldissera	
14. Fiorindo Scussiatto	Serrinha
15. Guerino Dal'Molin	
16. Guilherme Sartori	
17. Josué Annoni	Passos dos Ferreiras
18. José Rotava	Santa Rosa
19. João Ant. Dalla Rosa	Bom Retiro
20. João Pedro Sotili	Rodeio Chato
21. Julio Favaretto	Passo dos Indios
22. Luiz Garcia	Rondinha
23. Luiz Menegatti	Divisa
24. Modesto Rigoni	Passo Bormann
25. Nestor Grando	Serrinha
26. Nilo Sudbrack	Rodeio Chato
27. Pascoal Moro	
28. Pedro Aita	Palmital
29. Pedro Loss	
30. Ricieri Zandavalli	Fazenda Sto. Antonio
31. Soc. Madeireira Xapecoense	Cidade
32. Tomazelli Menegatti	

2. SERRARIAS DISTRITO DE PASSARINHOS

1. Alfredo Cerutti	
2. Arthur Frederico Scheidt	Linha Central
3. Augunsto Kempfer	Cunha Porã
4. Cia. Territorial Sul Brasil	
5. Frederico Ebertz	
6. Frederico Jockh	
7. Fredolino Zimmer	Aguinhas
8. Helmuth Riese	Barra Grande
9. José Marcolino Eckert	Saudades
10. José Zien	Linha Cotovelo
11. João Koellen Filho	Cunha Porã
12. João Martin Schenen	São Carlos
13. Nicolau Schoemberger	São Carlos
14. Numievaldo Silva	São Carlos
15. Pedro Bottega	
16. Pedro Triches	sede
17. Primo Teston	Cunha Porã
18. Primo Teston e Irmão	Passarinhos
19. Reinoldo Schmidt	Palmitos
20. Ricardo Ahlf	
21. Scherlock Hall	Linha Cachoeira

22. Vva. Pedro Triches

3. DISTRITO DE ITAPIRANGA

- | | |
|---------------------------|------------------|
| 1. Alvaro José da Costa | |
| 2. Edmundo Telocken | Linha Dourado |
| 3. José Aloizio Franken | Dourado |
| 4. Oscar Guilherme Kayser | Linha Popy |
| 5. Pedro Kroth | |
| 6. Wellinghaus a L"uble | Linha Itapiranga |
| 7. Wilibaldo Hickmann | |

4. DISTRITO DE XANXERÊ

- | | |
|----------------------------|----------------------|
| 1. Angelo Bonfilio Corso | |
| 2. Antonio Albino Sobrinho | Xapecózinho |
| 3. João Winckler | |
| 4. Gracioso Berto | Fazenda Sto. Antônio |
| 5. Theodoro Schulle | |

5. DISTRITO DE FACHINAL DOS GUEDES

- | | |
|----------------------------|---------|
| 1. Colonizadora Rio Branco | |
| 2. Fortunato Danielli | Vargeão |
| 3. Migliorini Grandó Cia | |

6. DISTRITO DE MONDAI

- | | |
|-------------------------|------------|
| 1. Cristiano Wandscheer | Iporã |
| 2. Jorge Veit | Linha Lajú |
| 3. João Giordani | |
| 4. Pedro José Tillmann | |

7. DISTRITO DE CAXAMBÚ

1. Antonio Pasin
2. Demétrio Alves da Silva
3. Ildefonso Lopes da Silva
4. Ildefonso Lopes Filho
5. Modesto Silva

8. DISTRITO DE XAXIM

- | | |
|---------------------|-------------------|
| 1. Angelo Sartori | |
| 2. Antonio Sordi | Cachoeirinha |
| 3. Fermino Tozzo | Rondinha |
| 4. Guerino Bodanese | Linha Hervalzinho |
| 5. José Zanuzzo | Lageado Golfo |
| 6. Mario Ferrazzo | |

9. DISTRITO DE GUATAMBÚ

1. Ampélio Pan
2. Angelo Commel
3. Antonio Gil

4. Casimiro Lazzari
 5. Dante Travi
 6. Emilio Paludo
 7. Emilio Zandavalli
 8. Ferrucio Gallina
 9. Herminio Tissiani
 10. Herminio Tissiani
 11. José Gallon
 12. José Santinelli
 13. João Batista Dal Piva
 14. João Bussato
 15. João Moreira Filho
 16. João Oro
 17. Mathias Lorenzon
 18. Raimundo Corá
 19. Reinaldo Patussi
 20. Ricietri Marchiori
- Fazenda Sto. Antônio
Cascavel
Chalana
Cascavel

10. DISTRITO DE SÃO CARLOS

1. Benedito Haunse
 2. Gustavo Osvaldo Schenen
 3. Jacob Ratzinger
 4. João Camargo
- Saudades
Saudades

Fonte: Livro de Registro de Firmas Comerciais. Comarca de Chapecó. Nº 1 e 2. Cartório do Registro de Imóveis.

ANEXO Nº 8

PRESTAÇÃO DE CONTAS ENTRE OS SOCIOS SOBRE UMA
VIAGEM DE Balsa PELO RIO URUGUAI ATE SAO TOME
(ARGENTINA)

435 dzs taboas a 66\$000		28:710\$000
Frete Passos Indios ao Uruguai		
de 530 dzs a 8\$000	4:240\$000	
Frete balsa 435dzs 6\$000	2:827\$000	
Amarração 530 dzs a 1\$000	795\$000	
Cipós 90\$000		
Arames 180\$000		
Arames 132\$000		
2m. pregos 13\$000	415\$000	
Guias	1:187\$000	
Selos	80\$000	
Comissão Luiz Garcia	1:294\$100	
Despesas caminhão (gasolina)	120\$000	
Despesas Sto Tomé a S.Xavier do:		
Angelo Sartori com Sr. L.Garcia	320\$000	
Despesas hotel S.Tomé de treis	200\$000	
Despesas volta de A.Sartori	221\$000	
Despesas ida e volta por Bertaso	247\$800	
Telegrams BUE p/a S.Xavier	10\$000	
Comissão cobrou Emilio Grandó	1:435\$500	
Despesas pagas p/Bertaso na ida	13:407\$000	
Balanço	15.302\$600	
	-----	-----
	28:710\$000	28:710\$000
	-----	-----
Lucro liquido		15:710\$000
Treis sócios com 75% C/	11:476\$950	
E.Bertaso com 25%	3:825\$650	
	-----	-----
	15:302\$650	15:302\$650
	-----	-----
Saldo 3 sócios		11:476\$950
Despesas A.Sartori		741\$000
Despesas G.Sartori		9:664\$000

		21:881\$950

P/to G. Sartori		25\$000
G.Sartori recebeu Bertaso 2 X	600\$000	
A.Sartori recebeu Bertaso	200\$000	
A.Sartori recebeu Bertaso	3:000\$000	
G.Sartori recebeu Bertaso	1:000\$000	
G.Sartori recebeu Bertaso	6:000\$000	
G.Sartori recebeu Bertaso	8:000\$000	
G.Sartori recebeu Bertaso	3:617\$000	
Balanço		531\$800
	-----	-----
	22:417\$750	22:417\$750
	=====	=====
Saldo a favor de E.Bertaso 510\$800		

Importância recebida de E.Grandó	28:710\$000	
Importância recebida 3 sócios		11:476\$950
Pgo. Guilherme Sartori		9:668\$000
Pgo. Angelo Sartori		741\$000
Pgo. Ernesto Bertaso		3:825\$000

Pgo. Bertaso Desp/viagem	272\$800
Pgo. Luiz Garcia	1:294\$100
Pgo. comissão Emilio Grando	1:435\$000

28:710\$000	28:710\$000

Passo dos Indios, 20 de fevereiro de 1938

Ernesto F. Bertaso

ANEXO Nº 9

RELAÇÃO COMPRADORES DE MADEIRA DA SERRARIA SANTO
ANGELO, POR TIPO, TOTAL DUZIAS E VALOR EM
CRÚZEIROS

a) TABUAS

NOME	DZS	VALOR CRS
Alberto Feroldi	9	540,00
Angelo Barrato	26,5	548,00
Antonio Guilherme	3	180,00
Antonio Leite	3	210,00
Antonio Sogari	3	300,00
Antonio Zanella	2	80,00
Apolinário Faz	3	120,00
Argeu Lajús	2	120,00
Atilio Delani	10	750,00
Batista Zeça	16	635,00
Beno	2	200,00
Bruno?	6	360,00
Colégio Irmãs	2	240,00
Demétrio Loss	19	80,00
DER	150	1125,00
Diniz Ferreira	1	40,00
Eduardo	1,5	60,00
Espinato	2,5	120,00
Estanislau Druck	10	652,00
Fracelino	25	2500,00
Gildo Schait	18	2340,00
J.Machado	6	35,00
José Campanholo	1	100,00
José Felez.	90	1233,00
João ?	10	560,00
João Cósá	3	180,00
João Guollo	20	480,00
João M.de Jesus	6	510,00
João Teles	1	40,00
Juvenal Tatchs	2	240,00
Lindomar Bernardes	12	1205,00
Manção Cela	14	70,00
Mario Tomazi	71,5	2345,00
Martin Girardi	55	63,00
Olaria Xapecó	16	200,00
Olinto Zimmermann	11,5	1685,00
Oscar Matte	2	80,00
Paulo Sander	1	60,00
Pedro Barrato	23	1960,00
Pedro Campanholo	247	2470,00
Pedro Curtarelli	1	60,00
Pedro José Tillmann	9,5	150,00
Pedro Loss	34	3910,00
Prefeitura	3	230,00
Quito Sglierme	4	250,00
Raimundo Corá	2	240,00
Segundo Zaminham	3	340,00
Serafin Bertaso	7	280,00
Severino Trentin	65,5	3405,00
Soc.Esc. Agua Santa	15	960,00
Tomazini	84	512,00
Valdemar	5	400,00
Virgilio Fortes	2	120,00
Vitório Campanholo	7	420,00

b) BARROTES

Angelo Barrato	7	255,00
Antonio Sogari	6	45,00
Argeu Lajús	14	177,24
Bruno?	28	210,00
DER	15	112,00
Eduardo Paula Nunes	21	149,00
Ernez Sachi	1	120,00
Estanislau Druck	15	250,00
Fidelis Grando	80	798,00
Francisco	1	6,00
José Felez.	61	570,00
João ?	36	260,00
João M.de Jesus	8	52,00
Lindomar Bernardes	14	146,00
Mario Tomazi	36	415,00
Martin Girardi	51	931,00
Olaria Chapecó	138	1794,00
Olinto Zimmermann	4	201,60
Pedro Barrato	15	220,00
Pedro José Tillmann	8	80,00
Pedro Loss	54	300,00
Prefeitura	6	100,00
Ricardo Lago	4	40,00
Segundo Zaminham	6	66,00
Serafin Bertaso	70	1015,00
Severino Trentin	11	178,00
Tomazini	20	240,00
Valdemar ?	15	130,00
Vitório Barrela	30	625,00

c) CAIBROS

Angelo Barrato	23	158,00
Apolinário Paz	1,5	15,00
Argeu Lajús	13	164,50
Bruno?	38	107,00
Estanislau Druck	18	45,00
Fidelis Grando	2	120,00
José F.	2	12,00
João ?		70,00
João Félez	24	90,00
Lindomar Bernardes	2	14,00
Mario Tomazi	21	132,00
Pedro Barrato	23	291,00
Pedro José Tillmann	8	80,00
Pedro Loss	30	200,00
Ricardo Lago	14	50,00
Serafin Bertaso	43	270,00
Severino Trentim	43	551,50
Tomazini	5	220,00
Valdemar ?	15	60,00

d) COSTANEIRA

Angelo Barrato	23	18,00
Eduardo Paula Nunes	6	120,00
J.Machado		17,50
Pedro Loss	12	240,00

e) MATAJUNTA

Bruno?	50	75,00
DER	5	90,00
Estanislau Druck	8	144,00
João M.de Jesus	4	80,00
Lindomar Bernardes	15	225,00
Marcos Aiolfi	1,5	45,00
Pedro Barrato	9	190,00
Ricardo Lago	21	35,00
Severino Trentin	8	144,00
Vitório Campanholo	3	54,00

f) REFILHOES

Angelo Barrato	4	15,00
Bruno?	4	21,20
DER	4	12,00
Eduardo	1	12,00
J.Machado		20,00
José F.	104	100,00
João M.de Jesus	6	48,00
Mario Tomazi	5	5,00
Olaria Xapecó	1,5	92,00
Pedro Barrato	4	16,00
Prefeitura	2	10,00
Ricardo Lago	30	12,50

g) RIPAS

Angelo Barrato	3	9,00
DER	4	27,00
Estanislau Druck	13	6,00
José Grosee	4	48,00
Mario Tomazi	12	5,00
Severino Trentin	5	99,00
Vitório Campanholo	14	20,00

ANEXO Nº 10

RELAÇÃO NOMINAL DOS COMPRADORES DA SERRARIA SANTO
ANGELO
CHAPECO - SANTA CATARINA
1946 - 1948

Alberto Feroldi
Angelo Barrato
Antonio Guilherme
Antonio Leite
Antonio Sogari
Antonio Zanella
Apolinário Paz
Argeu Lajús
Atilio Bellani
Batista Zeca
Beno
Bruno?
Colégio Irmãs
Demétrio Loss
DER
Diniz Ferreira
Eduardo Paula Nunes
Ernez Sachi
Espinato
Estanislau Druck
Fernando Coradi
Fidelis Grando
Fracelino
Francisco
Francisco Ribeiro
Gildo
Gildo Schait
J. Machado
José
José Campanholo
José F.
José Grosee
João Bueno
João Cósá
João Félez
João Guollo
João M. de Jesus
João Teles
Juvenal Tatches
Lindomar Bernardes
Manção Cela

Marcos Aiolfi
Mario Tomazi
Martin Girardi
Olaria Xapecó
Olinto Zimermann
Oscar Matte
Paulo Sander
Pedro Barrato
Pedro Campanholo
Pedro Curtarelli
Pedro José Tillmann
Pedro Loss
Prefeitura
Quito Sglierme
Raimundo Corá
Ricardo Lago
Ricardo Tomazini
Segundo Zaminham
Serafin Bertaso
Severiano
Severino Trentin
Soc.Esc.Agua Santa
Valdemar ?
Virgilio Fortes
Vitório Barrela
Vitório Campanholo

ANEXO Nº 11

SERRARIA SÃO JOÃO
 PROPRIETARIOS: GUILHERME SARTORI/BERTASO
 CHAPECO - SANTA CATARINA
 COMPRADORES TABOAS, NOME, UNIDADES, DZS E VALOR

NOME	UNIDADE	DZS	VALOR
A) TABUAS: peça de madeira lisa			
Construtora Chapecoense	456	38	5085,00
Julio Panosso	420	35	5762,00
Clube Chapecoense	396	33	4415,50
Serafin Bertaso	375	31	1162,50
Oscar Matte	349	29	1137,00
Bertaso/Costella	302	25	2843,00
Guilherme Sartori	294	24.5	2117,50
Usina Força e Luz	282	23.5	3525,00
Luiz Pelegrini	278	23	1612,00
Carolina Melnichuski	268	22	2100,00
Roberto Armanini	252	21	2145,00
Antonio Sperandio	250	20	1400,00
João Arno	246	20.5	1715,00
Alexandre Tiezirini	218	18	2580,00
Severino Zani	188	15	1240,00
Jubiliano Moraes	180	15	1200,00
Artemio Costella	173	14	2433,00
D.E.R.	169	14	1312,50
Antonio Tomazini	150	12.5	522,00
Antonio Garinos	144	12	1100,00
Vicente Cunha	132	11	720,00
Pedro Campanholo	131	10	933,00
Angelo Barrato	120	10	2037,00
TOTAL	5773	480.5	49.097,00
B) REFILAO: pedaço de madeira sem casca			
Bertaso/Costella	480	40	292,00
Aquiles Veloso	240	20	130,00
João Arno	240	20	160,00
João Golf	240	20	160,00
Luiz Curtarelli	162	13.5	410,00
Mario Ribeiro	162	13.5	108,00
Artêmio Costella	156	13	78,00
Alexandre Parafianiak	156	13	106,00
Guilherme Sartori	120	10	80,00
Tadeu Govanski	120	10	80,00
João Zani	96	8	64,00
Vitório Barella	84	7	56,00
Colégio Bom Pastor	84	7	56,00
Carolina Conceição	72	6	48,00
João Santos	72	6	36,00
Lenio Lazzari	72	6	48,00
Miguel Menejinski	72	6	48,00
Onório Alberti	72	6	48,00
Demisiano Pinheiro	60	5	30,00
Manoel Erizola	60	5	40,00
Antonio Fortes	60	5	40,00
Archimedes Bortolamei	60	5	40,00
TOTAL	2940	245	2158,00

C) BARROTES: trave curta e grossa

Antonio Garinos	168	14	182,00
Fiorello Passuello	120	10	2424,00
Guilherme Sartori	94	7.8	1499,60
Constutora Chapecoense	94	7.8	1530,00
Prefeitura Municipal	73	6	1387,00
TOTAL	549	45.6	7022,00

D) MATA-JUNTA: haste de madeira para tapar ou encobrir

Alexandre Tiezirini	156	13	390,00
Atilio Mattiello	120	10	300,00
Balduino Superti	120	10	250,00
Carolina Melnichuski	120	10	300,00
Frederico Zilli	120	10	300,00
Angelo Cavalheiro	72	6	90,00
Faustino	60	5	37,00
TOTAL	768	64	1667,00

E) RIPAS: pedaço de madeira estreita e comprida

Domingos Giorno	84	7	280,00
Alexandre Tiezirini	72	6	180,00
Balduino Superti	72	6	180,00
Carolina Melnichuski	72	6	180,00
TOTAL	300	25	820,00

F) CAIBROS: barroto para sustento das telhas

Longines Lindeski	180	15	2222,00
Alexandre Tiezirini	32	2.6	304,00
Antonio Garinos	24	2	156,00
Carlos Matte	24	2	228,00
Carolina Melnichuski	24	2	228,00
Total	284	23.6	3138,00

G) COSTANEIRAS: cada tábuia estreita dum tronco serrado em diversas folhas.

Pedro Loss	144	12	240,00
Angelo Anzolin	120	10	150,00
Reinaldo Sulbach	120	10	190,00
D.E.R.	96	8	96,00
Jeronimo Rodrigues	84	7	140,00
José Meneguini	84	7	105,00
Balbina Maria Pinheiro	72	6	105,00
Casemiro Duke	72	6	72,00
João Corso	72	6	96,00
Otávio Rodrigues	66	5.5	82,50
João Olssesfi	60	5	75,00
Marco Mondes	60	5	60,00
Raul Batista	60	5	75,00
Vitório Palma.	60	5	75,00
TOTAL	1170	97.5	1561,00

ANEXO Nº 12.

RELAÇÃO NOMINAL DOS COMPRADORES SERRARIA SAO
 JOAO CHAPECO - SANTA CATARINA
 1946-1948

Nome	Atividade exercida
Adelino Bordin	eletrecista
Alberto Casanova	agricultor
Albino Bonadiman	agricultor
Albino Onghero	
Albino Fanizzi	
Alexandre Parafiniak	fotógrafo
Alexandre Tiezirini	tipógrafo
Angelo Anzolin	agricultor
Angelo Barrato	oleiro
Angelo Casanova	agricultor
Angelo Cavalheiro	
Antoni Sogari	
Antonio Alves	
Antonio Fortes	
Antonio Garinos	
Antonio Intti	
Antonio Luzzi	
Antonio Martim	
Antonio Sperandio	comerciante
Antonio Tomazini	construtor
Antonio Vichowski	
Antonio Von Nentegem	
Aquiles Veloso	
Archimedes Bartolomei	comerciante
Arlindo Amaral	
Arlindo Potrich	comerciante
Arnaldo Barki	
Artêmio Costella	oleiro/serraria
Ary de Carvalho Porto	funcionário público
Astrogildo Scheidt	funcionário/comerciante
Atilio Mattiolo	
Augusto Leandro	
Avelino Paimel	
Bacarin	dono hotel
Balbina Maria Pinheiro	artista circo
Balduino Superti	
Beltrão Alves Russo	
Bento Pinto Ferraz	comerciante
Bertaso/Costela	firma/oloria
Camilo Ferreira	
Candido Pires	comissário policia
Carlos Matte	comerciante
Carolina da Conceição	
Carolina Melnichuski	parteira
Casemiro de Bins	
Casemiro Duke	
Cezário Martins	
Clube Chapecoense	
Colonizadora Bertaso	empresa
Colégio Bom Pastor	escola
Construtora Chapecoense	
Cooperativa Madeireira.	
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem .	
Dario Fortes	
Demisiano Pinheiro	
Demétrio Loss	comerciante
Deodoro R.da Silva	

Diomedes Davi	comerciante
Domingos Giorno	tabelião
Enrique Sogari	
Ernesto Bertaso	empresário
Ernesto Diavam	comerciante
Eurico Marqueti	ourives
Fiorello Passuello	
Florentino da Silva	
Francisco GibelUCA	
Francisco Giorno	comerciante
Francisco Ribeiro	
Frederico Damiski	comerciante
Frederico Zilio	
Guerino Grando	
Guilherme Arisi	
Guilherme Sartori	madeireiro
Hugo Campos	madeireiro
Ilário Rosina	
Jacó Martini	
Jeronimo Rodrigues	funcionário público
Joaquim Custódio	
Joaquim Ferreira	
Joaquim R. da Silva	
Joaquim Rodrigues	
José Alves de Oliveira	
José Chinkeski	
José M. Costa	
José Miranda Ramos	advogado
José Maciel	
José Martins	
José Meneguini	
José Rotava	
José Zanela	
Jovino Soares	
João Antonio	
João Ariso	
João Arno	
João Bandeira	
João Batista Zeca	comerciante
João Corso	
João Flores	
João Golf	
João Kincheski	
João M. Santos	
João Manzoni	
João Maria do Carmo	
João Menegatti	
João Olssesfi	
João Ribeiro	
João Zani	
Jubiliano Moraes	
Julio Panosso (RS)	
Lenio Lazari	
Leonardo Sobieranski	
Libório Machado	
Lodovico Silvestre	comerciante
Longines Lindeski	
Lourenço Lorini	
Ludovico Tozzo	comerciante
Luiz Curtarelli	
Luiz Gallon	
Luiz Pelegrini	
Luiz Sasi	
Luiz Zaffari	
Malfati Bordin (RS)	
Manoel Brisola	
Manoel C. Batista	
Manuel Batista	
Manuel P. Vailões	

Manuela Dutra Ribas	
Marco Mendes	
Maria Sotili	
Maria Xavier	
Mario dos Santos	
Mario Ribeiro	
Martin Girardi	
Matias Fortes	
Miguel Menejinski	
Modesto Bacarin	
Moises Brizola	
Moisés Suspor	
Natalino Favari	
Nene Loss	
Norina Brizola	
Olinto Zimermann	funcionário
Onório Alberti	funcionário
Onório Padilha	
Orlando Correa	
Ortêncio Cordova	
Oscar Matte	comerciante
Osvaldo Miro	
Osvaldo Turella	
Osório Sartor	comerciante
Otávio Rodrigues	
Otacilio Ramalho	
Otaviano Figueró	funcionário público
Paulo Marques	coletor federal
Pedro Alves	
Pedro Braga	
Pedro Campanholo	agricultor
Pedro Loss	
Pedro Ramiro	
Pedro Vailões	
Pita	
Prefeitura	
Primo Martini	
Raimundo Corá	comerciante
Raimundo Zanela	comerciante
Raul Batista	
Reinaldo Sulzbach	comerciante
Ricardo Lago	comerciante
Ricardo Tomazini	construtor
Roberto Armanini	
Romeu Ferreira	
Rui Loss	
Salatiel Machado	
Serafin Bertaso	empresário
Severino Zani	comerciante
Stefania Ciszewski	
Tadeu Govanski	
Telegrafista/Pinheiro	
Thomas Zidko	alfaiate
Tomáz Morandini	comerciante
Usina Força e Luz	
Vergilio Forte	
Verissimo Pires	
Vicente Costa	
Vicente Cunha	funcionário
Vicente Neckel Gonçalves	
Victorio Palma	hoteleiro
Vitório Barella	comerciante
Zani Braga	

ANEXO Nº 13

RELAÇÃO COMPRADORES SERRARIA SAO JOAO
 NOME COMPRADOR, TIPO PEÇAS, DIMENSÕES VALOR UNITARIO
 E VALOR TOTAL - 1946 - 1948

COMPRADOR	PEÇAS	DIMENSÕES	UNITARIO	TOTAL.
Adelino Bordin	refilhão		8,00	24,00
Alberto Casanova	tábuas		60,00	90,00
Albino Bonadiman	costaneira		15,00	30,00
Albino Onghero	refilhão			20,00
Albino Panizzi	ripas			30,00
Alexandre Parafiniak	costaneira		20,00	40,00
Alexandre Tiezirini	tábuas	2x3x5,50	6,50	130,00
Alfredo	refilhão			16,00
Angelo Anzolin	costaneira	15,00	15,00	150,00
Angelo Barrato	matajunta		30,00	60,00
Angelo Casanova	refilhão		6,00	60,00
Angelo Cavalheiro	tábuas	1x12-55 II		360,00
Antonio Sogari	tábuas	1x12x18		100,00
Antonio Alves	costaneira		20,00	60,00
Antonio Fortes	refilhão		8,00	40,00
Antonio Garinos	tábuas	III	100,00	1000,00
Antonio Intti	refilhão		8,00	4,00
Antonio Luzzi	tábuas		80,00	160,00
Antonio Martim	costaneira		20,00	40,00
Antonio Sperandio	tábuas			1310,00
Antonio Tomazini	refilhão		6,00	24,00
Antonio Vichoski	tábuas		80,00	160,00
Antonio Von Nentegeu	tábuas	1x12x5,50		120,00
Aquiles Veloso	refilhão		8,00	80,00
Archimedes Bartolomei	refilhão		8,00	40,00
Arlindo Amaral	tábuas		100,00	550,00
Arlindo Potrich	matajunta		18,00	54,00
Arnaldo Barki	tábuas		60,00	600,00
Artêmio Costella	refilhão			18,00
Ary de Carvalho Porto	ripas			50,00
Astrogildo Scheidt	tábuas		100,00	500,00
Atílio Mattiello	matajunta		30,00	300,00
Augusto Leandro	refilhão			3,00
Avelino Paimel	tábuas		150,00	150,00
Bacarin	refilhão			8,00
Balbina Maria Pinheiro	costaneira			
Balduino Eugênio Schodler	tábuas		150,00	1350,00
Beltrão Alves Russo	refilhão		8,00	16,00
Bento Pinto Ferraz	tábuas			100,00
Bertaso/Costela	tábuas			190,00
Camilo Pereira	refilhão		8,00	16,00
Candido Pires	costaneira		20,00	60,00
Carlos Matte	refilhão			12,50
Carolina da Conceição	refilhão		8,00	48,00
Carolina Melnichuski	tábuas	I e II	150,00	2100,00
Casemiro de Bins	costaneira		12,00	24,00
Casemiro Duke	costaneira		12,00	72,00
Cezário Martins	tábuas		60,00	120,00
Clube Chapecoense	tábuas			4164,50
Colonizadora Bertaso	tábuas		100,00	100,00
Colégio Bom Pastor	refilhão		8,00	56,00
Construtora Chapecoense	tábuas		150,00	1875,00
D.E.R.	tábuas		80,00	400,00
Dario Fortes	costaneira			100,00
Demisiano Pinheiro	refilhão		6,00	30,00
Bemétrio Loss	costaneira		12,00	24,00
Deodoro R.da Silva	tábuas			60,00
Diomedes Davi	tábuas		60,00	60,00
Domingos Giorno	ripas		40,00	280,00
Enrique Sogari	tábuas		60,00	180,00

Ernesto Bertaso	barrote			43,20
Ernesto Diavam	tábuas	3x6x7		450,00
Ernesto Diavam	tábuas	3x6x55		250,00
Eurico Marqueti	tábuas			2550,00
Faustino	tábuas			36,00
Faustino	refilhão			4,00
Fiorello Passuello	barrote	3x6x650	25,00	1200,00
Florentino da Silva	tábuas			100,00
Francisco GibelUCA	tábuas	1x12x5,50	100,00	100,00
Francisco Giorno	matajunta			30,00
Francisco Ribeiro	refilhão		7,00	14,00
Frederico Damiski	tábuas		80,00	80,00
Frederico Lilio	tábuas		18,00	90,00
Guerino Grando	refilhão		8,00	32,00
Guilherme Arisi	tábuas			20,00
Mugo Campos	refilhão		8,00	16,00
Ilário Rosina	costaneira		12,00	12,00
Jacó Martini	barrotes	3x6x5,50	13,00	34,00
Jeronimo Rodrigues	refilhão		8,00	24,00
Joaquim Custódio	refilhão		6,00	6,00
Joaquim Ferreira	tábuas			25,00
Joaquim R. da Silva	tábuas		60,00	120,00
Joaquim Rodrigues	tábuas			30,00
José Alves de Oliveira	tábuas			150,00
José Chinkeski	tábuas		100,00	500,00
José M. Ramos	costaneira		15,00	15,00
José Maciel	refilhão		8,00	8,00
José Martins	refilhão			20,00
José Meneguini	costaneira		15,00	105,00
José Rotava	tábuas	1x12x5,50	150,00	900,00
José Zanela	refilhão			12,00
Jovino Soares	refilhão		8,00	16,00
João Antonio	costaneira		12,00	24,00
João Ariso	barrote		22,00	66,00
João Arno	refilhão		8,00	160,00
João Bandeira	costaneira			10,00
João Batista Zeca	tábuas			75,00
João Corso	costaneira			36,00
João Flores	tábuas	1x12x18		180,00
João Golf	refilhão		8,00	160,00
João Kincheski	refilhão		8,00	16,00
João M. Santos	refilhão		6,00	36,00
João Manzoni	costaneira		12,00	84,00
João Maria do Carmo	ripas		30,00	90,00
João Menegatti	tábuas	III		150,00
João Olssesfi	costaneira		15,00	75,00
João Ribeiro	tábuas			475,00
João Zani	refilhão		8,00	64,00
Jubiliano Moraes	tábuas		80,00	1200,00
Julio Panosso(RS)	tábuas			5762,00
Lenio Lazari	tábuas		9,50	85,50
Leonardo Sobieranski	costaneira		15,00	30,00
Libório Machado	costaneira		1,20	10,00
Lodovico Silvestre	tábuas	1x12x5,50		350,00
Longines Lindeski	caibros	3x6x5,50	19,00	684,00
Lourenço Lorini	tábuas		80,00	80,00
Ludovico Tozzo	costaneira			60,00
Luiz Curtarelli	refilhão			300,00
Luiz Gallon	refilhão		8,00	48,00
Luiz Pelegrini	tábuas	3x6x650	115,00	230,00
Luiz Sasi	tábuas			60,00
Luiz Zaffari	barrote	3x6x6	20,00	60,00
Malfati Bordin(RS)	tábuas			615,00
Manoel Batista	refilhão		8,00	32,00
Manoel Brisola	costaneira			7,50
Manuel Batista	tábuas		5,00	15,00
Manuel P. Vailões	tábuas	1x12x5,50		150,00
Manuela Dutra Ribas	matajunta			45,00
Marco Mondes	costaneira		12,00	60,00

Maria Sotili	costaneira		15,00	30,00
Maria Xavier	costaneira		15,00	60,00
Mario dos Santos	costaneira		15,00	22,50
Mario Ribeiro	refilhão		8,00	40,00
Martin Girardi	tábuas	1x12x5,50	150,00	150,00
Matias Fortes	tábuas		60,00	300,00
Miguel Menejinski	refilhão		8,00	48,00
Modesto Bacarin	refilhão		8,00	16,00
Moises Brizola	tábuas		100,00	250,00
Moisés Suspor	barrote	3x6x7	26,00	78,00
Natalino Favari	costaneira		12,00	24,00
Nene Loss	costaneira		15,00	22,50
Norina Brizola	tábuas		60,00	180,00
Olinto Zimmermann	barrote	3x6x6,60		225,00
Onório Alberti	refilhão		8,00	48,00
Onório Padilha	costaneira		15,00	30,00
Orlando Correa	tábuas	III		200,00
Ortêncio Cordova	tábuas	1x12x5,50		200,00
Oscar Matte	tábuas		12,50	162,50
Osvaldo Miro	tábuas			75,00
Osvaldo Turella	tábuas	III		250,00
Osório Sartori	refilhão			5,00
Osório Sartori	tábuas	1x12x18	60,00	180,00
Otávio Rodrigues	refilhão		8,00	12,00
Otávio-Policia	caibro	3x3x550		37,50
Otacilio Ramalho	refilhão		8,00	24,00
Otaviano Figueró	refilhão		8,00	8,00
Paulo Marques	tábuas		60,00	180,00
Pedro Alves	tábuas	III		17,00
Pedro Braga	tábuas		150,00	150,00
Pedro Campanholo	tábuas	1x12x3	100,00	650,00
Pedro Loss	refilhão			4,00
Pedro Ramiro	costaneira		15,00	45,00
Pedro Vailões	tábuas			80,00
Pita	tábuas			
Prefeitura Municipal	barrote	3x3x5,50	19,00	437,00
Primo Martini	refilhão			20,00
Quinca Ferreira	tábuas		60,00	60,00
Raimundo Corá	tábuas		60,00	180,00
Raimundo Zanela	tábuas	1x12x18		50,00
Raul Batista	costaneira		15,00	75,00
Reinaldo Sulzbach	costaneira		15,00	30,00
Ricardo Lago	tábuas		80,00	80,00
Ricardo Tomazini	tábuas			147,00
Roberto Armanini	tábuas			2145,00
Rui Loss	tábuas	1x12x5,50		50,00
Salatiel Machado	costaneira		12,00	36,00
Serafin Bertaso	tábuas			1125,00
Severino Zani	tábuas			1200,00
Stefania Ciszewski	tábuas		100,00	100,00
Tadeu Govanschi	refilhão		8,00	40,00
Telegrafista/Pinheiro	tábuas	1x12x18		750,00
Thomas Zidko	refilhão		40,00	120,00
Tomáz Morandini	costaneira			24,00
Usina Força e Luz	tábuas		150,00	3450,00
Vergilio Fortes	costaneira		15,00	15,00
Verissimo Pires	tábuas	1x12x5,50		150,00
Vicente Costa	tábuas	3x6x450		60,00
Vicente Cunha	tábuas		120,00	120,00
Vicente Neckel Gonçalves	tábuas	III		300,00
Vitório Barella	refilhão		8,00	56,00
Vitório Palma	costaneira		15,00	75,00
Viúva	refilhão			5,00
Zani Braga	tábuas		100,00	100,00

ANEXO Nº 14
PATRIMONIO DA FIRMA ANGELO EMILIO GRANDO
CHAPECO

Conforme consta no termo de abertura do Livro Caixa Nº 1, datado de 03.04.1944, rubricado por Dr. Antonio Selistre de Campos - Juiz de Direito.

Firma:

A.E. GRANDO, estabelecida no 1º Distrito de Chapecó, cidade de Chapecó, Território Federal do Iguacu, Comércio de Produtor e Exportador de Madeira de Lei e Pinho em Geral e outro Qualquer negócio que lhe convier.

Registrada no Livro Nº 2 às fls. 7 e fls.8, sob o Nº 446 no registro de firmas comerciais desta comarca em data de 20 de março de 1944.

Capital com que está estabelecida no primeiro distrito de Chapecó - Território Federal do Iguacu.

1. Quotas:	
Sociedade Madeireira Chapecoense	Cr\$ 37.500,00
Migliorini Grando e Cia. Ltda.	Cr\$ 25.000,00

	Cr\$ 62.000,00
2. Lanchas:	
1 Lancha registrada "Goio-En"	Cr\$ 15.000,00
1 Lancha registrada "Irany"	Cr\$ 5.000,00

	Cr\$ 20.000,00
3. Animais de Tração:	
5 juntas de bois com carretão e pertences	Cr\$ 10.000,00
4. Erva-mate:	
1 engenho de erva-mate com barbaquá	Cr\$ 30.000,00
5. Madeira:	
400 duzias de tábuas	Cr\$ 36.000,00
700 vigas de cedro no Irany	Cr\$ 59.747,10

	Cr\$ 94.747,10
6. Terras:	
1 gleba terras e pinhal com 17.102.005 m ²	Cr\$ 100.000,00
1 gleba de terras e pinhal com 412.816 m ²	Cr\$ 25.000,00
1 gleba de terras com 3.272.732 m ²	Cr\$ 180.000,00
1 gleba de terras mato branco com 1.207.470 m ²	Cr\$ 24.149,40
1 gleba terras mato branco com 869.700 m ²	Cr\$ 17.374,00
1 lote colonial com 2.430.000 m ²	Cr\$ 48.400,00
1 gleba terras mato branco com 750.000 m ²	Cr\$ 15.019,00
1 gleba terras mato branco com 2.051.910 m ²	Cr\$ 41.038,20
3 lotes urbanos na Rua Nereu Ramos na cidade	Cr\$ 2.500,00

	Cr\$ 453.480,60

Fonte: Livro Caixa. Acervo particular: Ury Grando - Chapecó - SC.



Certificado de Registro

Certifico ter sido registada sob o n.º 2.231 em 9 de Março de 1945, a Sociedade cooperativa de responsabilidade Limitada, denominada:

*"COOPERATIVA MADEIREIRA DO VALE DO URUGUAI LIMITADA"******

sediada em Chapecó

Estado Território de Iguassú, constituída

em 9 de Setembro de 1944, de acordo com a lei n.º 5893 de Outubro de 1943, e com área de ação

circunscrita ao vale do Uruguai, estendendo-se pela margem direita do mesmo rio do limite oriental do município de Concordia em Santa Catarina ao ocidental do município de Chapaço na divisa do Território de Iguassú e também do país com a Republica Argentina; e pela margem esquerda de uma linha reta que em continuação do citado limite oriental do município de Concordia se dirigirá para o Sul, no município de José Bonifacio do Estado do Rio Grande do Sul, linha essa da qual se estenderá ao limite ocidental do município de Palmeira, no mesmo Estado.

O referido é verdade; dou fé. Eu Pedro Medeiros Ferro -

*Economista Rural - Classe H******

funcionário encarregado do registro o certifico e assino.

Rio de Janeiro, 21 de Junho de 1945.

Pedro Medeiros Ferro

VISTO
[Signature]
Pres. pelo Expediente.

CONFERE
[Signature]
Chefe da S.R.F.S.C.

ANEXO Nº 16

Ata da Sessão de Assembléia Geral da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda.

Aos trinta dias do mês de Março de mil novecentos e cinquenta, às dez horas, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na sede da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda, reuniram-se os associados da mesma, abaixo assinados, de acordo com as comunicações feitas a cada associado e edital de convocação afixado em lugares públicos e publicado no jornal local "A Voz de Chapecó" na forma legal e do seguinte teor: " Edital de Convocação - De acordo com o artigo 30 dos Estatutos Sociais, com alteração aprovada na Assembléia Geral Ordinária de 20 de dezembro de 1948, e artigo 33 do Decreto-Lei Nº 22.239 de 19/12/32, ficam convocados os senhores sócios da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai Ltda, para a Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se às 10 horas do dia 30 do corrente mês na nossa sede social desta cidade. Constará a ordem do dia: Tomada de Contas da Administração referente ao exercício de 1949; exame e pronunciamento sobre o Parecer do Conselho Fiscal e Balanço do Conselho Fiscal de 1950. Chapecó, 10 de Março de 1950. Cooperartiva Madeireira do Vale do Uruguai Ltda. Serafin Enoss Bertaso - Presidente. Abertos os trabalhos, constatou o Sr. Presidente Serafin Enoss Bertaso pelo livro de presença havia número legal para o funcionamento da Assembléia, pelo que declarava legalmente constituída e aberta a sessão. A seguir foi feita pelo Sr. Presidente a leitura do relatório da Diretoria e Parece do Conselho Fiscal Sobre o Balanço Geral e Contas de Lucros e Perdas, o qual depois de explicar a situação geral da Coopertiva, franqueou aos associados, como já estivera na forma legal à disposição nos escritórios da Cooperativa, o Balanço Geral e Contas de lucros e Perdas, com os demonstrativos correspondentes. Em prosseguimento foi feita pelo Sr. Presidente comunicação de haver necessidade da eleição do Conselho Fiscal para oexercício corrente, esclarecendo aos srs. associados sobre as incompatibilidades existentes para eleição desse conselho; para que a eleição fosse realizada, foi suspensa a sessão por quinze minutos afim de que destruidas as cédulas fosse votado o novo Conselho Fiscal. Reabertos os trabalhos o Sr. Presidente designou para escrutinadores os Srs. Luiz Antonintti e João Batista Zeca, os quais depois de apurarem e contarem os votos, na presença da Assembléia proclamaram o seguinte resultado: Para Conselho Fiscal: Eduardo Machado - 5 votos; Luiz Menegatti - 2 votos; João Busato - 1 voto; João Batista Zeca - 25 votos; João Sutilli - 29 votos; Dante Lorenzoni - 13 votos; Rui Ferronato - 10 votos; Domingos Baldissera - 3 votos; Fioravante Lunardi - 2 votos; Luiz Antonintti - 1 voto; Mário Ferrazzo - 3 votos; Guilherme Sartoorir - 4 votos; Luiz Colombi - 1 voto; Firmino Tozzo - 1 voto; Paulo Pasquali - 1 voto; Angelo Sartori - 1 voto; votos em branco - 6. Para Suplente do Conselho Fiscal: Mário Ferrazzo - 16 votos; Luiz Colombi - 3 votos; João Sutilli - 2 votos; Luiz Antonintti - 6 votos; Rui Ferronato - 10 votos; Firmino Tozzo - 17 votos; Angelo Sartori - 7 votos; Paulo Pasquali - 8 votos; Guilherme Sartori - 7 votos; Luiz Menegatti - 3 votos; Dante Bertolo - 2 votos; Eduardo Machado - 5 votos; Fioravante Lunardi - 5 votos; Silvio Lunardi - 5 votos; Silvio Machado - 1 voto; Dante Lorenzoni - 2 votos; Do-

mingos Baldissera - 2 votos; João Busato - 1 voto; João Batista Zeca - 1 voto; Gracioso Berto - 1 voto. Diante deste resultado Sr. Presidente declarou eleitos e empossados os seguintes associados, respectivamente para o Conselho Fiscal: João Pedro Sutili, João Batista Zeca e Dante Lorenzoni; para suplentes: Firmino Tozzo, Mário Ferrazzo e Rui Ferronato. Em seguida o sr. Presidente, depois de serenadas as palmas que ovacionaram os novos eleitos, fez uma exposição da situação do mercado argentino e a necessidade de uma organização dentro do mercado argentino. O Sr. Presidente fez uma explicação à Assembléia sobre as propriedades da Cooperativa situadas na Barra do Quaraín e cidade de Uruguaiana, as quais no momento não estão atingindo as finalidades, dada a mudança de orientação do próprio comércio madeireiro e repartições controladoras do mesmo. Diante disto acha conveniente fosse autorizada a Diretoria Executiva a fazer a venda das ditas propriedades pelo melhor preço conseguido. Depois de discutido este assunto, foi o mesmo posto em votação, tendo a Assembléia por unanimidade autorizado a Diretoria Executiva a fazer as ditas vendas pelo melhor preço. Falou ainda o Sr. Presidente, recomendando que as sobrecargas sejam eliminadas nos remorques ou que ao entregarem a madeira à Cooperativa, sejam as sobrecargas embalsadas. Também sobre as madeiras de refugo foi mais uma vez esclarecido que o mesmo seria debitado aos produtores da dita madeira de refugo. Também sobre o preço dos fretes do posto de embalse à São Borja foi discutido pela Assembléia, tendo ficado estabelecido que a Cooperativa pagará pelos mesmos os seguintes preços: Golo-en a São Borja - Cr\$ 20,00; Chalana - São Borja - Cr\$ Cr\$ 20,00; Mondai - São Borja - Cr\$ 17,00; São Carlos - São Borja - Cr\$ 20,00. O Sr. Presidente advertiu que havendo associados que tem vendido durante a presente crise madeira de 1ª e 2ª para estrada de ferro embora em pequena escala, devem no embalsar a 3ª e 4ª fazer ciente dessa circunstância afim de que nas vendas não se tenha dificuldade em esclarecer aos compradores. A seguir o Sr. Presidente colocou os associados a par dessa situação criada com a construção do prédio da Cooperativa, hje, inaugurado. Foi segerido na Assembléia, discutido e finalmente votado e aprovado por unanimidade o aumento da subscrição mínima de quotas por serraria para setecentas quotas partes, ou seja um aumento de duzentas cotas partes sobre o até hoje vigente. Este aumento visará cobrir as despesas da Cooperativa com a construção de sua sede social, hoje inaugurada. Finalmente o Sr. Presidente submeteu a votação, o Balanço Geral, Contas de Lucros e Perdas, Relatório, Parecer do Conselho Fiscal, tudo referente ao exercício social de mil novecentos e quarenta e nove da Cooperativa Madereira do Vale do Uruguai Ltda que foram unanimamente aprovados. O associado João Batista Zeca propos que fosse consignado em ata um voto de louvor aos associados que estiveram exercendo funções de direção e fiscalização na Cooperativa e um voto de confiança aos seus dirigentes atuais. Posto em votação com abstenção dos atingidos po ditos votos, foram ambos unanimamente aprovados. E Como nada mais houvesse para ser tratado, foi encerrada pelo Sr. Presidente a preente sessão, o qual agradeceu os comparecimentos dos associados, e expos seu desejo de continuar batalhando em prol da organização, determinando que se lavrasse esta até que depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Serafin Enoss Bertaso, Victor Carlos Breda, Luiz Lunardi, André Lunardi, p.p. Annoni Honaiser Cia Ltda - João Batista Zeca, Bertaso Menegatti, Bertaso Coradi e Sartori, Barth Annoni e Cia Ltda (José....), Bertaso e Sartori Ltda, Bertaso Scusiato, Cesa e Antoninetti, Domingos Baldissera, Ernesto Braun, Eduardo Machado de Almeida, pp. Ernesto F. Bertaso - Serafin Enoss Bertaso, Fredolino Zimmer, Fermino Tozzo, Fioravante Lunardi, Florindo Folle, pp Gracioso Berto - Rui Ferronato, Guerino Bodaneze, Ricardo Vivian, Guilherme Sartori, Irmãos Lubaedi, João Pedro Sutilli, João Busato, José Gallon, João Batista Zeca, Lorenzoni Ultramar e Ltda, Lorenzoni Machado Ltda, Mário Ferrazzo, pp Mansueto Bertolo - Dante Bertollo, Pasquali Sartori Ltda, Tomazelli e Menagatti, Tissiani Colombi Cia. Ltda, pp. Nilo Sudbrach - Amos Bruno Sudbrach

Fonte: Livro de Atas da Cooperativa Madeireira do Vale do Uruguai. Livro S/N fls. 24a27. Acervo particular.

ANEXO 17

O IMPARCIAL

— Diretor Proprietário ALEXANDRE TIEZERINI —

N. 171 = JORNAL INDEPENDENTE = Ano IV
 CHAPECÓ — 18 de Julho de 1954 — Santa Catarina

Tendem desaparecer as balsas que transportam madeiras para Argentina através do Rio Uruguai

Descontentes os produtores com os importadores do vizinho país — Argentina paga quantias inferiores às cobradas pelo produto destinado ao consumo interno.

Por Carlos DANIEL DE QUADROS

Está na eminência de desaparecer o tradicional sistema de transporte de madeiras de pinho serrado e roliços de madeira de lei, em balsas e remergues, pelo Rio Uruguai, utilizado há dezenas de anos pelos madeireiros daquela região

Com efeito, centenas de milhares de dúzias de pinho serrado e milhares de roliços de madeira de lei são escondidos anualmente dos centros produtores do Vale do Uruguay para os mercados platinos. Contudo, tal transporte está prestes a terminar, segundo apurou a reportagem, devido a motivos oriundos das dificuldades criadas pelos argentinos. Em primeiro lugar, deve-se citar o preço, uma vez que a Argentina está pagando pelo pinho serrado quantias inferiores às cobradas pelo produto destinado ao consumo interno.

Os comerciantes de madeiras de Carazinho, Santa Bárbara, Passo Fundo, Erechim e Marcelino Ramos vêm comprando, presentemente, na região produtora do Vale do Uruguai, principalmente no município de Chapecó, em Santa Catarina, pinho serrado por melhores preços do que os importadores do vizinho país. Por outro lado, os produtores auferem maior lucro, porque evitam as grandes despesas com o transporte das balsas até os locais de exportação.

Nestes últimos anos, os balseiros estão bastante insatisfeitos com os argentinos, que, além de pagarem pouco pelo produto

nacional, ainda apresentam uma série de exigências aos exportadores de madeira. Nesse sentido, chegam ao ponto de impor a classificação do produto em território argentino, uma vez que as leis brasileiras determinam que os produtos nacionais sejam classificados e medidos em território do país. Assim, a classificação na Argentina é feita ao bel prazer dos importadores, pois os mesmos desclassificam o maior número do produto nacional para depois comprarem por preços reduzidos, devido ao fato dos mesmos já se encontrarem em seu território.

ANEXO Nº 18
HOMENAGEM AO BALSEIRO

1. POESIA

O BALSEIRO

ELISEU DRO (1990)

Existiu o balseiro, outrora,
Pouco lembrado agora,
Que há algum tempo,
Enfrentando o contrapempo
Madeiras transportou
Por um meio peculiar que adotou
Ante as necessidades de viver
E também de sobreviver...

Pelas águas do Rio Uruguai
Na luta e labuta do entre-e-sai,
A madeira de cedros em toras,
Fruto do trabalho de várias horas,
Bem como de pinho,
Produzida com carinho,
Em pranchas amarrada
Era transportada
Pelo meio então existente
E, de certa forma, providente...

Mas, em verdade,
Com honestidade,
Pelas razões das circunstâncias,
Para vencer as distâncias,
Antes de seguir viagem
Para a Argentina com vantagem
Dependia do principal,
Tão essencial,
Da enchente
Afim de ir em frente,
Vencendo do rio as corredeiras
E também as cachoeiras...

Então o balseiro-prático
Com perícia e ar dramático,
Dia e noite à porfia,
Monstrando valentia,
Qual vero herói
Que reminiscências hoje remói...
Obstáculos superando
E a experiência aumentando
Levava a bom termo afinal
Sua tarefa principal...

Concluída a ação,
Após boa transação,
O madeireiro recebia
Dinheiro em quantia
E os empregados pagava
Cada qual contente ficava.
Com a remuneração podia comprar
Artigos e bens para seu lar...

Há anos, com o progresso advindo,
As balsas do Uruguai, findo
Está aquele tempo,
Recordando de tempo em tempo,

Ficou na saudade...

Que, em verdade,
 Não mais voltará
 E quem recordará
 O feito altameiro
 Do heróico BALSEIRO...

2. CANÇÃO

BALSEIROS DO URUGUAI

Oba viva, veio a enchente,
 O Uruguai transbordou,
 vai dar serviço prá gente.
 Vou soltar minha balsa no rio,
 Vou rever maravilhas que ninguém descobriu.

Amanhã eu vou me embora
 Pra rumos de Uruguaina,
 Vou levar na minha balsa
 Cedro, angico e canjirana.

Quando chegar em São Borja
 Do um pulo a São Tomé
 Para ver la correntina e bailar o chamame.

Oba, viva veio a enchente.....

Ao chegar no Salto Grande,
 Despeço-me deste mundo,
 Rezo a Deus e São Miguel
 E solto a balsa lá no fundo.

Oba, viva veio a enchente....

Quem se escapar desse golpe
 Chega a salvo na Argentina,
 Mas duvido que se escape
 Do olhar da correntina.

Oba, viva veio a enchente....

Fonte: Disco "SEM FRONTEIRAS" (Noel Guarani)